

Ana Cristina Macário Lopes

Texto Proverbial Português

**Elementos para uma análise
semântica e pragmática**

Coimbra

1992

Dissertação de Doutoramento em
Linguística Portuguesa apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I	
CAPÍTULO 1. PERSPECTIVAS ANTERIORES	9
1. Definições tradicionais do provérbio	9
2. Provérbio como unidade fraseológica	13
2.1. A proposta de Coseriu	13
2.2. A reflexão de Greimas	15
2.3. A proposta de Zuluaga	16
2.4. Balanço crítico	20
3. Provérbio como texto	24
3.1. Milner	24
3.2. Dundes	25
3.3. Kuusi	26
3.4. A definição em matriz de Norrick	27
4. Abordagens semióticas	30
5. A hipótese semântica de Kleiber	35
CAPÍTULO 2. PARA UMA ANÁLISE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DO TEXTO PROVERBIAL	
1. Provérbio como texto e citação	37
2. Quadro teórico	40
2.1. Semântica formal	41
2.2. Semântica conceptualista	44
2.3. Pragmática	47

PARTE II

CAPÍTULO 1. A REFERÊNCIA NOMINAL NO TEXTO PROVERBIAL

1. Reflexões preliminares	53
2. Valores referenciais das expressões linguísticas que funcionam como tópicos não marcados	56
2.1. SN's introduzidos pelo artigo definido singular	56
2.1.1. Artigo definido singular + Nome "abstracto" (+Modificador)	62
2.1.2. Artigo definido singular + Nome contável (+ Modificador)	64
2.1.3. Artigo definido singular + Nome massivo (+ Modificador)	71
2.2. SN's introduzidos pelo artigo definido plural	72
2.3. SN's introduzidos por quantificadores numerais	75
2.4. SN's introduzidos pelo artigo indefinido singular	77
2.5. SN's introduzidos por quantificadores universais	79
2.6. SN's desprovidos de determinantes	80
2.7. Outras configurações	83
2.7.1. Infinitivo	83
2.7.2. Relativas sem antecedente em SN's tematizados	84
2.7.2.1. Relativas com o constituinte relativo 'quem'	84
2.7.2.2. Relativas com o constituinte relativo 'o que'	86
3. Valores referenciais de tópicos marcados	87
3.1. Tópicos pendentes	87
3.2. Topicalização	87
4. À margem da estrutura tópico-comentário	89
4.1. Asserções existenciais negativas	89
5. O valor semântico dos antropónimos no texto proverbial	90
6. O valor semântico dos pronomes deícticos no texto proverbial	98
7. Observações finais	99

CAPÍTULO 2. VALORES TEMPORO-ASPECTUAIS DO TEXTO PROVERBIAL

1. Tempo	103
1.1. Considerações teóricas preliminares	103
1.2. O tempo verbal no texto proverbial	105
1.2.1. Presente	106
1.2.1.1. Provérbios mono-oracionais	107
1.2.1.2. Provérbios mono-oracionais com adjuntos adverbiais temporais	109
1.2.1.3. Provérbios pluri-oracionais	110
1.2.2. Pretérito perfeito simples	111
1.2.3. Futuro	114
2. Aspecto	115
2.1. Considerações teóricas preliminares	115
2.2. Aspecto 'indeterminado' e valor aspectual 'gnómico'	124
2.3. Valores aspectuais no texto proverbial	127
2.3.1. Provérbios com predicados estativos	128
2.3.2. Provérbios com predicados de eventos pontuais	129
2.3.3. Provérbios com predicados de actividade	130
2.3.4. Provérbios com predicados de processos consumados	131
2.3.5. O valor iterativo nos provérbios	132
2.3.6. A incidência dos adjuntos adverbiais na determinação dos valores aspectuais	132
3. Observações finais	137

CAPÍTULO 3. AS MODALIDADES NO TEXTO PROVERBIAL

1. Considerações teóricas preliminares	138
2. Provérbios e modalidades	149
2.1. Provérbios descritivos	149
2.1.1. Provérbios descritivos simples	149
2.1.2. Provérbios descritivos com modalização explícita	153
2.2. Provérbios normativos	156
3. Observações finais	167

CAPÍTULO 4. RELAÇÕES INTERPROPOSICIONAIS NO TEXTO PROVERBIAL

1. Conexões condicionais	170
1.1. Sobre a semântica das construções condicionais	170
1.2. Construções condicionais no <i>corpus</i>	181
1.2.1. Condicionais típicas: se p , q	181
1.2.2. Construções com um nexos implícito de condicionalidade	185
1.2.2.1. Frases elípticas	185
1.2.2.2. Construções introduzidas por relativas sem antecedente	186
1.2.2.3. Frase imperativa seguida de declarativa com o verbo no futuro do indicativo	186
1.2.2.4. Onde p , q	187
1.2.2.5. Quando p , q	188
1.2.3. Construções concessivas condicionais	188
1.2.4. Injunções condicionais	189
2. Conexões temporais	193
2.1. Simultaneidade ou inclusão	193
2.2. Anterioridade ou posterioridade	194
3. Conexões comparativas	196
3.1. Construções comparativas de graduação	196
3.1.1. Comparativas de desigualdade	197
3.1.1.1. Conexões preferenciais	197
3.1.1.2. Outras conexões comparativas de desigualdade	199
3.1.2. Comparativas de igualdade	200
3.2. Construções comparativas sem predicado graduável explícito	200
3.3. Construções comparativas condicionais	203
3.4. Construções equativas que desencadeiam uma interpretação comparativa	203
3.5. Comparações condensadas	207
3.6. Estruturas de coordenação com um valor comparativo	208
4. Conexões adversativas	210
5. Conexões consecutivas	212
6. Conexões finais	212

7. Conexões copulativas	213
7.1. Em provérbios assertivos	213
7.2. Em provérbios normativos	215
8. O conector disjuntivo <i>ou</i>	215
9. Considerações finais	216

CAPÍTULO 5. TEXTO PROVERBIAL: DO SIGNIFICADO À INTERPRETAÇÃO

1. Considerações preliminares	218
1.1. Retorno crítico ao modelo de Permyakov/Zolkovskij	220
1.2. Para uma proposta alternativa: reflexão prévia sobre questões de semântica lexical	223
2. Análise de algumas áreas temáticas ilustradas pelo <i>corpus</i>	234
2.1. Extensão de uma propriedade	234
2.2. Herança de propriedades	235
2.3. Aparência e essência	241
2.4. Influência de contactos e companhias	247
2.5. Acções e consequências	248
2.6. Do mal, o menos	252
2.7. Certo e incerto	255
2.8. Meios e objectivos	257
2.9. Coincidência de opostos	261
2.10. Efeitos da distância	262
2.11. O meu e o alheio	263
2.12. Imutabilidade	265
3. Considerações finais	266

PARTE III

CAPÍTULO 1. FUNÇÕES DISCURSIVAS DO PROVÉRBIO CONTEXTUALIZADO

1. Considerações teóricas preliminares	270
2. Apresentação do <i>corpus</i>	283
3. Análise do provérbio inserido em diálogos extraídos de peças de teatro de cordel	286
3.1. Provérbios com funções argumentativas	287
3.2. Provérbios que funcionam como réplicas autónomas em pares adjacentes	290
3.3. Provérbio como argumento de autoridade que confirma e reforça uma intervenção anterior	306
3.4. Provérbio como comentário avaliativo	308
3.5. Provérbios que funcionam como sumário catafórico	311
3.6. Provérbios que funcionam como resumo anafórico	314
3.7. Provérbios como tropos ilocutórios	315
3.8. Observações finais	316
3.8.1. Modos de inserção do provérbio	316
3.8.2. Funções discursivas	317
3.8.3. Conectores	321
4. Análise do provérbio inserido em textos da imprensa contemporânea	325
4.1. Provérbios em posição de destaque	325
4.2. Provérbios inseridos no corpo de textos de imprensa	332
4.3. Observações finais	336
CONCLUSÕES	339
BIBLIOGRAFIA	352

INTRODUÇÃO

Num primeiro momento, a escolha do texto proverbial como tema da nossa dissertação de doutoramento foi ditada por motivos de natureza estritamente individual. Sempre ouvimos dizer que "Quem corre por gosto não cansa", e, de facto, acreditamos que qualquer trabalho de índole científica só pode ser levado a bom termo se resultar de um investimento pessoal com uma forte componente afectiva. Na génese deste projecto está presente esse investimento, já que encarámos com entusiasmo o desafio de compreender e explicar o facto de os provérbios, fragmentos de uma sabedoria tradicional estereotipada, continuarem ainda hoje a ser invocados nas mais diversas situações, com um potencial surpreendente de flexibilidade de adequação contextual.

Para delimitar o objecto de análise desta dissertação, partiremos de uma definição provisória e precária de 'texto proverbial' ou 'provérbio', definição essa que ao longo do trabalho se irá clarificando e adquirindo contornos mais precisos e rigorosos. Consideraremos, então, numa formulação preliminar, que o provérbio é um texto breve e sentencioso, que se transmite oralmente de geração em geração, acabando por adquirir o estatuto de texto anónimo institucionalizado. Através dos provérbios exprime-se uma determinada visão do mundo, sob a forma de supostas verdades omnitemporais que configuram regularidades induzidas por generalização empírica, consensualmente aceites pela comunidade, e veiculam-se normas de conduta socialmente consideradas exemplares.

É possível estabelecer as fontes de muitos provérbios, mas não é esse o objectivo do presente trabalho; diremos apenas que é nas obras de autores célebres de épocas remotas e na Bíblia que se encontram os filões mais fecundos de pesquisa. De qualquer modo, o que nos interessa é realçar que um provérbio nasce, não no acto da sua invenção, mas no processo da sua absorção

pela comunidade, que se concretiza em reutilizações permanentes. Pertença colectiva, o provérbio é, pois, um texto anónimo quando encarado numa perspectiva sincrónica; de um ponto de vista diacrónico, talvez seja mais correcto falar em termos de 'anonimização', na medida em que há sempre uma fonte remota individual responsável pela produção do enunciado.

A constatação de que os provérbios constituem entre nós um domínio praticamente inexplorado, sobretudo numa perspectiva linguística, foi um factor de peso na escolha do tema deste trabalho. As pesquisas realizadas por investigadores portugueses sobre provérbios são, de facto, escassas, e, embora num ou noutro trabalho se encontrem alguns apontamentos linguisticamente pertinentes, o certo é que a maior parte deles se enquadra preferencialmente numa reflexão de índole filológica, etnológica ou histórica, que não se coaduna com os nossos objectivos. Referimo-nos particularmente aos ensaios de J. L. de Vasconcelos (1887-1889), C. M. de Vasconcelos (1887-1889 e 1986)¹, Batalha (1924), Cunha (1902), Lima (1965) e Mattoso (1987)².

Pela nossa parte, interessa-nos encontrar respostas para uma problemática distinta, centrada na contradição, algo paradoxal, entre a extrema flexibilidade de adequação contextual do provérbio e o carácter fortemente cristalizado deste tipo de texto. No cerne da nossa investigação, aparece, pois, como decisiva a questão do estatuto híbrido do provérbio, texto simultaneamente *fechado* e *aberto*: *fechado*, na medida em que transporta consigo uma interpretação-padrão estável no seio da comunidade; *aberto*, na medida em que faculta uma multiplicidade de leituras, condicionadas pelas situações em que é invocado. Para se entender o estatuto híbrido do provérbio, ou, noutras palavras, para se apreender a especificidade deste tipo de texto, é

¹ Este último artigo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos foi publicado em alemão em 1905, no volume em honra do Professor A. Tobler (*Festschrift zum siebzigsten geburtstage Adolf Toblers*, Braunschweig) e só em 1986 apareceu a sua tradução portuguesa, publicada na Revista Lusitana (Nova série), nº 7, pp. 29-71.

² O artigo de Belo (1984) tem um estatuto diferente, pois não desenvolve uma reflexão de natureza filológica, etnológica ou histórica. Construído em torno de uma problemática semântico-filosófica, é já de algum modo tributário de uma reflexão linguística, nomeadamente no que toca às sugestões metodológicas esboçadas. No artigo de Azevedo Filho (1967) são estudadas as estruturas métricas do provérbio.

necessário descrever as suas propriedades semânticas e o seu funcionamento pragmático. São estas duas vertentes que configuram a arquitectura da nossa dissertação.

Voltando aos motivos que presidiram à escolha do tema deste trabalho, diremos ainda que, sendo os provérbios enunciados que descrevem estados de coisas gerais, habituais ou constantes, eles se apresentam como terreno privilegiado para a clarificação dos diferentes suportes linguísticos da genericidade nominal e verbal, problemática que tem vindo a ocupar um lugar de relevo na investigação linguística contemporânea e que nos suscita particular interesse. Com efeito, os provérbios nunca admitem leituras episódicas, ancoradas no espaço e no tempo, aparecendo, assim, como material empírico que propicia, por excelência, uma pesquisa sobre a construção das interpretações genéricas dos enunciados das línguas naturais. A caracterização semântica do texto proverbial implicará, por conseguinte, uma reflexão sobre a genericidade, quer no plano da referência nominal, quer no plano dos valores temporo-aspectuais dos enunciados.

Como se verá ao longo do trabalho, há provérbios que suscitam uma interpretação literal e outros que desencadeiam uma interpretação figurada. Estes últimos oferecem-nos um campo fecundo para a análise dos tipos de inferências que são frequentemente activadas no processo de compreensão da linguagem natural, aspecto que desde o início mobilizou a nossa curiosidade. Mais concretamente, pensamos que o estudo das relações entre a interpretação-padrão dos provérbios figurados e os respectivos significados literais faculta elementos pertinentes para o esclarecimento dos mecanismos transláticos regularmente explorados pela linguagem verbal e dependentes de processos de natureza cognitiva (nomeadamente, abstracção, generalização, inferência analógica e extensões metafóricas ou metonímicas). Nesta óptica, os provérbios funcionam como terreno ideal para se equacionar a relação entre a representação semântica dos enunciados e a sua interpretação pragmática.

Tecidas estas considerações preliminares em torno dos motivos que, a nosso ver, justificam a escolha do tema e lhe conferem pertinência teórica,

parece-nos agora oportuno apontar, de forma clara, os objectivos centrais que pretendemos atingir. Assim, este trabalho visa essencialmente (a) contribuir para a análise da especificidade do texto proverbial, tendo em conta os seguintes aspectos de natureza semântica: tipos de referência nominal, valores temporo-aspectuais típicos, modalidades dominantes e correlações semânticas interproposicionais; (b) estudar o modo como se constrói a interpretação-padrão dos provérbios, articulando a análise do material lexical que os sustenta com os mecanismos inferenciais activados no processo interpretativo; (c) recensear os usos discursivos mais salientes do texto proverbial contextualizado.

Pensamos que o estudo dos diferentes tópicos destacados nos permitirá reforçar a convicção de que só uma análise linguisticamente fundamentada pode conduzir a uma delimitação credível de tipos de textos. Por outro lado, esperamos que a sistematização das propriedades semânticas do texto proverbial nos faculte uma nova perspectivação do seu funcionamento pragmático, clarificando as bases em que assenta a maleabilidade de adequação contextual característica deste tipo de texto.

Apresentado o objecto de estudo e os objectivos centrais do trabalho, importa agora esclarecer o modo como constituímos o *corpus*, e desenvolver algumas considerações sobre as funções que lhe atribuímos. Começámos por percorrer as mais importantes recolhas portuguesas de provérbios, adágios, rifões, anexins ou frases feitas da língua portuguesa. Assim, e seguindo um critério de ordenação cronológica, consultámos as colectâneas de Delicado (1651), Pereira (1655), Rolland (1780), Braga (1914-1915), Hespanha (1936), Chaves (1945), Gomes (1974) e Carrusca (1974-1976).³

Esta pesquisa foi norteada pelo propósito de colher informação diacrónica que garantisse um grau significativo de enraizamento cultural aos textos que viéssemos a seleccionar. Tentámos, em seguida, fazer uma intersecção dos vários sub-conjuntos compulsados, de modo a operar uma triagem nesse vasto material e a constituir um *corpus* que a) congregasse os

³ Consultámos ainda outras colectâneas que, pelo facto de não serem tão completas quanto as que acabámos de mencionar, apenas figuram na bibliografia, sob a rubrica 'Fontes documentais'.

provérbios mais reiteradamente apontados como fazendo parte do nosso fundo cultural; b) reunisse as estruturas sintácticas mais produtivas no universo paremiológico; c) ilustrasse as áreas temáticas mais exploradas. Tivemos também a preocupação de incluir no *corpus* variantes atestadas de um mesmo provérbio.

Depois de estabelecidos os parâmetros de caracterização semântica do texto proverbial, optámos por extrair do *corpus* entretanto constituído exemplos paradigmáticos, que submetemos a análise. Admitimos a hipótese de que as conclusões obtidas são generalizáveis ao conjunto dos textos proverbiais. Assim, o *corpus* funciona no nosso trabalho não como repositório de textos a analisar de forma exaustiva, mas antes como recolha significativa de material empírico, parcial e sectorialmente sujeito a observação e estudo na Parte II deste trabalho.

Para levar a cabo uma análise do provérbio contextualizado, tendo em vista o seu funcionamento discursivo, confrontámo-nos com dificuldades relativamente à obtenção de material produzido em interacções conversacionais autênticas. Com efeito, começámos por ler todas as entrevistas publicadas na obra *Português Fundamental*, vol. 2 (*Métodos e documentos*), tomo 1 (*Inquérito de frequência*), publicada pelo INIC em 1987, mas, ao contrário do que esperávamos, não encontrámos nesses fragmentos de discurso real uma única citação de provérbios. Decidimos, então, recorrer ao texto dramático, na medida em que se trata de um tipo de texto que, de algum modo, simula as interacções dialogais da vida quotidiana. Composto por uma sequência estruturada de réplicas, assumidas por diferentes personagens, o texto dramático aproxima-se do dispositivo real da comunicação. É claro que estamos sempre perante um simulacro fabricado e não perante uma reprodução mimética de interacções efectivamente realizadas, mas a consciência destas limitações não nos impede de continuar a defender que, na ausência de um *corpus* autêntico, é no texto dramático que melhor podemos analisar o funcionamento discursivo dos provérbios. Encontrámos na colecção de peças de teatro de cordel pertencente à Sala Jorge de Faria, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, um conjunto significativo de ocorrências de

provérbios; por isso mesmo, são fragmentos dessas peças que constituem o nosso segundo *corpus*, analisado na Parte III deste trabalho.

Se limitássemos a análise das funções discursivas do provérbio às peças de teatro de cordel, predominantemente do século XVIII, estaríamos a escamotear a vitalidade deste tipo de texto nos nossos dias. Assim, pareceu-nos importante incluir e submeter a análise, na mesma Parte III, um conjunto de textos contemporâneos retirados da imprensa diária e semanal. São textos que provam justamente a vitalidade do provérbio e que documentam a multiplicidade dos seus usos actuais. Este conjunto de textos funciona, pois, como terceiro *corpus*. Trata-se de uma pequena recolha com um valor meramente ilustrativo, que visa apenas sublinhar que o provérbio mantém, na contemporaneidade, as suas potencialidades comunicativas.

Resta-nos apresentar a estrutura global do trabalho. Esta dissertação comporta três partes: no capítulo 1 da Parte I, propomo-nos traçar uma síntese crítica das principais propostas de definição e análise do texto proverbial até hoje desenvolvidas, quer no campo dos estudos paremiológicos, quer no campo da linguística e da semiótica. Passaremos em revista as definições empíricas tradicionais, a caracterização do provérbio como unidade fraseológica no âmbito do estruturalismo europeu, as propostas paremiológicas mais recentes _ centradas no provérbio enquanto texto e desenvolvidas por Milner (1969), Dundes (1975) e Norrick (1985)_ , a perspectivação semiótica do provérbio como signo de um sistema modelizante secundário, essencialmente teorizada por Permjakov e Zolkovskji (1978), e a definição semântica do provérbio em termos de 'signo-frase', construída por Kleiber (1989 a).

Seguidamente, no capítulo 2 da Parte I, delinear-se-ão as matrizes teórico-metodológicas que enformam o nosso trabalho. De momento, interessa-nos realçar que a análise que nos propomos desenvolver é basicamente tributária dos quadros teóricos da semântica formal, da semântica lexical dos protótipos e da pragmática. Não nos circunscreveremos a um único modelo porque não há, no estado actual da investigação linguística, uma teoria da linguagem completa, integrada e abrangente que nos proporcione instrumentos teórico-operatórios aplicáveis aos diversos níveis de análise que pretendemos abordar. Parece-nos, por isso, totalmente legítimo articular quadros teóricos

que se complementam e que serão convocados em função do seu potencial descritivo e explicativo relativamente às dimensões parcelares do objecto empírico que instituímos como objecto de análise.

A Parte II da dissertação é consagrada à análise semântica do provérbio enquanto texto mínimo autónomo e engloba cinco capítulos: o capítulo 1 contempla o estudo da referência nominal; no capítulo 2, estudam-se os valores temporo-aspectuais; no capítulo 3, analisam-se as modalidades típicas do texto proverbial; no capítulo 4, descrevem-se as conexões interproposicionais; o capítulo 5 visa fundamentalmente explicitar os mecanismos que são activados no processo de construção das interpretações-padrão dos provérbios figurados.

A Parte III da dissertação consiste numa análise pragmática do provérbio contextualizado. Procuraremos construir uma tipologia das principais funções discursivas do provérbio inserido em sequências textuais mais vastas. Nesta perspectiva, impõe-se como dominante a questão da relevância cotextual e situacional dos provérbios, que comporta duas vertentes principais: o estudo das funções que os provérbios desempenham enquanto actos de linguagem, nomeadamente quando ocorrem em sequências argumentativas ou aparecem sob a forma de réplica autónoma em estruturas dialogais, e ainda o estudo das suas funções de organização da informação textual.

PARTE I

CAPÍTULO 1. PERSPECTIVAS ANTERIORES

1. DEFINIÇÕES TRADICIONAIS DO PROVÉRPIO

Na cultura clássica, o conceito de *proverbium* equivale ao conceito de παροιμία; a παροιμία ou o proverbium caracterizavam-se, na antiguidade greco-latina, por dois traços essenciais: verdade e atemporalidade (cf. Ieraci-Bio, 1984: 88). Sendo considerado fruto de antiga sabedoria, o provérbio impõe-se como argumento de autoridade justamente porque veicula assunções comumente reconhecidas como verdadeiras. Deste modo, não admira que Aristóteles, na parte da Retórica consagrada à *inventio* (a arte de descobrir materiais verdadeiros ou verosímeis susceptíveis de tornarem plausível o objecto do discurso), inclua os provérbios no conjunto das "provas não-artificiais", correspondente ao conjunto dos factos reais. Mas o valor retórico do provérbio comporta ainda uma outra vertente: o provérbio é um τ ρ ο π ο ς pelo que funciona igualmente ao nível da *elocutio* (a arte da expressão linguística, no plano estilístico), fundamentalmente no *ornatus*, isto é, na ornamentação do discurso graças à utilização de figuras de estilo. Foi o termo grego παροιμία que deu origem aos termos actuais 'parémia' e 'paremiologia', utilizados por muitos autores para designar, respectivamente, o enunciado sentencioso consagrado pelo uso e a disciplina que se ocupa do estudo e da classificação deste tipo de enunciados.¹

Na esteira do legado greco-latino, os provérbios têm sido definidos tradicionalmente como sentenças lapidares e concisas que o uso popularizou e consagrou. Ao contrário dos aforismos, apotegmas e máximas, textos breves que correspondem a ditos memoráveis de personagens ilustres, e que por isso

¹ Cf. Rodegem (1984).

mesmo possuem um autor reconhecido, os provérbios circulam sempre como textos anónimos, veiculados oralmente.

Muitas vezes utilizam-se em português outros termos sinónimos ou para-sinónimos do termo provérbio, nomeadamente 'adágio', 'rifão', 'ditado' e 'anexim'². Xavier da Cunha, na obra *Filosofia popular em provérbios* (1902), reconhece a dificuldade de definir claramente cada um destes termos e afirma: "Na prática usual da linguagem vulgar confunde-se frequentemente 'adágio' com 'provérbio'. Há, porém, quem de preferência reserve a palavra 'adágio' para com ela designar o provérbio antiquado" (p.8). Quanto ao termo 'ditado', afirma o mesmo autor que ele é utilizado na linguagem corrente como sinónimo de adágio ou rifão popular. O 'rifão' "é propriamente o provérbio que anda na boca do povo" (p.15). Citando os coordenadores do *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*, Xavier da Cunha admite que o 'anexim' é um "axioma vulgar, ordinariamente em verso e com aliteração, em que se contém uma regra prática de moral com um sentido satírico alusivo e em forma metafórica" (p.9). Para evitar definições circulares e pouco precisas, que decorrem de uma ausência de critérios rigorosos de demarcação, neste trabalho utilizaremos exclusivamente o termo provérbio.

Taylor, nome consagrado na área dos estudos paremiológicos, aponta como traço característico do provérbio o facto de se bastar a si próprio, isto é, de poder funcionar como enunciado completo num acto de comunicação.³ Tal traço permitiria estabelecer desde logo uma fronteira entre as locuções idiomáticas do tipo "bater a bota" ou "de fio a pavio" e os provérbios: estes têm sempre um valor semântico autónomo em termos comunicativos, ao contrário das expressões idiomáticas que são apenas constituintes de frase e nunca podem ocorrer como enunciados completos. Pensamos que este é um dos

² Para uma visão de conjunto das diferentes e por vezes contraditórias definições destes termos, veja-se a Introdução à obra *Vozes da Sabedoria* (Carrusca, 1974) e ainda Rodegem (1972) e Fernández-Sevilla (1985).

³ Veja-se a definição de Taylor: "As a guide to life's problem, the proverb summarizes a situation, passes a judgement, or offers a course of action" (1975:79). Um outro paremiologista célebre, Seiler, considera igualmente que o provérbio é um enunciado auto-contido (*apud* Norrick, 1985: 32). Também Ageno (1960) considera que o provérbio é uma frase autónoma, com significado completo.

traços constitutivos da especificidade do provérbio: não se trata de atribuir ao provérbio o estatuto de frase gramatical completa ou de ver nele o veículo de uma proposição; trata-se antes de o encarar, do ponto de vista pragmático, como "one and only one potentially free conversational turn"(Norrick,1985: 68).

Outro aspecto tradicionalmente apontado como típico do provérbio é a sua expressividade lapidar: nas palavras do colector que publicou a obra *Adágios, provérbios, rifãos e anexins da língua portuguesa* (1780), os provérbios "são aquelas Máximas concisas que encerram muito sentido" (*apud* Cunha,1902: 9). Esta ideia correlaciona dois aspectos: por um lado, o carácter breve do provérbio, estrutura concisa, muitas vezes elíptica, por outro, a sua capacidade de condensar em poucas palavras um significado não trivial. Este traço não se nos afigura decisivo em termos definitórios, sendo a "expressividade lapidar" um conceito algo fluido, mais próximo de um juízo avaliativo do que de uma propriedade objectiva deste tipo de textos.

Item tradicional armazenado na memória colectiva da comunidade, o provérbio tem sido encarado como um instrumento didáctico, através do qual se ditam normas de comportamento e se perpetuam valores axiológicos que funcionam como alicerce da vida comunitária. Para Rodegem, o provérbio exprime "une vérité générale qui suggère nécessairement une norme" (1972:689). Há, no entanto, quem rejeite em absoluto afectar aos provérbios esta tendência didáctica: referimo-nos a André Jolles, para quem o provérbio é um molde de apreensão da experiência sob forma de conclusão. Pelo provérbio, "on associe empiriquement et par conclusion un événement passé à des événements de même espèce" (Jolles,1972:127). Nesta perspectiva, o conteúdo do provérbio remete-nos mais para a experiência passada do que para um comportamento futuro. Se é verdade que nem todos os provérbios exprimem directamente uma injunção em termos de comportamento social, não é menos verdade que a evocação de uma experiência passada pode ser usada, indirectamente, como um aviso, um conselho ou até uma exortação. Retomando um dos exemplos de Jolles, o provérbio "Quem ri por último ri melhor", concordamos que se trata de uma asserção de pendor conclusivo, que pressupõe a experiência passada de uma satisfação prematura nefasta. No

entanto, o mesmo provérbio pode funcionar como avaliação negativa de um determinado comportamento, ou até como injunção indirecta. A actualização do potencial didáctico do provérbio parece, pois, depender dos seus contextos de utilização.

Muitas vezes, o provérbio apresenta uma estrutura formal susceptível de servir uma função mnemónica. Com efeito, torna-se mais fácil fixar um texto breve que exhibe certas particularidades no plano fónico, nomeadamente rima interna, aliterações, assonâncias ou padrões rítmicos recorrentes. Como assinala Rodegem (1984), os paralelismos fónicos, frequentemente secundados por uma estruturação sintáctica peculiar (nomeadamente frases elípticas, inversão da ordem padronizada dos constituintes de frase e construções paralelísticas), asseguram de algum modo a pervivência deste tipo de textos: as simetrias formais, ao incrementarem a memorização do material significativo, contrariam o carácter precário e fugaz do texto oral, que tem tendência a exaurir-se no momento em que é enunciado. Se, de um ponto de vista estatístico, é impressionante o número de provérbios que registam estas marcas no plano do significativo, tal não deve levar-nos a concluir que estamos perante um elemento definitório: trata-se de um atributo comum, mas não necessário.⁴

Até agora, recensearam-se os traços recorrentemente apontados como típicos do provérbio nas definições tradicionais. No parágrafo seguinte, apresentar-se-á a definição do provérbio no quadro do estruturalismo linguístico europeu.

⁴ Em Berruto (1974) encontra-se uma sistematização dos traços mais relevantes da estrutura do significativo do texto proverbial. Sobre esta questão, veja-se ainda Azevedo Filho (1967) e García-Page (1990).

2. PROVÉRPIO COMO UNIDADE FRASEOLÓGICA

Em todas as línguas há 'expressões fixas', sintagmas que funcionam como um bloco coeso, de extensão variável. Não são expressões formadas livremente no acto de fala, mas sim estruturas pré-construídas, combinações que o falante se limita a reproduzir como unidades compactas que integram a sua competência linguística.

Numa perspectiva estruturalista, tais combinações fixas fazem parte da língua, instituição social e modelo colectivo partilhado pela massa dos falantes de uma comunidade. Assim, não dependem do exercício da liberdade individual do falante, num acto de fala concreto, uma vez que são combinações sintagmáticas cristalizadas. Não vamos aqui comentar os diferentes tipos de sintagmas fixos que uma língua comporta,⁵ mas apenas analisar algumas definições do provérbio neste quadro teórico. De comum com as expressões idiomáticas fixas, os provérbios revelam uma certa rigidez de estrutura e um funcionamento semântico que escapa muitas vezes aos princípios de uma semântica composicional, isto é, de uma semântica que calcula o significado de um enunciado em função do significado dos seus elementos constitutivos e da forma como estão sintacticamente conectados.

2.1. A proposta de Coseriu

Coseriu introduz a expressão "discurso repetido" para designar "todo lo que tradicionalmente está fijado como "expresión", "giro", "modismo", "frase" o "locución" y cuyos elementos constitutivos no son reemplazables o re-combinables según las reglas actuales de la lengua" (1977:113). Nesta perspectiva, as unidades do 'discurso repetido' não podem analisar-se, significam em bloco e só em bloco podem comutar eventualmente com outras

⁵ Para uma visão de conjunto, veja-se Zuluaga (1980) e Gläser (1988). Sobre as características gerais das expressões fixas, veja-se ainda Makkai (1970) e Klare (1989).

unidades da língua. Coseriu propõe uma tipologia de unidades fixas, consoante o nível gramatical da unidade com que podem comutar. Assim, distingue:

a) as unidades fixas que só podem comutar com frases ou textos completos, por exemplo, "La nuit tous les chats sont gris". Neste caso, a comutação deve ser entendida em termos de paráfrase. Para esta classe de unidades pode reservar-se o termo de "textemas" ou "frasemas";

b) as unidades fixas que ocorrem no interior da frase e que podem comutar com sintagmas livres ("sans coup férir"). São "sintagmas estereotipados";

c) as unidades fixas que ocorrem no interior da frase e que são comutáveis com unidades léxicas (por exemplo, "poule mouillée", que se encontra em oposição paradigmática com "courageux"). Podem ser chamadas "perífrases léxicas" e devem ser estudadas no âmbito da lexicologia.

Importa reter que Coseriu opõe o "discurso repetido" - ou seja, todas as locuções e frases fixas de uma língua, compostas por elementos que não são substituíveis ou recombináveis segundo as regras actuais dessa língua- à "técnica do discurso" - conjunto das unidades lexicais e gramaticais da língua e das regras para a sua combinação e modificação na frase. Nesta óptica, as unidades do discurso repetido são unidades paradigmáticas, citadas e não construídas ou criadas em cada acto de fala concreto. A expressão "discurso repetido" tem o mérito de apontar para um dos traços marcantes do provérbio, a saber, o seu estatuto de texto alheio, citado pelo falante que dele se apropria. No entanto, os limites desta abordagem são claros: trata-se apenas de classificar as unidades do "discurso repetido", tarefa taxonómica que não esclarece as propriedades sintáctico-semânticas de cada tipo de unidade.

2.2. A reflexão de Greimas

No artigo "Idiotismes, proverbes, dictons" (1960), Greimas distingue três tipos de combinações sintagmáticas: livres, semi-fixas e fixas. O 'lugar comum' e o 'cliché' são considerados combinações semi-fixas; os 'modismos' ("idiotismes"), 'ditados' e 'provérbios' são combinações fixas. Quanto aos 'modismos', invocam-se como critérios de identificação a frequência de utilização e a comutabilidade: "*pomme de terre* doit être considéré comme une unité lexicale (un seul mot) non seulement parce que les éléments qui la constituent se rencontrent très souvent et dans le même ordre, mais aussi parce qu'elle appartient à une série commutable de mots simples, tels que *betterave* ou *radis* " (p.52). Os 'modismos' são grupos fixos de palavras inferiores à frase e, do ponto de vista diacrónico, resultam de um processo de fusão semântica dos seus componentes léxicos. Os 'ditados' e 'provérbios' são combinações fixas cuja estrutura sintáctica corresponde à frase, seja ela simples, complexa ou elíptica. Os 'ditados' são unidades fixas "não conotadas", literalmente interpretados (por exemplo, "Chose promise, chose due"); os 'provérbios' são "unidades conotadas", porque o seu significado global não se constrói a partir dos princípios de uma semântica composicional. Para Greimas, a conotação "consiste dans l'attribution, à un segment de la chaîne syntagmatique quelconque, d'une signification seconde qui constitue un véritable transfert de signifié, le signifiant restant le même, d'un lieu sémantique à un autre" (pp. 50-51). Por exemplo, no caso do provérbio "Bonjour lunettes, adieu fillettes", o significado não se situa ao nível da significação de "lunettes" ou "fillettes", mas antes no plano das considerações gerais sobre a juventude e a velhice.

Como traços formais característicos dos ditados e provérbios, Greimas aponta os seguintes:

a) o carácter arcaico da sua construção gramatical, que se manifesta pela ausência de determinantes e de antecedentes ("Bon chien chasse de race", "Qui dort dîne") e ainda pela não observação da ordem convencional das palavras ("A l'ongle on connaît le lion"). Também ao nível do léxico se podem observar

certos traços arcaizantes (veja-se, por exemplo, "Contentement passe richesse");

b) o predomínio de certos tempos e modos verbais, nomeadamente o presente do indicativo e o imperativo;

c) a estrutura rítmica binária, realizada através da oposição de duas orações ("Ce qui femme veut// Dieu le veut") ou de dois grupos de palavras no interior de uma só oração ("A l'ongle//on connaît le lion"). Note-se que a rima e a assonância contribuem frequentemente para sublinhar e reforçar as oposições binárias: "Aux mariages et aux morts//le diable fait son effort". As repetições e oposições léxicas concorrem igualmente para a configuração da estrutura binária referida: "Autant de têtes, autant d'avis", "Ce sont les petites pluies qui gâtent les grands chemins".

Greimas não se limita a enumerar traços formais característicos, antes se propõe integrá-los numa interpretação globalizante dos ditados e provérbios. Assim, o carácter arcaico coloca estas unidades fora do tempo, conferindo-lhes a autoridade de uma voz antiga. O privilégio concedido ao presente aforístico permite enunciar verdades eternas, e o uso frequente do imperativo assegura a permanência de uma ordem moral sempre válida. A estrutura binária e as repetições lexicais permitem configurar correlações entre as sequências articuladas, que mediatamente reflectem correlações entre diversos aspectos da realidade social: através da linguagem, ordena-se o mundo, estabelecem-se relações de causalidade, dependência e determinação, 'naturaliza-se' uma cosmovisão.

Embora se situe ainda no domínio da linguística estrutural, na medida em que mantém intactos os critérios-chave do modelo, nomeadamente a distinção entre o sintagma livre do plano da fala, com possibilidade de comutações internas várias, e a cristalização sintáctica das expressões fixas no plano da língua (ou, por outras palavras, a integração dos sintagmas fixos num inventário, numa estrutura paradigmática situada ao nível do saber linguístico, e a caracterização do sintagma livre como entidade do plano da fala), a proposta de Greimas tem o mérito de esboçar uma interpretação semiológica global dos diferentes aspectos formais recolhidos numa etapa meramente descritiva. Acrescente-se ainda que Greimas alude ao facto de os provérbios e

ditados constituem séries finitas, nos limites de uma dada língua e de um determinado período histórico. Assim, torna-se possível conceber o seu estudo em termos de descrição de um sistema de significação fechado, sendo os provérbios elementos de um sub-código particular. Desenha-se, pois, a possibilidade de uma abordagem semiótica que transcende a mera classificação dos vários tipos de sintagmas fixos de uma língua.

2.3. A proposta de Zuluaga

Em Zuluaga (1980), o autor começa por estabelecer uma distinção entre expressões fixas funcionalmente inferiores à frase, as 'locuções', e expressões fixas equivalentes ou superiores à frase, os 'enunciados fraseológicos'. A escolha do termo enunciado não é gratuita, pretendendo-se com ela dar conta do produto linguístico de um acto de fala, que funciona como unidade comunicativa mínima.⁶

Zuluaga sublinha que entre o enunciado fraseológico e os outros enunciados produzidos na interacção verbal quotidiana há, no entanto, uma diferença importante: os primeiros são reproduzidos, os segundos são produzidos de acordo com um sistema de regras.

Jogando com os parâmetros 'fixação' e 'idiomaticidade', Zuluaga subclassifica os enunciados fraseológicos em três categorias:

a) enunciados meramente fixos ou de sentido literal (por exemplo, "A buen entendedor, pocas palabras");

⁶ O trabalho de Zuluaga, sem abandonar o quadro teórico do estruturalismo linguístico, é, todavia, tributário da investigação desenvolvida recentemente no âmbito da chamada linguística do texto, onde se postula que o texto/enunciado é a unidade linguística básica do ponto de vista da intercomunicação: produto coerente e acabado de um acto de fala, de extensão variável, o texto é sempre o resultado de uma determinada estratégia comunicativa e a peça fundamental da interacção verbal.

b) enunciados semi-idiomáticos, cujo sentido é simultaneamente literal e idiomático, servindo o primeiro de motivação funcional sincrónica (por exemplo, "Cada oveja con su pareja");

c) enunciados idiomáticos, isto é, enunciados que não apresentam, funcionalmente, motivação linguística (por exemplo, "Hay moros en la costa", "Contigo, pan y cebolla").

Segundo o nível de estruturação gramatical e o tipo de estrutura sintáctica, os mesmos enunciados fraseológicos podem subclassificar-se do seguinte modo:

a) uma só palavra ("adios");

b) um sintagma nominal ("buenas noches");

c) uma frase simples, nominal ou verbal ("En casa de herrero, cuchillo de palo", "A mula regalada no se le mira el diente");

d) uma frase composta, em hipotaxe ou parataxe ("En esta vida caduca, el que no madruga no manduca", "Ni sirvas a rico ni debas a pobre");

e) uma citação introduzida por um verbo *dicendi* (estes enunciados fraseológicos são habitualmente designados por 'wellerismos': "Dice el doliente al sano: Dios te dé salud, hermano");

f) uma frase interrogativa unida a uma resposta sempre idêntica, que o autor designa por 'dialogismos' ("Quién es tu amigo? Tu pariente en el mal". Trata-se de uma pergunta retórica, formando o par pergunta/resposta um único enunciado, pronunciado pelo mesmo locutor).

Prosseguindo a sua reflexão sobre os enunciados fraseológicos, Zuluaga constata que um parâmetro possível do seu agrupamento em subclasses é a relação que mantêm com o contexto de ocorrência. Trata-se "de observar los enunciados fraseológicos en su funcionalidad real o sus aspectos pragmáticos, es decir, en su integración y participación en el hablar"(1980:199). Assim, distingue entre 'enunciados funcionalmente livres' e 'enunciados contextualmente marcados'.

Os primeiros não dependem de qualquer contexto linguístico ou extralinguístico para serem cabalmente entendidos, uma vez que são verdadei-

ros 'textos', no sentido que esta expressão adquire no âmbito da linguística textual: unidades semântica e pragmaticamente completas e autónomas, livres de qualquer dependência anafórica, catafórica ou deíctica.

Os segundos não constituem um texto de sentido completo e para serem plenamente interpretados exigem o recurso a factores do contexto linguístico ou situacional. Encontram-se neste grupo certas fórmulas e clichés que comportam elementos deícticos (por exemplo, "Aquí torció la puerca el rabo"), enunciados fixos que só ocorrem num determinado tipo de discurso (por exemplo, a fórmula de introdução dos contos tradicionais, "Era uma vez") e ainda fórmulas cujo uso está ritualizado e circunscrito a situações específicas da vida social ("Muchas gracias", "Lo siento mucho").

Os provérbios, na perspectiva de Zuluaga, integram o primeiro grupo. São, pois, enunciados fraseológicos funcionalmente livres: "el refrán conserva su sentido propio completo, en el discurso en que es empleado; no es modificado o determinado sino que actúa sobre el contexto comentándolo, interpretándolo o expresándolo"(1980: 201). Pensamos que a relação entre o provérbio e o contexto em que é utilizado merece um estudo mais aprofundado, já que a dinâmica específica deste tipo de texto se traduz justamente no seu potencial de adaptabilidade permanente a novas situações. De qualquer modo, diremos que a reflexão de Zuluaga, embora centrada na elaboração de uma tipologia das unidades fixas das línguas naturais, tem o inegável mérito de integrar critérios de natureza pragmática na elaboração dessa tipologia. Acrescente-se que Zuluaga é ainda sensível à variabilidade contextual da modalidade da intenção comunicativa ou valor ilocutório do provérbio. Como ele próprio afirma, um provérbio como "Cão que ladra não morde" - cujo significado geral abstracto pode ser traduzido pela paráfrase 'quem tenta atemorizar os outros com ameaças verbais é gente inócua'- é polivalente do ponto de vista das interacções que permite realizar; o falante pode utilizá-lo para prevenir ou infundir coragem, replicar ou injuriar, e estes valores de uso só se delimitam contextualmente. Abordaremos este problema de forma mais aprofundada na Parte III desta dissertação, consagrada à análise pragmática dos provérbios.

2.4. Balanço crítico

Nos parágrafos anteriores, tentámos sintetizar as contribuições mais relevantes que no campo da linguística de inspiração estruturalista foram consagradas ao provérbio. Tanto para Coseriu como para Greimas e Zuluaga, o provérbio é definido essencialmente em termos de forma fixa, unidade fraseológica que integra o inventário das unidades da língua, sendo invocados como parâmetros decisivos da fraseologia a fixação e a idiomaticidade.⁷

Do ponto de vista formal, não há dúvida de que o provérbio é uma estrutura relativamente fixa, um enunciado que a cada momento se pode reproduzir em bloco.⁸ No entanto, é importante sublinhar que essa fixação tão reiteradamente invocada tem limites, havendo diferentes graus e níveis de variação do texto proverbial.⁹ Como afirma Norrick, de forma clarividente, "the condition of recognizability does not require total immutability of proverb form"(1985: 44). E, mais adiante, acrescenta ainda: "fixedness in proverbs is only relative, allowing for simultaneous standard variations and some structural and lexical alterations in the standard, stored forms. Proverbs are never completely frozen" (1985: 46). Diremos, pois, que a condição de reconhecimento do provérbio restringe a variabilidade das transformações possíveis, mas não as bloqueia por completo. Basta folhearmos uma colectânea de provérbios para confirmarmos o que atrás ficou dito. A título de exemplo, confrontem-se os seguintes provérbios:

Mal vai a casa onde a roca manda mais que a espada

Mal vai a casa quando a roca manda a espada

⁷ Estes parâmetros são igualmente reconhecidos como definitórios do provérbio por Meleuc (1969), Gläser (1988) e Peira (1988).

⁸ Mesmo investigadores cujo trabalho se situa num quadro teórico distinto reconhecem este traço: veja-se, por exemplo, Zavarin e Coote, que definem o provérbio como um "formulaic text", "a stable, ready-made, reproducible unit of language that is not generated during the speech process" (1979: 2).

⁹ Em Voigt (1970) encontram-se observações pertinentes para o estudo dos níveis de variação do provérbio.

Palavra fora da boca é pedrada solta
Palavra fora da boca, pedra fora da mão

Mais fere má palavra que espada
Mais fere a má palavra que espada afiada

Onde há fumo há fogo
Não há fumo sem fogo

Rio passado, santo esquecido
Rio passado, santo não lembrado

Em casa de enforcado, não nomeies o baraço
Em casa de enforcado, não fales em corda

Em casa de ferreiro, espeto de pau
Em casa de ferreiro, espeto de salgueiro

Mestre fora, dia santo na loja
Patrão fora, dia santo na loja

Honra e proveito não cabem num saco
Honra e proveito não cabem num saco estreito

Filhos casados, trabalhos dobrados
Filhos casados, cuidados dobrados

Não há panela sem testo
Nunca falta testo para uma panela

Não se apanham moscas com vinagre
Não é com vinagre que se apanham moscas

Cada cabeça, cada sentença

Quantas cabeças, quantas sentenças

Os exemplos transcritos mostram-nos alguns tipos de variantes e ilustram diferentes fontes de variação, nomeadamente:

a) adição lexical, que implica a expansão do provérbio e é motivada por exigências de paralelismo fónico;

b) substituição sinonímica, para-sinonímica ou hiponímica;

c) elisão do artigo;

d) construções sintácticas distintas para representações semânticas logicamente equivalentes;

e) alteração da ordem dos constituintes da frase, com eventual explicitação de advérbios temporais superficialmente elididos;

f) introdução de marcadores sintácticos de foco.

Muitas vezes, quando o provérbio é bastante conhecido, basta mencionar uma pequena parcela para activar de imediato no interlocutor a sua configuração global: "Para bom entendedor...". Norrick (1985) utiliza o termo "kernel" (núcleo) para designar o fragmento discursivo mínimo que é crucial para o reconhecimento do provérbio e conclui que, desde que o núcleo não apareça deformado, os provérbios podem oferecer um vasto leque de variações. É claro que se torna algo difícil estabelecer com rigor quais são os limites da não deformação do núcleo (questão delicada não esclarecida por Norrick) e, por outro lado, convém distinguir claramente entre 'variação' e 'sinonímia' proverbial. As variantes de um provérbio são as suas diferentes ocorrências atestadas, frequentemente registadas nas antologias, que manifestam entre si, como vimos, pequenas divergências a nível lexical e sintáctico ou, ainda, a nível da estrutura temático-informacional do texto. Regra geral, uma das variantes impõe-se pela sua frequência de uso e é em relação a ela que se medem eventuais adições, reduções ou transformações. Fala-se de 'sinonímia' quando dois (ou mais) provérbios, radicalmente distintos ao nível superficial, são, no entanto, mutuamente substituíveis no

mesmo contexto de interacção (por exemplo, "A cobiça rompe o saco" e "Quem tudo quer, tudo perde").¹⁰

De qualquer modo, interessa reter que o critério da fixação formal deve ser relativizado, tendo em conta o conjunto de variações assinaladas.

Do ponto de vista semântico, a 'idiomaticidade' é apontada como parâmetro decisivo na delimitação das unidades fraseológicas. Entendemos por 'idiomaticidade' o facto de o significado de certas construções linguísticas fixas não se construir a partir da combinação do significado dos seus elementos constituintes. Por outras palavras, são idiomáticas as expressões que, resultantes da combinação de um número variável de signos, actualizam um conteúdo semântico figurado, que não se deduz composicionalmente em função do significado dos elementos nelas envolvidos e da sua estrutura combinatória.

Se analisarmos os provérbios à luz deste parâmetro, verificamos que há provérbios idiomáticos, aqueles que desencadeiam uma interpretação-padrão não dependente dos princípios de uma semântica composicional, mas há também provérbios cuja interpretação-padrão coincide com o seu significado literal, composicionalmente apreendido. A idiomaticidade não é, pois, uma propriedade definitória do provérbio. O que interessará neste trabalho, no que toca à questão da idiomaticidade, será analisar até que ponto o significado directo e literal funciona como motivação funcional-sincrónica da interpretação-padrão figurada.

Pelo exposto podemos concluir que a contribuição da linguística de matriz estrutural, ao limitar-se a incluir os provérbios no campo das expressões fixas da língua, não parece particularmente fecunda no que toca à dilucidação do funcionamento semântico específico do texto proverbial.¹¹

¹⁰ A distinção entre 'variação' e 'sinonímia' proverbiais é formulada em termos claros por Permjakov (1984 b).

¹¹ No quadro da linguística gerativa transformacional, há vários trabalhos sobre expressões idiomáticas ("idioms"), mas concretamente sobre provérbios só conhecemos o artigo de Cram (1983). Para este autor, o provérbio é adquirido e armazenado na competência lexical dos falantes como uma única unidade; assim, os provérbios têm o estatuto de itens

3. PROVÉRBIO COMO TEXTO

No âmbito da paremiologia, surgiram algumas propostas que visam dar conta da estrutura do provérbio enquanto texto peculiar. Referiremos sucintamente as propostas de Milner (1969) e Dundes (1975).

3.1. Milner

Para este autor, a característica mais importante do provérbio é a sua estrutura simétrica, tanto do ponto de vista formal como semântico. Cada provérbio comporta quatro "termos" e a cada um destes termos é possível atribuir um valor positivo (+) ou negativo (-), culturalmente fixado. Os dois primeiros termos agrupados formam a "cabeça" do provérbio, os dois últimos a "cauda". Exemplificando:

Les bons comptes (font)

+ +

les bons amis

+ +

"Cabeça" e "cauda" são globalmente interpretadas como positivas se os dois sinais forem idênticos (+ e + ou - e -) e como negativas, se os sinais forem distintos (+ e -). Artigos, preposições e verbos são pura e simplesmente ignorados. Por vezes, a segunda metade encontra-se subentendida, e temos então uma estrutura abreviada ou reduzida:

lexicais e como tal devem ser introduzidos por uma regra de inserção lexical num marcador sintagmático previamente gerado pelo componente sintático da gramática, de acordo com o processo usual de derivação de uma frase.

Il n'y a pas de sots métiers
(il n'y a que de sottes gens)

Provérbios deste tipo são encarados como meros sobreviventes de uma forma primitiva plena, sujeita à erosão do uso.

O que de imediato suscita a nossa crítica é a forma arbitrária, subjectiva e não controlada que preside à afectação dos valores + e - a cada uma dos itens lexicais considerados significativos. Será que a palavra "comptes" é consensualmente valorizada em termos positivos? Que critérios permitem a validação empírica da minha intuição *ad hoc* ? Milner não responde minimamente a estas interrogações. Por outro lado, como sublinha acertadamente Dundes (1975: 964-965), não é possível avaliar cada termo individual isolando-o da sequência sintagmática a que pertence e esquecendo inclusivamente a série temática em que o provérbio se integra. Se, finalmente, tivermos em conta que estatisticamente esta estrutura quadripartida não é a mais comum, não encontramos qualquer critério objectivo susceptível de justificar e de sustentar a proposta de Milner.

3.2. Dundes

Este autor sustenta que o provérbio deve ser analisado em termos de "topic-comment structure". O "tópico" é aquilo de que se fala, o "comentário" é aquilo que se diz acerca do tópico. Um tópico e um comentário formam um "elemento descritivo", na terminologia de Dundes. Há provérbios com um só elemento descritivo (por exemplo, "time flies"), mas é mais frequente encontrarmos provérbios com vários elementos descritivos. Dundes propõe uma tipologia bipartida que classifica os provérbios em 'equacionais' e 'oposicionais'. Os primeiros enfatizam os traços identificacionais entre os elementos correlacionados, muitas vezes sob forma de equação (veja-se "Tal pai, tal filho": $A=B$); os segundos enfatizam traços contrastivos através de uma negação ("Nem tudo o que reluz é ouro": $A \neq B$) ou através de construções que traduzem a exclusão mútua de dois estados-de-

coisas (se se tem A, não se pode ter B: "Não se ganha boa fama em cama de penas").

Ao postular que o provérbio pode sempre ser analisado em termos de tópico e comentário, Dundes oferece-nos um critério que permite distinguir o provérbio de outras expressões fixas funcionalmente inferiores à frase; no entanto, é uma definição demasiado ampla para captar a especificidade do texto proverbial, já que todas as asserções podem ser analisadas à luz da oposição tópico/comentário ou tema/rema.

3.3. Kuusi

Compete-nos ainda mencionar brevemente uma outra vertente das pesquisas premiológicas, representada essencialmente por Kuusi (1972). Numa perspectiva semelhante àquela que foi desenvolvida por Aarne e Thompson no domínio do conto popular, Kuusi propõe-se elaborar um sistema internacional de classificação temática de provérbios, através da formulação, numa metalinguagem muito genérica, das oposições semânticas invariantes que consubstancializam os temas universais dos provérbios-tipo. Trata-se de uma tarefa árdua, que pressupõe uma recolha prévia dos provérbios que circulam em todas as comunidades linguísticas e geoculturais; o agrupamento desse vastíssimo material em séries temáticas pode revelar-se extremamente útil em pesquisas de índole antropológica, centradas, por exemplo, na detecção das estruturas simbólicas do imaginário humano ou na captação de um fundo arquetípico universal. Mas, para se elaborar uma classificação temática satisfatória, que não se baseie exclusivamente na apreensão intuitiva do tema, parece-nos que é necessário explicitar e fundamentar as diversas etapas da análise do significado do provérbio, e esse enquadramento teórico não ocorre na proposta de Kuusi.

3.4. A definição em matriz de Norrick

Constatando as deficiências das definições anteriormente expostas e baseando-se em parte nas sugestões esboçadas por Barley (1974) relativamente à necessidade de definir os itens tradicionais (provérbio, adivinha, conto, anedota, canção) em função de diferentes traços diferenciadores combinados, Norrick constrói uma matriz definitória que afecta ao provérbio as seguintes propriedades:

a) "potential free conversational turn": o provérbio tem uma natureza fundamentalmente conversacional, e funciona como uma unidade semântica e pragmática autónoma;

b) "traditional": o provérbio é sempre um texto que o uso comum consagra, um texto que circula na colectividade durante um período de tempo considerável. É difícil estabelecer com precisão qual o grau de antiguidade requerido para que um texto possa ser reconhecido na e pela comunidade como provérbio; porém, é indiscutível que o carácter recorrente do uso, que atravessa gerações, é um traço típico dos provérbios. Daí que não se confundam com os slogans e clichés que durante um curto período de tempo são usados por certas camadas sociais, como reflexo de uma moda passageira condicionada por parâmetros de ordem variável;

c) "spoken": justamente porque faz parte da literatura tradicional de transmissão oral, o provérbio é por definição um texto oral, ao contrário de outros enunciados lapidares como o aforismo, o apotegma e o epigrama, que são textos fixados e propagados pela escrita;

d) "fixed form": o autor utiliza este traço para contrapor o provérbio a outros "géneros" tradicionais (conto, anedota) que se caracterizam por uma maior flexibilidade compositiva. Todavia, em nossa opinião, há que relativizar este traço tendo em conta as possíveis variantes, como acima já assinalámos; parece-nos até que Norrick escamoteia a sua reflexão crítica anterior acerca da rigidez formal do provérbio ao seleccionar esta propriedade sem qualquer comentário restritivo;

e) "didactic": para Norrick, o provérbio é sempre tendencialmente didático;

f) "general": a interpretação-padrão do provérbio¹² é sempre genérica, mesmo quando o provérbio está a ser utilizado em situação, perante um auditor específico. Este aspecto merecerá a nossa particular atenção e será por nós reformulado em termos de modalidades de referência nominal e temporal típicas do texto proverbial (cf. caps.1 e 2 da Parte II);

g) "figurative": este traço não é considerado relevante para a definição do provérbio, na medida em que há provérbios cuja interpretação-padrão coincide com o significado literalmente expresso. Norrick inclui este traço na matriz para marcar a diferença entre o provérbio e a "locução proverbial" (modismo ou expressão idiomática, segundo outras terminologias), já que esta última desencadeia sempre uma leitura figurada;

h) "prosodic": trata-se também de uma propriedade opcional, facultativa.

Quanto aos dois últimos traços apontados na matriz, "entertaining" e "humorous", só por necessidade de confronto com a anedota, o conto e a canção é que se compreende a sua inserção na matriz. Na figura que a seguir apresentamos, e que corresponde à definição em matriz de Norrick, + indica uma propriedade típica sempre presente, - indica a ausência de uma propriedade e 0 marca o seu carácter opcional:

¹² Para Norrick, "as an inventorized unit belonging to a particular language, a proverb has its own customary meaning, its standard proverbial interpretation"(1985:1).

	Potential free conversational turn	Conversational	Traditional	Spoken	Fixed form	Didactic	General	Figurative	Prosodic	Entertaining	Humorous
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Proverb	+	+	+	+	+	+	+	0	0	-	0
Cliché	+	+	+	+	+	-	0	0	0	-	0
Wellerism	+	+	+	+	+	-	-	0	0	+	+
Curse	0	0	+	+	+	-	-	0	0	-	0
Proverbial phrase	-	+	+	+	+	-	-	+	0	-	0
Riddle	-	-	+	+	0	0	-	0	0	+	0
Joke	-	-	+	+	-	-	-	0	-	+	+
Tale	-	-	+	+	-	0	-	0	-	+	0
Song	-	-	+	-	+	0	-	0	+	+	0
Slogan	+	-	-	0	+	0	-	0	0	-	0
Aphorism	0	-	-	-	+	0	+	0	0	+	0

Com esta definição através de uma matriz, Norrick tenta recuperar algumas das propriedades tradicionalmente apontadas como típicas do provérbio e simultaneamente propõe-se delimitar a especificidade do provérbio relativamente a: a) outras categorias ou géneros literários "transculturais", por exemplo, aforismos, epigramas, apotegmas; b) outros itens folclóricos tradicionais vigentes no seio de uma cultura particular (adivinha, conto, anedota, canção). Curiosamente, não se alude nunca à oposição texto anónimo/ texto autoral, que a nosso ver poderia clarificar, numa perspectiva sincrónica, as fronteiras entre o provérbio e o aforismo ou a máxima.

Mais do que o confronto transcultural ou etnográfico entre géneros textuais, interessa-nos analisar o funcionamento semântico-pragmático específico do provérbio, pelo que reteremos da matriz de Norrick os traços que de algum modo apontam para esse domínio: por um lado, o facto de o provérbio funcionar como enunciado completo, com uma coerência semântica e pragmática próprias, por outro, o carácter genérico da interpretação-padrão que ele desencadeia.

4. ABORDAGENS SEMIÓTICAS

Pese embora o carácter controverso da expressão que escolhemos para título deste parágrafo, parece-nos possível reunir sob esta designação todos os estudos paremiológicos que partem da ideia de que os provérbios são signos de um sistema semiótico cultural peculiar regido por códigos lógico-temáticos e retóricos que exigem a elaboração de uma 'gramática' específica.

Como afirma Szemerényi, "proverbs just as any folklore or any form of art are a second modelling system" (1974:935). A autora recorre ao conceito de 'sistema modelizante secundário' elaborado pela escola de Tartu, conceito esse que emerge no seio de uma reflexão teórica em torno dos diferentes sistemas semióticos que configuram a cultura de uma sociedade (cf. Lotman e Uspenskij,1975). A arte, os mitos, o folklore são 'sistemas modelizantes' na medida em que podem ser analisados em termos de conjuntos organizados de signos que permitem a estruturação do mundo, com funções gnoseológicas e comunicativas; são 'secundários' porque se desenvolvem a partir de e segundo o modelo das línguas naturais, consideradas como sistemas modelizantes primários. Nesta perspectiva, os provérbios são, repetimo-lo, signos pertencentes a um sistema semiótico cultural.

Segundo as informações que coligimos, Permyakov é o primeiro autor a sistematizar um modelo de abordagem semiótica do provérbio. Para Permyakov, os provérbios são "signs of certain situations or relations between things" (*apud* Zolkovskij,1978:311), e o conteúdo que veiculam, independentemente da língua em que se expressam, pode ser traduzido através de uma metalinguagem abstracta, reduzida a um conjunto de fórmulas simples, de natureza universal. Na impossibilidade de uma consulta directa de grande parte dos trabalhos deste estudioso soviético, que infelizmente não se encontram traduzidos, foi a partir de Permjakov (1979), Krikmann (1974), Zolkovskij (1978) e ainda do extenso estudo de Zavarin e Coote (1979) que colhemos elementos sobre o modelo proposto. Esse modelo comporta três

componentes: a) o componente temático, que dá conta do plano do conteúdo dos provérbios; b) o componente linguístico, que engloba a descrição dos aspectos léxico-gramaticais do provérbio; c) o componente referencial, algo obscuro, que deverá descrever as relações do provérbio com o mundo real. Fixemo-nos no componente temático, que compreende dois níveis: o nível das oposições semânticas relevantes no universo paremiológico, que configuram o tema propriamente dito do provérbio (por exemplo, aparência vs. essência, muito vs. pouco, mudança vs. imutabilidade, o nosso vs. o dos outros, limitado vs. ilimitado), e o nível da estrutura lógico-semiótica, descrito através de um conjunto finito de fórmulas abstractas elementares responsáveis pela articulação em moldes proposicionais do tema em questão. Essas fórmulas representam relações invariantes entre objectos e entre propriedades e objectos:

- se p tem a propriedade x, então tem também a propriedade y;
- onde há x, há y;
- se q depende de p e se p possui a característica x, q também possui a característica x;
- se p possui uma característica considerada positiva e se q não a possui, então p é melhor do que q.

Recorrendo à distinção linguística entre substância e forma do plano do conteúdo, proposta por Hjelmslev (1971:65-79), diremos que o tema corresponde à substância do conteúdo, e a estrutura lógico-semiótica equivale à forma do conteúdo.

Permyakov considera que uma determinada oposição semântica, um determinado tema plasmado numa fórmula-base pode sofrer diferentes transformações e conversões. As transformações alteram o significado inicial, ao passo que as conversões apenas afectam a expressão linguística superficial, preservando o conteúdo subjacente. Concretizemos através de um exemplo: a oposição "o nosso/o dos outros", subjacente à forma-básica "Se x é nosso, x é bom", pode sofrer uma transformação negativa, dando origem à fórmula "se x é nosso, x não é bom"; pode ainda sofrer uma transformação combinatória, dando origem à fórmula "se x é nosso, pode ser bom ou mau".

Para ilustrar a noção de conversão, retomemos a forma básica afirmativa "se x é nosso, x é bom". Através da dupla negação, é possível expressar o mesmo significado com um enunciado do tipo: "Se x é nosso, então x não é mau".

A lista fechada das transformações torna o modelo de Permyakov capaz de gerar os vários tipos possíveis de provérbios que uma determinada oposição semântica, moldada numa determinada fórmula-base, é susceptível de desencadear. Por outro lado, recensear as conversões de uma fórmula-básica permite estabelecer o leque de variação dentro de um mesmo 'esquema' ("pattern") de relações.

Assim, este modelo teria um carácter preditivo, permitindo gerar várias formas possíveis de provérbios num domínio temático preciso. Como afirmam Zavarin e Coote, "a matrix of the transforms and conversions predicts the possible forms of proverbs in a semiotic domain" (1979:9). Além disso, trata-se de uma abordagem do provérbio susceptível de mostrar que "the paremiological fund (of a culture) contains all the basic types of logical operations which underlie thought processes and all the basic semantic categories which the speaker has available (in his language and culture) to articulate and interpret his experience" (Zolkovskij,1978:313).

Zolkovskij, sensível a algumas deficiências do modelo de Permyakov, propõe-se introduzir algumas alterações de modo a torná-lo mais operativo e internamente mais coerente, inserindo-o no quadro do modelo "Meaning <-> Text" (cf. Mel'cuk e Zolkovskij,1970 e Zolkovskij, 1978). Assim, mantém intacto o componente temático e defende igualmente a formulação dos temas através de oposições semânticas invariantes, plasmadas em fórmulas lógicas. Quanto ao componente linguístico, subdivide-o em dois sub-componentes, a gramática e o léxico, sendo ao nível do léxico que se estabelece a relação com o mundo real, na medida em que os lexemas permitem representar objectos do mundo. A maior inovação consiste na introdução de um novo componente, um componente poético, susceptível de descrever os mecanismos expressivos que no processo de derivação textual transformam a formulação lógica inicial num enunciado muitas vezes marcado por uma elaboração poética. Considera Zolkovskij que questões como a motivação do significado global do provérbio, os paralelismos sintácticos e fonéticos que

os caracterizam e a expressão de verdades filosóficas gerais através de asserções particulares, entre outras, exigem uma análise atenta e a construção de uma utensilagem descritiva que possa sistematizar o conjunto de processos expressivos regularmente accionados pelo texto proverbial. Surge então a proposta de um conjunto finito de mecanismos expressivos ("expressive devices", ED) que operariam entre o tema e o texto de modo a tornar mais impressivo o conteúdo informativo básico: "The input to an ED is a thematic element (...); the output is an element (or a combination of elements) that conveys the same thematic value with grater 'force'. Themes are 'unexpressive' formulations of the information they contain. EDs are 'contentless', i.e. theme preserving; they enhance the expressiveness of themes without affecting their content"(1978:319).

Estes mecanismos (entre os quais se contam a concretização, a variação através de pólos contrastantes, a amplificação e a redução) constituem um conjunto de regras retóricas que descrevem de forma *ad hoc* as diferentes figuras que elaboram expressivamente um tema; é através deles que se formula a derivação entre um tema e um texto concreto: "The derivation represents the expressive structure by showing the history of an unadorned theme's gradual metamorphosis into a full-fledged artistic text, every succeeding stage being attained by the application of one of the expressivness devices"(1978: 320).

Interessa-nos reter a seguinte ideia-chave da proposta de Permjakov/Zolkovskij: diferentes provérbios podem expressar o mesmo tema, constituindo diferentes projecções textuais de uma mesma estrutura lógica profunda, submetida a um conjunto não uniforme de regras de projecção, umas de natureza léxico-gramatical, outras de tipo retórico. Surgem, assim, paradigmas de provérbios sinónimos, paráfrases co-variantes de um mesmo significado invariante, mais abstracto e geral.

O aspecto mais controverso desta proposta prende-se com o estatuto ambíguo daquilo a que os autores chamam "estrutura lógico-semiótica". Assimilá-la à forma do plano do conteúdo equivale a admitir que ela coincide com o significado do provérbio, o que só se justifica se se considerarem os

provérbios como signos de uma "semiótica conotativa",¹³ regida por códigos lógico-temáticos e retóricos específicos: tendo como suporte significante as línguas naturais, os provérbios veiculariam conteúdos gnoseológicos e comunicativos substancialmente distintos dos significados literais dos enunciados utilizados, e passíveis de serem formulados numa metalinguagem universal. Mas tal hipótese é invalidada pela existência de provérbios que só admitem uma interpretação literal, o que nos leva a questionar este tipo de abordagem. Pensamos que é viável analisar o provérbio como mero enunciado ou texto linguístico, desde que se estabeleça claramente uma distinção prévia entre significado e interpretação: a apreensão do significado decorre exclusivamente da competência linguística do falante; a interpretação envolve a activação de mecanismos inferenciais baseados no conhecimento enciclopédico que os falantes têm acerca do mundo, a captação da intenção comunicativa do locutor, o processamento de operações cognitivas que viabilizam o cálculo dos níveis indirectos ou figurados da significação.¹⁴ Parece-nos, pois, possível descrever o funcionamento dos provérbios conjugando os instrumentos operatórios da semântica e da pragmática linguísticas; como corolário, o recurso à noção de 'sistema modelizante secundário' não se nos afigura imprescindível.

¹³ Utilizamos esta expressão na acepção de Hjelmslev (1971).

¹⁴ A nossa acepção de 'interpretação' difere do sentido mais corrente da noção de 'interpretação' definida no âmbito da semântica formal. Para o esclarecimento desta última noção, veja-se o parágrafo 2.1. do cap. 2 da Parte I deste trabalho.

5. A HIPÓTESE SEMÂNTICA DE KLEIBER

No âmbito dos trabalhos mais recentes sobre provérbios, de fundamentação estritamente linguística, não podemos deixar de mencionar o artigo de Kleiber (1989 a), que desenvolve uma reflexão em larga medida paralela à nossa.¹⁵ Para Kleiber, o provérbio é um "nome", no sentido lógico-filosófico do termo: um "nome" é um signo que nomeia os objectos do real; qualquer unidade codificada, memorialmente associada a um referente, ou a uma classe de referentes, pode ser considerada um "nome". Kleiber considera que os provérbios pertencem às unidades codificadas de uma língua, argumentando que à sua fixidez formal corresponde uma fixidez semântico-referencial. Nesta primeira etapa da sua reflexão, o autor manifesta evidentes afinidades com as concepções apresentadas em 1.2., já que o provérbio é analisado enquanto unidade fraseológica, sequência de itens cujo significado convencional não é composicionalmente construído.

A originalidade da proposta manifesta-se numa segunda etapa da reflexão, quando Kleiber delimita o objecto de referência destas unidades convencionais. Na sua óptica, os provérbios são frases que denotam situações genéricas, não ancoradas no espaço e no tempo e centradas no homem.¹⁶ Daí o seu carácter gnómico e o seu estatuto "law-like": sendo asserções sobre regularidades estruturantes do mundo, e não sobre factos episódicos, os provérbios expressam informação que persiste, informação que não é invalidada por contra-exemplos ou situações recalcitrantes. Na ausência de informação contrária, a informação genérica expressa pelos provérbios é verificada pelas instâncias episódicas das situações-tipo descritas; por isso Kleiber afirma que os provérbios expressam verdades por defeito, e não

¹⁵ Mencionaremos, ainda, os trabalhos de Cram (1983) e Schmidt-Radefeldt (1983 e 1984), contributos sólidos para um estudo linguístico dos provérbios, à luz de quadros teóricos contemporâneos. Sobre o problema da referência no provérbio e nas expressões idiomáticas, veja-se também Agostiniani (1978) e Greciano (1983).

¹⁶ Na esteira de Riegel (1987), Kleiber considera que os provérbios predicam algo acerca da espécie humana, configurando situações e comportamentos típicos do homem.

verdades universais, o que implica que as correlações expressas só sejam aplicáveis a instâncias típicas das entidades referenciadas.¹⁷

Se nos parece plausível contestar a definição de provérbio em termos de unidade fraseológica, invocando como contra-argumento a existência de um número considerável de provérbios literais, já a segunda vertente da proposta nos parece bastante fecunda e estimulante. De facto, Kleiber afasta-se decididamente dos objectivos taxinómicos mencionados em 1.2., enveredando pela construção de uma hipótese definitória de base semântica, com um potencial descritivo e explicativo considerável. A problemática da genericidade será por nós retomada nos capítulos 1 e 2 da Parte II deste trabalho.

¹⁷ Idêntica posição é defendida por Zumthor, que afirma que o provérbio veicula uma proposição "fictivement admise comme non falsifiable" (1976: 361).

CAPÍTULO 2. PARA UMA ANÁLISE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DO TEXTO PROVERBIAL

Nos parágrafos anteriores, analisámos criticamente as diferentes abordagens que o provérbio tem suscitado, tanto no campo dos estudos linguísticos como no campo mais restrito dos estudos paremiológicos, passando pelas propostas semióticas. Neste capítulo, propomo-nos sistematizar os traços que consideramos mais relevantes na caracterização do provérbio, e delimitar os enquadramentos teórico-metodológicos que nortearam este trabalho.

1. PROVÉRBIO COMO TEXTO E CITAÇÃO

Utilizamos o termo 'texto' para designar um enunciado linguístico completo e coerente, de extensão variável: trata-se, por conseguinte, de uma unidade semântico-pragmática, definida em função do seu potencial comunicativo no quadro de um processo de interação. Fragmento discursivo globalmente coerente, o texto-provérbio pode ocorrer quer isolado (por exemplo, nas páginas de uma antologia ou de um dicionário, em inscrições domésticas, como slogan de grupo), quer integrado numa interação conversacional quotidiana ou num outro texto mais extenso (nomeadamente num artigo de jornal, num sermão ou numa narrativa). Tendo em conta este tipo de distribuição, o provérbio pode ser estudado em duas perspectivas complementares: enquanto texto isolado, funcionando como unidade comunicativa mínima, e enquanto texto incorporado num fragmento discursivo mais vasto. Estas duas perspectivas serão exploradas no decurso deste trabalho.

Sendo texto, o provérbio é um texto institucionalizado,¹⁸ propagado oralmente de geração em geração: pode ser reproduzido por um número ilimitado de falantes, perante interlocutores sempre renovados, em lugares e tempos diferentes, sem contudo perder a sua identidade.¹⁹ Devido ao peso da tradição, há uma interpretação-padrão ligada a cada um dos provérbios que circulam na comunidade. Por vezes, essa interpretação confunde-se com o significado directamente expresso; noutros casos, ou seja, nos provérbios 'figurados', a interpretação-padrão transcende o significado linguístico, por abstracção, generalização ou inferência analógica.

Falar de 'reprodução' implica falar das condições peculiares que rodeiam o uso de um provérbio. De facto, o falante que 'enuncia' um provérbio está a citar um texto alheio, pondo implicitamente em cena um enunciador indeterminado que se confunde com a própria comunidade; em esquema, teríamos o seguinte dispositivo enunciativo:

Eu (locutor) digo-te que (£ diz que (provérbio))

£ é o símbolo que utilizamos para representar um enunciador colectivo, porta-voz da comunidade.²⁰ Por vezes, o falante que introduz no seu discurso um provérbio assinala que se trata de uma citação, mencionando um suposto

¹⁸ Utilizamos o termo 'institucionalizado' na acepção definida por Sgall: "There are (...) texts that are neither artistic nor written, but that have a similar status as for the possibility of being repeated (by another speaker, to another auditory, at different time-points and places) without losing their identity (...). The institutionalized texts (...) have a specific position in the relationship of type and token; such a text can be considered a type having its own different tokens (...). Their "copies" or repetitions may have their own value (...), they exist (and continue to occur) even without the presence of their authors, in vary different situations, in different historical epochs, and may be interpreted in various ways by various audiences" (1979: 93-94).

¹⁹ Como sublinha Lázaro Carreter (1978), o provérbio não se configura enquanto tal no acto da sua invenção, mas no lento processo da sua absorção pelo conjunto dos membros da comunidade.

²⁰ Este traço característico do funcionamento do texto proverbial ilustra paradigmaticamente a concepção polifónica da enunciação que tem vindo a ser desenvolvida por Ducrot: "le locuteur, responsable de l'énoncé, donne existence, au moyen de celui-ci, à des énonciateurs dont il organise les points de vue et les attitudes" (Ducrot, 1984: 205).

enunciador primitivo, através de expressões do tipo "como diz o povo", "já dizia a minha avó". No entanto, tais expressões constituem formas introdutórias convencionalizadas, que podem ser globalmente subsumidas por £.

Este aspecto tem sido realçado por vários autores. Segundo Greimas, ao apropriar-se de um provérbio "le locuteur abandonne volontairement sa voix et en emprunte une autre pour proférer un segment de parole qui ne lui appartient pas en propre, qu'il ne fait que citer" (1960:41). Para Berrendonner, o locutor que 'enuncia' um provérbio apresenta a sua própria enunciação como sendo o eco de um número ilimitado de enunciações anónimas anteriores (1982:199 ss.).

O dispositivo enunciativo acima esquematizado gera consequências curiosas do ponto de vista do funcionamento discursivo do provérbio: as regularidades gnómicas, as generalizações empíricas e as normas comportamentais enunciadas por £ não são forçosamente assumidas por I, já que I não as assere. Daí que a citação de um provérbio possa perfeitamente verificar-se num registo irónico: "Parler de façon ironique, cela revient, pour un locuteur L, à présenter l'énonciation comme exprimant la position d'un énonciateur E, position dont on sait par ailleurs que le locuteur L n'en prend pas la responsabilité et, bien plus, qu'il la tient pour absurde" (Ducrot,1984:211). Em contrapartida, quando I se identifica a £, I cita o provérbio por forma a sancionar os seus próprios pontos de vista, invocando uma 'voz' supostamente inquestionável: é o funcionamento tradicional do provérbio como argumento de autoridade.

2. QUADRO TEÓRICO

Não nos cingimos neste trabalho a um modelo teórico exclusivo, tributário de uma reflexão epistemológica de contornos bem definidos. Julgamos, porém, que é possível articular de forma complementar diferentes modelos ou sub-teorias, em função do(s) aspecto(s) parcelar(es) do objecto empírico que pretendemos analisar. Se se optar por uma concepção modular das línguas naturais, torna-se legítima a convocação de modelos diversos, activados em função do nível de descrição seleccionado. Por outro lado, se num determinado modelo não se encontram instrumentos teórico-operatórios susceptíveis de dilucidar algumas das interrogações suscitadas pelo objecto empírico que nos propomos analisar, parece-nos absolutamente justificado o recurso a outros quadros teóricos, que de algum modo contemplem a nossa problemática.

Quando nos propusemos estudar a especificidade do texto proverbial, tivemos de operar algumas reduções em função do ponto de vista adoptado: assim, ao definir provérbio como texto, privilegiámos a análise da sua dimensão semântico-pragmática, em detrimento da análise das suas estruturas sintácticas ou das suas particulares configurações fono-rítmicas. Foi, justamente, a constatação da inexistência de um modelo semântico suficientemente elaborado, susceptível de descrever os diferentes e complexos parâmetros que entram em jogo na construção das asserções e das injunções proverbiais e respectivas interpretações-padrão (nomeadamente, a questão da referência genérica, os valores temporo-aspectuais típicos, as modalidades dominantes, as correlações semânticas interproposicionais e as inferências interpretativas), que nos levou a percorrer diversos quadros teóricos e a retirar de cada um deles os conceitos e os instrumentos operatórios relevantes para a análise do *corpus*.

Assim, passamos a indicar os principais quadros de que o nosso trabalho é tributário.²¹

²¹ Pressupõem-se conhecidos os parâmetros de análise semântica desenvolvidos pela Gramática de Caso e pela Gramática Funcional (para uma visão crítica global, cf. Peres, 1984).

2.1. Semântica formal

Em primeiro lugar, referiremos o quadro da semântica formal, modelística e vero-condicional, estreitamente dependente da lógica e da matemática. Esta semântica foi impulsionada de forma decisiva pelos trabalhos de Tarski, no âmbito das linguagens formais, e de Montague, no âmbito das línguas naturais. Neste quadro, é central o conceito de verdade, já que o significado de um enunciado é assimilado às suas condições de verdade, isto é, à forma que o mundo teria de assumir para o enunciado ser verdadeiro: "To know the meaning of a (declarative) sentence is to know what the world would have to be for the sentence to be true. Put another way, to give the meaning of a sentence is to specify its truth-conditions" (Dowty et alii,1981:4). Para avaliar o valor de verdade que constitui o valor semântico de uma frase é necessário verificar se existe uma correspondência entre as condições de verdade da frase, estabelecidas com base no princípio da composicionalidade (ou princípio de Frege, segundo o qual o significado de uma expressão complexa é função dos significados das suas partes e do seu modo de combinação), e o modo particular de ser de um mundo (um qualquer mundo possível). Tal verificação tem sido feita mediante recurso a uma área da lógica matemática denominada Teoria dos Modelos; assim, simula-se matematicamente, regra geral em termos conjuntistas, uma forma possível de um mundo ser, um modelo, e determinam-se quais as fórmulas de que esse modelo constitui uma interpretação, isto é, as fórmulas que são verdadeiras relativamente a esse modelo. Nesta perspectiva, a condição de verdade para uma fórmula atômica do tipo 'P(a)' (sendo a um nome próprio ou uma constante individual e P um predicado de um lugar) será:

A fórmula 'P(a)' é verdadeira no modelo M se e só se o objecto denotado por *a* (em M) tiver a propriedade correspondente a P (em M). Esta condição de verdade foi formulada numa perspectiva intensional. Numa perspectiva

extensional, teríamos: a fórmula ' $P(a)$ ' é verdadeira no modelo M se e só se a fizer parte do conjunto dos objectos denotados por P (em M).

Acrescente-se que nas versões mais elaboradas da semântica formal a avaliação do valor de verdade de um enunciado exige a tomada em consideração de factores de variação (os índices, na terminologia de Lewis, 1972) como o tempo, o lugar, o enunciador, o enunciatário, para citar apenas os mais relevantes.

Os objectos conjuntistas que uma interpretação associa às expressões da linguagem são as suas 'denotações'. Ao especificar, através de uma metalinguagem, a forma que o mundo deverá assumir para que um enunciado seja verdadeiro, uma semântica formal é sempre uma semântica da referência. É claro que reduzir o valor semântico dos enunciados de uma língua natural a correspondências com objectos de um mundo, traduzíveis em termos matemáticos, constitui uma abstracção teórica: contempla-se apenas a função representativa da linguagem, deixando-se em suspenso a sua vertente comunicativa - daí o privilégio quase absoluto concedido às frases declarativas; só se retem como pertinente o nível expresso, directo e autónomo do significado - exclui-se, pois, o nível do pressuposto, o nível retórico ou figurado da significação e muitas das determinações contextuais da informação globalmente veiculada por um enunciado; adopta-se um tratamento formal do significado que em última análise deflui da convicção de que não há diferenças importantes entre línguas artificiais (lógicas e matemáticas) e línguas naturais.

De que modo se reflecte então no nosso trabalho o enquadramento teórico da semântica formal? Julgamos poder dizer que aproveitámos parcialmente sub-teorias recentes, centradas na pesquisa de uma representação semântica adequada dos enunciados genéricos. Os problemas envolvidos na representação da forma lógica deste tipo de enunciados têm suscitado, nos últimos tempos, a atenção de muitos semanticistas (cf., entre outros, Dahl (1975), Nunberg e Pan (1975), Carlson (1977), (1977a), (1979), (1982), (1987); Farkas e Sugioka (1983), Meulen, (1985), Schubert e Pelletier, (1987), Heyer (1988)). Com efeito, há uma pluralidade de questões em aberto

levantadas pelos enunciados genéricos, e a discussão dessas questões interessam-nos directamente, na medida em que muitos provérbios são enunciados genéricos. Realçamos a seguir as questões que nos parecem mais relevantes.

(a) Qual a entidade envolvida na denotação de um SN genérico? Poder-se-á representar o valor semântico desses SN's em termos quantitativos, ou deverá optar-se pela reformulação ontológica dos primitivos do domínio semântico?

(b) Se enunciados do tipo "O castor constrói barragens", "Os castores constroem barragens" e "Um castor constrói barragens" são consensualmente interpretados como genéricos, poderíamos ser levados a concluir que as três configurações sintácticas do SN são sempre comutáveis num contexto de interpretação genérica. No entanto, o SN definido e o SN indefinido nem sempre são comutáveis, como facilmente se comprova comparando os enunciados "O lince está em vias de extinção" e "*Um lince está em vias de extinção". Haverá, então, diversos tipos de enunciados genéricos, discrimináveis em função dos predicados que neles ocorrem?

(c) Será pertinente agrupar sob uma mesma designação enunciados cujas condições de verdade, a avaliar pelos exemplos que a seguir se transcrevem, se revelam tão díspares?

Os chimpanzés são mamíferos

Os pássaros cantam

Os franceses comem carne de cavalo

O trasmontano é reservado

Informalmente, diríamos que, no primeiro caso, o enunciado impõe uma leitura universal, a saber "todos os chimpanzés são mamíferos"; no segundo, uma paráfrase aceitável seria "a maior parte dos pássaros canta"; no terceiro caso, basta que uma percentagem significativa dos elementos do conjunto denotado pelo nome "franceses" satisfaça o predicado "comer carne de cavalo" para que o enunciado possa considerar-se verdadeiro (note-se o carácter vago

do parâmetro 'percentagem significativa'); no último exemplo, a paráfrase mais aproximada seria "o membro típico do conjunto dos trasmontanos é reservado".

(d) Qual o papel dos valores temporo-aspectuais na construção de uma leitura genérica, isto é, não episódica de um enunciado?

Mais do que as soluções formais sofisticadas apresentadas pelos autores acima mencionados, interessou-nos a análise subtil e rigorosa dos dados empíricos, bem como a reflexão teórica desenvolvida, nomeadamente em torno do conceito de "espécie" que, como adiante veremos (cap.1 da Parte II), permite apreender a entidade envolvida na denotação de SN's genéricos. Tendo em conta que os provérbios assertivos são sempre enunciados que descrevem estados de coisas gerais, habituais ou constantes, facilmente se compreende que uma reflexão sobre a sua estrutura semântica não pode ignorar os estudos que no âmbito da semântica formal têm vindo a ser consagrados ao problema da genericidade nominal.

2.2. Semântica conceptualista

Recorremos igualmente a trabalhos situados no quadro de uma semântica "representacionalista" e "conceptualista", na terminologia de Partee (1989). Neste quadro, o significado de uma expressão linguística é entendido fundamentalmente como representação mental, e essa representação é formulada em termos componenciais. Assim, do ponto de vista lexical, representa-se o significado de um termo analisando-o em unidades mínimas de significação supostamente indecomponíveis, os 'semas' (designação consagrada na linguística europeia, pelos trabalhos de, entre outros, Coseriu, Greimas e Pottier), 'traços' ou 'primitivos semânticos' (designação corrente na linguística americana, onde se destacam os nomes de Katz e Fodor, McCawley, Lakoff e Dowty, Jackendoff)²².

²² Veja-se Kempson (1977: cap.6) e Lyons (1977: cap. 9).

Aceite o princípio de que há componentes atômicos de significado - que podem ser cognitivamente considerados como pertencentes a um conjunto universal de conceitos lexicalizados nas línguas particulares, ou meramente encarados como traços semânticos, instrumentos de análise não correlacionados com quaisquer entidades mentais - coloca-se a questão de saber se é possível uma decomposição exaustiva do significado de um item lexical baseada nesses mesmos componentes atômicos. Uma decomposição exaustiva num conjunto finito de primitivos semânticos equivaleria à explicitação do conjunto de condições necessárias e suficientes para a determinação da referência da palavra. Se em determinados sub-sistemas lexicais, correspondentes a campos semânticos restritos (por exemplo, o campo do parentesco), se pode aspirar a uma decomposição satisfatória, aparecendo a análise componencial como base metodológica consistente para a especificação do significado de um lexema no interior de uma rede fechada de termos (cf. Coseriu e Geckeler (1974) e Geckeler (1981)), na maioria dos casos o linguista confronta-se com resíduos semânticos não analisáveis, que se furtam a uma sistematização, e, muitas vezes, surge inclusive a dificuldade de discriminar quais são os componentes que integram inequivocamente o significado da palavra.

Assim, uma questão hoje em dia muito debatida no quadro da semântica lexical prende-se justamente com a dificuldade de delimitação consistente de fronteiras nítidas entre traços semânticos e informação de natureza enciclopédica habitualmente associada pelos falantes aos referentes designados pelos itens lexicais. Na esteira da reflexão-chave de Putnam (1975), e tendo em conta o contributo de pesquisas realizadas no campo da psicologia cognitiva por Rosch (1973) e Rosch /Mervis (1975), autores como Haiman (1980), Metzinger (1981), Eikmeyer e Rieser (1981), Jackendoff (1985), Fillmore (1985) e Schwarze (1987), entre outros, têm sublinhado sistematicamente a necessidade de problematizar de forma radical a distinção entre dicionário e enciclopédia. Aparece como consensual a ideia de que as fronteiras são fluidas, havendo como que um continuum de traços configuradores do significado de um item lexical; os traços habitualmente apontados como parte integrante do significado linguístico adquirem pertinência e carácter distintivo no interior de sub-sistemas construídos pelos lexicólogos; os traços enciclopédicos associam-

se aos lexemas por via de um conhecimento do mundo largamente socializado. De facto, parece poder afirmar-se que, para os utentes comuns da língua, o significado dos itens lexicais se traduz preferencialmente em termos de 'estereótipos', e não de definições de tipo analítico, correspondendo tais estereótipos às representações intuitivamente construídas pelos falantes, ancoradas nas suas crenças, nas suas percepções empíricas, no seu conhecimento de senso comum: "stereotypes are beliefs about the properties of standard objects in standard situations" (Eikmeyer e Rieser, 1981:139). Os estereótipos podem ser descritos sob forma de "frame representations" (Metzing, 1980), ou seja, quadros ou moldes que traduzem o conhecimento comum dos falantes acerca de instâncias típicas de objectos e eventos.²³

Nesta perspectiva, mais do que afectar a cada lexema um conjunto de traços inerentes, supostamente definitórios e distintivos, interessa representar a informação veiculada por um item lexical sob a forma de um conjunto de traços típicos, configuradores das propriedades geralmente associadas pelos falantes de uma comunidade aos objectos denotados pelos lexemas. Essas propriedades podem ser eventualmente de carácter avaliativo, se se admitir que há valores axiológicos consensuais registados no léxico.

Se uma representação em termos de "frame" pode conferir maior evidência empírica ao significado lexical, parece-nos, no entanto, que o estudo do léxico terá sempre de ser complementado pela descrição das relações paradigmáticas de significado que o organizam (sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia) e pela análise de propriedades de tipo semântico-sintáctico que caracterizam a distribuição de cada item (restrições de selecção, papel desempenhado numa estrutura predicativa). Os estudos sobre classificação tipológica de predicados, baseados na análise componencial dos seus predicados atómicos e na definição das funções semânticas

²³ Idêntica posição é defendida por Jackendoff, para quem a vagueza do significado lexical deve ser equacionada em termos de uma representação conceptual que dê conta das propriedades da instância estereotípica de uma categoria (cf. Jackendoff, 1985: cap.8). Note-se que os "structural networks" de Norman e Rumelhart (1975), desenvolvidos no quadro da Inteligência Artificial, são já uma tentativa de representação da informação lexical em termos de rede conceptual.

desempenhadas pelas expressões nominais que com eles co-ocorrem,²⁴ representam um contributo importante no que toca à sistematização das propriedades semântico-sintáticas dos itens lexicais.

Vejam agora de que modo e em que momento se reflectem no nosso trabalho as pesquisas levadas a cabo no âmbito da semântica lexical. Quando, no capítulo 5 da Parte II, nos propusemos esclarecer os mecanismos que viabilizam a construção inferencial das interpretações-padrão, no caso dos provérbios figurados, fomos confrontados com a necessidade de explicar como se transita do plano lexical das concretizações figurativas para um plano semântico mais genérico e abstracto; para o fazer, tivemos de analisar alguns sub-sistemas lexicais, dentro de uma mesma série temática, por forma a depreender como é que o significado literal motiva a interpretação-padrão. Trata-se, em última análise, de captar as relações semânticas mais relevantes entre lexemas ou pares de lexemas funcionalmente equivalentes, de modo a abstrair indutivamente os traços mais relevantes que abrem caminho à generalização: é justamente aqui que a adopção de uma representação do significado lexical em termos de estereótipos se revela produtiva, desde que complementada pela consideração das relações paradigmáticas de significado e pela análise de traços relacionais de natureza semântico-sintáctica.

2.3. Pragmática

No nosso trabalho, recorreremos também a contribuições recentes da pragmática, entendida aqui como disciplina que se ocupa do estudo da linguagem em contexto. Na esteira da reflexão de Wittgenstein sobre os "jogos de linguagem", reflexão essa que tende a sublinhar a diversidade de acções realizadas pelos falantes no e pelo uso quotidiano da linguagem, a pragmática tende a privilegiar a dimensão comunicativa da linguagem em detrimento da sua função de representação do mundo. Assim, confere-se particular relevo ao

²⁴ Veja-se Dowty (1972) e Cook (1978).

uso da linguagem num processo de interacção: falar é agir intencionalmente em função de certos objectivos e de acordo com regras de natureza contratual e institucional. É justamente nesta linha de perspectivação do fenómeno linguístico que se inserem os trabalhos de Austin sobre os actos de fala, e particularmente sobre os actos ilocutórios, bem como o aprofundamento posterior desta questão levado a cabo por Searle, com a sua tipologia das modalidades das acções verbais.

A análise do valor ilocutório dos enunciados proverbiais foi-nos útil em dois momentos distintos: na elaboração de uma tipologia de provérbios, recorreremos a um parâmetro ilocutório para separar os provérbios que apenas representam estados de coisas, modos de ser do mundo- provérbios descritivos- dos que prescrevem normas de conduta- provérbios normativos (veja-se o cap.3 da Parte II); esta distinção parece dar conta das funções básicas do provérbio, afloradas no conjunto das suas definições tradicionais. Num segundo momento, recorreremos ao valor ilocutório (directo e indirecto) dos provérbios para analisar as suas funções discursivas e a sua relevância pragmática em interacções dialogais e em textos da imprensa contemporânea (veja-se a Parte III desta dissertação).

Mas a investigação no âmbito da pragmática transcende o plano da análise e classificação dos actos ilocutórios. Em torno dos trabalhos de Grice (1975,1978,1981), desenvolveu-se uma teoria da comunicação verbal com repercussões assinaláveis no plano da descrição e explicação de um conjunto de fenómenos linguísticos ligados por um denominador comum: o desfasamento entre 'o que se diz' - o significado de uma expressão linguística- e 'o que se quer dizer'- o significado efectivamente comunicado pelo falante, calculado em função do significado linguístico, da informação contextual e de um conjunto de princípios gerais, as "máximas conversacionais" que supostamente presidem à comunicação. O que fundamentalmente interessa a Grice é descrever as estratégias que permitem aos falantes 'computar' todas as informações comunicadas pelos usos não directos da linguagem, ou seja, informações intencionalmente transmitidas, mas de forma implícita. Grice parte da hipótese de que os participantes num processo de interacção verbal estão empenhados em cooperar (Princípio da Cooperação), pelo que respeitam

um conjunto de regras conversacionais que estipulam de forma genérica a quantidade, qualidade e pertinência da informação que deve ser transmitida, bem como o modo de apresentar essa informação. Tais princípios ou máximas dirigem as contribuições discursivas dos intervenientes e permitem ainda aceder aos conteúdos implícitos, na medida em que funcionam como princípios de dedução pragmática.²⁵ Os conteúdos implícitos, ou "implicaturas", são canceláveis em certos contextos, o que prova que a sua reconstrução resulta de um processo inferencial probabilístico, contextualmente dependente. São decisivos, enquanto parâmetros contextuais, o que os falantes sabem um do outro e o que sabem acerca do mundo.

As implicaturas conversacionais ou discursivas correspondem, pois, às inferências calculadas tendo em vista restabelecer a observância do conjunto das máximas, e só são detectáveis no contexto da conversa em que surgem. É obvio que este aspecto do significado não é contemplado por uma semântica vero-condicional que apenas se ocupe do significado linguístico, entendido como aquilo que determina as condições de verdade das proposições. A contribuição de Grice situa-se no plano de uma teoria do uso da linguagem, e assim se compreende o seu interesse em configurar um quadro geral susceptível de integrar todos os aspectos ligados à interpretação dos enunciados.

Para além das implicaturas conversacionais, Grice refere ainda as implicaturas convencionais, que são processadas em função do significado convencional de certos morfemas (conectores como 'só', 'mesmo', 'até', 'mas'); estes morfemas são portadores de instruções que restringem, filtram o cálculo interpretativo, impondo a construção de certas inferências. Ao contrário das

²⁵ Atente-se no esquema envolvido na derivação das implicaturas conversacionais:

- (a) o locutor L disse P
- (b) não há razão para supor que L não observa as máximas conversacionais, ou, pelo menos, o princípio da cooperação
- (c) para o fazer, L tem de pensar que Q
- (d) L sabe (e sabe que o locutário sabe que L sabe) que o locutário compreende que é necessário supor que L pensa Q
- (e) L nada faz para impedir o locutário de pensar Q
- (f) L pretende que o locutário intua que Q é requerido
- (g) assim, L implicitou Q.

implicaturas conversacionais, estas não são canceláveis, uma vez que não se baseiam em assunções susceptíveis de serem contextualmente anuláveis ou revogáveis: não é possível implicar convencionalmente uma proposição e negar em seguida essa implicatura.

A teoria griceana da interpretação tem suscitado críticas pela ausência de critérios rigorosos de cálculo. Com efeito, as implicaturas conversacionais não são inferências lógicas, baseadas apenas no significado proposicional dos enunciados trocados no processo de interação verbal; a sua construção depende de informação contextual variável, pelo que não é possível torná-las explícitas e previsíveis. Sperber e Wilson (1986) tentaram construir um modelo dedutivo da interpretação, susceptível de tornar menos vaga e indeterminada a inferência pragmática. Esse modelo está construído em torno da noção central de "relevância", definida como princípio regulador do acto comunicativo. De certo modo, só se comunica quando se constroem enunciados relevantes ou pertinentes relativamente ao contexto em que são interpretados. O contexto é aqui entendido como um conjunto de assunções partilhadas pelos participantes no acto comunicativo, cuja selecção pontual é activada por forma a garantir a relevância do enunciado que está a ser interpretado. Há, assim, uma interdependência entre a noção de contexto e a de enunciado relevante, interdependência que só não se torna circular porque os autores desenvolvem a ideia de que o enunciado interage com as assunções contextuais de modo a produzir determinados efeitos, que podem ser de três tipos: implicações contextuais, reforços e supressões. Esta enumeração dos efeitos que tornam um enunciado relevante liga-se de forma clara a uma perspectiva da comunicação em moldes cognitivos: com efeito, para os autores, o acto de comunicação visa modificar o 'ambiente' ("environment") cognitivo do destinatário, quer pela junção de novas assunções à sua gama de conhecimentos, quer pelo reforço das já existentes, quer ainda pela sua supressão.

As implicações contextuais são inferencialmente deduzidas, graças à activação de regras de eliminação intrinsecamente interpretativas, que permitem extrair conclusões não triviais a partir de premissas ou assunções contextuais. Os autores propõem um sistema dedutivo formal, através do qual

se tornam explícitos os procedimentos ou as operações que se devem aplicar ao longo da dedução, de modo a nada deixar à intuição do utilizador.

Esta breve referência à contribuição crítica de Sperber e Wilson tende apenas a sublinhar que é possível contrapor às implicaturas conversacionais de Grice, informalmente calculadas por processos não especificados, inferências interpretativas que podem ser controladas por um sistema formal de dedução.

Neste trabalho, no capítulo consagrado à análise das funções discursivas dos provérbios, recorreremos à noção de inferência sempre que se coloca a questão de reconstruir a relevância semântica e pragmática do provérbio relativamente ao discurso em que se insere (v. Parte III).

PARTE II

CAPÍTULO 1. A REFERÊNCIA NOMINAL NO TEXTO PROVERBIAL

1. REFLEXÕES PRELIMINARES

O provérbio nunca faz referência a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos específicos e determinados, nem descreve situações ou estados de coisas episódicos. Coloca-se, então, a questão de saber que tipo de entidades estão envolvidas na denotação das expressões linguísticas, nomeadamente sintagmas nominais, que funcionam como suporte linguístico do 'tema' dos diferentes textos proverbiais. Neste capítulo, propomo-nos justamente analisar os valores referenciais dessas expressões.

Partimos do princípio aristotélico de que há duas funções básicas da linguagem verbal, a função de nomeação, desempenhada pelas expressões nominais que permitem designar entidades num mundo, e a função de predicação, realizada pelas expressões que descrevem propriedades de entidades ou relações entre entidades. No que respeita à denotação das expressões nominais, importa começar por distinguir, por um lado, as estruturas nominais sem determinantes - quantificadores ou outros - e contendo ou não estruturas de modificação - adjectivos, sintagmas preposicionais ou orações relativas - e, por outro lado, os sintagmas nominais propriamente ditos. Na sequência das propostas de Montague, é geralmente aceite em semântica formal a ideia de que as primeiras destas estruturas designam conjuntos de indivíduos, numa perspectiva extensional, e propriedades, numa perspectiva intensional. Quanto às segundas - os sintagmas nominais -, e no âmbito do mesmo quadro teórico, tem-se considerado que denotam famílias de conjuntos, numa perspectiva extensional, e conjuntos de propriedades, numa perspectiva intensional. Por exemplo, dado o sintagma nominal os livros, o nome livro terá como denotação o conjunto dos livros existentes no universo dado ou, alternativamente, a propriedade de ser um livro. Por sua vez, o SN os livros

denotará o conjunto dos conjuntos que contêm todos os livros ou, alternativamente, o conjunto das propriedades comuns a todos os livros.

As extensões específicas dos sintagmas nominais dependem ainda dos índices de cada enunciação, nomeadamente as coordenadas espacio-temporais dessa enunciação e, por exemplo, o mundo possível, se se adoptar uma semântica dos mundos possíveis.

Pensamos que o tipo de entidades envolvidas na denotação dos sintagmas nominais corresponde a diferentes graus de abstracção e de complexidade cognitiva, em função das propriedades semânticas do nome, das operações de determinação, quantificação e qualificação a que o nome pode ser submetido, e até, por vezes, dos valores temporais e aspectuais dos predicados com que se combinam no enunciado. Ao percorrermos os diferentes SN's tematizados do nosso *corpus*, teremos oportunidade de reflectir sobre algumas destas questões.

Sendo este capítulo consagrado à problemática da referência nominal, não pudemos deixar de nele incluir uma reflexão sobre o valor semântico dos antropónimos no texto proverbial. Dado que os antropónimos constituem um sub-conjunto dos nomes próprios, e sabendo nós que os nomes próprios são o suporte linguístico privilegiado da referência singular definida, fomos levados a interrogar-nos sobre o seu funcionamento peculiar em enunciados que nunca referenciam indivíduos específicos.

Na mesma linha de ideias, tentaremos esclarecer também o valor semântico dos pronomes pessoais deícticos que ocorrem no texto proverbial. Estes pronomes têm sido caracterizados pelo facto de o seu valor semântico depender em absoluto das coordenadas enunciativas. Assim, eu e tu são formas linguísticas que, por excelência, designam indivíduos específicos, o locutor e o locutário de um acto de enunciação. Impõe-se, por conseguinte, analisar o seu funcionamento peculiar num tipo de texto que exclui, à partida, a modalidade da referência singular específica.

Finalmente, tomámos em consideração a estrutura informacional do provérbio e admitimos, por conseguinte, a articulação 'tema/rema', ou 'tópico/comentário', tal como foi desenvolvida no quadro da estrutura funcional da frase. Neste quadro, o 'tema' é aquilo de que se fala e o 'rema' corresponde à

informação predicada sobre o 'tema'²⁶. Admitimos ainda que, geralmente, numa frase declarativa não marcada, a estrutura 'tema/rema' coincide com a estrutura sintáctica sujeito/predicado. Como estratégias sintácticas de marcação de um 'tema' ou 'tópico' distinto do sujeito, adoptámos a proposta de Mateus *et alii* (1989:227-234).

A exposição que se segue está organizada do seguinte modo: no parágrafo 2, serão analisados os valores referenciais das estruturas linguísticas que funcionam como tópico não marcado – SN's introduzidos pelo artigo definido singular (2.1.), SN's introduzidos pelo artigo definido plural (2.2.), SN's introduzidos por quantificadores numerais (2.3.), SN's introduzidos pelo artigo indefinido plural (2.4.), SN's introduzidos por quantificadores universais (2.5.), SN's desprovidos de determinantes (2.6.), infinitivos (2.7.1.) e relativas sem antecedente em SN's tematizados (2.7.2.); no parágrafo 3, analisar-se-ão os valores referenciais de tópicos marcados; no parágrafo 4, aborda-se a problemática da referência em provérbios que configuram asserções existenciais negativas, construções que consideramos à margem da estrutura tópico/comentário; nos parágrafos 5 e 6 analisam-se, respectivamente, os valores semânticos dos antropónimos e dos deícticos no texto proverbial; no parágrafo 7, tecem-se as observações finais.

Os exemplos seleccionados ao longo da exposição devem ser entendidos como ilustração paradigmática dos diferentes tipos de estruturas linguísticas a que o texto proverbial recorre para designar as entidades tematizadas e não como listagem exaustiva dos provérbios do *corpus* que integram cada um dos tipos discriminados.

²⁶ Cf. Sgall *et alii* (1986).

2. VALORES REFERENCIAIS DAS EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS QUE FUNCIONAM COMO TÓPICOS NÃO MARCADOS

2.1. SN's introduzidos pelo artigo definido singular

Começaremos por analisar os SN's tematizados do nosso *corpus* que apresentam a estrutura interna 'Artigo definido singular + Nome (+ Modificador). Porém, antes de iniciarmos essa análise, julgamos pertinente tecer algumas considerações sobre o valor semântico dos sintagmas nominais definidos, por forma a enquadrar teoricamente a nossa abordagem. Acentue-se que o nosso objectivo não é recensear criticamente todas as propostas teóricas até hoje desenvolvidas em torno da determinação nominal, mas tão somente destacar os vectores que nessa reflexão se nos afiguram mais relevantes para o esclarecimento da semântica do texto proverbial.

O valor semântico do artigo definido tem sido abordado fundamentalmente em duas perspectivas: uma perspectiva lógico-semântica e uma perspectiva pragmática. Na primeira vertente, merecem particular relevo os trabalhos decisivos de Russell (1905) e Strawson (1950), centrados na dilucidação das condições de verdade dos enunciados que contêm "descrições definidas". Para Russell, um enunciado que comporta uma descrição definida, por exemplo, o enunciado " O rei de França é inteligente", é logicamente representado pela conjunção de três proposições, a saber: a) há um rei de França; b) há um só rei de França; c) esse indivíduo é inteligente. Na metalinguagem utilizada, é o operador iota que representa a unicidade do referente. Strawson reformula esta proposta dizendo que as três proposições assinaladas não têm exactamente o mesmo estatuto lógico: as duas primeiras configuram as pré-condições da verdade ou falsidade da última proposição. Assim, considera que um enunciado cujo SN sujeito é uma descrição definida pressupõe a existência e a unicidade do referente, e assere algo sobre esse referente. Ambos acentuam, entretanto, o facto de as descrições definidas permitirem a referência a um e um só particular, sendo em certa medida comparáveis aos nomes próprios e aos demonstrativos deícticos.

Esta análise do valor semântico do determinante definido suscita algumas objecções, dentre as quais salientaremos a necessidade de relativizar a asserção ou pressuposição de unicidade a um contexto específico de enunciação; uma hipótese de resolução deste problema, no âmbito de uma semântica formal, consiste na introdução de índices ao nível das representações semânticas dos enunciados, entendendo-se por índices, na esteira de Lewis (1972), os factores de variação que devem ser tomados em consideração para a avaliação do valor de verdade de um enunciado: tempo, lugar, enunciador, enunciatário e até o próprio discurso anterior.²⁷

Do ponto de vista pragmático, interessa analisar as condições em que o falante pode adequadamente usar o artigo definido para realizar um acto de referência definida (cf. Searle, 1969). Grosso modo, dir-se-á que o artigo definido se utiliza quando a identidade do objecto referenciado é conhecida pelo locutor e passível de ser reconhecida pelo locutário: "In the case of a definite description such as "the man", the speaker provides an indication that he intends to refer to a particular object, and he supplies a descriptor which he assumes will be sufficient to identify for the hearer which object he intends to refer to in the particular context of his utterance" (Searle, 1969:86).

Numa tentativa de conjugar o significado lógico dos artigos com as circunstâncias de uso apropriadas, Hawkins (1978) construiu uma proposta, conhecida por "teoria da localização", que comporta alguns traços inovadores. O autor começa por fazer o levantamento dos casos-tipo em que o artigo definido é usado: a) nas cadeias anafóricas; b) nos contextos em que o referente faz parte integrante da situação, sendo directamente percebido pelos interlocutores (o funcionamento da descrição definida é, nestes casos, idêntico ao das expressões da deixis presencial); c) nas anáforas associativas; d) nos contextos em que há um conjunto de conhecimentos (específicos ou gerais) partilhados pelos interlocutores. Todos estes usos revelam, na perspectiva de Hawkins, que há um "conjunto partilhado" ("shared set") pelos interlocutores (conjunto esse que pode ser constituído pelo discurso anterior, pela situação de

²⁷ Em investigações mais recentes, Karttunen e Peters (1979) defendem que a unicidade veiculada pelo artigo definido pode ser considerada uma implicatura convencional (uma condição sobre os contextos enunciativos aceitáveis para o uso do determinante definido) e não um aspecto do significado do determinante.

enunciação ou pelos conhecimentos comuns), no interior do qual se situa ou localiza o referente definido. O reconhecimento de referente passa, então, pela identificação prévia desse conjunto ou domínio comum de interpretação; no interior desse domínio, que pragmaticamente se pressupõe partilhado, o referente é localizado como sendo o único a possuir a propriedade veiculada pelo nome, enquanto predicado descritivo.²⁸ Apesar da ausência de uma definição absolutamente rigorosa de "shared set", a proposta tem, a nosso ver, o mérito de sublinhar que há três tipos de definitude assinaladas pelo artigo: situacional, textual e cognitiva.²⁹

As abordagens teóricas que sumariamente apresentámos privilegiam a vertente extensional da denotação dos SN's definidos e circunscrevem-se aos casos em que os SN's são utilizados como expressões referenciais, isto é, expressões com uma função designatória, que permitem seleccionar e designar objectos num mundo.³⁰ Acontece, porém, que a análise do valor semântico do

²⁸ O autor refere ainda os usos "não familiares" do SN definido, usos em que o SN é seguido de modificadores explanatórios (entre os quais, as relativas restritivas), considerando que a sua hipótese também os abarca: "the function of the modifier itself (is) to provide the information which makes set identification and location possible" (Hawkins, 1978:140). Saliente-se que esta tese permite igualmente explicar o uso do artigo definido plural: neste caso, os referentes a localizar no interior do "conjunto partilhado" são os únicos a verificar a propriedade expressa pelo nome. O artigo definido marca, pois, a "inclusividade" ou "totalidade" da referência, dentro do conjunto pertinente, sendo a unicidade apenas um caso particular da totalidade. Já em Bierwisch (1971) se defende que o traço linguístico definido corresponde em lógica quer ao operador iota, que expressa indivíduos únicos, quer ao operador lambda, operador que constrói a classe de todos os elementos que exibem a propriedade representada por um dado predicado. Assinale-se que em Rivero (1975) se defende uma posição muito próxima da de Hawkins: "The definite article indicates that we are referring not to "one so-and-so and no more", but to the totality of the so-and-so's exhibiting the attribute(s) mentioned in the descriptive phrase"(Rivero, 1975: 34).

²⁹ Esta é a terminologia usada por J. Peres (c.p.). O. Lopes sublinha igualmente que a função própria do artigo definido é a de assinalar um conjunto (singular ou plural) discursivamente pré-construído, quer em pré-texto, quer em situação discursiva, quer por conhecimento do mundo (1991). A noção de "conjunto relacional" avançada por Galmiche (1979) e aprofundada em Galmiche (1985) situa-se também nesta linha de reflexão.

³⁰ É, no entanto, possível encontrar funcionamentos diversos dos SN's definidos, nomeadamente SN's em "uso atributivo", na expressão de Donnellan (1971): neste uso, é anulado o potencial de referência dos SN's, pelo que a descrição do seu valor semântico terá de ser feita em termos meramente intensionais.

artigo definido singular se tem confinado geralmente aos casos em que o nome comum é contável, isto é, casos em que o nome denota conjuntos de indivíduos discretos, pelo que o acto de referência definida é assimilado à selecção de um indivíduo específico. No entanto, há casos em que o SN introduzido por o/a não designa indivíduos singulares específicos, podendo o texto proverbial considerar-se uma ilustração paradigmática desses casos, uma vez que através dos SN's definidos que nele ocorrem se opera uma referência de tipo genérico. Assim, os parâmetros semânticos e pragmáticos invocados – unicidade existencial e pressuposição pragmática de possibilidade de identificação do referente pelo interlocutor – terão de ser reequacionados em função do tipo de entidades envolvidas na denotação dos SN's genéricos introduzidos por o.

A heterogeneidade semântica dos SN's tematizados que integram o nosso *corpus* e que possuem a estrutura Artigo definido + Nome (+ Modificador) levou-nos a procurar delimitar sub-grupos. Assim, numa primeira fase, pareceu-nos pertinente operar uma subdivisão baseada na consideração da natureza semântica (massiva ou contável) dos nomes que funcionam como núcleo do SN. A distinção massivo/contável tem sido estabelecida com base em dois critérios, que passamos a expor. Segundo o critério de ordem linguística, preconiza-se o estudo dos contextos de ocorrência dos nomes, em moldes distribucionais, tendo em conta, nomeadamente, o tipo de determinantes e quantificadores que cada tipo de nome admite (a título de exemplo, na configuração sintáctica bastante N só ocorreriam, em português, nomes massivos: bastante água, * bastante livro). Nesta perspectiva, verifica-se que os nomes contáveis co-ocorrem com quantificadores e determinantes que realizam operações de extracção de partes singulares ou plurais do conjunto-base denotado pelo nome; os nomes massivos dificilmente admitem a pluralização e, quando tal acontece, a combinação da quantificação com o nome introduz uma determinação de natureza qualitativa: por exemplo, o sintagma "duas águas" pode ser interpretado como "dois tipos de água".³¹

³¹ Se nalgumas línguas há quantificadores que funcionam como teste diferenciador entre a designação massiva e a designação contável ou discreta (veja-se a oposição much/many, em inglês, ou a utilização do partitivo du, em francês, que assinala a designação massiva), já em português actual tal não se verifica de forma tão clara; cf. O. Lopes (1980).

O segundo critério tradicionalmente invocado para a fundamentação da oposição massivo/contável é um critério de ordem ontológica, centrado na análise das propriedades que caracterizam os objectos envolvidos na denotação de cada tipo de nome, e comporta três tipos de testes. O teste da referência cumulativa (Quine,1960) diz-nos que uma unidade nominal é massiva se se referir a um objecto/substância X tal que, juntando uma quantidade de X a uma outra quantidade de X, o objecto final resultante da união ainda é X: se se juntar uma porção de água a uma outra porção de água, obtém-se água; pelo contrário, a união de dois objectos envolvidos na denotação de nomes contáveis não dá origem a um objecto da mesma natureza: juntando um gato a um outro gato, obtemos um conjunto de dois gatos.

O teste da divisibilidade homogénea (referência divisa, na terminologia de Pelletier (1979), propriedade distributiva, na terminologia de Bunt (1985)] diz-nos que uma unidade nominal é massiva se referir um objecto X cujas partes são, grosso modo, ainda X: uma porção de água é ainda água.³² Os nomes contáveis denotam objectos que, submetidos ao teste da divisibilidade, dão origem a objectos heterogéneos: uma parte de um gato não é um gato.

A fundamentação ontológica da oposição massivo/contável é problemática. Como sublinha Martin, uma mesma realidade é susceptível de ser apreendida numa língua como massiva, numa outra língua como contável ("au français ordures ou déchets (comptable) correspond l'allemand Dreck (massif)", 1988: 39); mesmo sem abandonarmos as fronteiras de uma língua, verificamos que uma unidade nominal à partida considerada como contável – porque denota um conjunto de objectos encarados como descontínuos, um conjunto em que é possível distinguir e enumerar partes singulares e partes plurais – pode ocorrer em contextos preferencialmente reservados aos nomes massivos (veja-se, por exemplo, em francês a expressão "lyncher du gréviste", ou em português "comer melão"). Logo, julgamos ser legítimo afirmar que a oposição massivo/contável resulta da estruturação, do recorte ou da (re)organização do mundo imposta pelas línguas naturais, sendo largamente

³² Assinale-se que a restrição aduzida pela expressão *grosso modo* pretende assinalar que a operação de divisibilidade homogénea tem um limite, do ponto de vista físico: uma parte de uma molécula de água já não é água. De qualquer modo, numa perspectiva de semântica linguística, a formulação proposta – uma porção de água é ainda água – é aceitável.

independente das próprias coisas e singularmente maleável. Neste sentido, a oposição parece reflectir-se sobretudo na utilização dos operadores de actualização do sintagma nominal, não constituindo em absoluto uma propriedade de subcategorização dos nomes.³³

As dificuldades levantadas pela oposição em apreço acentuam-se quando nos confrontamos com nomes que tradicionalmente são classificados como abstractos; com efeito, terá algum sentido aplicar os testes da referência cumulativa e da divisibilidade homogénea a nomes que não envolvem na sua denotação objectos concretos, directamente observáveis e localizáveis espacio-temporalmente? A análise do nosso *corpus* confirma que os nomes ditos abstractos não constituem uma categoria homogénea: há abstractos que proporcionam uma representação descontínua do real, pela quantificação discreta que admitem (por exemplo, as virtudes, três virtudes, muitas virtudes), e há também abstractos que admitem preferencialmente uma quantificação massiva (por exemplo, muita coragem, ?muitas coragens).³⁴ Um segundo factor de heterogeneidade prende-se com o processo de formação do nome abstracto. Nesta perspectiva, encontrámos no *corpus*:

a) nomes que constituem formas-base e que funcionam como nomes próprios de entidades abstractas (por exemplo, 'tempo', 'mal');

b) nomes que resultam de um processo de derivação deadjectival e que denotam uma propriedade ou uma qualidade (nomina essendi como 'honestidade' ou 'beleza');³⁵

³³ Ao criar a metáfora do "universal grinder", Pelletier (1979) quis apenas sugerir que é possível construir, para qualquer nome habitualmente usado como nome contável, um contexto em que esse mesmo nome possa ser adequadamente utilizado como nome massivo, viabilizando uma referência indivisa. Para este autor, e também para Bunt (1985), a distinção contável/massivo só pode ser aplicada a um nome quando ele ocorre no contexto de certos determinantes e quantificadores.

³⁴ Carlson (1977) considera que a um nome abstracto como virtude deve corresponder uma entrada lexical marcada pelo traço nome contável, uma vez que a esse nome se associam outras entradas lexicais que funcionam como "espécies subordinadas" (coragem e sinceridade, por exemplo, são tipos de virtude).

³⁵ Note-se que um nome abstracto do tipo nomina essendi pode dar origem a um nome factivo, quando submetido a um novo processo de derivação onde é fulcral o papel do determinante seleccionado: cf. a crueldade --> uma crueldade (= um acto de crueldade). Para

c) nomes que resultam de um processo de derivação deverbal e que denotam uma acção e/ou o seu resultado (nomina actionis como 'união' ou 'voo').

2.1.1. Artigo definido singular + Nome "abstracto" (+Modificador)

Observemos um conjunto de exemplos extraídos do *corpus* que têm em comum a estrutura 'Artigo definido singular + Nome "abstracto" (+Modificador)':

A cobiça rompe o saco
A afeição cega a razão
A beleza não se põe na mesa
A razão espanta o medo
A experiência é mãe da ciência
A união faz a força
O tempo mostra o amigo
O saber não ocupa lugar
O mal que da tua boca sai em teu peito cai

As entidades referenciadas pelos SN's tematizados desta série de provérbios são de natureza diversa, em função do tipo de nome comum que ocorre como cabeça do SN. Beleza, afeição e cobiça, por exemplo, denotam uma propriedade que pode conceber-se como correspondendo à intensão dos predicados de um lugar 'ser belo', 'ser afectuoso' e 'ser cobiçoso'; quando estes nominais ocorrem em SN's introduzidos pelo artigo definido singular, sem qualquer complemento de valor restritivo, o referente designado é essa

Karolak, os *nomina essendi* representam predicados imperfectivos atemporais e denotam propriedades permanentes não iteráveis (cf. Karolak, 1989: 50).

propriedade abstracta "entificada", apresentada como objecto do mundo.³⁶ Quando a cabeça do SN é constituída por nomes como união, saber e experiência, nomes a cuja semântica está subjacente um processo léxico-sintáctico de nominalização de um molde proposicional com todas as variáveis livres, a entidade referenciada parece ser quer o processo ou a acção, quer o seu resultado estativo.³⁷ Independentemente do tipo de entidade envolvida na denotação dos SN's, podemos afirmar que todos eles suscitam uma interpretação genérica, na medida em que as entidades referenciadas não estão localizadas espacio-temporalmente. Comparem-se os enunciados

a) "A experiência é mãe da ciência"

b) "A experiência que o João fez no laboratório não deu os resultados previstos"

No provérbio, a entidade referenciada pelo SN sujeito é atemporal; no segundo enunciado, estamos perante uma frase episódica, que delimita espacio-temporalmente o valor referencial do respectivo SN sujeito.

Nos enunciados proverbiais referenciam-se sempre entidades-tipo, ou seja, entidades não ancoradas no espaço e no tempo. A ausência, no SN, de complementos de valor restritivo susceptíveis de especificarem a referência, aliada ao valor gnómico do presente simples dos predicados verbais, desencadeia a leitura genérica acima referida. No último provérbio desta série, o SN comporta um modificador com um elemento usualmente classificado como deíctico_ o possessivo tua, que associa ao processo deíctico a função de genitivo; porém, o estatuto de texto institucionalizado dos provérbios retira às

³⁶ Kleiber considera que este tipo de nomes, que classifica de sincategoremáticos, são predicados que "rassemblent des occurrences individuelles qui ne forment pas une catégorie référentielle stable, homogène" (1981 a: 39). Trata-se de uma posição de algum modo inspirada pela observação de Strawson, segundo a qual "une occurrence de 'sagesse' peut être un homme, une remarque ou une action" (*apud* Kleiber, 1981 a: 39). A reflexão recente de Wilmet (1988) sobre os nomes abstractos aponta, a nosso ver, no mesmo sentido: a extensão desses nomes é heterogénea, a intensão equivale ao conjunto de atributos partilhados pelas ocorrências múltiplas e heterogéneas de N.

³⁷ No quadro da gramática de Montague, dir-se-ia que nomes deste tipo denotam a intensão de predicados de dois (ou mais) lugares.

expressões deícticas que neles ocorrem a sua função mostrativa primitiva: tua não remete para um locutário específico, a pessoa a quem me dirijo quando cito o provérbio, mas sim para o conjunto dos potenciais locutários.

A definitude marcada pelo determinante seleccionado é uma definitude cognitiva: o referente entendido integra o nosso conhecimento do mundo, adquirido graças à categorização da experiência do real que a conceptualização viabiliza.

2.1.2. Artigo definido singular + Nome contável (+ Modificador)

A laranja de manhã é ouro, à tarde prata, à noite mata

O sandeu trata o alheio e deixa o seu

A galinha da vizinha é sempre melhor que a minha

A ruim ovelha deita a perder o rebanho

O bom filho a casa torna

O bom pano na arca se vende

O testamento do pobre na unha se escreve

O cão com raiva seu dono morde

O leão não caça pardais

A entidade envolvida na denotação dos SN's tematizados desta série de provérbios é uma 'espécie', na terminologia de Carlson. Para se entender cabalmente esta afirmação, necessário se torna fazer um breve excursão em torno do trabalho teórico desenvolvido por Carlson. Na semântica de Carlson há dois primitivos, os objectos e as espécies; assim como existem nas línguas naturais nomes próprios para os objectos (João, por exemplo), também existem construções que funcionam como nomes próprios para as espécies: em inglês, segundo o autor, tais construções são os nomes flexionados no plural, desprovidos de determinante (os "bare plurals"). Os motivos que levaram Carlson a propor uma inovação de carácter ontológico no domínio semântico prendem-se com a dificuldade de representar semanticamente as entidades

designadas pelos "bare plurals" em termos de conjuntos definidos extensionalmente ou em termos de intensões de conjuntos. Com efeito, Carlson verificou que há predicados que se aplicam só a conjuntos de objectos e predicados que se aplicam exclusivamente a espécies (o predicado "widespread", por exemplo, só se aplica a espécies: cf. 1982: 155-156); se as entidades designadas fossem do mesmo tipo, haveria uma total compatibilidade de predicados. Por outro lado, optar por uma representação quantificacional dos SN's dos enunciados genéricos implicaria seleccionar um quantificador susceptível de traduzir as condições de verdade de tais enunciados. Mas acontece que, no quadro de uma interpretação quantificacional, se assiste a uma considerável flutuação das condições de verdade dos enunciados genéricos, em função da natureza lexical dos predicados. A título de exemplo, um quantificador como *most* ('a maior parte de') seria demasiado forte para representar as condições de verdade do enunciado "Mosquitos carry the paramecium that causes the yellow fever"; segundo Carlson, "the sentence seems true, even if the predicate is true only of a minority of the individuals under consideration". Pelo contrário, no enunciado "Bees are sexually sterile", o mesmo quantificador revela-se demasiado fraco, já que, no conjunto de todas as abelhas, só a rainha e o zângão não verificam o predicado em questão (Carlson, 1977: 67 e ss.). A semântica teria, por conseguinte, de reflectir essa dependência do quantificador relativamente ao predicado, o que comportaria pesados custos ao nível da formalização e da própria coerência e homogeneidade das representações. Por outro lado, um quantificador quase-universal como "most" não dá conta das nossas intuições relativamente à oposição entre excepcionalidade e valores que não satisfazem uma fórmula aberta. Concretizemos esta ideia a partir do exemplo apresentado por Carlson (1987): face ao enunciado "Os cães ladram", o enunciado "Este é Fido, um cão que não ladra" é entendido como expressão de uma verdadeira excepção; o mesmo não acontece se confrontarmos o último enunciado com "Quase todos os cães ladram". E isto porque os quantificadores quase-universais implicam conversacionalmente a asserção de que há instâncias que não satisfazem a predicação, o mesmo não acontecendo com os enunciados genéricos.

Relativamente à solução que consistiria na representação da espécie em termos intensionais (de acordo com a qual "a term such as dogs would denote

the property of being a dog" (1982:156) ou "the kind dogs corresponds to the intension of the set of dogs" (1979:66)), Carlson considera que também ela se revela incorrecta, já que a distribuição dos termos que denotam propriedades não coincide com a dos termos que denotam espécies (por exemplo, num contexto como "_____ é uma propriedade", o lugar vazio só pode ser preenchido por termos do tipo "beleza" ou "inteligência", que efectivamente denotam propriedades); por outro lado, intuitivamente, "kind terms generally seem to be talking about the things, the entities of that kind, whereas the property terms generally seem to be talking of qualities or aspects of things independent of the things that exhibit those qualities" (1982:157).

Perante as dificuldades assinaladas, e tendo em conta que os "bare plurals" têm um comportamento idêntico ao dos nomes próprios quanto a questões de anáfora e de escopo (cf. 1977:134 e ss.), Carlson opta pela redefinição das entidades básicas do domínio semântico: o domínio passa a conter objectos e espécies, concebidos como indivíduos atemporais³⁸ que se "realizam" através de instâncias ou fases ("stages") ancoradas no tempo e no espaço. O que diferencia a espécie dos objectos é o facto de estes últimos não poderem ser realizados por fases que ocupem lugares distintos num dado momento.³⁹ A ambiguidade entre uma leitura existencial e uma leitura genérica de enunciados do tipo "Dogs bark"/"Os cães ladram" decorre justamente do facto de podermos interpretar o predicado quer como propriedade característica do indivíduo espécie, quer como propriedade verificada por fases da espécie. Quando o predicado se aplica directamente ao indivíduo espécie, estamos perante enunciados genéricos gnómicos, na terminologia de Carlson; quando o predicado se aplica a fases de indivíduos, espécies ou objectos, o enunciado é dito episódico.

Adoptando esta perspectiva de análise, compreende-se o efeito semântico de universalidade ou quase-universalidade típico dos enunciados genéricos

³⁸ O indivíduo (objecto ou espécie) é uma entidade conceptual, resultante de um processo de abstracção: "An individual is not given by a demonstrative. We only abstract an individual from a mass of facts" (Carlson, 1982:164).

³⁹ Ao dizer que a entidade-tipo denotada por um SN genérico é contínua ou recorrente no espaço e no tempo, Kleiber defende uma solução ontológica próxima da de Carlson. Cf. Kleiber, a publicar.

onde ocorrem predicados que também podem ser aplicados a objectos ou membros da espécie: se a propriedade asserida é verdadeira relativamente à espécie, isso significa, na ausência de informações contrárias, que todas as ocorrências que realizam a espécie verificam essa mesma propriedade.

Uma solução semelhante é defendida por Kleiber e Lazzaro (1987), embora a terminologia utilizada seja distinta. Para estes autores, o referente de um SN genérico é a classe intensionalmente apreendida como entidade autónoma, como conjunto tomado na sua totalidade. Em sintonia com Carlson, Kleiber considera que num enunciado genérico o predicado aplica-se directamente à classe/espécie e é verdadeiro relativamente a ela: "Tous les membres ou individus (...) n'ont pas besoin de vérifier le prédicat attribué à l'ensemble. La seule exigence est que le prédicat apparaisse comme étant vrai de cet ensemble" (1987:79). Assim se abre a possibilidade de se verificarem contra-exemplos, sem que, no entanto, se falsifique o enunciado genérico; concomitantemente, rejeita-se uma representação quantificacional dos SN's genéricos. O conjunto ou classe a que Kleiber se refere deve ser entendido em termos de totalidade (*totus*) e não de colecção universal de indivíduos (*omnis*). Acrescente-se ainda que, na perspectiva deste autor, um SN é genericamente interpretado quando não há, no contexto ou na própria situação de enunciação, elementos susceptíveis de restringir a referência a um elemento específico do conjunto denotado por N: " Un SN générique peut être défini comme un SN qui fixe, par l'intermédiaire de son seul sens ou intension (...) la classe ou ensemble (espèce) des N (ou N + modificateur) (1986:78).⁴⁰

Deve mencionar-se aqui que o reconhecimento da inadequação do quantificador universal levou alguns investigadores a propor hipóteses alternativas, que designaremos por teses neo-quantificacionais (cf. Biggs, 1978, e Farkas e Sugioka, 1983). Uma dessas hipóteses seria considerar-se que, embora elíptico na superfície textual, existiria sempre um quantificador como

⁴⁰ Idêntica posição é defendida por Corblin para os SN's introduzidos por o: "Le détermine l'exigence d'interpréter le groupe nominal, sur la base de sa référence virtuelle, comme désignateur. Si cette exigence est indépendante du contexte, l'interprétation est générique" (Corblin, 1987: 109). Cf. ainda Declerk (1987), onde se expõe uma solução similar.

geralmente ao nível da estrutura semântica subjacente do enunciado genérico.⁴¹ Este quantificador é híbrido, uma vez que pode ser lido como operador de quantificação sobre os indivíduos e sobre o tempo (ou os intervalos de tempo), e é talvez por isso que ele nos surge como o advérbio a que intuitivamente recorreremos para parafrasear grande parte dos enunciados genéricos. De facto, no quadro de uma representação quantificacional, este quantificador parece ser o mais adequado para dar conta dos dois aspectos essenciais da intuição dos falantes sobre a genericidade: por um lado, a referência a um conjunto de indivíduos, por outro, o carácter "law-like" da predicação. Farkas e Sugioka (1983) assimilam este advérbio de quantificação aos "unselective quantifiers" de Lewis (1975). Assim, geralmente seria um quantificador inerentemente vago que se combina com uma proposição aberta, isto é, uma proposição que tem pelo menos uma variável livre, e que opera sobre os "casos" em que essa proposição aberta é verdadeira.⁴² Nesta perspectiva, um enunciado genérico poderia ser representado pela fórmula $G(p)$, com as seguintes condições de verdade: " $G(p)$ is true iff p is true for a significant number of assignments of values for the free variables of p " (Farkas e Sugioka, 1983: 235).

Esta solução não é, contudo, totalmente satisfatória. Como já dissemos, verifica-se uma flutuação considerável das condições de verdade dos enunciados genéricos, em função da natureza lexical do predicado; por outro lado, um advérbio como geralmente "also has a very crucial non-

⁴¹ É clara a formulação desta tese por Biggs: "We shall argue here that sentences such as (1) Dodos like peanuts are essentially elliptical, having a suppressed adverbial phrase of the form explicit in (2) In general, dodos like peanuts, and we shall in fact claim that the semantics of every sentence involving a noun phrase which can receive a generic interpretation contains such an adverb of quantification: and that it is in the function of that adverb of quantification that we may locate the 'genericness' of the sentence involved, rather than in the semantic function of the noun phrase as such, or in the semantic function of the verb" (Biggs, 1978: 170). Também Pease-Gorissen (1980) alude a este quantificador genérico quando afirma que o quantificador universal que utiliza para representar os enunciados genéricos deve ser lido como "geralmente".

⁴² Lewis define 'caso' assim: "a case may be regarded as the 'tuple of its participants; and these participants are values of the variables that occur free in the open sentence modified by the adverb. In other words, we are taking the cases to be the admissible assignments of values to the variables" (1975: 7).

quantificational dispositional character which defies quantificational analysis" (Carlson, 1982:164).

Seguiremos, por conseguinte, a proposta de Carlson, e diremos que a entidade envolvida na denotação dos SN's tematizados que no nosso *corpus* são introduzidos pelo artigo definido singular é uma 'espécie'.

Como se constata através dos exemplos seleccionados, são mais frequentes no *corpus* os enunciados cujo SN tematizado comporta um modificador. Verifica-se, no entanto, que esses modificadores não bloqueiam a leitura genérica do SN, uma vez que não comportam quaisquer restrições de ordem contextual susceptíveis de especificarem a referência: o SN "o bom filho" não designa um objecto específico, particular, espacio-temporalmente ancorado. Daí a impossibilidade de submeter este tipo de enunciados a uma interrogação introduzida pelo morfema "Qual":

O bom filho a casa torna.

*Qual?

Na terminologia de Carlson, os sintagmas nominais genéricos que comportam um modificador designam espécies subordinadas, derivadas ou complexas, discursivamente construídas. Note-se que os modificadores que ocorrem no texto proverbial funcionam semanticamente como algumas das condicionais genéricas restritivas ("generic restrictive if /when clauses") analisadas por Farkas e Sugioka (1983).⁴³ Para estes autores, um enunciado como "O testamento do pobre na unha se escreve" pode ser parafraseado pelo enunciado "O testamento, se/quando é do pobre, na unha se escreve". E acrescentam: "restrictive if /when clauses are paraphrasable by sentences containing relative restrictive only in the case the subject variable of the restrictive if /when clause is a free variable that ranges over a kind, and if the if /when clause contains a pronoun whose antecedent is the subject of the main clause". Quando a condicional restritiva genérica é semanticamente equivalente a uma relativa restritiva, isso significa que, ao ser combinada com

⁴³ Sobre estas construções, ver ainda Carlson (1979) e Declerck (1988).

um SN que designa uma espécie, constrói discursivamente uma espécie derivada.

Na nossa abordagem destes SN's marcados pelos traços [+definido] e [+singular], admitimos que a entidade envolvida na sua denotação era a espécie. Este indivíduo pode ser concebido como um conjunto de propriedades⁴⁴: propriedades essenciais comuns a todos os membros da espécie, propriedades prototípicas que correspondem às propriedades disposicionais aplicáveis aos elementos tipicamente representativos da espécie, e ainda propriedades que não se aplicam às 'instâncias', mas apenas a esse indivíduo.⁴⁵ Diga-se, desde já, que, nos provérbios, propriedades não reconhecidas *a priori* como essenciais ou características da espécie são automaticamente promovidas a propriedades prototípicas dessa espécie, pelo simples facto de ocorrerem no molde de um enunciado genérico.⁴⁶

Se quiséssemos retomar os parâmetros semânticos invocados na caracterização das descrições definidas- existência e unicidade do referente- diríamos que há uma diferença básica entre as expressões que funcionam como nome próprio de espécies e as descrições definidas: as primeiras seleccionam como referente uma entidade-tipo, que resulta de um processo de categorização

⁴⁴ Esta ideia foi-nos pessoalmente comunicada por J. Peres.

⁴⁵ Distanciamo-nos, assim, da tese defendida por Martin (1986), segundo a qual o referente de um SN genérico introduzido pelo artigo definido singular é a intensão do nome que funciona como núcleo desse SN. Aproximamo-nos, em contrapartida, da tese de Heyer (1988), que estabelece uma tipologia dos enunciados genéricos com base numa análise dos predicados (necessários ou contingentes) que podem co-ocorrer com SN's genéricos.

⁴⁶ Consideramos pertinente a observação de Kleiber (a publicar) segundo a qual há enunciados genéricos (não analíticos) que expressam propriedades típicas *a priori*, isto é, propriedades que são verdadeiras para todos os locutores ou em todos os universos de crença (o enunciado " Os castores constroem barragens" pertence a este grupo, uma vez que o predicado "construir barragens" faz parte do estereótipo de "castor") e há ainda enunciados genéricos que exprimem predicacões que são verdadeiras pelo menos num universo de crenças (por ex., "Os castores são divertidos"). Há testes que permitem reconhecer as propriedades típicas *a priori*: não são compatíveis com construções de contração (cf. * X é um castor, mas constrói barragens) e dificilmente se aplicam a SN's específicos (cf. ? Este castor constrói barragens).

do mundo;⁴⁷ as segundas designam ocorrências particulares, que podem ser concebidas como realizações da entidade-tipo, num espaço e num tempo determinados. Assim, no primeiro caso, a unicidade existencial do referente só pode ser equacionada no plano conceptual, em estreita ligação com a noção de definitude cognitiva; no segundo caso, o contexto de enunciação aparece como parâmetro decisivo na delimitação da unicidade existencial do referente seleccionado.

2.1.3. Artigo definido singular + Nome massivo (+ Modificador)

A solução que adoptámos para os SN's precedidos de artigo definido que têm como núcleo nomes tradicionalmente considerados contáveis aplica-se igualmente a SN's cujo núcleo é constituído por nomes que ocorrem preferencialmente em construções de quantificação massiva. Vejam-se os exemplos:

A água salobra na terra seca é doce
O bom vinho escusa pregão
O dinheiro cala a verdade
O primeiro milho é dos pardais

Se admitirmos que a denotação de nomes como vinho ou água, extensionalmente definida, é um todo mereológico, constituído pelo conjunto de todas as partes ou quantidades a que se aplica o predicado 'ser água', podemos considerar que essa entidade é uma espécie, que se realiza através das

⁴⁷ Utilizamos a expressão "entidade-tipo" tendo presente a oposição "type concept"/"token concept" apresentada em Jackendoff (1985). Jackendoff utiliza a expressão "token concept" para designar a representação mental de uma coisa particular. O "token" corresponde à constante individual numa lógica de primeira ordem. O mesmo autor reserva a expressão "type concept" para designar a informação que o falante constrói e armazena quando apreende uma categoria (cf. 1985: 78 e ss.). Invocamos aqui a reflexão de Jackendoff porque nos parece possível estabelecer um paralelismo entre o valor referencial das entidades "genéricas" tematizadas no texto proverbial e o "type concept" tal como o autor o define.

suas ocorrências caracterizadas por uma estrutura interna homogênea (porções de água ou de vinho).⁴⁸ A ocorrência de modificadores adjetivais viabiliza a referência a espécies derivadas, discursivamente construídas.

Note-se que há uma identidade de distribuição predicativa entre os SN's genéricos cujo núcleo é um nome predominantemente contável e os SN's cujo núcleo ocorre preferencialmente em construções de quantificação massiva. Com efeito, tanto 'a água' como 'o leão' admitem predicados de espécie:

- a) A água está em vias de extinção
- b) O leão está em vias de extinção

Por outro lado, não é possível combinar qualquer um dos SN's assinalados com predicados colectivos que implicam uma pluralidade explícita:

- a') * A água é numerosa
- b') * O leão é numeroso

2.2. SN's introduzidos pelo artigo definido plural

Começamos por apresentar alguns provérbios cujo SN tematizado é introduzido pelo artigo definido plural:

As moscas não se apanham com vinagre

⁴⁸ Kleiber (1989), partindo do postulado de que a extensão de um nome (predominantemente) massivo é "un individu générique, constitué par l'ensemble de ses occurrences non discernables", constrói a hipótese segundo a qual o artigo definido singular, seguido de N contável e em leitura genérica, produz a homogeneização de uma extensão *a priori* heterogênea. Assim, Le N genérico realiza um processo de homogeneização de uma extensão *a priori* heterogênea, o que se torna possível graças à existência de propriedades suficientemente estáveis e características comuns às ocorrências particulares de N. Nesta linha de argumentação, um SN como 'o castor', em leitura genérica, designa um tipo, concebido como entidade constituída por sub-partes homogêneas. Um dos argumentos invocados a favor da tese da massividade de Le N genérico é a sua incompatibilidade com as expressões de excepção, como 'sauf' ou 'excepté', expressões essas que exigem uma diferenciação interna do referente: *"L'oiseau, sauf l'autruche, vole".

Os homens não se medem aos palmos
As palavras são como as cerejas

O artigo definido plural é utilizado geralmente quando se pretende fazer referência a todos os componentes de um dado conjunto contextualmente definido, ou seja, quando se tem em vista uma parte plural determinada de um conjunto básico, sendo tal parte tomada na sua universalidade (cf. Lopes, 1971:100). Quando, por exemplo, se afirma que "Os trabalhadores desta fábrica foram despedidos", o SN designa o conjunto dos trabalhadores de uma fábrica específica, que por sua vez é um sub-conjunto do conjunto básico denotado pelo nome 'trabalhador'. Quando não há qualquer determinação contextual, o SN introduzido pelo artigo definido plural pode designar um conjunto básico considerado em toda a sua extensão. É nesta linha que se insere a reflexão de Kleiber acerca dos SN's genéricos introduzidos pelo artigo definido plural. Partindo do princípio de que o valor semântico primitivo deste artigo é a pressuposição de existência de um, e um só, conjunto de indivíduos que são N (ou N + Mod.), Kleiber considera que um SN genérico do tipo Os N referencia um conjunto aberto, definido como conjunto que engloba ocorrências contingentes, potenciais e contrafactuais de N. Justifica a sua afirmação dizendo que, normalmente, através do sintagma Os N, o locutor faz referência a uma pluralidade de objectos determinados, uma vez que o artigo definido plural realiza a extracção de partes plurais de um conjunto-base; no entanto, como num enunciado genérico não há quaisquer restrições de natureza espaço-temporal susceptíveis de restringir ou circunscrever o número de ocorrências designadas, Kleiber fala de conjunto aberto: combina-se assim o valor plural do artigo com o carácter não contingente da genericidade.⁴⁹

Parece-nos, no entanto, que existe uma total equivalência semântica entre os enunciados:

Os homens não se medem aos palmos
O homem não se mede aos palmos

⁴⁹ A posição de Martin (1986) é idêntica à de Kleiber: o SN os gatos, em leitura genérica, designaria o conjunto dos gatos construído pela união de todas as extensões possíveis do nome.

Por outro lado, verifica-se uma plena compatibilidade de predicados ditos de espécie com SN's deste tipo:

As moscas estão em vias de extinção

Atente-se ainda no seguinte enunciado:

Os homens pisaram a Lua em 1969

O SN deste enunciado é genericamente interpretado, mas uma sua representação em termos de conjunto aberto é manifestamente inadequada. Trata-se de um exemplo que se enquadra na observação de O. Lopes segundo a qual, em muitos casos, o artigo definido plural não desempenha a sua função típica de quantificador universal, antes conferindo ao conjunto "um valor indiviso, colectivo, o que aproxima o nome comum plural de um nome próprio" (1971:123).

Os argumentos invocados levam-nos a considerar que a entidade envolvida na denotação destes SN's é ainda a espécie, o que implica admitir que em português a configuração linguística dos "nomes próprios" de espécies não se reduz à estrutura 'O + N'. Aliás, se tivermos em consideração que os provérbios expressam regularidades estruturantes do mundo, cuja validade não é afectada pela ocorrência de contra-exemplos, tanto mais se justifica a decisão de interpretar os SN's em questão como designadores de espécies.

Podemos dizer que o efeito de universalidade é mais forte, mais saliente, neste tipo de enunciados, relativamente aos enunciados genéricos introduzidos pelo artigo definido singular, devido à interacção entre o valor semântico primitivo do artigo, o carácter não episódico do predicado e a máxima conversacional da quantidade. Por outras palavras, o efeito de (quase)universalidade deve ser entendido como uma implicatura

conversacional.⁵⁰ De qualquer modo, tal como nos provérbios da série anterior, o que está em jogo é ainda a estruturação conceptual do mundo.

2.3. SN's introduzidos por quantificadores numerais

Uma andorinha não faz Verão

Um remo só não leva o barco ao mar

Uma flor não faz Primavera

Uma maçã podre apodrece um cento

Uma ovelha tihosa faz todo o rebanho tihoso

Uma palavra antes vale por duas depois

Dois pardais numa espiga nunca fazem liga

Dois sois não cabem no mesmo mundo

Nesta série de provérbios, um/uma é um numeral, e não o artigo indefinido singular. Estamos perante casos de quantificação numeral, já que os enunciados fazem referência a um (e um só) elemento arbitrário do conjunto denotado por N, ou N + modificador.⁵¹ A expressão da unidade cardinal é mais nítida nos provérbios que intratextualmente explicitam oposições no domínio da quantificação: uma (maçã)/um cento (de maçãs), uma (palavra)/ duas (palavras), uma (ovelha)/ todo (o rebanho).

A entidade envolvida na denotação destes SN's não é, pois, uma espécie. No entanto, a predicação que eles veiculam é válida para todos os conjuntos singulares de N: o predicado 'não fazer Primavera' aplica-se ao conjunto de

⁵⁰ Utilizamos a expressão "implicatura conversacional" na acepção definida por Grice (1975). Na óptica de Kleiber (a publicar), o efeito quantificacional destes SN's é explicado nos seguintes termos: o predicado aplica-se ao conjunto aberto designado pelo SN; para ser verdadeiro em relação ao conjunto, tem de ser verificado pela maior parte dos seus membros, surgindo então a situação paradigmática de expressão de uma propriedade típica de um conjunto.

⁵¹ Em Corblin (1987:63 e ss.) é estabelecida a distinção entre o indefinido genérico e o numeral contrastivo: um em uso genérico é interpretado como operador de uma extracção ilimitada de elementos singulares do conjunto denotado por N; um numeral + N designa apenas um elemento do conjunto.

todos os conjuntos singulares de 'flores' existentes no universo de referência. Por outro lado, o alcance da predicação é universal: qualquer que seja o intervalo de tempo considerado, o estado de coisas descrito é verdadeiro nesse intervalo de tempo. Assim, estamos ainda perante enunciados que não se circunscrevem à descrição de um estado de coisas do mundo actual: reservamos para estes enunciados a designação de universais.

A nosso ver, há testes que permitem distinguir enunciados genéricos introduzidos pelo artigo indefinido de enunciados universais introduzidos pelo numeral 'um'. Com efeito, a inserção da expressão enquanto tal só é possível quando um é um artigo:

* Uma andorinha, enquanto tal, não faz Verão

Um homem, enquanto tal, não chora

Por outro lado, a inserção de só é impossível nos SN's introduzidos pelo artigo indefinido:

*Um só homem não chora

Uma só andorinha não faz Verão

Analisemos agora os provérbios introduzidos pelo quantificador numeral 'dois'. Referencia-se um conjunto (arbitrário) de duas entidades, sendo a escolha do numeral 'dois' justificada pela intenção de se expressar o limiar da pluralidade. Os predicados que ocorrem nestes provérbios aplicam-se a qualquer conjunto de duas entidades. Esta interpretação coaduna-se com a proposta de Hoeksema (1983); com efeito, segundo este autor, o SN sujeito que aparece no enunciado "Dez jogadores não fazem uma equipa de futebol" denota o conjunto de todos os grupos de dez jogadores no domínio. Nesta linha de ideias, provérbios com quantificação numeral seriam logicamente equivalentes a proposições universalmente quantificadas.

2.4. SN's introduzidos pelo artigo indefinido singular

Embora na interacção coloquial quotidiana seja frequente a formulação de enunciados genéricos introduzidos pelo artigo indefinido, nomeadamente quando comportam uma modalização deontica implícita ou explícita- "um menino bem comportado não faz birras", "um político deve saber escolher os aliados"- ou um complemento restritivo de valor condicional- "um leão, quando está esfomeado, é um animal feroz"-, no nosso *corpus* encontramos apenas três provérbios:

Uma desgraça nunca vem só

Um homem de palha vale mais que uma mulher de ouro

Um tolo tem sempre outro que o admira

Nestes casos não há uma referência directa à espécie, mas a um membro-típico da espécie: "the indefinite singular generic serves as speaking about the species by taking an arbitrary representative" (Carlson,1977:285). Os SN's deste tipo não são combináveis com os predicados de espécie (* Um castor está em vias de extinção), o que desde logo os distingue dos SN's genéricos desprovidos de determinantes ou introduzidos por o/os. Tal deve-se essencialmente ao valor semântico de base do artigo indefinido: este artigo realiza uma operação de extracção de um elemento (específico ou não-específico) no conjunto de referência correspondente à denotação do nome comum que acompanha, conjunto esse que pode ser restringido por um modificador.

Quando não há restrições contextuais, nomeadamente uma ancoragem espacio-temporal imposta por um predicado semelfactivo susceptível de circunscrever o referente do SN indefinido a uma ocorrência específica do conjunto, torna-se então possível interpretar genericamente o enunciado: um N designa um representante típico da espécie; se a predicação é válida para um

membro típico, então todos os elementos típicos da espécie verificam a propriedade enunciada.⁵²

Ao optarmos por uma solução em termos de membro-típico afastamo-nos da tese alternativa defendida por Burton-Roberts (1976), segundo a qual um enunciado genérico introduzido por um pode ser sempre representado por uma relação de implicação entre dois predicados: ser SN é ser SN ou ser SN é SV (por exemplo, o enunciado "Uma baleia é um mamífero" seria semanticamente representado por "Ser uma baleia é ser um mamífero"). Na perspectiva do autor, os sujeitos das frases genéricas não são expressões referenciais: as frases genéricas realizam uma meta-predicação através da cópula, e essa meta-predicação é analítica, dado que um dos predicados é inerente à denotação intensional do outro predicado. Este ponto de vista só seria defensável se todos os enunciados genéricos traduzissem de facto uma implicação analítica entre predicados, o que é falsificado pela existência de enunciados do tipo "Um adolescente frequenta a escola" (veja-se a anomalia da equivalência '*Ser adolescente implica frequentar a escola'). Por outro lado, uma representação semântica dos enunciados genéricos em termos de implicação entre predicados equivale logicamente a uma representação universalmente quantificada ($\forall x (fx \rightarrow qx)$); no entanto, esta representação não dá conta das condições de verdade dos enunciados genéricos, uma vez que a predicação por eles veiculada se mantém válida face a contra-exemplos ou casos recalcitrantes.

⁵² A tese do membro típico, já esboçada por Guillaume (1944), é claramente defendida por Galmiche (1983, 1985). Galmiche propõe a seguinte representação semântica para enunciados genéricos do tipo "Um castor constrói barragens":

$$\forall x, c(x) / C(x) \rightarrow \text{construir barragens } (x)$$

Parafraseando a fórmula, teremos: "todo o x que é castor (c) e conforme ao estereótipo de castor (/C) constrói barragens". A condição "ser conforme ao estereótipo" manifesta inequívocas afinidades com a condição-chave do raciocínio por defeito, a saber, "na ausência de informações contrárias".

Em Platteau (1980) encontra-se uma ideia similar: ao formular um enunciado genérico introduzido por um, o locutor faz referência a uma entidade abstracta e representativa da espécie, definida por um conjunto de propriedades virtualmente idêntico ao conjunto das propriedades por defeito de qualquer membro da espécie. Na mesma linha situa-se também Croft (1985).

2.5. SN's introduzidos por quantificadores universais

Todos os rios correm para o mar
Todos falam e murmuram e ninguém olha para si
Todos os caminhos vão dar a Roma
Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso
Cada santo tem seu nicho
Cada qual com seu igual
Cada um chega a brasa à sua sardinha
Cada um sabe as linhas com que se cose
Toda a palha faz palheiro
Todo o galo tem seu poleiro

Com os quantificadores todos, todo e cada, a propriedade é distributivamente predicada, ou seja, é atribuída, um a um, a todos os membros do conjunto denotado pelo nome comum que funciona como núcleo do SN. No caso dos SN's com a estrutura cada qual e cada um, qual e um podem encarar-se como variáveis susceptíveis de ser instanciadas por qualquer elemento do conjunto dos seres humanos. A selecção do quantificador todo parece-nos ditada por factores de ordem pragmática, nomeadamente a necessidade de marcar o carácter de asserção sentenciosa do texto proverbial.⁵³

⁵³ Em rigor, conforme foi proposto por Peres (1987), trata-se do quantificador 'todo o'. A prova de que 'o' faz parte integrante do quantificador é-nos dada por dois tipos de testes. Confrontem-se os enunciados a) e b):

- a) Todos os rios correm para o mar/ Todos eles correm para o mar
- b) Todo o galo tem seu poleiro/ * Todo ele tem seu poleiro

Conclui-se que não é possível operar uma substituição pronominal no caso de b), o que prova que 'o galo' não é um constituinte da frase.

Vejam-se agora os enunciados c) e d):

- c) Todos os rios correm para o mar/ Os rios, todos eles correm para o mar/ Os rios correm todos para o mar
- d) Toda a criança se suja quando brinca / A criança, toda ela se suja quando brinca/ A criança suja-se toda quando brinca

Porque permitem deduções segundo a regra da instanciação universal sobre um domínio restringido (Todos os rios correm para o mar, x é um rio, logo x corre para o mar), estes enunciados têm um carácter preditivo; por outro lado, dado o valor omnitemporal da predicação, o estatuto "law-like", não-factual, típico dos enunciados genéricos (cf. Dahl,1975) é igualmente partilhado pelos enunciados em questão.

Há, no nosso *corpus*, provérbios introduzidos pelo pronome indefinido ninguém, parafraseável por nenhuma pessoa:

Ninguém nasce ensinado
Ninguém está bem com a vida que tem

Diremos que são logicamente equivalentes a fórmulas do tipo " x ($P(x)$). Verifica-se, nestes casos, a negação de proposições com conjuntos afectados pelo quantificador universal.

2.6. SN's desprovidos de determinantes

Amigo não empata amigo
Ladrão não furta a ladrão
Homem reina, mulher governa
Viúva é barco sem leme
Orvalho não enche o poço
Cão que ladra não morde
Filho de peixe sabe nadar
Burro velho não aprende línguas
Mulher sabida é mulher perdida
Amigo remendado, café requentado

Ao movermos 'todo', em d), obtivemos enunciados que não são semanticamente equivalentes ao primeiro. De facto, 'todo' deixa de quantificar sobre objectos passando a quantificar sobre partes de objectos, funcionando como 'quantificador holístico' (cf. Peres e Branco,1989).

Bom exemplo, meio sermão
Homem pequenino, velhaco ou bailarino
Mulher de janela, amora de estrada
Homem com fala de mulher, nem o diabo o quer

São escassos os SN's tematizados do nosso *corpus* que apresentam uma configuração reduzida ao nome. Em contrapartida, a estrutura 'N + Modificador' é extremamente frequente, podendo o modificador concretizar-se por um adjetivo, um sintagma preposicional ou uma frase relativa. Se exceptuarmos os discursos caracterizados por uma grande condensação da informação (telegramas, títulos de jornais), podemos dizer que, em português, o nome comum em função de sujeito só ocorre sem determinantes quando é genericamente interpretado (veja-se a agramaticalidade de * homem foi encontrado). Nestes casos, funciona sempre como nome próprio de uma entidade (a espécie ou a espécie derivada, se eventualmente for seguido de um modificador).⁵⁴ A ausência de determinante marca automaticamente o carácter não específico do seu valor referencial.

Os modificadores que acompanham o núcleo nominal não delimitam um conjunto específico de objectos, uma vez que não implicam uma localização espaço-temporal do referente. Expressam propriedades estáveis, permanentes ou disposicionais, que apenas permitem delimitar uma espécie subordinada relativamente à espécie hiperónima denotada pelo núcleo nominal. As frases relativas que ocorrem como modificadores são sempre relativas não especificadoras. Comparem-se os enunciados i) e ii):

- i) Cão que ladra não morde
- ii) O cão que está a ladrar não morde

No enunciado ii) há uma relativa especificadora que viabiliza a referência a um indivíduo determinado, situado no espaço e no tempo; a ocorrência desta

⁵⁴ Como objecto directo, ocorre em enunciados do tipo "O Pedro adora gatos/ melão", onde também designa a espécie e não uma sua parte quantitativa ou qualitativa.

relativa especificadora exige a explicitação discursiva do determinante, o que não acontece em i).

Semanticamente, não interpretamos os enunciados genéricos que comportam um SN genérico com a configuração sintáctica '(Det.) N + relativa restritiva' em termos de construção condicional, ou, dito de outro modo, não consideramos que um enunciado do tipo [(Det.) N que V] SV derive de uma estrutura semântica do tipo ' Se SN SV1, então SN SV2'.⁵⁵ Esta tese condicional fundamenta-se numa interpretação quantificacional universal dos SN's genéricos, concepção da qual nos temos vindo a distanciar ao longo da exposição. Admitir tal tese equivaleria a atribuir à relativa um papel predicativo idêntico ao do SV principal, o que nos parece manifestamente inadequado: atente-se na não equivalência semântica entre "Cão que ladra não morde", que pressupõe a existência da entidade referenciada pelo SN, e "Se um cão ladra, não morde", construção condicional que não comporta tal pressuposição existencial. A relativa constrói discursivamente uma espécie derivada acerca da qual se predica algo, e essa espécie derivada pode ser anaforicamente designada através da pronominalização da relativa: "tal cão apenas assusta". É esta a interpretação privilegiada por Kleiber (1980) e Farkas e Sugioka (1983).

Do ponto de vista sintáctico, encontramos nesta série de provérbios frases nominais bimembres, que, para além de constituírem uma estrutura formular largamente explorada pelo texto proverbial, dada a sua forma concisa, elíptica e paralelística, são ainda um instrumento privilegiado para a expressão de verdades gerais, omnitemporais e impessoais, porque excluem as determinações de tempo e pessoa que a forma verbal comporta.⁵⁶

⁵⁵ Para uma crítica à interpretação condicional dos SN's em apreço, veja-se Kleiber (1980).

⁵⁶ Em Benveniste (1966 a), o autor, baseando-se essencialmente em frases do grego antigo, demonstra que as frases nominais, sem verbo copulativo, e as frases verbais, com copulativo expresso, não são equivalentes: "Dans la phrase nominale, l'élément assertif, étant nominal, n'est pas susceptible des déterminations que la forme verbale porte: modalités temporelles, personnelles, etc.(...) L'assertion aura ce caractère propre d'être intemporelle, impersonnelle, non modale, bref de porter sur un terme réduit à son seul contenu sémantique" (p.159). Por isso mesmo, a frase nominal "sert toujours à des assertions de caractère générale, voire sentencieux" (p.162). Na parte final do artigo, Benveniste considera que a distinção entre

2.7. Outras configurações

2.7.1. Infinitivo

Vejam os alguns exemplos de provérbios que tematizam uma forma verbal de infinitivo:

Querer é poder

Perguntar não ofende

Deitar cedo e cedo erguer dá saúde e faz crescer

Não responder é resposta

Verifica-se, através dos exemplos, que um enunciado genérico pode ter como sujeito um infinitivo. A entidade envolvida na denotação destes SN's é uma situação-tipo, entendendo-se por situação-tipo uma situação ou estado de coisas que contém elementos indeterminados (localização indeterminada no espaço e/ou no tempo, ou ainda indivíduos indeterminados); uma situação-tipo subsume o conjunto de situações episódicas que um molde proposicional pode denotar quando indiciado e com os argumentos saturados.⁵⁷

Enunciados deste tipo, em que se verifica uma nominalização dos infinitivos, levaram Chierchia (1984) a construir um modelo no qual as propriedades são consideradas entidades primitivas do domínio, tal como os indivíduos. Para Chierchia, a nominalização é um processo gramatical em que expressões semanticamente associadas com propriedades são transformadas em

frase nominal e frase verbal pode reaparecer em línguas que, como o espanhol- e também o português- estabelecem uma diferença entre ser e estar: ser, como mero suporte gramatical, vazio de significado lexical próprio, seria o correspondente semântico-funcional da frase nominal. Daí a possibilidade de parafrasearmos os provérbios que se apresentam sob a forma de frase nominal utilizando a cópula: "Mulher de janela, amora de estrada"/ "Mulher de janela é amora de estrada".

⁵⁷ Consideramos que as situações fazem parte das entidades básicas do domínio semântico, e a nossa definição de situação-tipo é tributária da definição proposta por Barwise e Perry (1983). Para Léard, o infinitivo em posição de sujeito permite fazer referência a classes de situações (1987: 139). Idêntica perspectiva é defendida em Maillard (1987).

expressões que se comportam mais como nomes do que como predicados, passando a funcionar como sujeito de uma predicação.⁵⁸ Quando nominalizados, os infinitivos são, pois, encarados como expressões que denotam propriedades, com uma referência singular do tipo da dos nomes próprios. Ao comentar o enunciado "to dance is fun", Chierchia considera que se trata de um caso paradigmático em que fazemos referência a uma actividade sem sujeito e não a um evento ou a um estado de coisas particular (cf. p.404 e ss.).

A solução por que optámos não nos parece incompatível com a de Chierchia. Intuitivamente, diríamos que uma actividade sem sujeito corresponde à situação-tipo atrás mencionada. O que importa sublinhar é que estes infinitivos sujeito se comportam, de facto, como expressões nominais: admitem quantificadores - "Muito falar, pouco acertar"-, e desempenham o papel de argumentos numa estrutura predicativa.

2.7.2. Relativas sem antecedente em SN's tematizados

2.7.2.1. Relativas com o constituinte relativo 'quem'

Quem tudo quer tudo perde
Quem procura sempre alcança
Quem vai ao ar perde o lugar
Quem porfia mata caça

⁵⁸ Trata-se de uma inovação relativamente à gramática de Montague: nesta, os primitivos são os indivíduos e os mundos possíveis, e é a partir deles que se definem as propriedades. Neste quadro, propriedades de indivíduos e propriedades de propriedades são consideradas entidades diferentes, uma vez que se tem em conta, na definição dos tipos lógicos, o nível dos argumentos a que se aplica a propriedade. Chierchia considera que é contra-intuitivo estabelecer essa diferença, para além de que acarreta custos elevados em termos de formalização de uma semântica das línguas naturais; daí a construção de um modelo alternativo. Para uma síntese das propostas deste autor, veja-se Bach (1989: 85-99).

O nosso *corpus* apresenta um número elevado de provérbios com esta estrutura. Consideramos que, do ponto de vista semântico, quem pode ser interpretado como uma variável restringida ao conjunto dos seres humanos e ligada por um quantificador universal; sendo raros os casos de quantificação não restringida nas línguas naturais, e tendo em conta que os provérbios descrevem preferencialmente situações-tipo protagonizadas pela espécie humana,⁵⁹ diremos que se trata de uma quantificação universal sobre o domínio constituído pelo conjunto dos homens. Assim, estes enunciados admitem uma representação semântica do tipo:

$$\forall x, x \in H (f(x) \rightarrow q(x))$$

Uma solução destas obriga-nos a repensar o problema da persistência da informação genérica face aos contra-exemplos, uma vez que um enunciado semanticamente representado em termos de implicação universalmente quantificada é falsificado por um único caso recalcitrante. Uma solução tendente a manter esta série de provérbios no quadro dos enunciados que expressam generalizações passíveis de serem exploradas como assunções por defeito no raciocínio não monótono⁶⁰ é proposta por Riegel (1987). Este autor descreve a estrutura implicativa dos provérbios introduzidos por uma relativa sem antecedente nos seguintes termos: a espécie "homens" (pragmaticamente pressuposta como elemento tematizado) é caracterizada pela propriedade complexa "se um homem SV1, então SV2". O autor acrescenta ainda que a asserção proverbial é epistemicamente modalizada, nos seguintes termos: "por generalização empírica, atribui-se à espécie 'homens' o predicado complexo referido". Não nos parece necessário enveredar por uma explicação deste teor, já que nada obsta a que no conjunto dos textos proverbiais ocorram enunciados

⁵⁹ Algumas definições do provérbio sublinham este aspecto: "La maxime, tout comme le proverbe, énonce un universel à propos de l'homme" (Meulec,1969:69); os provérbios caracterizam-se pelo seu "contenu dénotatif stable", "relatif aux conduites humaines" (Zumthor,1976:314).

⁶⁰ A lógica não monótona é aquela que lida com sistemas nos quais as inferências deduzidas de uma dada teoria T podem deixar de ser válidas se se adicionar informação (T+) à teoria: por outras palavras, de T e T+ podem deduzir-se conclusões conflituais.

universais. De facto, o provérbio é muitas vezes definido pelo seu carácter sentencioso e hiperbólico, plenamente compatível com a leitura universal. Aliás, o advérbio temporal sempre, que aparece, por exemplo, no provérbio "Quem procura sempre alcança", normalmente interpretado como operador de quantificação universal sobre intervalos de tempo, pode concomitantemente ser interpretado como operador de quantificação universal sobre indivíduos: "todos os que procuram alcançam". Por outro lado, como se viu, há provérbios que explicitam no plano da superfície textual os operadores de quantificação universal sobre indivíduos (todos, todo o, cada), pelo que se torna imprescindível admitir que há sub-conjuntos de provérbios que podem ser semanticamente interpretados em termos de proposições universalmente quantificadas. O que importa assinalar, a nosso ver, é que o conjunto referenciado não se circunscreve ao mundo actual, porque a predicação temporal é universal.

2.7.2.2. Relativas com o constituinte relativo 'o que'⁶¹

O que no leite se mama na mortalha se derrama
O que é duro de passar é bom de lembrar

Semanticamente, representamos estes provérbios por uma estrutura de implicação, podendo o constituinte relativo ser considerado como uma variável ligada por um quantificador universal: $\forall x (f(x) \rightarrow q(x))$. O que corresponderá, então, a um SN elidido do tipo "todas as coisas" ou "tudo aquilo que".

⁶¹ Análises recentes argumentam no sentido de se considerar 'o que' como um só morfema relativo. Cf. Mória (1992).

3. VALORES REFERENCIAIS DE TÓPICOS MARCADOS

Nos parágrafos seguintes, analisam-se os valores referenciais das expressões linguísticas que funcionam como tópicos marcados. Das quatro estratégias sintáticas de marcação de um tópico distinto do sujeito discriminadas em Mateus et alii (1989: 227-234), apenas encontramos no *corpus* a construção de tópico pendente e a construção de topicalização.

3.1. Tópicos pendentes

A mulher e a cachorra, a que mais cala é a melhor
Vinho, azeite e amigo, o mais antigo
Do amigo, o mais antigo
Da mulher e da pescada, a mais alentada
Da mulher e da sardinha, a mais pequenina
Os paus, uns nasceram para santos, outros para tamancos

Nestas construções, os tópicos podem ser parafraseados por expressões do tipo: 'a propósito de...', 'quanto a...' Todos eles fazem referência a uma espécie. O nexos de relevância que articula o tópico e a frase comentário (esta muitas vezes elíptica) é a relação todo-parte instituída entre a espécie de que se fala e a espécie subordinada (o mais antigo) ou os sub-conjuntos complementares (uns... outros) discursivamente construída(os) no comentário.

3.2. Topicalização

A navio roto, todos os ventos são contrários
A árvore caída, todos vão buscar lenha
A quem tem cabeça, não falta carapuça
Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão
Em casa de ferreiro, espeto de pau

De véspera, todos madrugam
Depois da batalha, todos são heróis
De noite, todos os gatos são pardos

Ao introduzirmos estes provérbios na nossa análise, queremos fundamentalmente assinalar que as entidades tematizadas podem também ser enquadramentos ou circunstâncias espácio-temporais-tipo. Concretizando: expressões como "de noite", "de véspera", "depois da batalha" são locuções adverbiais temporais durativas que fazem referência a classes de intervalos, não estabelecendo, portanto, uma localização temporal deíctica. As expressões "em casa onde não há pão" e "em casa de ferreiro" são expressões locativas não deícticas que fazem referência a uma classe ou conjunto de lugares; é possível parafraseá-las utilizando um quantificador universal: "em toda a casa onde não há pão", "em toda a casa de ferreiro".

Uma outra hipótese de interpretação deste tipo de provérbios implica que se considere que a função das locuções temporais topicalizadas é restringir as ocasiões que validam a predicação subsequente. Nesta perspectiva, tais locuções estabelecem um "cenário" (na acepção de Rescher, citado por Pease-Gorrissen, 1980), uma correlação fixa: sempre que se verifique uma determinada condição, verifica-se uma determinada predicação (por exemplo, o predicado "ser pardo" aplica-se a todos os gatos se se verificar a condição "ser de noite") Ao adoptarmos esta leitura, estamos a aproximar estes enunciados das construções condicionais genéricas, que exprimem correlações fixas entre situações-tipo (segundo o molde 'sempre que p , p ').

4. À MARGEM DA ESTRUTURA TÓPICO-COMENTÁRIO

4.1. Asserções existenciais negativas

Não há panela sem testo

Não há carne sem osso

Não há fruta sem caroço

Não há rosa sem espinho

Não há trigo sem joio

Nesta série, estamos perante asserções existenciais negativas. Estas asserções são, porém, logicamente equivalentes a proposições universalmente quantificadas, do tipo: "todas as panelas têm o seu testo" / "cada panela tem seu testo". Sendo as asserções existenciais enunciados que não possuem a estrutura temática tópico/comentário, elas exprimem aquilo que Kuroda (1973) designou por 'juízos téticos', pelo que, em rigor, deveriam integrar um grupo autónomo, no quadro de uma tipologia geral do texto proverbial. Incluídas no conjunto das construções impessoais, estas asserções podem ser assimiladas a processos de destematização dos enunciados.⁶²

⁶² Para além das asserções existenciais negativas, há um extenso conjunto de provérbios no *corpus* que, a nosso ver, não podem ser descritos no quadro da estrutura tópico/comentário. São provérbios que expressam correlações entre situações-tipo, e que serão analisados no capítulo 4 da parte II.

5. O VALOR SEMÂNTICO DOS ANTROPÓNIMOS NO TEXTO PROVERBIAL

Neste parágrafo, começaremos por desenvolver algumas considerações teóricas acerca das teorias mais salientes sobre o valor semântico dos nomes próprio, e, seguidamente, procederemos à análise dos seguintes provérbios:

Maria que em casa fica, se não come depenica

Moça é Maria quando se tosquia

Qual é Maria, tal filha cria

Morra Marta, morra farta

Se bem me quer João, suas obras o dirão

Pedros e burros negros, nem à porta vê-los quedos

Em casa de Gonçalo, manda mais a galinha que o galo

Bem prega Maria em casa vazia

Bem prega Marta depois de farta

A concepção clássica do nome próprio, defendida por Stuart Mill, sustenta que o seu valor é, por excelência, o da constante individual. Desprovido de "conotação", isto é, desprovido de significado, o nome próprio limita-se a "denotar" um indivíduo. Nesta perspectiva, o nome próprio não veicula qualquer conteúdo descritivo, sendo assim intensionalmente nulo ou vazio e cumprindo apenas a função de referir um objecto singular.

Esta concepção do nome próprio como expressão vazia no que respeita à expressão de propriedades, intuitivamente bastante convincente, revela-se, no entanto, problemática quando se analisam predicções de identidade entre nomes próprios. Como afirma Russell, uma frase do tipo 'Scott é Sir Walter' não é forçosamente interpretada como afirmação tautológica: "If one asserts 'Scott is Sir Walter', the way one would mean it would be that one was using the names as descriptions. One would mean that the person called 'Scott' is the person called 'Sir Walter', and 'the person called Sir Walter' is a description, and so is 'the person called Scott' (1971: 246).

Surge, então, uma perspectiva diferente de análise, conhecida pelo nome de "teoria descritivista dos nomes próprios" e predominantemente ligada aos

trabalhos de Russell. Os nomes próprios, nesta nova óptica, são "descrições truncadas": "The names that we commonly use, like 'Socrates' are really abbreviations for descriptions (...) when we use the word 'Socrates', we are really using a description. Our thought may be rendered by some such phrase as, 'the Master of Plato, or 'the philosopher who drank the hemlock', or 'the person whom logicians assert to be mortal', but we certainly do not use the name in the proper sense of the word" (Russell,1971:200-201). Assim, os nomes próprios são "descrições disfarçadas", na medida em que funcionam como uma condensação implícita de predicados susceptíveis de individualizar um determinado referente: Aristóteles, por exemplo, significaria "o discípulo de Platão" e/ou "o preceptor de Alexandre", e Lisboa significaria "a capital de Portugal". Conclui-se, então, que o nome próprio não é uma expressão intensionalmente vazia. O seu significado corresponde à ou às descrições definidas que se lhe podem substituir, descrições essas que possibilitam a identificação de um referente único.

A dificuldade de seleccionar a propriedade essencial do indivíduo que torne absolutamente pertinente a "descrição abreviada" constitui o ponto frágil desta teoria. Diz Martin: "Pour que la 'description déguisée' soit pertinente, il faudrait qu'elle représente une propriété essentielle, dont on ne puisse pas imaginer que l'individu qui la possède ne la possède pas. Or aucune propriété ne paraît échapper, dans le nom propre, aux hypothèses contrafactuelles. Si Aristote avait été spartiate, s'il avait vécu deux siècles plus tôt ou deux siècles plus tard (...), il n'en serait pas moins Aristote" (Martin, 1983: 9). Ainda que se opte por uma versão atenuada da teoria descritivista, segundo a qual o significado do nome próprio equivale a uma disjunção sobre um feixe de propriedades (cf. Searle, 1972), persistem, no entanto, as mesmas objecções; com efeito, é sempre possível, no plano contrafactual, negar todas as propriedades normalmente atribuídas a um indivíduo sem todavia pôr em causa a referência única que o nome próprio viabiliza: uma vez mais, se Aristóteles não tivesse sido filósofo, se não tivesse sido o preceptor de Alexandre, não deixaria de ser Aristóteles.

Ora, é justamente para acentuar a ideia de identidade referencial assegurada por certas expressões linguísticas que Kripke (1980) constrói a noção de "designador rígido", numa semântica de mundos possíveis. É um

"designador rígido" toda a forma linguística que permite designar o mesmo objecto ou indivíduo em todos os mundos possíveis. Assim, para Kripke, um nome próprio garante a identidade referencial, independentemente do mundo (real, potencial ou contrafactual) em que o indivíduo for evocado, funcionando como designador de referente fixo e único. Mas se o nome próprio garante a identidade referencial, ele pressupõe, no entanto, um processo prévio de "fixação da referência" no mundo real, que pode ser um gesto de ostensão ou uma descrição; depois do acto inicial de nomeação ou "baptismo", o nome transmite-se em cadeia, de locutor em locutor, mantendo estável a referência através de todos os mundos possíveis. Embora resolva o problema delicado da referência do nome próprio em enunciados contrafactuais, a tese de Kripke não delimita, porém, a especificidade do nome próprio, uma vez que há outros tipos de expressões linguísticas que são igualmente designadores rígidos, nomeadamente as descrições definidas em uso referencial.

Na sequência das propostas de Montague⁶³, encontramos uma proposta de unificação do tratamento dos sintagmas nominais: enquanto SN, nome próprio e nome comum quantificado têm as mesmas propriedades sintácticas, pelo que se incluem no mesmo tipo semântico. No entanto, enquanto item lexical, o nome próprio distingue-se semanticamente do nome comum. O nome próprio denota sempre um conjunto singular, em todos os índices, sendo a sua intensão uma função constante; o nome comum denota um conjunto de indivíduos em cada índice, sendo, portanto, a sua intensão uma função variável. Como se depreende pelo que acabámos de afirmar, há plena compatibilidade entre esta proposta e a teoria do designador rígido de Kripke.

Concluída esta breve panorâmica em torno de algumas reflexões teóricas relevantes que a semântica do nome próprio tem suscitado tanto no campo da lógica como no da linguística, verificamos que todas elas contribuem de algum modo para o esclarecimento do estatuto e do funcionamento semântico-referencial do nome próprio, não sendo completamente incompatíveis as

⁶³ Veja-se Peres (1987).

diferentes abordagens.⁶⁴ De facto, não parece possível negar que o nome próprio funciona efectivamente como designador rígido, na medida em que aponta para um referente que permanece idêntico a si próprio em todos os mundos possíveis. No entanto, esta tese só funciona plenamente se se admitir uma fixação prévia do objecto de referência, fixação essa que o nome próprio, por si só, não consegue assegurar. É, pois, necessária essa etapa inicial, como atrás deixámos assinalado. Mas devemos acrescentar que o nome próprio só cumpre a sua função de designação se em cada situação concreta de comunicação o interlocutor puder identificar o referente visado. Ora essa identificação é muitas vezes dificultada pelo facto de vários indivíduos serem portadores do mesmo nome próprio. De facto, em Português (e certamente em todas as línguas), a homonímia é extremamente frequente entre os nomes próprios, sobretudo entre os antropónimos; por isso, são muitas vezes necessários complementos de valor restritivo depois de um antropónimo, de modo a facultar ao locutário informação suplementar que lhe permita identificar o referente rigidamente designado.

No contexto proverbial, os itens que habitualmente incluímos na classe dos antropónimos adquirem um valor semântico peculiar, perdendo todos os traços característicos do nome próprio. Vejamos então, caso a caso, como se processa, no provérbio, a transição do nome próprio para o nome comum genericamente interpretado. Se neste parágrafo optámos por uma análise individual de cada provérbio, tal deve-se, por um lado, ao facto de haver, no *corpus*, um número restrito de provérbios onde ocorrem antropónimos, e, por outro lado, à constatação de que cada caso suscita uma análise específica, condicionada, em parte, pela peculiaridade das estruturas fónicas de cada texto.

O provérbio "Moça é Maria quando se tosquia" pode ser parafraseado, tendo em conta a sua interpretação-padrão, do seguinte modo: "Uma/a mulher remoça quando corta o cabelo" Constata-se de imediato que o item Maria é neste contexto sinónimo de mulher; através dele não se opera uma referência

⁶⁴ Sobre os nomes próprios, veja-se ainda Schwarz (1979), Devitt (1981), Kleiber (1981 a), Récanati (1983), e o n.º 66 da revista *Langages*, de 1982.

singular definida a um indivíduo fixo e único, mas sim uma referência genérica à espécie das mulheres. Trata-se de um uso retórico de um primitivo nome próprio: Maria funciona aqui como nome comum, viabilizando um processo de extensão referencial que lembra o funcionamento da clássica sinédoque. Sublinhe-se que a oração introduzida por 'quando', e parafraseável por 'sempre que', estabelece uma correlação fixa entre duas situações-tipo (isto é, situações não ancoradas no espaço e no tempo), anaforicamente articuladas pelo mesmo sujeito genérico.

Importa agora explicitar e justificar a estratégia interpretativa que nos permitiu concluir pela existência de um falso nome próprio neste provérbio. Tendo começado por propor como interpretação-padrão uma interpretação que de imediato substitui ao item Maria o item mulher, torna-se necessário fundamentar esta decisão. Dada a homonímia típica dos antropónimos, Maria, por si só, não pode funcionar como designador de referente único, já que não possuímos informação cotextual ou contextual susceptível de fixar uma referência singular definida. Por outro lado, sabendo nós que um provérbio é um tipo particular de texto que se pretende veículo de expressão de verdades gerais acerca do mundo, baseadas no sistema de conhecimentos e crenças tradicionais que alicerçam a vida de uma comunidade linguístico-cultural, facilmente optamos pela leitura figurada e genérica do nome Maria. A escolha deste nome como base do tropo proverbial não é totalmente aleatória: há razões de ordem sociocultural, nomeadamente a alta frequência de Maria como primeiro nome da mulher portuguesa e ainda o facto de Maria simbolizar a mulher na história do cristianismo, que explicam esta utilização do primitivo nome próprio como nome comum, sinónimo de mulher. Do ponto de vista meramente textual, Maria permite a rima interna com *tosquia* e este paralelismo fónico é um traço frequentemente explorado pelo enunciado proverbial, facultando uma mais fácil memorização.

Analisemos agora o provérbio "Qual é Maria, tal filha cria". Também neste caso, Maria é um falso nome próprio. A interpretação usual deste provérbio pode ser explicitada pela paráfrase: 'Como é a mãe, assim é a filha'. Maria funciona, pois, como sinónimo de mãe. Importante para a especificação do valor semântico do aparente nome próprio é a oposição paradigmática

intratextual desencadeada pelo lexema filha e sintacticamente sustentada pela estrutura formular 'qual... tal', estrutura sintáctica cristalizada através da qual se estabelecem construções comparativas. Maria é de novo o suporte de uma referência genérica: ao ser actualizado no provérbio, o nome que na interacção coloquial quotidiana habitualmente designa um só indivíduo passa a designar potencialmente qualquer elemento do conjunto das mulheres que satisfaça o predicado 'ser mãe', discursivamente implicado. O provérbio configura assim uma asserção comparativa de carácter gnómico. Uma vez mais, a escolha do nome Maria parece dever-se às razões de ordem sociocultural já invocadas e à eufonia rítmica procurada pelo texto proverbial.

Atente-se, de seguida, no provérbio "Maria que em casa fica, se não come, depenica". Neste provérbio, a oração relativa restritiva demonstra claramente que não estamos perante um verdadeiro nome próprio, dado que um nome próprio, sendo totalmente determinado, não admite complementos de valor restritivo. Maria funciona uma vez mais como suporte de um acto de referência genérica; o provérbio constrói como objecto de referência a subespécie das mulheres que ficam em casa. Neste caso, só as razões de ordem sociocultural permitem justificar a escolha do item Maria como base do tropo de extensão referencial.

No provérbio "Morra Marta, (mas) morra farta", o nome Marta designa qualquer elemento do conjunto dos seres humanos. Neste provérbio, o tropo não afecta um item isolado, mas sim a globalidade do texto; com efeito, o provérbio em apreço é habitualmente interpretado como uma exortação epicurista do tipo "Que cada homem aproveite bem a vida!". A passagem da exortação específica literal ("Morra Marta, morra farta!") para a exortação genérica figurada ("Que cada homem aproveite bem a vida!") é desencadeada novamente pelo bloqueio interpretativo suscitado pelo (aparente) nome próprio: na impossibilidade de lhe atribuímos um referente fixo e único, pela ausência de informação contextual, operamos uma extensão referencial compatível com o carácter normativo e sentencioso do texto proverbial. A selecção do nome Marta é ditada por imperativos cotextuais, nomeadamente pela necessidade de rima interna com farta.

Consideremos agora o provérbio "Se bem me quer João, suas obras o dirão". João funciona aqui como uma variável de antropónimo, substituível por "fulano" ou "sicrano". A interpretação-padrão do provérbio é traduzida pela paráfrase "Se uma pessoa gosta de outra, prova-o com actos (não com palavras)". A oposição paradigmática actos vs palavras, armazenada na memória pelo cotejo de um número elevado de provérbios que a glosam, permite-nos, por inferência, extrair deste provérbio o conteúdo semântico implícito assinalado entre parênteses. Voltando ao nome João, verificamos, pois, que ele é interpretado como uma variável susceptível de ser instanciada por qualquer elemento do conjunto dos seres humanos, perdendo assim o seu estatuto primitivo de nome próprio.

No provérbio "Pedros e burros negros, nem à porta vê-los quedos", a presença da forma plural Pedros conduz-nos desde logo a abandonar a hipótese do nome próprio, dado que um designador de referente único não admite, por definição, uma flexão de número. Pedros faz referência ao conjunto de indivíduos que se chamam 'Pedro'. Note-se que a tese do predicado de nomeação defendida por Kleiber permitiria explicar esta utilização particular dos antropónimos. Segundo este autor, o nome próprio é a abreviação de uma relação predicativa de nomeação: 'Pedro' seria semanticamente equivalente a 'ser chamado /Pedro/ (x)'. Porém, como admitimos que um nome próprio só o é plenamente quando designa uma só pessoa no mundo, temos que concluir que em uso quantificacional um antropónimo perde o estatuto de nome próprio. Eliminado o operador de unicidade referencial, altera-se automaticamente o valor referencial canónico do antropónimo.

Vejamos ainda o provérbio "Em casa de Gonçalo, manda mais a galinha do que o galo". Tendo em conta a paráfrase "Em casa de um certo tipo de homens, a mulher manda mais que o homem", diremos que através do antropónimo Gonçalo se processa uma referência à espécie derivada dos homens que se deixam dominar pelas mulheres. Para interpretarmos um enunciado como este, temos de recorrer a um conjunto de mecanismos de ordem cognitiva que se apoiam na nossa competência enciclopédica de

falantes. Assim, o texto desencadeia uma comparação contrastiva entre a situação prototípica que se vive numa capoeira e aquela que se vive em casa de alguns indivíduos. O nosso conhecimento estereotipado acerca do mundo diz-nos que na capoeira manda o galo, o elemento masculino; a força expressiva do provérbio reside na descrição de uma situação que contrasta com esta situação-tipo implicitamente evocada: na casa, Gonçalo é o galo (assinale-se que estes dois itens comportam o traço [+ masculino], e sublinhe-se o papel da rima interna no estabelecimento do paralelismo semântico); por analogia com o estatuto do galo na capoeira, esperar-se-ia a afirmação de uma determinada situação de poder, caracterizada pelo domínio de Gonçalo, mas o provérbio contraria esta expectativa, afirmando que em certos casos é a mulher que domina. O mecanismo comparativo casa/capoeira, galo/homem, completa-se com a utilização do item galinha, automaticamente descodificado como substituto do item mulher.

Nos provérbios "Bem prega Maria em casa vazia" e "Bem prega Marta depois de farta", Maria e Marta realizam uma referência não específica, podendo analisar-se como variáveis que qualquer elemento do conjunto dos seres humanos pode instanciar. Aliás, o primeiro provérbio funciona como uma espécie de tropo ilocutório, uma vez que expressa de forma já convencionalizada um comentário avaliativo irónico, face a uma qualquer situação que apresente "semelhanças de família" (no sentido wittgensteiniano da expressão) com a situação-tipo descrita. Por isso, talvez seja neste caso irrelevante estar a analisar isoladamente o funcionamento semântico de um só item, dado o valor pragmático global do enunciado.

Das análises acima efectuadas extraímos uma conclusão que julgamos poder alargar a todos os primitivos antropónimos que ocorrem em provérbios: trata-se sempre de falsos nomes próprios, utilizados como suporte linguístico de uma referência não específica, genérica ou universal, compatível com o estatuto eminentemente hiperbólico das asserções proverbiais.⁶⁵

⁶⁵ Na terminologia de Partee (1987), estaríamos perante casos de "type-shifting", ou seja, variação de tipo lógico determinada pelo contexto de ocorrência de uma categoria sintáctica. Os usos não canónicos dos antropónimos evidenciam o polimorfismo e a

6. O VALOR SEMÂNTICO DOS PRONOMES DEÍCTICOS NO TEXTO PROVERBIAL

Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és
Diz-me com quem andas, dir-te-ei as manhas que tens
Não te fies em céu estrelado nem em amigo reconciliado

Nos provérbios desta série ocorrem formas da primeira e da segunda pessoa dos pronomes pessoais, o que aparentemente contraria afirmações nossas anteriores segundo as quais não há referência a indivíduos específicos no texto proverbial. De facto, os pronomes pessoais deícticos caracterizam-se semanticamente pelo facto de o seu valor referencial estar estreitamente dependente das coordenadas enunciativas locutor/locutário. Dito de outro modo, o significado de uma expressão deíctica faz intervir o contexto de enunciação da sua própria ocorrência, pelo que tais expressões têm sido designadas por "token-reflexive words" (cf. Reichenbach, 1947).⁶⁶ Eu e tu, no modo de enunciação experiencial característico da interacção verbal, designam rigidamente o locutor e o locutário desse acto de enunciação.

No entanto, os pronomes pessoais que ocorrem nos provérbios não designam as pessoas do discurso, particulares situacionalmente definidos, antes referem todos os eventuais protagonistas de um processo de interacção verbal. Perdem, assim, o seu estatuto de deícticos, na medida em que referem o conjunto dos potenciais loquentes, funcionando como formas impessoais de denotação genérica. Podemos adoptar como paráfrase do primeiro provérbio citado a seguinte fórmula: 'para todo o x e para todo o y, se x disser a y com quem anda, y dirá a x quem x é'.

flexibilidade das línguas naturais, pondo em causa a correspondência sistemática entre categorias sintácticas e tipos semânticos, defendida no quadro inicial da gramática de Montague.

⁶⁶ Muitos autores se têm dedicado a uma reflexão sobre os deícticos ou termos indexicais, nomeadamente, dentre os filósofos, Peirce e Russell, e dentre os linguistas, Bally, Jespersen, Jakobson e Benveniste.

Este funcionamento peculiar dos pronomes pessoais nos provérbios tem de ser entendido e analisado no quadro do estatuto de citação do texto proverbial. O falante que reproduz um provérbio está a citar um texto alheio, fazendo-se eco de um número ilimitado de enunciações anteriores, o que implica desde logo a não coincidência entre o eu do enunciado e o eu da enunciação, e, correlatamente, entre o tu do enunciado e o tu da enunciação. Pode dizer-se que no contexto proverbial estas expressões não contêm qualquer instrução no sentido de se seleccionar referencialmente um indivíduo específico, determinado em função do contexto de uso do provérbio.

7. OBSERVAÇÕES FINAIS

Na nossa exposição, optámos por uma leitura extensional dos diferentes suportes linguísticos que funcionam como tópico dos enunciados proverbiais. Afastámo-nos, assim, das propostas que privilegiam uma leitura atributiva (Nunberg e Pan, 1975, Burton-Roberts, 1976, Muller, 1987) ou intensional (Martin, 1986) dos SN's genéricos. Verificámos que as entidades envolvidas na denotação dos SN's tematizados são referencialmente distintas. Como mais relevantes, encontrámos, por um lado, as espécies (simples ou derivadas), por outro lado, conjuntos universais de objectos; encontrámos ainda a referência a um membro típico de uma espécie, nos casos de SN's genéricos introduzidos pelo indefinido 'um'; por fim, mencionaremos a referência às entidades abstractas que designámos por propriedades e situações-tipo. Em qualquer dos casos, há um denominador comum que se sobrepõe à heterogeneidade referencial: o referente é fixado apenas pela intensão das expressões nominais (ou nominalizadas), sem qualquer recurso a parâmetros de natureza contextual. Dito de outro modo, todas as entidades tematizadas no texto proverbial têm um valor referencial não específico, uma vez que a sua apreensão não está dependente de variáveis situacionais, de índices; são sempre entidades desprovidas de ancoragem espaço-temporal.

Mesmo as expressões linguísticas que são habitualmente consideradas como suportes privilegiados da referência singular específica- os nomes próprios e os pronomes pessoais deícticos da 1ª e 2ª pessoas- perdem esse estatuto no contexto proverbial, passando a funcionar como suportes de uma referência genérica ou universal.

É claro que a análise dos valores referenciais das entidades tematizadas no texto proverbial só pode ser devidamente equacionada se se tiver em conta os valores temporo-aspectuais dos predicados. Julgamos que é justamente dessa interação que nasce a interpretação genérica dos provérbios. Porque nos parece importante para a caracterização semântica do texto proverbial a noção de enunciado gnómico, tentaremos problematizá-la teoricamente no capítulo seguinte, no quadro da análise dos valores temporais e aspectuais dos predicados actualizados.

A determinação, no texto proverbial, nunca é de natureza deíctica. Quando ocorre o artigo definido, assinala-se a definitude cognitiva do referente, que se pressupõe partilhada por todos os membros da comunidade, uma vez que reflecte a categorização do mundo estruturada pelo próprio sistema linguístico. A ausência de determinantes, tão frequente no *corpus*, não deve ser interpretada como sinal da não consumação do acto de referência, mas antes como marca de uma referência a uma entidade-tipo e não a uma instância particular ou episódica dessa entidade.

Quanto à quantificação, se exceptuarmos os casos de quantificação universal, que se coadunam com o carácter hiperbólico do provérbio, e os casos de quantificação numeral, que nunca constroem uma referência específica, aparece como teoricamente mais relevante o caso da referência genérica, entendida como referência a entidades-tipo.⁶⁷ Ao optarmos pela proposta de Carlson, afastámo-nos das teses quantificacionais que reduzem o enunciado genérico, do ponto de vista da sua representação semântica, a uma estrutura implicativa universalmente quantificada, do tipo $\forall x \in C ((p(x) \rightarrow q(x))$). Ao abandonarmos esta tese, acentuámos que a representação proposta

⁶⁷ O número reduzido de provérbios onde ocorre uma quantificação vaga que selecciona como objecto de referência uma parte (ou porção) inespecífica de um conjunto ou de uma substância (por ex.: "Pouco fel faz azedo muito mel"; "Anda em capa de letrado muito asno disfarçado") leva-nos a considerar que se trata de casos marginais, logo, atípicos.

não traduz as condições de verdade do enunciado genérico, dado o carácter demasiado forte do quantificador universal. Com efeito, um único contra-exemplo falsifica um enunciado universalmente quantificado, ao passo que a informação veiculada pelos enunciados genéricos persiste, mantendo a sua validade, mesmo face a casos recalcitrantes.

A postulação, no plano ontológico, de entidades básicas do domínio semântico – como a espécie e a situação-tipo – permite ultrapassar os obstáculos que surgem nas abordagens quantitativas: nos enunciados genéricos, o predicado é atribuído directamente a essa entidade atemporal, o que não significa que ele se aplique distributivamente a cada uma das suas realizações. Deste modo, salvaguarda-se a validade da asserção genérica face a eventuais contra-exemplos; como afirma Meulen (1985), reconhecer uma situação como recalcitrante pressupõe a adesão à correlação expressa pela frase genérica e o reconhecimento de que a situação em causa não se enquadra no padrão geral. Por outro lado, a solução que privilegiámos não é incompatível com a intuição dos falantes acerca da peculiaridade referencial dos enunciados genéricos; com efeito, os enunciados genéricos são usados para expressar generalizações que exploramos como assunções por defeito no quadro de um raciocínio não monótono. Daí o efeito de universalidade que pragmaticamente lhes associamos, por implicatura conversacional: na ausência de informação contrária, o que se predica da espécie é válido para o conjunto dos seus membros. Quando a entidade envolvida na referência do SN é uma situação-tipo, surgem implicaturas conversacionais do mesmo tipo: se o predicado se aplica a uma situação-tipo, aplica-se por defeito a qualquer uma das suas ocorrências episódicas.

Quanto aos modificadores que ocorrem no interior dos SN's genéricos, verificámos que todos eles, independentemente da sua configuração sintáctica (sintagmas adjectivais, sintagmas preposicionais ou frases relativas), se caracterizam pelo facto de não serem especificadores, pois embora restrinjam a extensão do núcleo nominal com que se combinam, não expressam uma circunstancialização susceptível de circunscrever a referência a um conjunto

finito (singular ou plural) de entidades num espaço e num tempo delimitados.⁶⁸ Assinale-se que os predicados verbais das frases relativas que funcionam como modificadores no interior dos SN's tematizados têm o mesmo valor temporo-aspectual gnómico dos predicados principais que funcionam como rema ou comentário.

Na conclusão deste capítulo sobre os valores referenciais das entidades tematizadas no texto proverbial, parece-nos oportuno estabelecer claramente uma distinção entre referência nominal genérica e enunciados genéricos.⁶⁹ A referência nominal é genérica quando envolve a designação de espécies, espécies derivadas, membros típicos da espécie, situações-tipo e entidades abstractas construídas a partir da nominalização de propriedades.⁷⁰ Enunciados genéricos são aqueles que combinam o alcance universal da predicação com uma referência nominal genérica.⁷¹

Podemos encontrar SN's genéricos em enunciados episódicos: veja-se, por exemplo, o enunciado "O castor foi introduzido na Alsácia em 1925". Por outro lado, podemos encontrar enunciados que comportam uma predicação temporal universal acerca de um conjunto de indivíduos ("Todos os rios correm para o mar") ou até acerca de conjuntos de conjuntos de indivíduos ("Uma flor não faz primavera", "Dois pardais numa espiga nunca fazem liga"). Reservaremos a designação de universais para este tipo de enunciados.

Os provérbios englobam enunciados universais e enunciados genéricos; daí a relativa heterogeneidade dos tipos de referência nominal que neles detectámos.

⁶⁸ Sobre a distinção entre predicados especificadores e predicados não-especificadores, veja-se Kleiber (1981).

⁶⁹ Esta distinção foi-nos pessoalmente sugerida por J. Peres.

⁷⁰ Em Geurts (1988) articula-se a noção de referência genérica com a noção de estereótipo: o autor considera que os sujeitos das frases genéricas denotam um estereótipo, concebido como "a set of default properties that share applicability conditions" (p. 102).

⁷¹ Na terminologia de Carlson, os enunciados genéricos constituem um sub-tipo dos enunciados gnómicos (ou não-episódicos), aqueles cujo SN faz referência a uma espécie. Quando o SN de um enunciado gnómico refere um objecto (por ex., o enunciado "O João vai para a escola de bicicleta"), Carlson fala de enunciados habituais. No *corpus*, não há enunciados habituais, uma vez que, como vimos, os "antropónimos" que nele encontramos não referem, de facto, um indivíduo.

CAPÍTULO 2. VALORES TEMPORO-ASPECTUAIS DO TEXTO PROVERBIAL

Neste capítulo, propomo-nos reflectir sobre as categorias linguísticas tempo e aspecto, tendo em vista a detecção dos parâmetros que nos permitirão fixar os valores temporo-aspectuais típicos do texto proverbial. A análise de provérbios extraídos do *corpus* mostrar-nos-á que este tipo peculiar de texto se caracteriza pela ausência de referência temporal, responsável pela emergência do valor aspectual tradicionalmente designado por 'gnómico'.

1. TEMPO

1.1. Considerações teóricas preliminares

Semanticamente, as frases das línguas naturais expressam proposições que representam estados de coisas de um mundo. Os estados de coisas descritos estão localizados numa certa extensão de tempo, um intervalo, regra geral ordenado relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação da frase em questão. Assim entendida, a categoria linguística tempo baseia-se numa relação de ordem entre intervalos de tempo, e, no quadro da interacção verbal típica, o ponto de referência decisivo é o próprio intervalo que corresponde ao acto de enunciação.

Esta concepção deíctica do tempo, que, no campo dos estudos linguísticos, foi teorizada por Benveniste (1966), privilegia o presente concebido como a marca de uma coincidência entre o intervalo de tempo ocupado pelo evento descrito e o próprio tempo da instância de discurso que o descreve; o presente é entendido como o momento coextensivo ao acto de fala, sendo, portanto, *sui-referencial*.⁷² A partir deste ponto de referência, definem-

⁷² Cf. Benveniste: "Le repère temporel du présent ne peut être qu' intérieur au discours (...). "Le temps où l'on parle" (...) é "le moment éternellement 'présent', quoique ne se rapportant jamais aux mêmes événements d'une chronologie 'objective', parce qu'il est

se relações de simultaneidade, de anterioridade e de posterioridade, que se traduzem respectivamente pelos tempos do presente, do pretérito e do futuro, e ainda por advérbios temporais e conectores frásicos com valor temporal. Esta concepção simples dos tempos verbais tem sido problematizada, fundamentalmente a partir da análise da relatividade do conceito de presente do discurso,⁷³ e do estudo das por vezes complexas relações de ordem que se instituem entre estados de coisas que se situam em diferentes momentos do passado e do futuro. O próprio Benveniste reconhece que é necessário distinguir o modo de enunciação "discursivo" do modo de enunciação "histórico", sendo este último caracterizado pelo facto de os eventos narrados se ordenarem temporalmente a partir, não do intervalo de tempo da enunciação, mas de um termo-origem, um referente temporal que pode ser uma data ou o intervalo de tempo que contém um dos factos descritos.⁷⁴

De qualquer modo, o intervalo de tempo da elocução tem sido sempre um ponto de referência incontornável na abordagem da categoria tempo, mesmo em domínios não linguísticos, como a seguir se verá.

No campo da lógica, desenvolveram-se linguagens susceptíveis de avaliarem o valor de verdade das proposições das línguas naturais em função de índices temporais. Uma dessas propostas, delineada tendo em vista um enriquecimento do cálculo proposicional clássico através de uma lógica temporal, foi desenvolvida por Prior (1957). Este autor propôs dois novos operadores, F e P, que admitem a seguinte leitura:

Fp: será verdade que p

Pp: foi/era verdade que p

déterminé pour chaque locuteur par chacune des instances de discours qui s'y rapporte" (1966:262).

⁷³ Veja-se Lopes (1985), Nef (1986), Cooper (1985). Neste último trabalho, o autor reflecte a dificuldade de definir rigorosamente a "discourse location", embora adiante alguns princípios gerais supostamente utilizados pelos falantes na delimitação dessa localização (cf. pp. 42-43).

⁷⁴ Idêntica distinção entre dois sub-sistemas temporais - "mundo comentado" e "mundo narrado"- é defendida por Weinrich (1973). Esta perspectiva de análise foi aplicada ao português por Fonseca (1986), que propõe uma distinção entre um sub-sistema verbal deíctico e um sub-sistema verbal anafórico.

Na lógica de Prior há ainda outros dois operadores derivados dos primeiros, G e H, que podemos parafrasear do seguinte modo:

Gp: será sempre verdade que p

Hp: foi sempre verdade que p

Reichenbach (1947) desenvolveu também uma lógica temporal, equacionando o tempo como expressão de uma relação entre três pontos: o momento do discurso (S: "speech-time"), o momento em que se localiza o evento descrito (E: "event-time") e o ponto de referência (R: "reference-time"), momento a partir do qual o locutor considera a situação ou evento de que fala. A introdução do ponto R justifica-se pelo facto de permitir caracterizar enunciados onde ocorrem tempos compostos (num enunciado como "Quando o táxi chegou, o João tinha desaparecido", o ponto R corresponderá ao intervalo de tempo ocupado pelo evento "o táxi chegou", e é relativamente a R que se define, por uma relação de anterioridade, o ponto E, correspondente ao intervalo de tempo ocupado pelo evento "o João tinha desaparecido". Note-se que R, por sua vez, é já anterior a S). Baseando-se nestes três pontos, Reichenbach define os nove tempos verbais que constituem as formas fundamentais do sistema da língua inglesa.

No campo da semântica formal, assiste-se com Montague à definição de uma lógica intensional que incorpora índices temporais, concebidos como momentos do tempo. É no trabalho de Bennett e Partee (1972) que surge pela primeira vez uma lógica temporal baseada em intervalos de tempo, subconjuntos do conjunto dos momentos do tempo. Em Dowty (1979) desenvolve-se de forma rigorosa um cálculo baseado em intervalos de tempo, articulado com uma tipologia de predicados onde se estabelecem distinções ao nível da "aktionsart", conceito que adiante tentaremos esclarecer.

1.2. O tempo verbal no texto proverbial

No texto proverbial, encontramos formas do presente, do pretérito perfeito simples e do futuro, que serão analisadas nos parágrafos seguintes.

Começaremos cada parágrafo por uma breve introdução sobre o(s) valor(es) que o tempo verbal em questão permite exprimir, e comentaremos em seguida os dados extraídos do *corpus*.

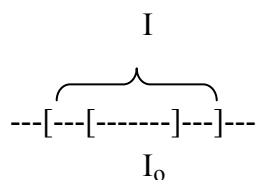
1.2.1. Presente

O tempo verbal privilegiado pelo texto proverbial é o presente, o que nos leva a conceder-lhe uma atenção particular.

A primeira observação que nos parece pertinente introduzir prende-se com a constatação de que existem diversos tipos de uso do presente, constatação que no mínimo nos pode levar a questionar uma definição deíctica deste tempo verbal, tal como foi teorizada por Benveniste. Seguindo de perto a tipologia esboçada por Nef (1986) e utilizando alguns dos exemplos aduzidos pelo autor, podemos distinguir entre um presente histórico ("Em 5.11.40, o exército francês rende-se"), um presente descritivo directo ("Platini marca um golo!"), um presente atemporal ou nómico⁷⁵ ("Os leões são carnívoros", "A água ferve a cem graus") e um presente iterativo ou habitual ("O Paulo, de manhã, dorme"). De todos estes empregos do presente, só o presente descritivo directo pode considerar-se de facto deíctico, na medida em que é praticamente perfeita a coincidência entre o evento descrito e o intervalo da sua enunciação. Acrescente-se que também no caso dos performativos se pode falar de um uso deíctico do presente, caso que Nef não contempla. Quanto aos outros casos, ou se invocam usos estilísticos peculiares, dependentes de processos retóricos (nomeadamente quanto ao presente histórico, que se explica por uma

⁷⁵ O autor utiliza o termo 'nómico' (do grego νομικός, que significa 'lei', 'norma') para designar os usos atemporais do presente que ocorrem em manuais e tratados, quando se expressa informação que é sempre verdadeira. Nas palavras de Lopes (1971) "as gramáticas chamam por vezes a este tempo universal o tempo 'gnómico', ou das sentenças gerais" (p.224). Na nossa língua, este valor é dado pelo presente, mas já no grego clássico, por exemplo, se utilizava uma forma de pretérito, o aoristo, nas máximas e sentenças. Daí o termo 'gnómico' (do grego γνομή, que significa 'sentença'). Como adiante se verá, é possível tratar este valor do presente no âmbito da categoria 'aspecto'. Sobre os diversos tipos de "enunciações gnómicas", cf. Lyons (1977:680-682).

transferência fictícia e metafórica da coincidência entre intervalo da enunciação e evento descrito), ou se desloca o eixo de análise para a categoria linguística aspecto (por exemplo, no caso do presente iterativo ou habitual). Para manter uma certa homogeneidade no tratamento das diversas ocorrências do presente, Nef considera que é forçoso abandonar uma concepção deíctica estrita deste tempo verbal. Redefine, então, o presente dizendo que ele se caracteriza pela propriedade de localizar um evento num intervalo I que compreende o intervalo do acto de enunciação, I_0 , só excepcionalmente se verificando uma coincidência absoluta entre ambos. Por outras palavras, o presente contém o sub-intervalo da enunciação, sem, no entanto, se confundir com ele. Diagramaticamente:



Admite-se, assim, que a definição da localização construída pelo presente implica uma referência ao intervalo de tempo da enunciação, mas não se postula a coincidência do evento descrito com a instância de discurso que o descreve. Vejamos agora se esta redefinição possibilita um tratamento adequado do uso do presente no texto proverbial, o chamado presente atemporal.

1.2.1.1. Provérbios mono-oracionais

O provérbio nunca realiza uma referência temporal deíctica, pois nunca localiza temporalmente os estados de coisas descritos no intervalo de tempo que delimita a situação de enunciação; também não há localização de estados de coisas em função de um ponto de referência específico exterior à enunciação, uma data ou um evento determinado. A ausência de uma referência temporal precisa, ou talvez, em rigor, a total ausência de localização

temporal, parece constituir um traço definatório do provérbio. Atente-se nos seguintes exemplos:

Ladrão não rouba a ladrão
O tempo mostra o amigo
Filho de peixe sabe nadar
Em pequena caixa está bom unguento
Mulher de janela, amora de estrada

As situações descritas são situações-tipo, situações não ancoradas no tempo.⁷⁶ Note-se, inclusivamente, que a frase nominal bimembre, concretizada no último provérbio da série, é uma estrutura sintático-semântica muito produtiva no universo paremiológico, constituindo um caso paradigmático do ponto de vista da anulação do parâmetro tempo: a inexistência de uma forma verbal predicativa implica a ausência de marcas temporais, o que viabiliza a expressão de asserções gerais, que escapam à contingência de uma localização.

O presente típico do enunciado proverbial poderia ser encarado, em terminologia estrutural, como uma forma 'não marcada' do tempo: trata-se de um presente com um valor atemporal.

A proposta de definição do presente apresentada por Nef (1986) abarca este uso peculiar, desde que se acrescente que o presente atemporal (ou nómico, na terminologia do autor) situa o estado de coisas descrito num intervalo de tempo aberto, cujas fronteiras não são especificadas. Se representarmos por I_0 o intervalo de tempo da enunciação, as condições de verdade de um enunciado nómico poderiam, então, definir-se nos seguintes termos:

⁷⁶ Recorde-se que utilizamos a expressão situação-tipo tal como ela é definida no quadro da Semântica das Situações (cf. Barwise e Perry, 1983): uma situação-tipo contém sempre elementos indeterminados, quer no plano dos indivíduos, quer no plano da localização.

Uma frase A, com um verbo no presente nomicamente interpretado, é verdadeira num intervalo de tempo I se for verdadeira em todos os sub-intervalos de I e $I_0 \in I$, não sendo delimitadas as fronteiras de I. ⁷⁷

O autor utiliza ainda a expressão 'intervalo de tempo' para definir o presente dos enunciados nómicos, embora sublinhe que se trata de um intervalo de fronteiras não especificadas, e, acrescentaríamos nós, susceptíveis de serem dilatadas *ad infinitum*, nos dois sentidos da linha do tempo. Se reflectirmos um pouco sobre esta proposta, verificamos que ela traduz, de facto, a ausência de localização temporal que atrás apontámos como característica típica da semântica do texto proverbial: o intervalo que valida a situação descrita não comporta balizas ou fronteiras definidas, pelo que não circunscreve uma localização no eixo do tempo. Consideramos que esta definição do valor do presente que ocorre nos provérbios se coaduna plenamente com a nossa afirmação precedente, segundo a qual o provérbio descreve situações-tipo.

Parece-nos que a ausência de localização temporal, que resulta do intervalo aberto instituído pelo presente atemporal, desencadeia em todos os provérbios um efeito de omnitemporalidade. De facto, se o intervalo que valida uma determinada proposição se estende *ad infinitum* nos dois sentidos da linha do tempo, podemos concluir que o estado de coisas designado por essa proposição se verifica em todos os intervalos de tempo.

1.2.1.2. Provérbios mono-oracionais com adjuntos adverbiais temporais

Analise agora alguns provérbios do *corpus* construídos com adjuntos adverbiais de valor temporal:

⁷⁷ Assinale-se que tal definição parece corresponder à combinação dos operadores G e H de Prior. Se atentarmos na definição proposta, verificamos que a caracterização do intervalo de tempo em termos de intervalo aberto, sem fronteiras definidas, nos remete já, subtilmente, para o domínio do aspecto, latamente entendido, de acordo com Vet (1980), como toda a informação contida numa frase que diz respeito à estrutura interna do intervalo I (sendo I o intervalo de tempo em que se localiza a situação descrita pela frase).

De noite, todos os gatos são pardos
De véspera, todos madrugam
Depois da batalha, aparecem os valentes

As locuções adverbiais temporais "de noite", "de véspera" e "depois da batalha" não delimitam um intervalo de tempo preciso; fazem referência a classes de intervalos, circunscrevendo as condições que validam a predicação expressa. Verifica-se, assim, uma localização temporal da predicação no interior de um cenário referencial não localizado relativamente à situação de enunciação. Estes adjuntos adverbiais não derogam as afirmações precedentes sobre a ausência de localização temporal típica do provérbio, já que o que nestes provérbios se descreve é uma correlação fixa, de simultaneidade ou posterioridade, entre estados de coisas atemporais. Exemplificando com o primeiro provérbio da série, diremos que a correlação expressa é a seguinte: sempre que se verifica a condição 'ser de noite', verifica-se que o predicado 'ser pardo' se aplica a todos os gatos.

1.2.1.3. Provérbios pluri-oracionais

Nos provérbios pluri-oracionais que expressam correlações entre situações-tipo, podemos encontrar uma ordenação temporal relativa entre elas. Vejam-se os provérbios:

Quando em casa não está o gato, folga o rato
Onde há fumo, há fogo
Quem procura sempre alcança
Responde o frade como canta o abade

Nesta pequena série, verificamos que a localização relativa se processa ou termos de concomitância ou sobreposição temporal de estados de coisas (é o que acontece nos dois primeiros provérbios) ou segundo uma relação de

anterioridade/posterioridade (vejam-se os dois últimos exemplos). Assinale-se que, no primeiro exemplo, a oração introduzida por 'quando' é funcionalmente equivalente, do ponto de vista semântico, aos adjuntos adverbiais mencionados no parágrafo anterior; de facto, tal oração delimita também uma classe de intervalos de tempo que restringe a validade da predicação principal. De qualquer modo, não são de facto os valores de ordenação temporal que se revelam decisivos, ou até simplesmente relevantes, na interpretação destes provérbios: o que importa analisar, neste tipo de provérbios, são as relações de tipo causa-efeito, condição-consequência ou conformidade que o texto proverbial institui entre as situações-tipo descritas, como em pormenor se verá no capítulo consagrado ao estudo das relações interproposicionais. Se o presente continua a ser o tempo seleccionado, tal deve-se uma vez mais ao facto de através dele (por vezes em co-ocorrência explícita com sempre e tendo em conta que os SN's sujeito são interpretados de forma não específica) se apagarem fronteiras localizadoras, viabilizando-se, assim, a construção pragmática de um efeito de omnitemporalidade. Provérbios deste tipo são "statements of timeless dependencies" (Reilly,1986:312).

1.2.2. Pretérito perfeito simples

O pretérito perfeito simples exprime a anterioridade do intervalo de tempo ocupado pelo estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo da enunciação.

Encontrámos no *corpus* alguns provérbios onde ocorre o pretérito perfeito simples; embora sejam pouco significativos do ponto de vista estatístico - diremos mesmo que estamos perante casos marginais ou atípicos - não queremos deixar de os comentar. Vejamos alguns exemplos:

A lã nunca pesou ao carneiro

Nunca a estopa fez boa camisa

Nunca ninguém se enforcou com uma bolsa ao pescoço

É aparentemente paradoxal o uso do pretérito perfeito no contexto proverbial, uma vez que um dos traços definitórios do provérbio é o facto de ele não fazer nunca referência a situações episódicas, espacio-temporalmente localizadas. Ora, como vimos, o tempo verbal em apreço permite localizar o evento descrito no passado, num intervalo de tempo anterior ao intervalo de tempo da enunciação. Como explicar, então, a sua ocorrência no provérbio? Pensamos que uma explicação minimamente satisfatória deste uso passa pela análise das implicaturas⁷⁸ desencadeadas pelos tempos verbais. O pretérito perfeito despoleta normalmente uma implicatura convencional do tipo:

V no pretérito perfeito ---> já não V no presente

Concretizando a partir de um exemplo: o enunciado "A Ana teve um carro" desencadeia a implicatura "A Ana já não tem um carro".

Nos provérbios, porém, o advérbio nunca cancela essa implicatura, dando origem à seguinte interpretação semântica: não há um único intervalo $I_n < I_o$ tal que p (a proposição expressa pelo enunciado) seja falsa em I_n , ou, dito de outro modo, p foi sempre verdadeira no passado. Numa segunda etapa interpretativa, onde interferem já mecanismos inferenciais, construímos a seguinte dedução: se p foi sempre verdadeira no passado e se nada me permite concluir que p deixou de ser verdadeira, admito que p continua e continuará a ser verdadeira.

Analisemos outros provérbios onde ocorre o pretérito perfeito:

Quem não se aventurou, não perdeu nem ganhou

Nunca milho semeou quem passarinho receou

Quem nasceu para a forca, não morre afogado

Quem nasceu para burro, nunca chega a cavalo

Roma e Pavia não se fizeram num dia

Os paus, uns nasceram para santos, outros para tamancos

⁷⁸ Recorde-se que utilizamos este termo na acepção de Grice (1975).

A nosso ver, a representação semântica dos dois primeiros provérbios envolve um nexos condicional do tipo: 'para todo o x e em todos os intervalos de tempo do passado, $p(x)$ implica $q(x)$ '. Em função do conhecimento que se tem acerca da ocorrência regular, no passado e segundo uma relação de ordem, de determinadas situações episódicas, constrói-se uma generalização indutiva que configura uma relação de implicação orientada: sempre que se verificou uma ocorrência da situação-tipo A, verificou-se uma ocorrência da situação-tipo B. Trata-se de uma condicional genérica, cuja validade está, no entanto, circunscrita ao passado; a condicional é genérica e não particular porque se correlacionam situações-tipo e não situações episódicas; estabelece-se um nexos causal ou explanatório entre o antecedente e o conseqüente, nexos esse plenamente compatível com o elevado grau de factualidade que caracteriza esta asserção condicional e que deriva fundamentalmente da ocorrência de formas verbais no pretérito perfeito, tanto no antecedente como no conseqüente.

Pensamos que é possível invocar para estes casos um mecanismo inferencial do tipo do que propusemos para o primeiro grupo de provérbios em que encontramos o pretérito perfeito, por forma a podermos incluí-los no grupo dos provérbios que expressam correlações fixas entre situações-tipo; assim, se o nexos de implicação é válido em todos os sub-intervalos de tempo do passado, e nada me permite concluir que deixou de ser verdadeiro, concluo que tal nexos se mantém e se manterá válido. Trata-se de um processo interpretativo inferencial, de natureza pragmática, que conduz ao 'apagamento' de qualquer ancoragem ou localização temporal, restituindo ao provérbio o seu valor atemporal típico.⁷⁹

No segundo sub-grupo desta série há ainda uma estrutura condicional subjacente, universalmente quantificada no domínio dos indivíduos e dos intervalos de tempo: 'para todo o x e em todos os intervalos de tempo, se x nasce para burro/para a força, então x não chega a cavalo/não morre enforcado'. A ocorrência do pretérito perfeito, no antecedente, e do presente

⁷⁹ Em Riegel (1987) numa breve referência à ocorrência esporádica de outros tempos verbais que não o presente, afirma-se que esses tempos "permettent de décaler les occurrences de SV -SV par rapport à un moment origine lui-même dépourvu d'ancrage référentiel" (p.90).

com valor temporal de futuro, no conseqüente, marca apenas uma relação de ordem natural entre dois estados-de-coisas: nascer é sempre anterior a qualquer outro estado de coisas protagonizado pelo homem. Parece-nos que nestes casos a validade da relação de implicação não se restringe ao passado, pelo que se torna possível parafrasear estes provérbios através de um quando atemporal, equivalente a sempre que, utilizando formas do presente tanto no antecedente como no conseqüente: "*Quando /sempre que se nasce para burro, não se chega a cavalo*". Como afirma Reilly, "there is semantic overlap for *when* and *if* where they refer to situations occurring, having occurred, or predicted to occur, in the real world"(...).(1986:314).

No último subgrupo desta série de provérbios, estamos perante casos distintos: as situações descritas, temporalmente localizadas no passado, funcionam como um repto ao locutário no sentido de ele construir por inferência uma interpretação genérica contextualmente relevante. Na construção dessa interpretação, é ainda o presente simples que aparece como tempo verbal privilegiado: "Todo o trabalho implica tempo", "Os homens têm destinos diferentes".

1.2.3. Futuro

O futuro exprime a posterioridade do intervalo de tempo ocupado pelo estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo da enunciação.

Selecionámos os dois enunciados seguintes como exemplos paradigmáticos de provérbios que comportam formas de futuro:

Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és

Diz-me com quem andas, dir-te-ei as manhas que tens

Estes provérbios podem ser parafraseados por construções condicionais genéricas, que expressam correlações atemporais entre situações hipotéticas: 'se me disseres com quem andas, dir-te-ei quem és'. Na paráfrase, tanto o futuro

do conjuntivo como o futuro do indicativo comportam um valor modal de não-factuality. O futuro que ocorre nos provérbios não localiza, por conseguinte, o estado de coisas descrito num intervalo de tempo posterior ao acto de enunciação, apenas marca a possibilidade de ocorrência de uma situação, desde que se verifiquem as condições expressas no antecedente. Tem, pois, um valor exclusivamente modal.

Em síntese, diremos então que a ideia central que importa reter quanto à categoria linguística 'tempo' é a sua função localizadora: o 'tempo' permite localizar um estado de coisas num intervalo ordenado relativamente ao intervalo de tempo da enunciação ou a um outro ponto de referência previamente assinalado- uma data ou um evento. No entanto, no texto proverbial, não há nem localização temporal deíctica, nem localização temporal anafórica, já que as situações e correlações expressas são atemporais. Este valor é dado explicitamente pelo presente simples, e inferido quando ocorrem tempos verbais do passado.

2. ASPECTO

2.1. Considerações teóricas preliminares

O aspecto é uma categoria linguística de contornos bastante fluidos, como se depreende do simples cotejo de algumas definições propostas, dificilmente redutíveis a um mesmo denominador comum. Para Meillet (1948:183), "La catégorie de l'aspect (...) embrasse tout ce qui est relatif à la durée et au degré d'achèvement des procès indiqués par le verbe". Segundo Ducháček (1966:161), o aspecto é "la manière d'exprimer l'action soit dans son développement (...), soit dans son achèvement (...)". Lyons considera que o termo foi convencionalmente adoptado do russo, onde se usa para aludir à oposição perfectivo/imperfectivo (acabado/inacabado) típica da flexão verbal das línguas eslavas (1977:705). Para O. Lopes, é "expressão do aspecto tudo

aquilo que constitui expressão quantificada de qualquer processo, ou então expressão conjuntista de intervalos, em dados processos cronologicamente orientados" (1971: 223). Comrie considera que o aspecto permite distinguir "different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation" (1976:3). Depois de referir o carácter caótico da proliferação terminológica que envolve a análise desta categoria, Vet adopta a seguinte definição: "Par aspect, nous entendrons toute information contenue dans une phrase qui se rapporte non pas à la place, mais à la structure interne de l'intervalle I" (sendo I o intervalo correspondente à localização temporal de uma situação) (1980:46). Para Moens, "in its original sense, aspect only refers to the opposition between perfective and imperfective descriptions of events, representing states of affairs either as accomplished or not. However, the notion of aspect has gradually been extended to cover a variety of other notions (duration, instantaneity, frequency, initiation, completion) in so far as they are grammaticalized in the structure of a particular language"(1987: 39).⁸⁰

Embora nem sempre coincidentes e reveladoras da flutuação terminológica e até conceptual que tem caracterizado a investigação nesta área, as definições propostas tendem, contudo, a distinguir a categoria 'tempo' da categoria 'aspecto': relembrando o que se disse na primeira parte deste capítulo, o tempo permite localizar a ocorrência de uma situação ou estado de coisas num intervalo I, que se delimita em função do intervalo de tempo da enunciação ou em função de um outro intervalo ou ponto de referência; o aspecto parece recobrir todos os elementos que num enunciado nos fornecem indicações acerca da estrutura interna do intervalo I.

Numa tentativa de clarificação da noção, de modo a torná-la operatória na análise do nosso *corpus*, diremos que o aspecto tem sido abordado fundamentalmente em duas perspectivas:

a) o termo alemão aktionsart (modo de acção) recobre uma dessas perspectivas de análise, centrada no estabelecimento de distinções quanto ao modo de ser interno, ou à estrutura temporal intrínseca da situação ou estado de

⁸⁰ Para uma visão global e integrada dos sistemas temporo-aspectuais das línguas humanas, veja-se Dahl (1985).

coisas descrito pelo verbo. Os trabalhos realizados neste quadro privilegiam a manifestação lexical do aspecto, e têm desembocado na construção de tipologias de classes aspectuais de verbos (que, como adiante se verá, são também, e talvez acima de tudo, tipologias de estados de coisas). É neste âmbito que surge, por vezes, a expressão "aspecto intrínseco", dado que, teoricamente, se restringe a análise a predicados não contextualizados.

b) a segunda perspectiva recobre todos os trabalhos centrados na análise das diversas estruturas gramaticais que as línguas naturais possuem para expressar as oposições acabado/inacabado, pontual/durativo, singular/iterativo, no quadro dos enunciados. Estes valores aspectuais prendem-se, por um lado, com a modalidade de localização do estado de coisas seleccionada pelo locutor. Concretizando, o locutor pode representar global ou parcialmente uma situação (aspecto 'perfectivo' e 'imperfectivo') e, no caso da selecção de uma representação parcial, pode focalizar a sua fase inicial, final ou intermédia⁸¹- daí a terminologia conhecida 'aspecto inceptivo, conclusivo', 'cursivo'. Por outro lado, os parâmetros duração e frequência são invocados na caracterização da estrutura interna do intervalo de tempo ocupado pelo estado de coisas descrito: fala-se, assim, de aspecto 'durativo' ou 'pontual', 'iterativo' e 'habitual'. Definido nestes termos, o aspecto aparece indubitavelmente como uma categoria pluridimensional, facto que pode de algum modo justificar o carácter pouco homogéneo da investigação desenvolvida sobre este tópico.

Como marcadores dos valores aspectuais dos enunciados, definidos em função dos parâmetros complemento, duração e frequência, temos a própria flexão temporal dos verbos, perífrases verbais ditas aspectuais como 'estar a', 'continuar a', 'acabar de', 'passar a',⁸² expressões adverbiais temporais que delimitam intervalos de tempo fechados ou abertos ('já', 'ainda não', 'já não') e ainda operadores adverbiais que funcionam como quantificadores vagos ou

⁸¹ Vet utiliza a expressão "aspectos deícticos" para dar conta destas diversas modalidades de representação, determinadas "par la place du moment à partir duquel le locuteur regarde la situation dont il parle" (1980:75).

⁸² Para uma análise das diferentes perífrases verbais aspectuais do português, veja-se Fernandes (1980). A obra de Dietrich (1973) descreve perífrases verbais aspectuais do conjunto das línguas românicas.

precisos sobre eventos e/ou intervalos de tempo ('frequentemente', 'muitas vezes', 'raramente', 'às vezes', 'todos os dias'). Só analisando estes diversos marcadores, que interagem sobre a classe aspectual do predicado, é que podemos estabelecer o valor aspectual global do enunciado, ou "aspecto extrínseco".

Segundo alguns autores, dentre os quais destacaremos Bache (1982), distinguir aktionsart de aspecto propriamente dito significa admitir uma distinção entre a estrutura (temporal) interna "objectiva" das situações descritas pelos verbos e a selecção, pelo falante, de uma perspectiva de focalização "subjectiva" dessas mesmas situações.

A reflexão sobre a primeira vertente assinalada remonta a Aristóteles, mas é sobretudo a proposta elaborada por Vendler (1967) que aparece como ponto de referência em muitos trabalhos recentes sobre esta questão.⁸³ As quatro categorias de estados de coisas discriminadas por Vendler - states, activities, accomplishments e achievements - foram estabelecidas basicamente em função de uma reflexão sobre as propriedades ontológicas dos estados de coisas do mundo, embora se aforem já alguns critérios sintáctico-semânticos, nomeadamente a compatibilidade de cada tipo de verbo com certos advérbios ou locuções adverbiais temporais e com o "progressive tense", e se apontem algumas implicações lógicas que os predicados verbais desencadeiam quando combinados com as referidas locuções adverbiais.

Em Dowty (1979), encontra-se uma discussão rigorosa desta tipologia e uma proposta alternativa onde se distinguem oito categorias de predicados verbais (cf. pp.184-187). É o próprio autor que reconhece que tal tipologia apresenta áreas fluidas, valendo mais para frases completas e situadas do que para simples entradas lexicais. Significa isto que há, no fundo, uma interacção complexa entre a classe aspectual do verbo e o valor aspectual extrínseco do enunciado em que ocorre actualizado. Dowty tenta motivar linguisticamente as diferentes classes, através de um conjunto de testes, sintáctico-semânticos, dentre os quais destacaremos:

⁸³ Cf. Meulen (1983), Vuyst (1983), Cooper (1985), Verkuyl (1989).

- a incompatibilidade dos predicados estativos com o progressivo:

i) * O Pedro está a saber

- a impossibilidade de ocorrência dos estativos como complementos dos verbos forçar e persuadir:

ii) * Persuadi o Pedro a saber

- o facto de só os predicados não-estativos ocorrerem em frases imperativas:

iii) *sabe ! / corre !

- a plena compatibilidade entre predicados classificados como activities e complementos durativos do tipo "durante i":

iv) O Pedro correu durante três horas;

- a compatibilidade entre predicados de accomplishments e complementos de valor temporal do tipo "em i":

v) O Pedro desenhou o círculo em dois minutos

Embora não sejam absolutos, estes testes têm pelo menos o mérito de apontar alguns traços de pertinência linguística das classes de estados de coisas discriminadas, ou, noutros termos, mostram que as distinções de aktionsart se repercutem na gramática das línguas naturais.

Mas o trabalho de Dowty impõe-se essencialmente no plano da definição semântica das classes. Recorrendo a uma semântica de intervalos de tempo, Dowty estabeleceu formalmente as diferenças entre os diversos estados de coisas:

-se um estado se verifica num intervalo I, então verifica-se em todos os momentos de I;

- se uma actividade se verifica num intervalo I, então verifica-se em todos os sub-intervalos de I que não são conjuntos singulares, ou momentos;
- se um accomplishment se verifica num intervalo I, então não se verifica em qualquer sub-intervalo de I;
- se um achievement se verifica em I, então I é um conjunto singular.

Esta tipologia pretende ser uma classificação aspectual de verbos, mas de facto trata-se, no mínimo, de uma tipologia de SV's, e de forma mais rigorosa, em nosso entender, dever-se-ia falar de uma classificação de proposições em classes, de acordo com a estrutura interna do tipo de estado de coisas ou situação que elas descrevem. A fronteira entre classes aspectuais de verbos e tipos de estados de coisas é, no entanto, ténue, uma vez que é em larga medida com base nas propriedades sintáctico-semânticas dos predicados, registadas no léxico através do seu molde proposicional e da representação do seu significado lexical, que se distinguem diversos tipos de estados de coisas.⁸⁴

De qualquer modo, confrontando esta proposta com outras tipologias de estados de coisas - Mourelatos (1978), Gabbay-Moravcsik (1980), Vet (1980), Meulen (1983), Cooper (1985), Verkuyl (1989) - encontram-se inegáveis pontos de contacto, independentemente da terminologia utilizada e do quadro teórico em que cada um se situa: são admitidos como mais relevantes na distinção entre tipos de estados de coisas os parâmetros [\pm pontual] e [\pm télico].⁸⁵ As definições de Dowty correspondem justamente a uma tentativa de

⁸⁴ Tal fluidez transparece nitidamente no trabalho de Vet (1980), que recorre às seguintes expressões "diferentes tipos de verbos ou de situações" (p. 57), "classes verbais (situacionais)" (p. 59), "classes verbais ou situacionais" (p. 71).

⁸⁵ Em Mourelatos (1978) e Meulen (1983) aplica-se a distinção semântica massivo/contável às diversas interpretações dos SV's. Sobre os SV's estativos, por exemplo, diz-se que se assemelham aos termos massivos, uma vez que as sub-partes de um estado S são ainda S. Não vemos qual a vantagem desta abordagem, porque não se entende claramente o que significa uma sub-parte de um estado-de-coisas. Parece-nos preferível, porque mais inteligível até do ponto de vista intuitivo, a análise em termos de momentos e intervalos de tempo. Não queremos ainda deixar de referir que há conhecidas tipologias de estados-de-coisas que utilizam como parâmetro diferenciador os traços [\pm controlo] ou [\pm causalidade]. É o que acontece, por exemplo, na Gramática Funcional (Dik, 1978) e na Gramática de Caso (Cook, 1978). No entanto, a presença ou ausência de um elemento controlador ou causador da

formalizar, pelo recurso a intervalos e momentos do tempo, estes parâmetros intuitivamente apreendidos, aos quais se acrescenta o parâmetro [\pm contínuo].

Quanto à incidência do tipo de estado de coisas descrito no plano dos valores aspectuais tradicionalmente considerados, julgamos que ela se manifesta basicamente a nível da oposição durativo/não durativo e, parcialmente, a nível da oposição perfectivo/imperfectivo. Um evento pontual ("achievement"), por exemplo, é sempre não durativo e perfectivo, uma vez que o intervalo de tempo que ocupa é um momento; um estado é sempre durativo, uma vez que comporta sub-intervalos, podendo ser imperfectivo, quando as fronteiras do intervalo que ocupa não são necessariamente fechadas.

Relativamente à oposição aspectual tradicional singular/iterativo, pensamos que ela não deflui automaticamente de distinções de aktionsart, pois é uma distinção que remete para a frequência de um evento; a expressão linguística de operações de quantificação sobre eventos, através de adjuntos do tipo 'sempre', raramente', todos os dias', faz emergir um valor iterativo.

O que nos interessa acima de tudo sublinhar é que as distinções de aktionsart não derivam em exclusivo do valor aspectual intrínseco do predicado, uma vez que este pode ser anulado ou modificado quando em interacção com a flexão temporal, com certas construções adverbiais ou com verbos auxiliares ditos aspectuais, e até com complementos do verbo. Através de um exemplo, vamos ilustrar como se processa essa alteração do valor aspectual intrínseco de um predicado. O predicado nadar pertence à classe das activities; no entanto, no enunciado "O Pedro nada", parafraseável pelos enunciados "O Pedro é nadador" ou "O Pedro sabe nadar", o estado de coisas descrito é um estado, uma vez que o presente (habitual ou disposicional) se utiliza para expressar a atribuição de uma propriedade estável, não contingente, a um indivíduo; o predicado construir uma casa pertence à classe dos accomplishments, mas no enunciado "O Pedro continua a construir a casa", o auxiliar aspectual continuar a confere à proposição em questão o estatuto de proposição que designa um estado; o predicado morrer pertence à classe dos achievements, que por definição são predicados pontuais, mas no enunciado "

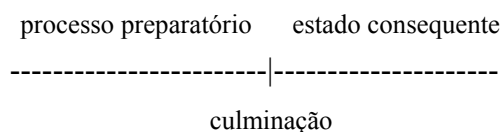
situação não é relevante do ponto de vista aspectual, porque em nada condiciona a estrutura interna do intervalo de tempo ocupado pela situação descrita.

A Maria morreu em dois dias", parafraseável pelo enunciado "A Maria levou dois dias a morrer", a construção adverbial anula esse valor primitivo, e o enunciado passa a descrever um accomplishment.

Assim sendo, o significado aspectual intrínseco do predicado, dado lexicalmente, não determina, por si só, o tipo de estado de coisas que está a ser descrito por um enunciado. O valor de aktionsart de um enunciado só pode ser definido depois de computados todos os elementos que nele co-ocorrem. Moens e Steedman (1988) teorizaram de forma clarividente e inovadora esta questão. Assim, admitem que há um valor de aktionsart básico, tipicamente associado ao predicado lexical e herdado, em termos de valor por defeito, pela proposição em que esse predicado figura; mas esse valor é susceptível de ser alterado sob a influência de modificadores como os tempos, os advérbios temporais e os auxiliares aspectuais. A vertente inovadora surge no modo como explicam teoricamente estas alterações de aktionsart. Os autores começam por distinguir os estados- estados de coisas sem limites temporais- dos eventos- estados de coisas que envolvem fronteiras temporais. Os eventos, por seu turno, são subdivididos em quatro classes fundamentais, de acordo com os parâmetros [\pm pontual] e [\pm estado consequente] (este último parâmetro corresponde *grosso modo*, a nosso ver, aos parâmetros [\pm mutacional] ou [\pm transicional] que se encontram noutras tipologias):

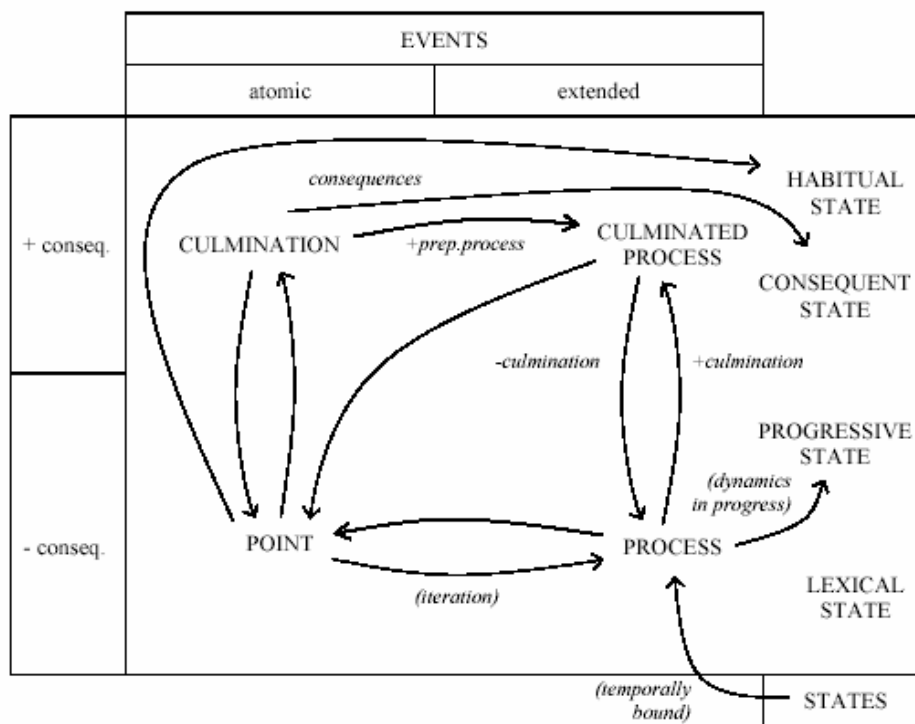
EVENTS			STATES
	atomic	extended	
+ conseq.	CULMINATION recognize, spot, win the race	CULMINATED PROCESS build a house, eat a sandwich	understand, love, know, resemble
- conseq.	POINT hiccough, tap, wink	PROCESS Run, swim, walk, play the piano	

Mas o que importa antes de mais acentuar é a concepção de evento que defendem: um evento é definido como núcleo, isto é, estrutura tripartida que envolve um processo preparatório, uma culminação ("goal event") e um estado consequente. Em esquema:



Concretizemos esta concepção através da análise de um exemplo. O predicado atravessar a rua permite-nos basicamente construir proposições que descrevem um "culminated process", um evento durativo ao qual associamos um processo preparatório, uma culminação e um estado subsequente. Quando este predicado ocorre num enunciado do tipo "O Pedro estava a atravessar a rua quando foi atropelado", o auxiliar aspectual estar a sobrepõe-se ao valor aspectual intrínseco do predicado principal; o locutor passa a descrever o estado de coisas sem ter em conta o seu ponto culminante, focalizando apenas o processo preparatório no seu decurso (o "progressive state (...) describes the process as ongoing at the reference time", Moens e Steedman, 1988:18). Um conjunto de análises deste tipo leva os autores a concluir que "linguistic devices like tenses, aspects, and temporal/ aspectual adverbials (...) transform entities of one type into (...) other contingently related entities" (*Ibid.*: 17).

Veja-se o diagrama da rede de transições aspectuais ("transition network") apresentado pelos autores:

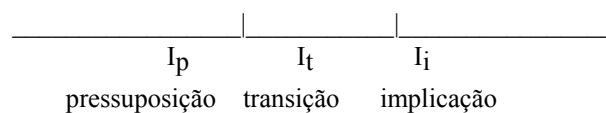


Esta perspectiva de análise é fecunda a dois níveis. Por um lado, explica as possíveis conversões ou alterações dos valores aspectuais intrínsecos dos predicados, no quadro de uma rede de transições em que os factores coercitivos da mudança são os tempos verbais, as construções adverbiais e os auxiliares aspectuais. Por outro lado, permite analisar relações entre eventos não apenas em função de relações temporais, isto é, relações de ordem entre intervalos de tempo, mas também em função de relações de contingência ou de interdependência entre estados de coisas, fortemente dependentes do modo como os falantes organizam e arquivam o seu conhecimento acerca da estrutura de eventos e sequências de eventos.⁸⁶

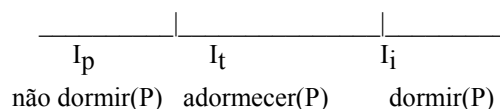
2.2. Aspecto 'indeterminado' e valor aspectual 'gnómico'

A análise dos valores aspectuais do texto proverbial, não tendo embora sido objecto de um estudo específico até hoje, foi, no entanto, aflorada no

⁸⁶ Em Vet (1980) estabelece-se uma distinção de aktionsart básica entre situações não-transicionais e situações transicionais; as situações transicionais envolvem uma mudança de estados-de-coisas no intervalo de tempo da sua duração. Embora Vet não pretenda avançar qualquer tipo de reflexão sobre a estrutura ontológica das situações, a sua proposta de caracterização das situações transicionais não deixa de manifestar alguns curiosos pontos de contacto com o trabalho de Moens e Steedman. Senão, vejamos: segundo Vet, uma proposição que descreve uma situação transicional desencadeia uma pressuposição e uma implicação; a pressuposição corresponde ao estado-de-coisas que antecede a transição, a implicação corresponde ao estado-de-coisas subsequente. Diagramaticamente, teríamos:



Concretizando através do enunciado "O Pedro adormeceu":



A transição parece-nos corresponder ao ponto culminante de Moens/Steedman, e a implicação recobre o estado consequente. A homologia não é, contudo, completa, uma vez que o processo preparatório de Moens/Steedman não equivale à pressuposição de Vet: esta designa sempre um estado-de-coisas contraditório relativamente ao estado-de-coisas designado pela implicação.

quadro de algumas abordagens teóricas sobre o aspecto, que passamos a comentar.

Segundo Castilho (1968), os enunciados proverbiais são aspectualmente neutros, não marcados; o autor utiliza a expressão "aspecto indeterminado" para dar conta dos casos em que o "processo" (termo genérico utilizado pelo autor para dar conta da denotação de qualquer verbo) é representado na sua virtualidade. É o que acontece, segundo o autor, nos provérbios e nos enunciados que expressam verdades eternas, onde se verifica o recurso ao presente 'gnómico', e também nos enunciados que descrevem aptidões, através do chamado presente 'disposicional'. Na perspectiva de Castilho, representar o "processo" na sua virtualidade significa representá-lo fora dos parâmetros tempo, duração, completamento ou repetição. No entanto, o autor admite que nalguns provérbios se pode "perceber num discreto segundo plano a noção interferente de repetição" (p.104). Não adoptamos esta solução, uma vez que admitimos que os provérbios descrevem estados permanentes, cuja validade não se restringe ao intervalo de tempo da enunciação, pelo que o traço aspectual [+durativo] não pode ser ignorado. No entanto, devemos acrescentar que intuitivamente detectamos uma diferença entre o valor [+durativo] que afectamos, por exemplo, ao provérbio "Homem prevenido vale por dois" e o valor [+durativo] que afectamos ao enunciado "O Pedro vive em Lisboa": ambos descrevem estados, mas o primeiro enunciado admite a paráfrase "Homem prevenido vale *sempre / geralmente* por dois", o que não acontece com o segundo; por outro lado, o segundo enunciado é compatível com um modificador adverbial do tipo "O Pedro vive em Lisboa desde 1980 ", sendo o primeiro totalmente incompatível com tal tipo de modificador. É, pois, necessário estabelecer uma sub-tipologia na classe dos estados, em função do carácter [\pm ocasional] ou [\pm contingente] do predicado.⁸⁷

Note-se que a proposta formulada por Carlson (1977) sobre a ontologia subjacente à categorização do real expressa pelas línguas naturais responde, de algum modo, à questão em apreço, uma vez que se distinguem dois tipos de

⁸⁷ Em Bach (1981), estabelece-se uma distinção entre 'estado temporário' e 'estado não temporário'. No primeiro caso, integram-se as construções com verbos estativos que admitem o 'progressive tense': "I am living in California"; no segundo, incluem-se as descrições de situações gnómicas, incompatíveis com o 'progressive'.

entidades às quais é possível atribuir propriedades: indivíduos e fases espacio-temporalmente delimitadas de indivíduos. Os predicados episódicos são aqueles que se aplicam a fases de indivíduos; os predicados gnómicos aplicam-se directamente aos indivíduos, expressando propriedades permanentes ou estáveis. Nesta linha de ideias, o predicado que ocorre no enunciado "O João vive em Lisboa" aplicar-se-ia a uma fase do indivíduo João; no provérbio, o predicado aplicar-se-ia directamente a um indivíduo, o membro típico da espécie derivada designada pelo SN 'homem prevenido'; no primeiro caso, teríamos a descrição de um estado contingente, no segundo, a descrição de um estado permanente.⁸⁸

Segundo Lopes (1971) e Mateus *et alii* (1989), os enunciados definitórios e aforísticos actualizam um valor aspectual 'gnómico', definido em termos de quantificação universal sobre intervalos de tempo; tais enunciados descrevem estados-de-coisas que se verificam em todos os intervalos de tempo: $\forall I, p$ ocorre em I. A quantificação universal referida corresponderia a um valor limite do parâmetro aspectual frequência. Esta solução dá conta da não delimitação temporal da predicação, que exprime uma propriedade permanente (ou, pelo menos, estável) de uma entidade, ou uma relação permanente entre entidades. O valor estativo derivaria justamente do facto de estes enunciados não expressarem propriedades temporárias ou transitórias de fases temporalmente limitadas de entidades, nem relações igualmente transitórias entre entidades ancoradas no espaço e no tempo, mas antes propriedades (e relações) estáveis de (entre) entidades-tipo. Julgamos que esta proposta responde preferencialmente ao problema da localização temporal dos estados de coisas descritos pelos provérbios e outros enunciados de cunho aforístico, pois dizer-se que um estado de coisas se verifica em todos os intervalos de tempo equivale, na nossa opinião, a afirmar que ele não está temporalmente localizado, solução que defendemos em parágrafos anteriores. Então, diremos

⁸⁸ Em Buck-Besse (1989) distingue-se a predicação atemporal, que corresponde à descrição de estados, da predicação temporal, que dá origem à representação linguística de eventos [\pm pontuais] e [\pm télicos]. Sendo atemporal, o estado, nesta perspectiva, não é caracterizável em função do parâmetro [-pontual] (ou [+durativo]), porque só se considera possível caracterizar como durativo um evento localizado no tempo.

que o valor aspectual gnómico emerge na ausência de uma localização temporal deíctica ou anafórica e corresponde à descrição linguística de um estado de coisas sem fronteiras, sendo a predicação válida em todos os intervalos de tempo.

2.3. Valores aspectuais no texto proverbial

Antes de iniciarmos uma análise dos valores aspectuais dos textos proverbiais, julgamos oportuno mencionar o que retivemos das diversas linhas de investigação acima apresentadas. Seria demasiado ambicioso pretender esboçar um quadro coeso e homogéneo sobre o aspecto a partir das leituras que fizemos. É uma área complexa e algo confusa, onde a proliferação terminológica evidencia a dispersão conceptual. Propomo-nos apenas clarificar, aqui e agora, a metalinguagem que vamos utilizar, em função de algumas distinções teóricas básicas que julgamos pertinentes e operatórias.

Admitimos a distinção entre valor aspectual intrínseco dos predicados, a aktionsart lexicalmente expressa, e valor de aktionsart dos enunciados, computado em função dos tempos verbais nele actualizados, das locuções adverbiais e dos verbos auxiliares que nele ocorrem. Como tipos ou classes básicas de aktionsart, fazemos uma distinção entre estados, situações temporalmente não delimitadas, e eventos, situações que envolvem uma delimitação temporal. Na classe dos eventos, operamos uma especificação suplementar, em função dos parâmetros [\pm pontual] e [\pm télico]. Assim, a expressão evento pontual designará uma situação [+ pontual] e [+ télica]; a expressão processo consumado designará uma situação [-pontual] e [+ télica]; o termo actividade designará uma situação [-pontual] e [-télica]. Como predicados que ilustram de forma típica estas distinções de aktionsart, teremos: para estados- 'amar', 'saber'; para actividades- 'correr', 'nadar'; para eventos pontuais- 'morrer', 'reconhecer'; para processos consumados- 'construir uma casa', 'desenhar um círculo'. Manteremos o termo 'aspecto' para referir os valores de aktionsart dos enunciados, pois, como atrás dissemos, as principais

distinções aspectuais tradicionalmente consideradas, definidas em função dos parâmetros 'duração' e 'completamento', são invocadas na caracterização dos diferentes tipos de estados de coisas descritos pelos enunciados.

2. 3.1. Provérbios com predicados estativos

Começaremos por analisar provérbios onde ocorrem predicados que, do ponto de vista do valor aspectual intrínseco, classificaríamos como estativos:

Água salobra na terra seca é doce
Homem prevenido vale por dois
Viúva é barco sem leme
Filho de peixe sabe nadar
Quem feio ama bonito lhe parece
Mulher de janela, amora de estrada
Homem barbado, homem honrado

Os predicados estativos expressam a atribuição de uma propriedade a uma entidade, a inclusão de uma entidade-classe/espécie noutra, ou a relação estática entre entidades ou situações-tipo. Ocorrem em proposições que descrevem estados, situações temporalmente não delimitadas, não-télicas. Combinados com o presente atemporal, os predicados estativos aparecem, pois, como predicados privilegiados para a formulação das asserções proverbiais, que tendem a apresentar e impor como permanentes ou não contingentes visões do mundo legitimadas pela tradição.

O valor de aktionsart dos predicados é, assim, herdado pelos enunciados em questão, uma vez que não encontramos neles elementos que anulem ou alterem esse valor primitivo. Pelo contrário, como atrás referimos, o tempo verbal reforça essa modalidade de aktionsart. Há, pois, plena compatibilidade entre o valor aspectual intrínseco dos predicados e o valor de aktionsart global dos enunciados.

Incluimos nesta série de provérbios com predicados estativos os provérbios "Mulher de janela, amora de estrada" e "Homem barbado, homem honrado" porque nos parecem exemplos paradigmáticos do estatuto peculiar do provérbio no plano temporo-aspectual. Trata-se, em ambos os casos, de uma frase nominal bimembre, que se aproxima da chamada "oração nominal" de tradição indo-europeia, que em latim dispensa qualquer forma verbal predicativa. Como afirma Benveniste (1966 a), este tipo oracional, justamente porque não recorre ao verbo, permite exprimir asserções gerais, atemporais e impessoais.

2.3.2. Provérbios com predicados de eventos pontuais

Ladrão endinheirado nunca morre enforcado
Junto da ortiga nasce a rosa
Das águias não nascem pombas
Mulher que dá no homem na terra do demo morre
Do prato à boca se perde a sopa
Ovelha que borrega perde o bocado
A cobiça rompe o saco
Quem é vivo sempre aparece
Quem procura sempre alcança

Embora pelo seu valor aspectual intrínseco os predicados em causa se integrem na classe dos predicados de eventos pontuais, a verdade é que estes enunciados não descrevem um estado de coisas pontual e télico. Também aqui estamos perante a descrição de estados, devido à coerção que o presente atemporal e a natureza não específica da entidade envolvida na denotação dos SN's sujeito exerce sobre o valor de aktionsart do predicado. De facto, estamos perante um traço que se nos afigura essencial no processo de interpretação dos provérbios no plano temporo-aspectual, traço esse que pode ser estendido a qualquer enunciado genérico: a natureza do sujeito afecta a natureza da predicação, alterando a primitiva classe aspectual do predicado. Esta

constatação leva-nos a concluir que não são apenas os tempos verbais, os adjuntos adverbiais e os auxiliares aspectuais que podem alterar o valor de aktionsart de um predicado contextualizado; há que tomar em consideração o valor referencial do SN sujeito, que interage decisivamente com o valor aspectual intrínseco do predicado.⁸⁹

Na perspectiva de Moens e Steedman, quando um valor durativo se combina com um predicado que descreve uma "culminação" (ou 'evento pontual', na nossa terminologia), o enunciado passa a descrever o estado consequente desse evento pontual.

Por outro lado, não podemos ignorar o papel desempenhado nestes provérbios pelos advérbios sempre e nunca: são advérbios que apagam qualquer fronteira localizadora, marcando concomitantemente o valor universal da predicação.

2.3.3. Provérbios com predicados de actividade

Bezerrinha mansa em todas as vacas mama
Homem reina, mulher governa
Mulher que muito se mira, pouco fia

Uma vez mais, verificamos que o valor aspectual intrínseco dos predicados que ocorrem nestes provérbios é neutralizado no contexto proverbial; não se descrevem, de facto, actividades, mas atribuem-se

⁸⁹ Em Verkuyl (1972) e Hopelman/Rohrer (1980) encontram-se algumas observações pertinentes sobre esta questão. Gostaríamos de acrescentar que o valor referencial do SN com a função sintáctica de OD interage igualmente com o valor de aktionsart do predicado. Atente-se nos seguintes enunciados:

- a) O Pedro corrigiu provas tipográficas
- b) O Pedro corrigiu essas provas tipográficas

O enunciado a) admite a paráfrase "O Pedro foi corrector de provas tipográficas", o que não acontece com o enunciado b). No primeiro caso, pertencendo embora o predicado à classe dos processos, o enunciado descreve um estado, devido à interacção entre o presente habitual e a natureza não específica da entidade referenciada pelo SN com função de OD.

propriedades permanentes, não contingentes, a entidades genéricas, pelo que estamos novamente perante descrições de estados.

Na perspectiva de Moens e Steedman, enunciados como estes, que descrevem estados habituais, seriam interpretados no quadro da rede de transições aspectuais que acima referimos: a combinação do presente atemporal com predicados de actividades permitiria expressar uma iteração de eventos similares, ao longo de uma extensão temporal, configurando a representação de um estado habitual. A estatividade derivaria, assim, de uma repetição ilimitada.

2.3.4. Provérbios com predicados de processos consumados

O bom pano na arca se vende
A seu tempo se colhem as peras
O testamento do pobre na unha se escreve

Consideramos que os predicados 'vender o (bom) pano', 'colher as peras' e 'escrever o testamento' são tipicamente actualizados em proposições que descrevem processos consumados. No entanto, nestes textos, o facto de ocorrerem em construções passivas de se, com o verbo no presente atemporal, anula o seu valor aspectual intrínseco. Esta construção sintáctica parece ser, em português, um instrumento gramatical eficaz para a alteração da aktionsart de todos os predicados de evento, sobretudo quando combinada com o presente; ao não exprimir o agente do processo, esta construção facilita a não ancoragem do enunciado num espaço e num tempo determinados.

No quadro da rede de transições aspectuais de Moens e Steedman, o presente atemporal, combinado com predicados de processos consumados em construções passivas como as que assinalámos, daria origem à expressão de processos iterados ao longo de um intervalo sem fronteiras, o que desemboca na descrição linguística de um estado habitual.

2.3.5. O valor iterativo nos provérbios

Quando em casa não está o gato, folga o rato
Quando a esmola é grande, o santo desconfia
Onde há fumo, há fogo
Patrão fora, dia santo na loja

Nos três primeiros casos, emerge um valor aspectual iterativo, porque quando e onde equivalem semanticamente a sempre que, um operador que quantifica universalmente sobre eventos ou estados: sempre que se verifica a situação A, descrita pela proposição introduzida por 'quando' ou 'onde', verifica-se a situação B, descrita pela segunda proposição. Estamos perante construções que expressam condicionais genéricas, o que significa que 'quando' e 'onde' perdem neste contexto os seus valores semânticos primitivos de localização no tempo e no espaço. No último provérbio, verifica-se uma construção elíptica que, no entanto, traduz semanticamente a mesma relação condicional genérica entre situações-tipo: "*se / sempre que* o patrão está fora, é dia santo na loja".

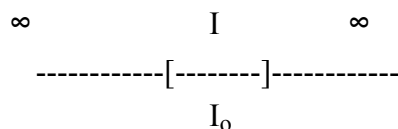
Estas construções condicionais traduzem uma generalização induzida a partir da constatação de que determinadas situações episódicas conduziram regularmente a determinados resultados. O valor iterativo é implicado pela própria semântica destas condicionais genéricas.

2.3.6. A incidência dos adjuntos adverbiais na determinação dos valores aspectuais

Parece-nos imprescindível sistematizar, neste parágrafo, a análise dos advérbios temporais que ocorrem no texto proverbial (ou que com ele são compatíveis), uma vez que os adjuntos adverbiais desempenham um papel importante na construção dos valores de aktionsart dos enunciados. Na esteira de Bennett e Partee (1972) e Vet (1980), introduzimos uma precisão terminológico-conceitual, pois as expressões tradicionalmente incluídas na

classe dos advérbios temporais devem, em rigor, ser subcategorizadas. Há advérbios e locuções adverbiais que são de facto temporais, na medida em que permitem localizar no tempo uma situação, isto é, constroem, de facto, uma referência temporal (localizadores pontuais como 'agora', 'às oito horas', e localizadores intervalares como 'ontem', 'esta tarde', 'no próximo mês de Agosto'); há advérbios e locuções que desempenham fundamentalmente o papel de marcadores aspectuais: a) com um valor durativo (por exemplo, 'em dois dias', 'durante três horas'), especificando a duração do intervalo de tempo que uma determinada situação ocupa; b) com um valor frequencial vago ou preciso (por exemplo, 'muitas vezes', 'geralmente', 'raramente', 'todos os dias', 'sempre', 'nunca'), quantificando sobre eventos ou intervalos de tempo; c) com uma função de delimitação das fronteiras iniciais ou finais do intervalo de tempo ('já', 'já não', 'ainda', 'ainda não'), especificando modalidades de localização do estado de coisas descrito.

Sempre ocorre com bastante frequência no provérbio, combinado com o presente simples e com um SN genérica ou universalmente interpretado. Trata-se de um advérbio que apaga qualquer fronteira localizadora e que funciona claramente como quantificador universal sobre intervalos de tempo, marcando o valor universal da predicação. Quando co-ocorre com predicados estativos, reforça o valor aspectual intrínseco desses predicados, como se pode verificar através da análise do provérbio "A galinha da vizinha é sempre melhor do que a minha". O estado de coisas descrito pelo provérbio verifica-se em todos os subintervalos de tempo de I, que por sua vez é um intervalo aberto. Graficamente, poderíamos optar pela seguinte representação:



Combinado com predicados não-estativos, no presente, modifica o valor aspectual intrínseco desses predicados, dando origem a enunciados que

descrevem estados não contingentes. É o que acontece, por exemplo, no provérbio "Os rios correm sempre para o mar".

O advérbio nunca especifica que não há um único intervalo de tempo, no presente, no passado e no futuro, em que se verifique uma ocorrência do estado de coisas tipo expresso pela proposição. O provérbio "Nunca falta teste para uma panela" significa, assim, que não há um único intervalo de tempo em que se verifique a ocorrência do estado de coisas "faltar teste para uma panela" (ou, numa formulação logicamente equivalente, "em todos os intervalos de tempo se verifica o estado de coisas "não faltar teste para uma panela").

Encontrámos no *corpus*, embora em número reduzido, outros marcadores aspectuais frequenciais, nomeadamente às vezes e raramente:

De ruim moita sai às vezes bom coelho
De ruim ninho, raramente bom passarinho

Às vezes pode ser interpretado como um quantificador existencial, na medida em que contradita uma negação universal ('sai às vezes' contradita 'nunca sai'). Interpretamos o provérbio da seguinte forma: há alguns intervalos de tempo (no interior do intervalo de tempo relevante, que é uma extensão temporal não limitada) durante os quais se verificam ocorrências episódicas da situação-tipo "sair bom coelho de ruim moita". Note-se que o provérbio em apreço admite a paráfrase "De ruim moita pode sair bom coelho", onde o verbo modal poder marca o carácter não categórico da asserção, introduzindo uma modalização de possibilidade epistémica.

No segundo provérbio, raramente, sendo igualmente um quantificador existencial com um valor iterativo vago, veicula, a nosso ver, uma instrução suplementar: o número de intervalos em que o estado de coisas descrito ocorre é inferior a um valor considerado médio.⁹⁰ Raramente traduz a fraca

⁹⁰ É também possível interpretar estas expressões como quantificadores sobre as realizações do sujeito das frases: "há algumas realizações da espécie derivada "bons coelhos" que verificam o predicado "sair de ruim moita"; "há poucas realizações da espécie derivada "bons passarinhos" que verificam o predicado "sair de ruim ninho".

probabilidade de ocorrência do estado de coisas, sendo o valor iterativo de às vezes imprecisamente probabilístico. Nesta perspectiva, este marcador aspectual seria também, indirectamente, um modalizador epistémico.

Estes dois marcadores aspectuais opõem-se, respectivamente, aos advérbios e locuções frequenciais geralmente e quase sempre. Geralmente é, de todos os marcadores aspectuais, aquele que melhor parece traduzir, em paráfrases, o valor aspectual dos enunciados genéricos. De facto, provérbios como "Homem barbado, homem honrado" e "Ladrão não rouba a ladrão" suscitam facilmente as paráfrases "Geralmente, homem barbado é homem honrado" e "Geralmente, ladrão não rouba a ladrão". Dá-se, assim, conta de uma regularidade que, todavia, admite excepções. Curiosamente, este marcador nunca aparece lexicalmente explicitado nos provérbios; tal facto deixa em aberto uma outra leitura ("Homem barbado é sempre homem honrado", "Ladrão nunca rouba a ladrão"), tendente a marcar o carácter universal da predicação temporal. Sublinhe-se que esta última leitura é compatível com a natureza hiperbólica do texto proverbial, sendo, no entanto, menos compatível com o estatuto de assunção por defeito típica dos enunciados genéricos, que garante a persistência da predicação face a casos recalcitrantes. Se exceptuarmos os casos em que sempre ou nunca aparecem textualmente explicitados, esta ambiguidade entre leitura universal ou genérica da predicação parece fazer parte integrante da semântica do texto proverbial.

Podemos considerar geralmente como um operador que quantifica sobre intervalos de tempo e/ou situações; o estado de coisas descrito recobre um número vago de situações episódicas passadas e presentes verdadeiras, e um número igualmente vago de predicações episódicas futuras. Definido nestes termos, o valor de geralmente coaduna-se com o carácter predictivo dos enunciados genéricos, que equivale ao valor "law-like" apontado por Dahl (1975): a predicação contempla casos actuais e potenciais.⁹¹ Os enunciados

⁹¹ 'Geralmente' pode ser encarado também como um advérbio que quantifica sobre realizações da entidade genérica abstracta (ou tipo) envolvida na denotação dos SN's destes enunciados. A ambiguidade de escopo dos diferentes advérbios e locuções frequenciais que temos vindo a analisar, que se traduz na possibilidade de os interpretarmos como quantificadores sobre intervalos de tempo, situações e até indivíduos, pode ser explicada de forma coerente no quadro da proposta de Lewis (1975) sobre os quantificadores não selectivos.

compatíveis com este advérbio têm um valor aspectual iterativo, pois descrevem propriedades típicas ou disposicionais de entidades, hábitos, regularidades induzidas por generalização e que traduzem as expectativas das pessoas acerca do mundo.⁹²

Na sequência do que atrás dissemos sobre às vezes e raramente, geralmente pode também ser indirectamente interpretado como modalizador epistémico, exprimindo possibilidade permanente ou alta probabilidade de ocorrência de um dado estado de coisas.

Nos provérbios que expressam correlações fixas entre estados de coisas (provérbios que analisaremos pormenorizadamente no capítulo sobre correlações interproposicionais), e nomeadamente naqueles que têm subjacente um nexos condicional, verifica-se, por vezes, uma oscilação interpretativa entre duas configurações da estrutura condicional genérica: 'se *p*, sempre *p*', ou 'se *p*, geralmente *p*' ("Quando a comida tarda, a fome é sempre/geralmente boa mostarda"). Estamos aqui perante uma manifestação peculiar da ambiguidade constitutiva da semântica do texto proverbial já acima mencionada, e que consiste na oscilação entre interpretação genérica ou universal da predicação.

Na perspectiva deste autor, os advérbios e locuções frequenciais são quantificadores não selectivos porque: a) se combinam com uma proposição aberta, isto é, uma proposição que tem pelo menos uma variável livre; b) quantificam sobre os casos ("cases") em que a proposição é verdadeira. Nos provérbios, como reiteradamente temos afirmado, os estados-de-coisas descritos nunca fazem referência a indivíduos ou conjuntos específicos de indivíduos, ancorados num espaço e num tempo delimitados. Neste sentido, seria possível analisar as proposições subjacentes ao texto proverbial como proposições abertas, com variáveis livres no plano dos indivíduos e dos intervalos de tempo, sendo então os adjuntos frequenciais interpretados como operadores que quantificam sobre os casos em que tais proposições são verdadeiras (correspondendo os casos às situações episódicas que validam as proposições genéricas expressas).

⁹² Para Quine, os predicados habituais, compatíveis com o advérbio 'geralmente', expressam justamente 'disposições': "they indicate a potential for having stage-properties of a certain kind at some future or hypothetical time" (1960:179).

3. OBSERVAÇÕES FINAIS

As situações descritas pelo texto proverbial são sempre estados não contingentes. O valor atemporal típico do presente, tempo verbal privilegiado nestes enunciados, conjugado ou em interacção com o carácter não específico das entidades envolvidas na denotação dos SN's tematizados (entidades-tipo ou conjuntos universais de entidades), actua sobre a classe aspectual primitiva dos predicados, dando origem à representação de estados que configuram as regularidades do mundo.

O descentramento relativamente ao tempo confere ao texto proverbial um estatuto de validade permanente e viabiliza a correlação dinâmica do provérbio com qualquer situação de enunciação e com qualquer contexto. Não há qualquer factor de variação ou índice que tenha de ser convocado para a avaliação do valor de verdade das asserções proverbiais. O valor aspectual gnómico resulta do carácter atemporal da predicação e pode eventualmente ser visto como um caso limite, um valor extremo, dos parâmetros [+ duração] e [+ frequência].

CAPÍTULO 3. AS MODALIDADES NO TEXTO PROVERBIAL

Neste capítulo, começaremos por discutir as definições mais relevantes que o conceito de modalidade tem suscitado no âmbito da lógica e da linguística. Na esteira da proposta teórica de Parret (1976), adoptamos a distinção entre modalidades proposicionais e modalidades illocutórias. O parâmetro illocutório permitir-nos-á fundamentar uma tipologia que distingue duas classes básicas de provérbios, provérbios descritivos e provérbios normativos. Propomo-nos analisar de que modo se expressam linguisticamente as modalidades proposicionais na classe dos provérbios descritivos e daremos particular relevo às diversas configurações da força illocutória directiva atestadas pelo nosso *corpus*.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS PRELIMINARES

O termo modalidade tem sido utilizado de forma heterogénea por lógicos e linguistas, e ainda hoje se discute a própria definição do conceito e a possibilidade de articular os dois campos de investigação.

Na tradição lógica, onde a determinação do valor de verdade das proposições e a sistematização das inferências proposicionais ocupam um lugar central, a noção de modalidade aparece, desde Aristóteles, ligada às noções de 'necessidade' e 'possibilidade'. Assim, diz-se que uma proposição é necessariamente verdadeira ou falsa se a sua verdade ou falsidade não depender do modo de ser do mundo, mas depender apenas do próprio significado da proposição. Uma proposição é possivelmente verdadeira ou falsa se a sua verdade ou falsidade depender de contingências factuais. Às modalidades que expressam necessidade e possibilidade lógicas, e que se centram na própria

noção de verdade das proposições, dá-se o nome de modalidades aléticas (do grego $\alpha \lambda \eta \theta \epsilon \iota \alpha$, que significa 'verdade').

Para além destas, a lógica tem considerado muitos outros tipos de modalidades, dentre as quais salientaremos as modalidades epistémicas e as modalidades deônticas.⁹³

As modalidades epistémicas relacionam a verdade de uma proposição com o conhecimento do mundo do falante ou com o seu sistema de crenças. Assim, uma proposição p é epistemicamente necessária (é certo que p) se e só se p for implicada pelo que o falante sabe ou acredita acerca do mundo, sendo este conhecimento susceptível de ser representado através de um conjunto de proposições; uma proposição p é epistemicamente possível (é provável que p) se e só se for compatível com o referido conhecimento do mundo do falante ou com as suas crenças.⁹⁴

As modalidades deônticas estão centradas na noção de 'dever' e expressam obrigações e permissões. Uma proposição é considerada obrigatória (deonticamente necessária) ou permitida (deonticamente possível) relativamente a um sistema de leis.

A semântica dos mundos possíveis, desenvolvida, entre outros, por Kripke, Hintikka e Montague, facultava um quadro teórico geral para a definição dos diversos sistemas modais. Neste quadro teórico, os modelos⁹⁵ integram um conjunto de mundos possíveis- entre os quais se inclui o mundo actual- e uma relação R cuja função é seleccionar os mundos que são acessíveis ao mundo que está a ser considerado. É, pois, esta relação de acessibilidade que impõe uma restrição no conjunto de todos os mundos possíveis. As diversas modalidades correspondem, então, à especificação de diversas propriedades da relação de acessibilidade.⁹⁶ No caso das modalidades aléticas, todos os mundos

⁹³ Cf. Rescher (1968) para uma visão global dos diversos tipos de lógicas modais.

⁹⁴ Cf. Kratzer (1981) e Kiefer (1987).

⁹⁵ Para uma definição de 'modelo' no quadro da semântica formal, ver Parte I, cap. 2, parágrafo 2.1.

⁹⁶ A relação de acessibilidade pode ser caracterizada em termos de propriedades formais como a simetria, a reflexividade e a transitividade. Por exemplo, no caso das modalidades aléticas, a relação de acessibilidade é reflexiva, o que não acontece no caso das modalidades deônticas; é justamente a não reflexividade das relações de acessibilidade

possíveis são acessíveis a partir de um qualquer mundo. Assim, uma proposição p será necessariamente verdadeira se e somente se for verdadeira em todos os mundos possíveis; uma proposição p será possivelmente verdadeira se houver pelo menos um mundo possível em que p seja verdadeira.

No caso das modalidades epistémicas, dir-se-á que uma proposição p é epistemicamente necessária (ou certa) se for verdadeira em todos os mundos em que são verdadeiras as proposições que configuram o conhecimento ou as crenças do falante; uma proposição p será epistemicamente possível (ou provável) se for verdadeira em pelo menos um mundo possível compatível com o que o falante sabe ou com as suas crenças. Considera-se, neste caso, que são acessíveis a um mundo m todos os mundos possíveis em que são verdadeiras as proposições que representam o conhecimento ou as crenças do falante.

No caso das modalidades deônticas, dir-se-á que uma proposição é deonticamente necessária (ou obrigatória) se for verdadeira em todos os mundos moral ou legalmente ideais; será deonticamente possível (ou permitida), se for verdadeira em pelo menos um mundo moral ou legalmente ideal. Neste sistema modal, a restrição de acessibilidade circunscreve o conjunto dos mundos possíveis ideais onde todos agem em conformidade com um conjunto de leis.

Sintetizando, diremos que as modalidades, em lógica, são operadores que se aplicam a proposições e que tornam os respectivos valores de verdade dependentes de factores de variação designados por 'mundos possíveis'. Deste modo, uma proposição p será necessariamente verdadeira ou falsa, possivelmente verdadeira ou falsa, num certo conjunto de mundos possíveis, sendo este conjunto definido pela relação de acessibilidade considerada. Note-se que os operadores modais funcionam, no plano da meta-linguagem utilizada na interpretação, como quantificadores sobre mundos possíveis, entidades que passam a constituir primitivos do modelo.⁹⁷

deôntica que cancela as implicações $Op \rightarrow p$ e $p \rightarrow Pp$ (sendo O o operador deôntico de Obrigação e P o de Permissão).

⁹⁷ O estatuto ontológico dos 'mundos possíveis' é uma questão controversa que não se nos afigura pertinente discutir no quadro do nosso trabalho; gostaríamos apenas de sublinhar que, no campo da lógica, o valor dos modelos e das análises que recorrem a este primitivo se

Na tradição linguístico-gramatical, a investigação em torno das modalidades tem-se centrado na análise das expressões e estruturas linguísticas que traduzem a atitude do falante relativamente àquilo que diz e ao interlocutor.

Concretamente, a investigação linguística tem privilegiado a análise do comportamento sintático-semântico dos chamados verbos modais (paradigmaticamente representados pelos verbos poder e dever) e dos adjuntos adverbiais modais (por exemplo, provavelmente, certamente, possivelmente), sendo ainda de destacar a reflexão sobre os modos verbais e os tipos de frases.⁹⁸ Palmer (1986) sublinha a dificuldade de definir de forma unívoca esta categoria, dada a fluidez com que tradicionalmente se circunscreve o seu valor semântico: expressão das opiniões ou avaliações do falante relativamente àquilo de que fala, quer se trate de uma avaliação de ordem cognitiva, emotiva ou volitiva; marca do grau de comprometimento do falante relativamente à verdade do que diz; expressão linguística da não-factuality. Por outro lado, confrontando diversas línguas naturais, verifica-se que há uma larga variação no plano das estruturas que marcam esta categoria, nomeadamente sistemas gramaticais centrados nos modos verbais, verbos e outras expressões modais, meios prosódicos, tipos de frases.

A questão que se nos coloca, antes de passarmos à análise do nosso *corpus*, é a de tentarmos esclarecer em que medida se podem articular os estudos lógicos e a investigação linguística sobre as modalidades.⁹⁹ Parece-nos que à linguística não interessa propriamente tomar em consideração a consistência e a completude dos sistemas lógicos modais, mas apenas recolher, da semântica de uma linguagem formal, as contribuições que revelam algumas

mede essencialmente pelos resultados conseguidos nas definições de validade e no estabelecimento de sistemas inferenciais consistentes.

⁹⁸ Vejam-se, entre outros, os trabalhos de Jespersen (1965), Bally (1944), Benveniste (1974), Pottier (1974).

⁹⁹ Trabalhos recentes na área da linguística têm procurado avaliar se o tratamento formal das modalidades, em lógica, pode contribuir para uma melhor compreensão das expressões modais das línguas naturais. Cf., entre outros, Sauer (1977), David e Kleiber (eds.) (1983), Larreya (1984), Oliveira (1988).

potencialidades para o esclarecimento do valor semântico das estruturas linguísticas que modalizam enunciados.

Numa perspectiva linguística, e no âmbito da semântica, as modalidades epistémicas, entendidas como relativização da oposição necessário/possível ao âmbito de conhecimentos e/ou crenças do falante, parecem ser as mais relevantes. De facto, como afirma Alexandrescu (1976), todo o acto de enunciação implica um mínimo de informação, por parte do locutor, acerca do estado de coisas descrito pelo seu enunciado, pelo que a presença das modalidades de 'crer' ou 'saber' constitui um pressuposto geral das outras modalidades. Um enunciado declarativo simples que não comporta uma lexicalização das modalidades epistémicas manifesta uma atitude de certeza por parte do falante. Através de tal enunciado, o falante realiza uma asserção categórica: o estado de coisas descrito apresenta-se como um facto, directamente acessível do ponto de vista epistémico (por percepção visual ou não visual). Quando há lexicalização de verbos modais epistemicamente interpretados, tais verbos indicam que a sua proposição complemento é inferida, mas ainda não conhecida como verdadeira, não afirmada como um facto estabelecido. Diz Lyons: "the fact of introducing *must*, *necessarily*, *certainly*, etc., into the utterance has the effect of making our commitment to the factuality of the proposition explicitly dependent upon our perhaps limited knowledge" (1977:809). A modalização epistémica de um enunciado permite, por conseguinte, exprimir diferentes graus de certeza face ao estado de coisas descrito pela proposição.

As modalidades deônticas são também pertinentes no plano da análise linguística, uma vez que todas as línguas comportam estruturas que permitem aos falantes a expressão dos conceitos de 'obrigação' e 'permissão'. O exercício de uma autoridade intimativa, pessoal ou institucional, realiza-se linguisticamente através de um conjunto de meios diversificados que viabilizam a expressão de uma vasta gama de interacções, desde a ordem até ao simples conselho ou advertência. Num enunciado deonticamente modalizado, assere-se a obrigação ou permissão de fazer algo, ou seja, descreve-se como obrigatória ou permitida uma forma de conduta a adoptar pelo interlocutor.

Centrais no domínio da lógica, as modalidades aléticas também são aplicáveis no campo da análise linguística.¹⁰⁰ Embora não ocorram frequentemente no discurso quotidiano casos inequívocos de frases aleticamente modalizadas, o certo é que frases do tipo 'Os cães são mamíferos' ou 'O homem é mortal' envolvem na sua representação semântica um operador alético de necessidade. De facto, estamos perante frases analíticas, que exprimem proposições necessariamente verdadeiras, dado que é logicamente impossível que a denotação de 'cão' não seja um sub-conjunto da denotação de 'mamífero' ou a denotação de 'homem' um sub-conjunto da denotação de 'mortal'. Por outro lado, como adiante se verá através da análise de um dos provérbios do *corpus*, o verbo poder suscita, por vezes, uma interpretação alética.

No nosso trabalho, e na esteira de Parret (1976), estabeleceremos uma distinção básica entre modalidades proposicionais, consideradas como operadores que determinam o valor de verdade das proposições, e modalidades ilocutórias, que exprimem os diversos tipos de actos linguísticos, classificáveis e convencionalizados, que regulam o jogo da produção e reconhecimento das intenções dos falantes. Consideramos que esta distinção reflecte a existência de duas teorias da significação: uma delas de índole referencial; a outra, de índole intencional (cf. Parret, 1976 e 1980, e Searle, 1983 a). Admitir tal distinção implica a assunção de que uma teoria referencial do significado linguístico, mesmo nas versões em que o modelo abarca o conjunto dos mundos possíveis, não esgota todas as dimensões significativas das línguas naturais. Com efeito, para além dos conteúdos proposicionais expressos, há uma dimensão relacional da significação que advém da inserção de qualquer fragmento linguístico numa situação ou contexto comunicativo onde os falantes se encontram em interacção. Quando o falante produz um texto, entendido como fragmento discursivo contextualizado, esse mesmo falante realiza, *ipso facto*, um acto linguístico ou acto ilocutório, constitutivo de uma certa realidade e motivado pelo jogo da produção e reconhecimento das intenções comunicativas; tais intenções são perfeitamente convencionalizadas, pelo que se torna possível

¹⁰⁰ Sobre a relevância linguística das modalidades aléticas, cf. Lyons (1977:787-793).

estabelecer uma tipologia de actos ilocutórios, em função da especificidade das regras que presidem às atitudes ilocutórias e objectivos comunicativos dos falantes. Assim, uma frase, para além do seu significado ou conteúdo proposicional, que deflui da função representativa da linguagem, tem sempre uma dimensão comunicativa, devido à sua incrustação num contexto enunciativo; por isso mesmo, compreender um enunciado implica apreender o seu conteúdo proposicional mas também reconhecer a intenção que levou o falante a construir esse enunciado com o objectivo de produzir determinados efeitos no interlocutor.

Num breve excurso pela filosofia da linguagem, diremos que esta dimensão relacional do significado remonta a Wittgenstein, que na obra *Investigações Filosóficas* desenvolve a noção fulcral de jogos de linguagem para marcar a multiplicidade e a diversidade das actividades sociais em que entra a linguagem verbal. A expressão "jogo de linguagem" denota qualquer actividade em que a linguagem verbal desempenha um papel. A linguagem só pode ser cabalmente compreendida quando concebida como parte integrante de outras actividades não linguísticas, constituindo o total dessas actividades uma "forma de vida". Nesta perspectiva, investigar o significado de uma palavra ou expressão implica observar os jogos de linguagem em que essa palavra ou expressão ocorre. Segundo Wittgenstein, não é legítimo reduzir os usos da linguagem à mera asserção de proposições susceptíveis de serem analisadas como verdadeiras ou falsas, em termos denotacionais. Conhecer o significado das expressões linguísticas é conhecer as regras para o seu uso, sendo essas regras dependentes do jogo de linguagem em que se inserem tais expressões.¹⁰¹ Assim, considera-se reducionista estipular a relação de referência ou denotação como a única dimensão do significado, já que tal concepção nos impede de equacionar a multiplicidade de usos a que a linguagem verbal se presta.

Na mesma linha de reflexão se situa Austin, principal representante da escola filosófica de Oxford conhecida por 'filosofia da linguagem corrente'. Austin conferiu particular ênfase à problematização do uso da linguagem,

¹⁰¹ Afirmar, perguntar, ordenar, levantar uma hipótese, inventar uma história, pedir, agradecer, maldizer e saudar são alguns dos jogos de linguagem mencionados por Wittgenstein.

sendo a sua obra *How to do things with words* (1962) um trabalho pioneiro no domínio da teoria dos actos linguísticos. Austin começou por verificar que nem todos os enunciados das línguas naturais admitem uma análise semântica de tipo verocondicional, nomeadamente os enunciados a que chamou performativos (por exemplo, "Nomeio-o primeiro ministro"), que não têm como objectivo descrever estados de coisas, sendo antes usados pelos falantes para fazer ou realizar determinadas acções. Enunciados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, certos verbos funcionam como fórmulas performativas explícitas, implicando a realização, pelo locutor, da acção denotada pelo mesmo verbo. Ao contrário dos enunciados ditos constativos, que descrevem estados de coisas e cuja denotação pode ser apreendida em termos de valores de verdade, os enunciados performativos são analisáveis em termos de satisfação ou não satisfação das condições (necessárias e suficientes) para o seu uso adequado ou 'feliz' (retomando o exemplo acima invocado, só posso nomear alguém se estiver numa posição hierárquica superior; caso tal não se verifique, a nomeação é 'infeliz' ou defectiva). Os enunciados performativos viabilizam a realização de acções em virtude do seu cariz contratual e das convenções específicas que ligam as estruturas linguísticas a processos institucionais.

Numa segunda fase da sua reflexão, Austin verificou que também os enunciados constativos admitem uma análise em termos de condições de felicidade: a crença na verdade daquilo que se afirma é uma condição necessária para a prática ou realização 'feliz' da asserção, do mesmo modo que a intenção sincera de cumprir o prometido é uma condição necessária para a prática 'feliz' da promessa.¹⁰² Abandona-se, assim, a primitiva dicotomia entre enunciados constativos e performativos, lançando-se as bases de uma teoria geral da linguagem, de natureza pragmática, cujo pressuposto básico é o de que a enunciação de qualquer frase corresponde sempre à realização de determinadas acções. Austin propõe ainda uma distinção entre acto locutório (correspondente ao acto de produção de um enunciado dotado de significado e

¹⁰² Atente-se no paralelismo entre o paradoxo de a) e b):

- a) Prometo visitar-te amanhã, e não tenho intenção de o fazer
- b) Os filhos do Pedro estão doentes, e o Pedro não tem filhos

referência), acto ilocutório (correspondente à acção realizada pelo falante, na e pela enunciação, graças à força ilocutória convencionalmente associada ao enunciado produzido ou explicitada através de um verbo performativo) e acto perlocutório (correspondente às consequências ou efeitos que a enunciação de uma frase desencadeia nas acções, pensamentos ou crenças do interlocutor). É no acto ilocutório que se centra o interesse de Austin, pois nele reside essencialmente o potencial interactivo da linguagem verbal. Em síntese, diremos que esta proposta sublinha já a dimensão relacional do significado: todos os enunciados comportam uma dimensão accional, uma vez que enunciar uma frase envolve sempre, para além da expressão de proposições, a realização de determinados actos de carácter convencional (entre outros, asserir, prometer, ordenar, perguntar).

De todos os desenvolvimentos posteriores das propostas austinianas que aqui apresentámos de forma sucinta, o mais importante é, sem dúvida, o de Searle (1969,1979). Partindo da assunção básica de que a actividade linguística é um tipo de comportamento intencional governado por regras convencionais, Searle constrói uma tipologia de actos ilocutórios, procurando definir as condições necessárias e suficientes que presidem à efectivação de cada tipo de acto. Trata-se de uma tipologia que discrimina cinco tipos básicos de intencionalidade comunicativa convencionalizada, definindo, assim, cinco tipos de actos ilocutórios: actos representativos ou assertivos, directivos, compromissivos, expressivos e declarativos.

Cabe-lhe ainda a formulação clara da distinção entre acto ilocutório e conteúdo proposicional, sendo este último o resultado de um acto de referência e de um acto de predicação (conjugados, estes dois actos constituem o acto proposicional, através do qual 'dizemos algo').¹⁰³ Para além das fórmulas performativas, que explicitam lexicalmente o tipo de acto ilocutório que está a ser realizado, Searle menciona outros indicadores convencionais de força ilocutória, nomeadamente, a nível gramatical, a ordem das palavras, os tipos de frase e os modos verbais, e a nível prosódico, a linha de entoação.

¹⁰³ Trata-se, a nosso ver, de uma clarificação da noção de acto locutório proposta por Austin.

Pensamos que os indicadores de força ilocutória podem ser analisados como operadores modais com escopo sobre toda a proposição, contribuindo decisivamente para a constituição da significação comunicativa global do enunciado.

As regras que regem e definem os actos ilocutórios são, de acordo com a terminologia de Searle, regras constitutivas, na medida em que constituem a própria base de funcionamento das actividades que instituem, não se limitando a regular formas de comportamento pré-existent: "As regras constitutivas constituem (regulando-a também) uma actividade cuja existência é logicamente dependente dessas regras" (Searle, 1983:64). A formulação das 'condições de felicidade' para cada acto ilocutório corresponde justamente à explicitação das regras constitutivas desse acto. Segundo Searle, é possível distinguir, no conjunto das condições ou regras que presidem à efectivação de um acto ilocutório, condições preparatórias, condições de conteúdo proposicional, condições de sinceridade e uma condição essencial. É esta condição essencial que delimita a característica primordial do acto ilocutório que se pretende realizar, ao explicitar a intenção comunicativa relevante ou objectivo ilocutório central.¹⁰⁴

Searle (1978) propõe ainda uma distinção entre acto ilocutório directo e acto ilocutório indirecto. Os verbos performativos e os tipos de frase são suportes dos actos ilocutórios directos. No entanto, na comunicação quotidiana verifica-se frequentemente que um enunciado que comporta marcadores de força ilocutória próprios de uma determinada classe de actos pode servir para a realização de um outro tipo de acto. É possível, por exemplo, realizar o acto de 'prometer' através de uma simples asserção; em casos como este, estamos perante actos ilocutórios indirectos. O cálculo, por parte do interlocutor, do valor ilocutório indirecto, não literal, baseia-se na activação de princípios

¹⁰⁴ Como pertinentemente nota Levinson (1983), muitas das condições ou regras enumeradas por Searle decorrem de considerações gerais sobre racionalidade e cooperação, semelhantes às máximas de Grice. No entanto, a condição essencial, essa sim, delimita a especificidade do acto, em função da seu objectivo ilocutório. Na condição essencial, define-se uma acção em termos de uma outra. Essa definição é dada através da expressão "conta como": por exemplo, no caso de 'prometer', dir-se-á que a enunciação de *p* "conta como" o assumir de uma obrigação de fazer *x*.

gerais de uma lógica conversacional cooperativa, formulada por Grice (1975), e pressupõe um certo poder de inferência.

No quadro teórico que temos vindo a expor, e que constitui a matriz da investigação em pragmática linguística, encontramos uma assunção fulcral: a força ilocutória é uma dimensão que integra o valor comunicativo global de um enunciado, não sendo redutível ao tipo de análise proposto por uma semântica das condições de verdade. Como afirma Levinson, "while propositions describe (...) states of affairs, and may thus be plausibly characterized in terms of the conditions under which they would be true, illocutionary forces indicate how those descriptions are to be taken or what the addressee is meant to do with a particular proposition that is expressed" (1983:246). Em síntese, diremos que os actos ilocutórios suscitam uma análise que passa pela especificação das condições de uso adequadas, análise essa que só pode desenvolver-se cabalmente no quadro de uma teoria da acção.¹⁰⁵

Como adiante se verá, a distinção teórica entre um nível semântico e um nível pragmático de descrição linguística nem sempre se processa de forma tão nítida e estanque. A manifestação textual das modalidades proposicionais e ilocutórias revelar-se-á uma pedra angular de interdependências, pois verifica-se que expressões que modalizam proposições podem, concomitantemente, funcionar como indicadores ilocutórios.

¹⁰⁵ Houve tentativas de reconverter o valor ilocutório dos enunciados no quadro de uma análise sintáctica: a chamada "hipótese performativa", proposta por Ross (1970), considera que qualquer frase deve ser derivada de estruturas profundas que contêm um verbo performativo explicitado (por ex., no caso de uma frase afirmativa, teríamos a estrutura subjacente 'Eu digo-te que F'). Para a refutação desta proposta, veja-se Levinson, (1983: 251-263). Refira-se ainda que há também tentativas de reconversão semântica da dimensão pragmática dos enunciados, num quadro modelo-teorético. Trata-se de estender o tratamento verocondicional das frases assertivas às frases interrogativas e imperativas. Cf. Levinson (1983: 274 e ss.). Veja-se ainda Vanderveken (1990) que aponta para uma teoria unificada e articulada entre condições de verdade das proposições e condições de sucesso dos actos de fala.

2. PROVÉRBIOS E MODALIDADES

A primeira subdivisão que neste capítulo faremos dos provérbios que integram o nosso *corpus* será uma subdivisão de base ilocutória que nos parece plenamente adequada a uma definição funcional do texto proverbial. Com efeito, o provérbio descreve situações-tipo (ou relações entre situações-tipo) que configuram uma determinada visão do mundo e prescreve comportamentos, sendo neste último caso assimilável a uma norma social.¹⁰⁶ Os provérbios de índole marcadamente descritiva têm uma força ilocutória representativa ou assertiva; os provérbios normativos têm uma força ilocutória directiva. Seguimos a tipologia de Searle, que aponta como objectivo ilocutório do acto representativo 'descrever um estado de coisas'; a crença do locutor na proposição expressa pelo enunciado é também mencionada como propriedade definitória deste acto. Quanto ao acto directivo, o objectivo ilocutório consiste em colocar o interlocutor na obrigação de realizar uma acção futura.

2.1. Provérbios descritivos

2.1.1 Provérbios descritivos simples

Apresentamos de seguida um conjunto de exemplos extraídos do nosso *corpus* que ilustram este tipo de provérbios:

Todos os rios correm para o mar
Cada santo tem seu nicho
Duas espadas não cabem na mesma bainha
A mulher e o vinho enganam o mais fino
Homem prevenido vale por dois

¹⁰⁶ Cf. Jason (1971) e Permjakov (1984).

Talvez se possa objectar que o estatuto de citação do provérbio cria obstáculos à definição do seu valor ilocutório em termos de mera asserção (ou acto ilocutório representativo), uma vez que a proposição expressa não é, de facto, assumida pelo falante que reproduz o provérbio, mas antes implicitamente atribuída a um enunciador colectivo, porta-voz da comunidade. Com efeito, temos de reconhecer que o locutor que cita o provérbio não assera a proposição nele expressa; limita-se a reproduzir uma asserção que foi primitivamente realizada por um falante anónimo, asserção essa que a tradição consagrou e institucionalizou, e que, numa perspectiva sincrónica, pode ser atribuída a um enunciador colectivo. No entanto, feita esta ressalva, se se considerar o provérbio como texto mínimo, independentemente da sua inserção num qualquer fragmento discursivo mais extenso, não há dúvida que o seu valor pragmático global enquanto acto de comunicação corresponde à definição searleana do acto ilocutório representativo ou assertivo: o seu objectivo ilocutório consiste em relacionar o enunciador com o valor de verdade da proposição expressa; por outras palavras, o enunciador manifesta a sua crença de que uma dada proposição é verdadeira.

A análise do *corpus* mostrou-nos que se trata quase sempre de uma asserção simples, ou asserção categórica: asserir *p* significa apresentar a predicação como um facto, um estado de coisas verdadeiro; não há, pois qualquer modalização explícita no enunciado.

As asserções simples que integram o nosso *corpus* são linguística-mente expressas por frases declarativas e o modo verbal privilegiado é o indicativo. Embora não haja uma correspondência biunívoca entre actos ilocutórios e tipos de frase,¹⁰⁷ não há dúvida que a frase declarativa parece constituir o suporte linguístico por excelência do acto ilocutório representativo ou assertivo, na ausência de uma fórmula performativa explícita ("The typical statement will have the form of a simple declarative sentence"(Lyons, 1977:745)).

Quanto ao modo indicativo, habitualmente apontado como o modo menos marcado relativamente à expressão da atitude do locutor, diremos que ele aparece fundamentalmente ligado à descrição de um estado de coisas

¹⁰⁷ A existência de actos ilocutórios indirectos corrobora esta nossa afirmação. Cf. Searle (1978).

reconhecido como verdadeiro. Diz O. Lopes: "Reconhece-se facilmente um modo principal, não-marcado, de simples asserção afirmativa ou negativa" (1971:245). Também Lyons considera que o Indicativo é "the mood of statement"(1977: 746).

As observações precedentes, conjugadas com a própria definição searleana do acto assertivo, revelam desde já a interdependência entre modalidades ilocutórias e modalidades proposicionais. Com efeito, se a asserção é um acto ilocutório, podemos afirmar que no caso da asserção simples ou categórica, isto é, no caso da asserção expressa por uma frase declarativa sem modalização explícita, a proposição subjacente está sempre implicitamente modalizada por um operador epistémico: asserir p implica afirmar que p é epistemicamente necessário do ponto de vista de quem enuncia. Como sustenta Oliveira, "a manifestação da certeza é normalmente expressa linguisticamente pela ausência de modalização" (1988:131). Retomando o que atrás dissemos, verifica-se que, quando discursivamente se explicita um operador de modalização proposicional, o enunciado passa a descrever não um estado de coisas reconhecido como verdadeiro por evidência epistémica, mas um estado de coisas inferido, pelo menos pragmaticamente. De acordo com Karttunen, o "enfraquecimento" do enunciado modalizado só pode ser explicado com base num princípio de ordem conversacional, segundo o qual "indirect knowledge_ that is, knowledge based on logical inferences_ is valued less highly than 'direct' knowledge that involves no reasoning"(1972:13).¹⁰⁸

Diremos então, voltando à análise do texto proverbial, que o enunciador colectivo, porta-voz da comunidade, realiza uma asserção categórica; a proposição expressa é implicitamente modalizada por um operador epistémico que poderíamos traduzir por 'é certo que' ou 'sabe-se que' ou ainda 'acredita-se

¹⁰⁸ Concretizando através de exemplos extraídos de Oliveira (1988):

- (i) A Ana saiu
- (ii) A Ana deve ter saído

Confrontando os dois enunciados, verifica-se que (ii) é mais fraco que (i), pois o conhecimento de (i) exclui (ii). Se for necessário justificar (i), basta dizer que se sabe que a Ana saiu. Quanto a (ii), uma paráfrase possível seria: a partir daquilo que sei ou tomo como altamente provável, segue-se logicamente que a Ana saiu, embora não possa afirmá-lo como um facto estabelecido.

que'. Julgamos que o sistema de crenças e conhecimentos colectivos supostamente partilhados de forma consensual pelos membros da comunidade tem de ser aqui invocado: se há uma evidência epistémica que implica a verdade da proposição expressa, tal evidência baseia-se justamente nesse sistema de crenças e conhecimentos comuns.

Relembrando o que já se disse sobre a necessidade epistémica, definida no quadro de uma semântica de mundos possíveis, podemos agora captar melhor o valor de verdade das proposições expressas pelos provérbios descritivos: elas são epistemicamente necessárias, uma vez que são verdadeiras em todos os mundos possíveis compatíveis com o mundo possível que valida o conjunto de proposições supostamente partilhadas pela massa dos falantes da comunidade. Esse conjunto de proposições configura o sistema de conhecimento e crenças comuns que temos vindo a mencionar.

Parece-nos interessante chamar a atenção para o facto de haver nesta série de provérbios descritivos dois sub-conjuntos diferenciados. No primeiro, incluiríamos aqueles que são necessariamente verdadeiros, no plano epistémico, porque expressam predicções que estão já de certo modo condensadas no significado estereotípico dos lexemas nominais tematizados; no provérbio "Todos os rios correm para o mar", por exemplo, diremos que 'correr para o mar' é uma propriedade que integra o estereótipo de 'rio', entendendo-se por estereótipo as representações que os falantes associam a instâncias típicas de objectos e eventos, com base no seu conhecimento de senso comum. O mesmo acontece com os provérbios "Toda a palha faz palheiro", "Onde há fumo, há fogo", "Quem anda à chuva molha-se".

No segundo sub-conjunto, de longe mais vasto, encontram-se todos os provérbios cuja predicção não é de modo algum previsível em função desse saber estereotípico que associamos a objectos ou situações. Veja-se, a título de exemplo, o provérbio "Quem bem ama, bem castiga": o predicado 'castigar bem' não faz parte da representação estereotípica que associamos à situação-tipo designada pelo predicado 'amar bem'. O mesmo acontece com o provérbio "Mulher formosa, doida ou presunçosa", já que 'ser doida' ou 'ser presunçosa' não são propriedades que integrem *a priori* o estereótipo ligado à expressão nominal 'mulher formosa'. No entanto, e curiosamente, os provérbios tendem a apresentar como estereotípicas propriedades que *a priori* o não são. Justamente

porque, por definição, o provérbio é uma asserção categórica, ele apresenta como certas ou epistemicamente necessárias proposições que, enunciadas por um falante em situação normal de interacção quotidiana, seriam apenas epistemicamente possíveis, expressando uma visão particular do mundo. Ao serem consagradas como provérbios, tais proposições, supostamente implicadas pelo conhecimento colectivo comum, contribuem decisivamente para cristalizar a afectação de determinadas propriedades a objectos e situações. Neste sentido, os provérbios podem ser considerados como geradores de estereótipos.

2.1.2. Provérbios descritivos com modalização explícita

Tal como fizemos no parágrafo anterior, começaremos por dar exemplos de provérbios deste tipo:

Quem ceia e se vai deitar, má noite há-de passar
Saco vazio não se pode ter de pé
Filho de burro não pode ser cavalo
Ninguém pode despir um homem nu
Ninguém pode pôr rédeas ao tempo

Não são muitos os provérbios que explicitam modais, o que se compreende tendo em conta o seu estatuto de texto institucionalizado que veicula a "sabedoria das nações" essencialmente sob a forma de asserções categóricas. No entanto, há alguns textos proverbiais que exprimem um valor epistémico de alta probabilidade. É o que acontece com o primeiro provérbio desta série, que comporta o verbo modal 'haver (de)', epistemicamente interpretado; estamos perante uma construção que tem subjacente um nexo condicional: 'se x ceiar cedo e se x se deitar cedo, então é altamente provável que x passe uma má noite'. Correlacionam-se, assim, situações-tipo, estabelecendo-se entre elas um nexo de causa/efeito: 'passar má noite' é um efeito supostamente regular da conjunção entre 'ceiar cedo' e 'deitar cedo'. Trata-

se de uma condicional genérica nos casos em que o antecedente for verdadeiro, verifica-se geralmente o consequente.¹⁰⁹

O provérbio seguinte admite duas leituras, dependentes da ambiguidade sintáctica de 'se', que pode ser interpretado como pronome reflexo ou pronome clítico passivo. São elas: 'Ninguém tem capacidade para manter de pé um saco vazio' e 'É impossível que um saco vazio, por si só, se tenha de pé'. Privilegiando esta última leitura, que intuitivamente nos parece mais plausível, diremos que ela pode ser parafraseda pelos seguintes enunciados:

- a) Um saco vazio não/nunca se tem de pé
- b) Nenhum saco vazio se tem de pé
- c) É impossível que um saco vazio se tenha de pé

Tendo em conta as paráfrases propostas, é possível estabelecer uma equivalência semântica entre o operador modal poder sob o escopo da negação e os operadores de negação de proposições universalmente quantificadas nunca e nenhum (respectivamente utilizados para a negação de proposições universalmente quantificadas no domínio dos intervalos de tempo e dos indivíduos).

Nos três provérbios seguintes, as paráfrases mais aceitáveis serão:

- d) É impossível filho de burro ser cavalo
- e) É impossível (alguém) despir um homem nu/ Um homem nu nunca pode ser despido
- f) É impossível (alguém) pôr rédeas ao tempo

¹⁰⁹ Segundo Auwera (1985), há dois tipos distintos de condicionais genéricas, em função do estatuto indeterminado ou contingente do antecedente; no caso do provérbio em apreço, não conhecemos a verdade do antecedente- por isso ele é indeterminado- mas formulamos a condicional de modo a que se considerem os casos em que é verdadeiro, e daí concluimos o consequente. Os mecanismos de inferência activados por estas condicionais podem considerar-se como não-monótonos, isto é, baseiam-se em princípios por defeito que só são instanciados por casos típicos.

Poder é nestes casos interpretado como modalizador alético, pois ao dizer 'não se pode p ', o locutor está a asserir o carácter necessariamente falso da proposição p . Note-se, inclusivamente, que no provérbio "Não se pode despir um homem nu" a modalização introduz um reforço redundante, porque há já uma incompatibilidade semântica, registada ao nível do sistema lexical da língua, entre 'despir' e 'homem nu'.

A explicitação discursiva da impossibilidade através do modal poder sob o escopo da negação parece contraditar o que atrás afirmámos sobre a expressão linguística da certeza através da asserção simples, afirmativa ou negativa. Numa linha de coerência com tal assunção, deveríamos admitir que a asserção categórica de não p ('Saco vazio não se tem de pé', 'Não se despe um homem nu'), logicamente equivalente à afirmação da falsidade de p , seria a forma ideal de se exprimir linguisticamente a certeza sobre a impossibilidade de ocorrência dos estados de coisas designados pelas proposições em apreço. Aliás, há no *corpus* provérbios que veiculam justamente essa noção de impossibilidade sem recorrerem à explicitação do modal: "Não se caçam lebres tocando tambor", "Não se endireita a sombra de uma vara torta". Como explicar, então, estas ocorrências do modal num tipo de texto que privilegia inequivocamente as asserções categóricas?

Parece-nos que há duas soluções aceitáveis: ou se considera que o modal poder só enfraquece a expressão da certeza quando é epistemicamente interpretado (como marca de alto grau de probabilidade ou improbabilidade), produzindo um efeito contrário nos casos em que funciona como modalizador alético, ou se opta por uma hipótese explicativa de natureza pragmática, sendo então necessário articular a explicitação do modal com o operador de negação, por forma a produzir-se uma 'negação polémica' (Ducrot, 1973). Enquanto negação polémica, os provérbios refutariam uma assunção contextual, uma eventual crença colectiva cujo conteúdo proposicional seria parafraseável por 'É possível p '. Se aceitarmos que a refutação é um acto linguístico que visa afectar o valor de verdade 'falso' a uma proposição previamente asserida ou contextualmente implícita e admitida como verdadeira (Moeschler, 1982), deixa de ser problemática a explicitação do modal: combinado com a negação,

o modal permite construir uma proposição que mantém uma relação de contradição com a referida assunção contextual.

2.2. Provérbios normativos

Neste grupo, incluímos todos os provérbios que têm uma força ilocutória directiva, isto é, que têm como objectivo levar o locutário a realizar (ou a abster-se de realizar) uma acção determinada pelo reconhecimento do conteúdo proposicional do enunciado. Dentre as condições preparatórias deste acto, refira-se a relação de autoridade do locutor sobre o locutário. No caso dos provérbios, o estatuto de autoridade do enunciador colectivo advém do facto de ele ser supostamente o porta-voz dos regras que presidem ao funcionamento da comunidade, institucionalmente investidas pelo peso da tradição.

Tal como fizemos anteriormente, começaremos por apresentar um conjunto de exemplos do *corpus* que consideramos casos paradigmáticos de provérbios normativos. Se desta vez a lista de exemplos é mais extensa, tal deve-se à necessidade de ilustrar a pluralidade das estruturas linguísticas que no universo proverbial comportam um valor directivo. A análise dos dados disponíveis permitir-nos-á delimitar sub-tipos de provérbios normativos.

Quando a lua minguar, não deves começar
Quando fores bigorna, sofre, e quando fores malho, malha
Se vires tropa, trota
Entre marido e mulher, não metas a colher
Se queres ter boa fama, não te tome o sol na cama
Se queres conhecer teu corpo, abre um porco
Guarda-te do alvoroço do povo e de travar com o doido
Nunca digas 'desta água não beberei'
Ninguém aponte falhas alheias com o dedo sujo
Não te faças mel que as moscas te comem
A filho e amigo, pão e castigo
A palavras loucas, orelhas moucas

A quem hás-de rogar, não hás-de assanhar
Do amigo, o mais antigo
Vinho, azeite e amigo, o mais antigo
O que dá para receber enganado deve ser
Quem as arma que as desarme

Em função do tipo de controlo do locutor sobre o locutário, que depende, em grande parte, do maior ou menor grau de distância afectiva e/ou social existente entre eles e que dá origem à activação de estratégias discursivas reguladas por princípios conversacionais gerais (dentre os quais poderíamos destacar as "máximas de delicadeza" (Leech, 1983)), a força ilocutória directiva manifesta-se em diversos actos linguísticos, nomeadamente, ordem, sugestão, conselho, pedido de informação, advertência, instrução, súplica.

Na ausência de performativos explícitos (por exemplo, 'ordeno-te', 'aconselho-te'), a frase imperativa aparece em português como um suporte linguístico privilegiado para a realização de actos ilocutórios directivos directos. No caso dos provérbios normativos, sabemos que eles expressam injunções que apontam para formas de comportamento a adoptar pelos membros da comunidade. O enunciador colectivo, porta-voz da comunidade, prescreve normas de conduta sob a forma de injunções positivas ou negativas. Quando a injunção é positiva, ocorre uma forma verbal no modo imperativo: "Guarda-te do alvoroço do povo e de travar com o doido"; quando a injunção é negativa, a negação afecta o modo verbal, ocorrendo então o modo conjuntivo: "Nunca digas. 'desta água não beberei'", "Entre marido e mulher, não metas a colher".

O *corpus* apresenta-nos exemplos de injunções absolutas e restritas. Os provérbios

Nunca digas 'desta água não beberei'
Guarda-te do alvoroço do povo e de travar com o doido

ilustram o primeiro tipo de injunção: em todos os intervalos de tempo ou em todas as ocasiões a injunção é válida, seja ela negativa ou positiva (sendo ! o símbolo da força ilocutória directiva e \neg o sinal de negação, estas injunções

podem ser representadas por $!p$ e $!\neg p$). Uma injunção é restrita quando explicitamente se restringem as condições que devem presidir ao cumprimento dessa mesma injunção. Atente-se no provérbio

Se vires tropa, trota

Neste caso, restringem-se as ocasiões em que a injunção é válida ou pertinente, ou seja, explicitam-se as condições que devem presidir ao seu cumprimento. No entanto, deve acrescentar-se que a oração condicional não envolve uma referência a um evento específico, mas a uma classe de eventos, pelo que a injunção é permanentemente válida, desde que se verifiquem as suas condições de aplicabilidade.

Veja-se agora o provérbio

Quando fores bigorna, sofre e quando fores malho, malha

Aqui, é a oração introduzida por 'quando' que funciona como elemento restritor. Se confrontarmos o provérbio em apreço com o enunciado "Quando esta noite voltares para casa, desliga o esquentador", verificamos que o estatuto da restrição é diferente num e noutro caso: ao contrário do provérbio, este último enunciado constrói uma referência a um evento específico, graças à ocorrência do deíctico 'esta', o que implica uma restrição temporal precisa da injunção; no provérbio, não há em rigor restrição temporal, mas apenas restrição de ocasiões (classes de intervalos de tempo) que tornam pertinente a injunção. Assinale-se, de passagem, que se trata de um 'quando' atemporal com um valor condicional, parafraseável por 'sempre que'. Diremos então que os provérbios deste tipo concretizam a estrutura básica 'se /sempre que p $!q$ '. Note-se que a negação pode afectar quer o antecedente, quer o conseqüente desta estrutura condicional.

Vejamos agora outros provérbios do *corpus* que numa primeira análise poderiam considerar-se exemplos de injunção restrita, em função da sua própria estrutura sintáctica:

Se queres conhecer teu corpo, abre um porco
Se queres ter boa fama, não te tome o sol na cama

Nestes dois exemplos, temos uma construção condicional onde o antecedente expressa uma certa finalidade, um objectivo a atingir, e o conseqüente explicita a forma ou o modo de agir que conduz à realização desse objectivo. Estamos perante 'conselhos', actos ilocutórios directivos em que o locutor sublinha o modo como se deve proceder para a consecução de determinados objectivos. Estes provérbios admitem uma paráfrase do tipo 'para *p*, !*q*', ou ainda 'se se quer *p*, deve-se *q*', com as possíveis variantes que resultam da aplicação do operador de negação ao antecedente e/ou ao conseqüente.¹¹⁰ Estes provérbios explicitam as 'razões' que justificam a injunção, estando tais 'razões' centradas na volição do locutário.

Pensamos que, em última análise, todas as injunções, absolutas ou restritas, se apoiam num raciocínio condicional deste tipo, raciocínio esse que, muitas vezes, não se explicita. Vejam-se os exemplos:

(Se queres evitar problemas) Se vires tropa, trota
(Se queres viver em paz) Guarda-te do alvoroço do povo e de travar com o doido

Formulámos entre parênteses um possível antecedente condicional que justifica as injunções subsequentes. O que interessa reter é que tal antecedente aponta para um determinado objectivo, aparecendo a injunção, de algum modo, como condição necessária para a sua concretização.

Voltando aos provérbios que desencadearam esta reflexão, podemos concluir que os conteúdos proposicionais dos conseqüentes ("abrir um porco" e "não ser tomado pelo sol na cama") explicitam as condições necessárias dos antecedentes ("conhecer o (seu) corpo" e "ter boa fama"): não se pode não abrir um porco e conhecer o seu corpo; não se pode ser tomado pelo sol na cama e ter boa fama.

¹¹⁰ A transposição da construção 'para *p*, !*q*' para 'se se quer *p*, deve-se *q*' acrescenta à expressão de uma implicação a expressão de uma volição.

Diremos então, recapitulando, que encontramos, por um lado, injunções absolutas, cuja validade não depende da verificação de certas condições, e, por outro, injunções restritas, válidas em certas ocasiões ou desde que se verifiquem determinadas condições. Finalmente, verificámos que há provérbios normativos que explicitam um antecedente condicional no qual se apontam as 'razões' que devem conduzir o locutário a adoptar (ou a não adoptar) uma determinada forma de comportamento, expressa no próprio conteúdo proposicional da injunção.

Enunciados do tipo dos que designámos por 'injunção restrita' são analisados por Auwera (1986) como dando origem a actos linguísticos cujo conteúdo proposicional é uma condicional ("speech act about a conditional"). Partindo da hipótese de que o conteúdo proposicional 'se p , então q ' significa que p é uma condição suficiente para q , o autor defende que um acto directivo acerca de uma condicional constitui uma injunção ao locutário no sentido de este último considerar que uma eventual ocorrência da situação expressa no antecedente é suficiente para activar ou concretizar a sugestão expressa no consequente. Nesta perspectiva, Auwera considera que o operador ilocutório directivo- ! - tem escopo sobre a condicional, pelo que propõe a seguinte representação: ! ((p) --> (q)). Acrescenta o autor que um acto directivo sobre uma condicional implica contextualmente um directivo condicional, através daquilo a que chama um "speech act sensitive *modus ponens* rule", formulado do seguinte modo: (! (p --> q) & GIVEN (p)) -->! (q). Em linguagem natural, tal representação significa que, no contexto em que p é verdadeira, a injunção segundo a qual p é suficiente para q implica a injunção ! q . Este tipo de análise pode, a nosso ver, aplicar-se também aos casos de directivos condicionais em que o antecedente expressa um estado de coisas que envolve uma volição do locutário.

Assinale-se que todas as injunções até agora analisadas admitem como paráfrases enunciados declarativos onde invariavelmente ocorre o verbo modal dever, deonticamente interpretado: 'Entre marido e mulher, não deves meter a colher', "Se vires tropa, deves trotar", "Ninguém deve dizer 'desta água não

beberei". É importante registar que, em português, o significado de não debes é debes não, isto é, não debes traduz uma obrigação de não fazer, e não a negação dessa obrigação.

Os provérbios do *corpus* ilustram aparentemente os dois tipos de construção injuntiva assinalados em Mateus *et alii* (1989: 249-252): "frases simples de expressão de ordem com sujeitos nulos", quando o locutário é uma entidade específica (tu, vós, vocês) e "frases simples de expressão de ordem com sujeito pleno", quando o locutário é indeterminado (alguém, ninguém), não sendo possível representá-lo como vocativo. Acontece, porém, que o tu que ocorre nos provérbios normativos não reenvia de facto para um locutário específico, interaccionalmente determinado. Tu designa um qualquer potencial interlocutor, sendo o provérbio normativo uma instrução de conduta dirigida a todos os membros da comunidade. Por isso mesmo, um provérbio como "Entre marido e mulher, não metas a colher" admite a paráfrase "Ninguém deve meter a colher entre marido e mulher". Do mesmo modo, um provérbio injuntivo com sujeito pleno, por exemplo, "Ninguém aponte falhas alheias com o dedo sujo", pode ser parafraseado por "Não apontes falhas alheias com o dedo sujo". Conclui-se, assim, que no contexto proverbial se neutraliza a referida oposição. Curiosamente, ocorre no *corpus* uma construção que não aparece referenciada em Mateus *et alii* (1989). Se atentarmos no provérbio "Quem as arma que as desarme", verificamos que a relativa restritiva sem antecedente funciona como 'sujeito pleno' da frase imperativa. Visto que é plausível interpretarmos quem como uma variável ligada por um quantificador universal, concluímos de novo que a injunção se dirige a um locutário indeterminado.

Para além da frase imperativa (com a ocorrência do modo imperativo, no caso das injunções afirmativas, e das formas supletivas do modo conjuntivo, no caso das injunções negativas), o nosso *corpus* atesta outras estruturas linguísticas que viabilizam a realização indirecta do acto ilocutório directivo, nomeadamente frases declarativas deonticamente modalizadas ("deontic statements", na terminologia de Lyons, 1977) e construções elípticas.

Os verbos modais que ocorrem são dever e haver (de)¹¹¹, deonticamente interpretados:

A quem hás-de rogar, não hás-de assanhar
Quando a lua minguar, não deves começar
O que dá para receber enganado deve ser

Nestes casos, o enunciador colectivo realiza indirectamente uma injunção negativa, absoluta ou restrita, através da asserção da obrigatoriedade de não p ou p : dado um sistema de leis sociais ou éticas, é obrigatório (ou deonticamente necessário) p ou não p . Este é o valor significativo por defeito do verbo modal dever: pressupõe-se a existência de um agente (ou de um conjunto de agentes virtuais) a quem incumbe a obrigação de actuar de modo a que se verifique p (por exemplo, 'ser castigado aquele que dá para receber') ou não p ('não começar quando a lua minguar').

Chegados a este ponto, verificamos que há uma estreita conexão entre modalidades ilocutórias e modalidades proposicionais ao nível dos enunciados normativos. Com efeito, secundamos Parret (1976) quando este autor afirma que "la contextualité 'actionnelle' est constitutive de la signification modale dès que des attitudes illocutionnaires sont impliquées dans la séquence modalisée" (p.53). E acrescenta o mesmo autor: "Les prédicats déontiques sont toujours substituables par des (...) formules performatives. L'axe déontique est bien le point où le système des modalités propositionnelles bascule dans le système des modalités 'illocutionnaires'" (p.56). Os operadores modais deônticos estão, pois, fortemente relacionados com o domínio das acções. Se as modalidades deônticas, como atrás dissemos, definem a ocorrência de um estado de coisas como obrigatória, permitida ou interdita, em função de um conjunto de normas éticas ou legais, parece-nos que todos as frases imperativas podem ser interpretadas como proposições modalizadas pelo operador deôntico de obrigação. Por outro lado, os enunciados que comportam um verbo modal

¹¹¹ A frequência do auxiliar modal *haver de* atesta, a nosso ver, o carácter arcaico dos provérbios em que ocorre. Hoje em dia, tal auxiliar seria preferencialmente substituído por 'dever'.

explícito e deônticamente interpretado permitem a realização indirecta de um acto ilocutório directivo, o que aponta uma vez mais para a interdependência entre modalidades proposicionais deônticas e modalidades ilocutórias.

Para além da frase imperativa e da frase declarativa deonticamente modalizada, o nosso *corpus* ilustra outras possibilidades de expressão linguística da força ilocutória directiva, nomeadamente certas construções elípticas, que passamos a exemplificar.

A filho e amigo, pão e castigo
A palavras loucas, orelhas moucas
Do amigo, o mais antigo
Vinho, azeite e amigo, o mais antigo¹¹²

Os dois primeiros exemplos ilustram construções de topicalização com elisão da forma imperativa do verbo, respectivamente dá e faz. Como variantes de expressão, teríamos enunciados modalizados por dever, deonticamente interpretado: 'A filho e amigo, debes dar/ deve dar-se pão e castigo'.

Os dois últimos exemplos ilustram casos de tópicos pendentes, sendo a variante atestada referida em nota uma comprovação da força ilocutória destes provérbios: prefere, no modo imperativo, marca precisamente a força ilocutória directiva deste tipo de enunciados.

Uma outra estrutura elíptica relativamente produtiva no âmbito dos provérbios normativos apresenta a configuração sintáctica 'Nem SN₁, nem SN₂':

Nem caldo retardado, nem criado voltado
Nem mulher casada, nem vinha vindimada

¹¹² Encontrámos a seguinte variante deste provérbio: "Vinho, azeite e amigo, prefere o mais antigo". Esta variante aparece na recolha organizada por C. M. Vasconcelos, que veio a lume num artigo publicado em alemão em 1905, no volume em honra do Prof. A. Tobler (*Festschrift zum siebzigsten geburtstage Adolf Toblers*, Braunschweig). Este mesmo artigo foi traduzido e publicado na Revista Lusitana, 7, 1986.

Trata-se de uma estrutura de coordenação entre duas injunções negativas, com elisão dos respectivos predicados verbais ('não queiras...').

Finalmente, constatámos que no nosso *corpus* há ainda três provérbios em que a realização de uma injunção positiva é expressa pelo infinitivo:

Malhar no ferro enquanto está quente

À má sorte, envidar forte

Ao médico, ao letrado e ao abade, falar verdade

Neste parágrafo sobre provérbios normativos, não queremos deixar de fazer referência a um tipo particular de construções condicionais que indirectamente permitem a realização de actos ilocutórios directivos. Estas construções foram estudadas por Fillenbaum (1986). Diz o autor: "The point of a conditional promise is not merely to inform Ad [addressee] of the good consequences to Ad of some action, but, rather, to try to enforce that action by a (tacit) offer of that consequences. The point of a conditional threat is not merely to tell Ad of the negative consequences to Ad resulting from action on his or her part, but, rather, to deter Ad from that action by warning of such consequences. An inducement or deterrent really amounts to a speaker's request to Ad to do or not do certain things, together with information spelling out consequences for Ad designed to enforce the request" (p.179). Esquemáticamente, teríamos:

(i) $p \rightarrow q^+$: o locutário pretende q e acaba de ser informado de que, se fizer p , obtém q ; logo, o locutor está a incentivá-lo no sentido de o levar a agir, fazendo p (o sinal + indica que o conseqüente é positivo para o locutário);

(ii) $p \rightarrow q^-$: o locutário, que quer evitar q em função do seu carácter negativo, desenvolve uma inferência 'falaciosa', do tipo, 'se não p , não q ' (o sinal - indica que o conseqüente é negativo para o locutário).

Pensamos que esta reflexão é extensível a construções que traduzem um nexo implícito de condicionalidade. Assim, provérbios como

Se perguntas muito, andas pouco
Quem seu inimigo poupa nas mãos lhe morre
Quem semeia colhe

podem ser interpretados à luz do comentário de Fillenbaum. Para tal, basta invocar ou activar as pressuposições pragmáticas que correspondem a uma apreciação positiva ou negativa sobre o estado de coisas descrito pelo conseqüente, apreciação essa que integra os padrões axiológicos da comunidade, supostamente consensuais. O esquema inferencial subjacente seria, então, o seguinte:

$p \rightarrow q$
Dado que q é desejável/indesejável
 $\neg p / \neg q$

Sublinhando as conseqüências positivas ou negativas que um determinado comportamento acarreta, o locutor está indirectamente a sugerir uma forma de acção.

Há ainda no *corpus* um outro conjunto de provérbios que indirectamente veiculam um valor ilocutório directivo. Estamos a pensar nos provérbios plasmados em construções preferenciais como as que a seguir apresentamos:

Mais vale prevenir que remediar
Mais vale pronto recusar que falso prometer

A avaliação axiológica comporta sempre um valor prescritivo, pois afirmar que A é melhor que B é sugerir indirectamente que, num contexto de escolha, se deve seleccionar A em detrimento de B.

Se se admitir a íntima conexão entre condicionais e enunciados normativos¹¹³ que tivemos oportunidade de realçar ao longo deste capítulo, todas as injunções, absolutas ou restritas, terão como denominador comum o facto de se alicerçarem em raciocínios condicionais, explicitados ou não. Os subtipos de actos ilocutórios directivos que melhor ilustram tal conexão são os 'conselhos' e as 'advertências'.

No conselho, o locutário é impelido a agir de uma determinada forma tendo em vista a consecução de certos objectivos, explicitados no antecedente da condicional:

Se queres ter boa fama, não te tome o sol na cama

A advertência, entendida como acto ilocutório directivo que pressupõe a existência de consequências negativas para o interlocutor, caso este último não acate a forma de comportamento apontada (com um grau de intimação mais atenuado do que na ordem), baseia-se sempre em raciocínios de tipo condicional, embora muitas vezes só se explicita um dos membros. O provérbio

Entre marido e mulher, não metas a colher

realiza um acto de advertência onde só está explícito o conseqüente, sendo, no entanto, fácil de reconstruir ou de subentender um antecedente do tipo 'Se queres evitar complicações'. No provérbio

Não te faças mel que as moscas te comem

explicita-se o conseqüente de uma construção condicional subentendida ('se te fizeres mel, as moscas comem-te'); nesse conseqüente descrevem-se as consequências negativas que a não adopção do comportamento prescrito acarretará.

¹¹³ Oliveira (1988) analisa a relação estreita entre condicionais e enunciados deonticamente modalizados. Parece-nos que é possível estender a análise proposta para os enunciados que realizam actos ilocutórios directivos.

Resta-nos ainda mencionar um sub-conjunto peculiar de provérbios do *corpus* que funcionam globalmente como verdadeiros tropos: "Morra Marta, morra farta", provérbio interpretado como uma exortação epicurista do tipo "Que cada homem aproveite bem a sua vida!" e "Vão-se os anéis, fiquem os dedos", provérbio interpretado como exortação no sentido da valorização do essencial.

3. OBSERVAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, distinguimos duas classes de provérbios com base num parâmetro ilocutório; assim, os provérbios descritivos comportam um valor ilocutório representativo ou assertivo, e os provérbios normativos definem-se pelo seu valor directivo.

No que diz respeito aos provérbios descritivos, verificámos que a asserção categorica era dominante e articulámo-la com um operador epistémico implícito; concluímos que asserir p implica afirmar que p é certo ou epistemicamente necessário. Julgamos que esta articulação da modalidade ilocutória assertiva com a modalidade proposicional epistémica se coaduna em pleno com o estatuto do texto proverbial: fragmento da sabedoria tradicional, o provérbio veicula uma *visão* do mundo apresentando-a como *modo de ser* do mundo. Quanto às asserções explicitamente modalizadas, verificámos que o verbo modal preferencialmente utilizado é o verbo poder, articulado com o operador de negação.

No que diz respeito aos provérbios normativos, constatámos que o valor ilocutório directivo se manifestava: a) directamente, através de frases imperativas, afirmativas ou negativas; b) indirectamente, através de frases declarativas deonticamente modalizadas, construções elípticas, formas verbais de infinitivo, construções condicionais (ou com um nexó implícito de condicionalidade) que funcionam argumentativamente como conselhos ou advertências, e até construções preferenciais.

As injunções que estes provérbios expressam podem ainda ser absolutas ou restritas: são absolutas as injunções de validade permanente, não dependentes da verificação de certas condições; são restritas as injunções que explicitam as suas condições de aplicabilidade.¹¹⁴

Numa outra perspectiva, podemos estabelecer uma distinção entre provérbios normativos que não explicitam discursivamente as 'razões' que presidem à injunção e provérbios que as explicitam. Mesmo quando não se verifica tal explicitação, e tendo em conta que há sempre 'razões' para que uma directiva se produza, subsiste a possibilidade de as reconstruirmos por inferência pragmática; essa reconstrução evidencia a estreita ligação entre o raciocínio condicional e a expressão linguística de normas.

As paráfrases dos provérbios normativos directos por enunciados deonticamente modalizados, pese embora a eventual atenuação do grau de intimação que tal modificação comporte, provam que há uma forte interdependência entre modalidades proposicionais deônticas e modalidades ilocutórias directivas. Da injunção directa à sugestão indirecta, passando pela advertência e pelo conselho, estamos perante uma escala gradativa que opera no terreno das acções. Os provérbios normativos desempenham socialmente uma função reguladora de comportamentos.

Contrariamente às injunções específicas da comunicação corrente, as injunções proverbiais são sempre genéricas, uma vez que os respectivos conteúdos proposicionais podem ser instanciados por qualquer elemento da comunidade, em qualquer intervalo de tempo; noutros termos, o locutário a quem se dirige a injunção não é um indivíduo específico, mas um agente virtual.

¹¹⁴ Em Ross (1971) está contemplada esta distinção, embora numa outra terminologia. Assim, Ross distingue entre 'norma universal ou categórica' e 'norma genérica ou hipotética': a primeira é aplicável em qualquer circunstância; na segunda, a situação a que a norma se aplica é definida em termos de condições gerais, sem indicação temporal específica (cf. Ross, 1971: 106-107).

CAPÍTULO 4. RELAÇÕES INTERPROPOSICIONAIS NO TEXTO PROVERBIAL

Mais do que recensar os tipos de frase complexa que ocorrem no nosso *corpus*, numa perspectiva sintáctica, procuraremos, neste capítulo, analisar um aspecto importante da estrutura semântica do provérbio plurioracional, a saber, o tipo de relações semânticas que interligam ou correlacionam as diversas orações.¹¹⁵ Vamos, pois, situar-nos no plano da conexão semântica interproposicional, conexão essa que, regra geral, é marcada explicitamente na superfície textual por relatores interfrásicos de várias categorias sintáticas, nomeadamente conjunções e locuções de base adverbial ou preposicional (por exemplo, 'porque', 'como', 'embora', 'sempre que', 'antes de'). Assinale-se desde já que a conexão semântica interproposicional pode dar-se independentemente da presença explícita de conectores, o que significa que ela é determinada, em última análise, pela relação que, cognitivamente, somos capazes de estabelecer entre os estados de coisas ou situações descritas.¹¹⁶

Como os provérbios nunca descrevem situações episódicas, a análise das relações interoracionais permitir-nos-á também captar e definir com maior rigor os nexos semânticos que os enunciados genéricos instituem entre as situações-tipo que correlacionam. Julgamos que tal análise poderá proporcionar um entendimento mais cabal de como se processa linguisticamente a informação genérica.

Os exemplos seleccionados devem ser entendidos como ilustração paradigmática de diferentes tipos de correlações interproposicionais existentes no *corpus*. Não nos propusemos, por conseguinte, listar exaustivamente todos os provérbios do *corpus* pertencentes a cada um dos tipos discriminados.

¹¹⁵ Na esteira de O. Lopes (1971: 14), utilizaremos como sinónimos os termos 'oração' e 'proposição'. Uma proposição corresponde à aplicação de um predicado a um número apropriado de termos ou argumentos; do ponto de vista referencial, uma proposição descreve um estado de coisas, podendo ser-lhe atribuído um valor de verdade.

¹¹⁶ Cf. Dijk (1977: 45 e ss).

As conexões interproposicionais que encontramos foram as seguintes: condicionais, temporais, comparativas, adversativas (ou contrastivas), consecutivas, finais e copulativas (ou aditivas).

1. CONEXÕES CONDICIONAIS

1.1. Sobre a semântica das construções condicionais

Do ponto de vista quantitativo, impõem-se como mais relevantes no *corpus* as relações ou conexões condicionais. Nas construções que têm subjacente um nexos semântico condicional entre proposições, é sempre possível identificar um antecedente e um conseqüente, ligados por uma relação hierárquica de dependência semântica. A relação de dependência entre antecedente e conseqüente é de tipo variável, como teremos oportunidade de constatar, e reflecte diferentes formas de estruturação cognitiva de sequências de estados de coisas, não necessariamente baseadas numa concatenação ou ordenação temporal.

Começaremos por analisar a conexão condicional expressa pela construção 'se p, (então) q', que é indubitavelmente a construção condicional típica. Esta construção tem suscitado múltiplas abordagens teóricas, dentre as quais destacaremos, em primeiro lugar, a proposta de se considerar a implicação material como a sua chave interpretativa. A implicação material é talvez a relação lógica interproposicional mais conhecida, sendo de primordial importância no cálculo proposicional clássico. Neste âmbito, a implicação é tratada verofuncionalmente, de acordo com a seguinte tabela de verdade:

p	q	p--->q
V	V	V
F	V	V
F	F	V
V	F	F

Então, $p \rightarrow q$ equivale a $\neg(p \ \& \ \neg q)$. Quando verdadeira, a implicação material diz-nos apenas que a verdade de p se liga sempre à verdade de q , mas que da falsidade de p tanto se pode seguir a verdade como a falsidade de q . A fórmula $p \rightarrow q$ aparece como premissa nos esquemas inferenciais clássicos conhecidos por *modus ponens*, *modus tollens* e silogismo hipotético:

$$\begin{array}{ccc}
 p \rightarrow q & p \rightarrow q & p \rightarrow q \\
 p & q & q \rightarrow r \\
 \therefore q & \therefore p & \therefore p \rightarrow r
 \end{array}$$

Refira-se ainda que, na implicação material, o antecedente p é a condição suficiente do consequente q , sendo este a condição necessária de p . A implicação articula assim uma condição suficiente a uma condição necessária.

Algumas construções condicionais das línguas naturais podem ser analisadas à luz da implicação material, embora se verifique que, no uso corrente, os falantes dificilmente aceitem a validade de uma condicional com um antecedente falso e um consequente verdadeiro, como acontece no enunciado (1):

(1) Se o Sol gira à volta da Terra, então a Terra é um satélite do Sol

Por outro lado, mesmo que não haja qualquer tipo de relação entre antecedente e consequente, uma condicional interpretada vericondicionalmente como implicação material é sempre verdadeira, excepto quando o antecedente é verdadeiro e o consequente falso. Atente-se, por exemplo, no enunciado (2):

(2) Se $2+2=4$, então Londres é a capital da Inglaterra

Trata-se de uma asserção verdadeira, tendo em conta a tabela de valores de verdade da implicação material, mas tal asserção não será aceite como válida pelos falantes, justamente porque não se vislumbra qualquer conexão informacional entre o antecedente e o consequente. Poder-se-ia contra-

argumentar, desde já, que há construções condicionais em linguagem natural que articulam um antecedente e um conseqüente aparentemente desprovidos de uma qualquer relação entre si, como é o caso de (3):

(3) Se ele é honesto, então eu sou o Papa

Enunciados deste tipo funcionam discursivamente como negação retórica do antecedente. Concretamente, através deste enunciado o locutor afirma que o indivíduo acerca de quem fala não é honesto. A evidência da falsidade do conseqüente, conjugada com a assunção de que a condicional é verdadeira (assunção que pode ser justificada em termos da lógica conversacional desenvolvida por Grice), levar-nos-ia a inferir que o antecedente também é falso. A função de condicionais deste tipo seria apenas permitir a aplicação do *modus tollens*:

Se ele é honesto, então eu sou o Papa

Eu não sou o Papa

∴ Ele não é honesto

A condicional em análise corresponde, assim, à apresentação elíptica de um esquema argumentativo, competindo ao interlocutor reconstituir a segunda premissa e a conclusão. É esta conclusão que corresponde precisamente à intenção comunicativa do falante.

Note-se que o *modus tollens* é um esquema inferencial sustentado pela semântica da implicação material. Mas saliente-se que, em condicionais como esta, a semântica da implicação material é aproveitada ironicamente para a negação do antecedente. Estamos no campo da pragmática, uma vez que o que está em causa é o uso da condicional em contextos irônicos. A interpretação destas construções pressupõe a afectação de valores de verdade ao conseqüente e à própria condicional globalmente considerada, e essa afectação convoca, por um lado, um parâmetro de ordem extra-linguística_ sabemos que o locutor não é o Papa_ e pressupõe, por outro lado, a aceitação tácita de um princípio básico de cooperação conversacional_ partimos do princípio de que a asserção é verdadeira, de acordo com a vigência da máxima da qualidade.

A inadequação de uma explicação em termos de implicação material torna-se particularmente transparente em contextos em que a condicional ocorre dentro do escopo de outro operador. Recorrendo a um exemplo de Kamp (1988), analise-se o enunciado (4):

(4) Um motor funciona se o interruptor principal e o interruptor auxiliar estiverem ligados

Intuitivamente, não podemos inferir a partir deste enunciado que o motor funciona se estiver ligado o interruptor principal ou se estiver ligado o interruptor auxiliar; intuitivamente, repetimos, esta inferência não parece corresponder à asserção inicial. No entanto, se representarmos o enunciado (4) pela fórmula $(p \ \& \ q) \rightarrow r$, sendo \rightarrow o símbolo da implicação material, a inferência acima expressa aparece como válida, porque $(p \rightarrow r) \vee (q \rightarrow r)$ é logicamente equivalente à primeira fórmula. Na opinião de Kamp, o problema surge porque o operador de implicação está no escopo do operador de disjunção, na segunda fórmula.

Outro argumento de peso frequentemente utilizado para reforçar a ideia de que uma análise em termos de implicação material não explica adequadamente as propriedades semânticas das construções condicionais das línguas naturais prende-se com o facto de haver relações estreitas entre estas construções e construções temporais, causais e concessivas (cf. Harris, 1986), que, no quadro de uma tal análise, nunca poderão ser cabalmente explicadas.

Um outro aspecto invocado para o abandono de uma análise das construções condicionais à luz da implicação material tem sido a questão da negação das condicionais. Com efeito, se as condicionais funcionassem como implicações materiais, teríamos uma equivalência lógica entre $\neg (A \rightarrow B)$ e $A \ \& \ \neg B$. Ora, como pertinentemente afirma Veltman, $\neg (A \rightarrow B)$ é equivalente a 'é possível $(A \ \& \ \neg B)$ '. Veja-se o exemplo proposto pelo autor:

(5) Não é verdade que se S. ganhar as eleições, B. se retirará para a vida privada = é possível (S. ganhar as eleições e B. não se retirar para a vida privada)

O estudo das condicionais contrafactuais também contribuiu decisivamente para questionar o tratamento das condicionais em termos de implicação material. Entendida como implicação material, uma condicional contrafactual seria sempre verdadeira, uma vez que, de acordo com a tabela de verdade desse conector lógico, se o antecedente e o conseqüente são ambos falsos, então a condicional é verdadeira; ora o que se verifica é que há casos muito problemáticos no domínio dos enunciados contrafactuais das línguas naturais; vejam-se os enunciados (6) e (7), exemplos de Quine hoje em dia já clássicos:

(6) Se Bizet e Verdi tivessem sido compatriotas, Bizet teria sido italiano

(7) Se Bizet e Verdi tivessem sido compatriotas, Verdi teria sido francês

Intuitivamente, parece arbitrário considerar que um destes enunciados é verdadeiro e o outro falso. Várias têm sido as reflexões e soluções propostas para este "puzzle", algumas apontando para a impossibilidade de se construir teorias coerentes sobre os condicionais contrafactuais utilizados na linguagem corrente, outras considerando que enunciados como (3) e (4) são ambos falsos, outras ainda defendendo o carácter indeterminado deste tipo de enunciado, mas o que nos importa para já sublinhar é que de facto a implicação material se revela inadequada para os representar semanticamente.

Como acima dissemos, a implicação material articula uma condição suficiente e uma condição necessária (como exemplo paradigmático, teríamos o enunciado 'Se nasceste na Itália, então nasceste na Europa'). É esta articulação que viabiliza os esquemas inferenciais clássicos do *modus ponens* e do *modus tollens*. Ora acontece que nem todas as relações entre antecedente e conseqüente, nas construções condicionais das línguas naturais, podem ser analisadas nestes termos, como facilmente se comprova pela análise do nexos entre antecedente e conseqüente nos seguintes enunciados:

(8) Se estás sem gasolina, há uma garagem ao fundo da rua (exemplo de Johnson-Laird, 1986)

(9) Se tens sede, há cerveja no frigorífico (exemplo de Austin, 1956)

Nestes dois enunciados, o antecedente não expressa a condição suficiente para o conseqüente, antes estipula as condições em que a verdade do conseqüente pode ter relevância para o interlocutor. Por isso mesmo, em casos como estes, não é possível deduzir q de p:

Estás sem gasolina

Portanto, há uma garagem ao fundo da rua

Nem toda as construções condicionais admitem, pois, inferências proposicionais lógicas deste tipo, ou seja, nem todas as condicionais funcionam como premissa maior de um raciocínio dedutivo segundo a regra lógica do *modus ponens*, havendo ainda premissas condicionais que têm uma conclusão transitiva, e outras não (cf. Stalnaker, 1981:48).¹¹⁷

É ainda nesta linha argumentativa que se inserem as observações desenvolvidas por Veltman (1986). O autor assinala pertinentemente que as condicionais interpretadas como implicações materiais dão origem a esquemas inferenciais intuitivamente absurdos, pragmaticamente incorrectos, embora logicamente válidos. Veja-se o seguinte silogismo hipotético:

¹¹⁷ Comparem-se os exemplos (i) e (ii):

(i) Se não comeres, ficas mais magro
Se ficares mais magro, pesas menos
Se não comeres, pesas menos

(ii) Se J. H. fosse hoje comunista, seria um traidor
Se J. H. tivesse nascido na Rússia, seria hoje comunista
Se J. H. tivesse nascido na Rússia, seria um traidor

Este último exemplo é de Stalnaker e mostra-nos que, ao contrário de (i), é possível afirmar as premissas e negar a conclusão. Logo, a conclusão não é transitiva.

- (10) Se J. ganhar as eleições, S. retirar-se-á para a vida privada
- (11) Se S. morrer antes das eleições, J. ganhará as eleições
- (12) Se S. morrer antes das eleições, S. retirar-se-á para a vida privada

Embora seja pragmaticamente inaceitável, trata-se, no entanto, de um silogismo logicamente válido, do tipo

Se B, então C

Se A, então B

∴ Se A, então C

Casos problemáticos como os que temos vindo a equacionar estão na origem do abandono da implicação material como base definitiva do significado das condicionais. Constatada a inadequação, foram surgindo abordagens alternativas, desenvolvidas em distintos quadros teóricos. Dentre elas, salientaremos a) a proposta de C. I. Lewis conhecida por 'implicação estrita'; e b) a proposta que foi desenvolvida no quadro de uma semântica de mundos possíveis, fundamentalmente por Stalnaker e D. Lewis.

Foi justamente por considerar que a implicação material não representa de forma satisfatória a nossa concepção intuitiva de implicação que Lewis desenvolveu um sistema de lógica modal onde se propõe uma nova definição semântica da implicação. A implicação estrita passa a ser analisada como $\pm p \rightarrow q$, ou seja, não é possível, sendo a implicação verdadeira, que p seja falso e q simultaneamente verdadeiro. Interpretada no quadro de uma semântica de mundos possíveis, esta fórmula significa que a implicação é verdadeira se q for verdadeira em todos os mundos possíveis em que p é verdadeira (ou qualquer que seja o mundo *m*, se p é verdadeira em *m*, q é verdadeira em *m*).

Por seu lado, e aproveitando uma sugestão do filósofo Ramsey, Stalnaker propôs o seguinte processo de avaliação, que equivale a uma heurística para a interpretação das condicionais, ou seja, uma instrução para computar o significado das condicionais:

"First, add the antecedent (hypothetically) to your stock of beliefs; second, make whatever adjustments are required to maintain consistency (without modifying the hypothetical belief in the antecedent); finally, consider whether or not the consequent is then true" (1981:44).

Basicamente, a proposta diz-nos que, para avaliar uma condicional, se deve acrescentar o antecedente ao conjunto de crenças já existente e verificar em seguida se o conseqüente é verdadeiro. Se se acreditar que há uma relação causal ou necessária entre antecedente e conseqüente, infere-se que o conseqüente é verdadeiro e a condicional também o é. Se se crê que o conseqüente é verdadeiro, manter-se-á como parte das crenças e a condicional é verdadeira. Quanto ao antecedente, se se acreditar que ele é verdadeiro, a avaliação da condicional depende da crença acerca do conseqüente. Se se acreditar que é falso, adicioná-lo ao conjunto de crenças inicial requer que algumas delas sejam modificadas, de modo a evitar inconsistências. Se, feitas essas modificações, o conseqüente for verdadeiro, então a condicional é verdadeira.

Dado que um mundo possível pode ser concebido como o análogo ontológico de um "stock" de crenças hipotéticas, torna-se, então, possível formular um conjunto de condições de verdade para as asserções condicionais no quadro de uma semântica de mundos possíveis, condições essas que devem explicar ou formalizar a heurística sugerida.¹¹⁸

As propostas que acabámos de referir, de forma sintética, representam uma inegável contribuição para o esclarecimento do significado das condicionais, mas não estão totalmente isentas de críticas. O facto de o conjunto de mundos possíveis ser infinito torna uma semântica que os integra como primitivos no mínimo problemática, do ponto de vista psicológico. Com

¹¹⁸ Elaborando a ideia de Stalnaker, que remonta a 1968, D. Lewis (1973), propôs uma análise das condicionais contrafactuais baseada numa heurística similar, concluindo que um enunciado do tipo 'Se se tivesse verificado A, então ter-se-ia verificado B' é verdadeiro se B for verdadeiro no mundo possível 'mais próximo' ("the least outlandish") do mundo actual no qual o antecedente é verdadeiro.

efeito, como afirma Oliveira, "é difícil conceber que o sujeito falante possa abarcar rapidamente todo o conjunto de crenças de forma a verificar se existe alguma inconsistência ou não relativamente aos novos elementos introduzidos"(1989:4). Estamos a aflorar neste momento uma questão controversa, que tem vindo a ser largamente debatida por linguistas, filósofos e psicólogos, a questão da omnisciência lógica que uma semântica de mundos possíveis pressupõe. Sem qualquer pretensão de nos envolvermos numa discussão aprofundada em torno desta questão, diremos apenas que as teorias semânticas mais recentes, que de algum modo se têm perfilado em contraponto com uma semântica de mundos possíveis, acentuam a necessidade de se construírem modelos e funções parciais, psicologicamente mais 'verosímeis' e adequadas.¹¹⁹

Assim, e voltando ao cerne da nossa exposição, verificamos que as construções condicionais continuam, nos nossos dias, a ser um terreno fértil onde se testam novas teorias explicativas. Uma delas é a teoria dos Modelos Mentais, elaborada por Johnson-Laird, que nos parece merecedora de atenção na medida em que tenta articular o significado e as propriedades lógicas das condicionais com os processos mentais envolvidos na sua interpretação.

Segundo Johnson-Laird, a interpretação das condicionais processa-se da seguinte forma:

etapa 1) constrói-se um modelo mental baseado no significado do antecedente e nos conhecimentos e crenças accionados durante este processo;

etapa 2) interpreta-se o conseqüente no contexto do modelo e do conhecimento geral (1986:65).

Se aparece como "a verbal cue to consider real or hypothetical possibilities, and the content, the grammatical mode of the clause, and the context, usually make clear the intended status of the antecedent"(1986:66). Para Johnson-Laird, a interpretação de uma condicional passa inevitavelmente

¹¹⁹ Veja-se, a este respeito, o capítulo de Bach (1990) intitulado 'Situations and other smaller worlds ', onde se enunciam os desenvolvimentos mais recentes da semântica linguística.

pelo estabelecimento de uma relação - de um "cenário plausível"- entre antecedente e conseqüente, sendo diversa a natureza e o grau de tal relação. Por outras palavras, considera-se, a nosso ver acertadamente, que do ponto de vista linguístico-comunicativo, e até mesmo do ponto de vista psicológico, o antecedente determina o estado de coisas em que o conseqüente deve ser avaliado. Há casos em que o antecedente apenas estipula as condições que tornam relevante a informação veiculada pelo conseqüente:

(8) Se estás sem gasolina, há uma garagem ao fundo da rua

Nestes casos, o antecedente não determina, não especifica o estado de coisas em que as condições de verdade do conseqüente devem ser avaliadas, apenas expressa um estado de coisas que implicitamente implica um desejo, uma predilecção ou uma necessidade, sendo a informação fornecida pelo conseqüente relevante nesse contexto:

If p (where p implies $x \left\{ \begin{array}{l} \text{needs} \\ \text{feels} \\ \text{wants} \end{array} \right\} y$,

then (x will be interested to know that) q is the case (1986:70).

No outro extremo, encontramos casos em que o antecedente determina completamente o estado de coisas em que as condições de verdade do conseqüente devem ser avaliadas:

12) Se alguém está na sala, então a sala não está vazia

Mais frequentes são os casos em que o antecedente determina parcialmente o estado de coisas em que o conseqüente vai ser avaliado. É nestes casos que se activa o processo acima descrito de construção de um modelo mental, modelo esse que pode ser recursivamente revisto à luz de informação subsequente. Dir-se-á, então, que a condicional é verdadeira se e só se o conseqüente for verdadeiro no modelo do antecedente, e não houver modelos alternativos em que ele seja falso. No entanto, a condicional é muitas vezes

indeterminada, porque os antecedentes e as crenças activadas não fornecem condições de verdade suficientemente claras, ou restrições suficientes quanto ao conjunto dos possíveis modelos do antecedente.

Importa acima de tudo sublinhar que esta proposta, que em certas formulações manifesta inequívocas afinidades com a semântica de mundos possíveis, tende a conferir uma certa base de adequação psicológica à formulação do significado em termos de condições de verdade.

Existem ainda pelo menos três outras propostas teóricas que de algum modo se podem considerar como quadros modelo-teóricos alternativos à semântica de mundos possíveis, e que nos limitaremos a mencionar: a Semântica das Situações (Barwise e Perry, 1983), a Teoria das Representações Discursivas (Kamp, 1981) e a 'Data Semantics' (Veltman, 1986). Em todos estes quadros teóricos se tem desenvolvido também uma reflexão em torno da interpretação das construções condicionais, sendo de assinalar, em todos eles, o abandono definitivo da noção de 'mundo possível'. Pontualmente, ao longo da nossa análise concreta de asserções proverbiais condicionais, teremos ocasião de apontar alguns contributos interessantes desenvolvidos pelos autores acima citados, que podem eventualmente esclarecer casos de interpretação menos linear.

Do exposto, apercebemo-nos que não tem sido fácil construir ou definir um tratamento uniforme que dê conta do significado das construções condicionais das línguas naturais. A proliferação das teorias entende-se se tivermos em consideração que a condicionalidade linguística não é totalmente captável pelo conector lógico clássico de implicação; de facto, há diversos tipos de construção condicional, e parâmetros como a ordem das orações, os tempos e modos verbais utilizados, o tipo de relação entre antecedente e consequente, o tipo de referência nominal e temporal que está em jogo, são factores decisivos para a interpretação semântica das construções condicionais das línguas naturais. De qualquer modo, e pondo provisoriamente de parte as construções contrafactuais e os usos retóricos das construções começadas por *se*, diremos que as asserções condicionais típicas são normalmente utilizadas quando não estão definitivamente estabelecidas a verdade ou falsidade do

antecedente e do conseqüente; estamos, pois, de acordo com Veltman, que afirma que "an indicative conditional statement with a descriptive antecedent and consequent will normally implicate that neither the truth nor the falsity of its antecedent and consequent are definitely established" (1986:160). Mas acrescenta Veltman que, para ser correctamente utilizada a asserção $A \rightarrow C$, é necessário que A seja relevante para C: "there must be some noncoincidental connection between A and C if it is really to be so that no additional evidence can establish the truth of A without establishing that C must be true"(p.161). Este último aspecto parece-nos de crucial importância, uma vez que a semântica das condicionais não é redutível à mera computação dos valores de verdade circunstanciais que se podem afectar ao antecedente e ao conseqüente; independentemente desses valores de verdade, as condicionais marcam ou instituem uma conexão entre o conteúdo informativo do antecedente e do conseqüente.¹²⁰

No parágrafo seguinte, tentaremos analisar os diversos tipos de construções condicionais que ocorrem no nosso *corpus*, evidenciando, caso a caso, o nexos semântico entre antecedente e conseqüente. Em vez de partirmos de um significado básico para estas construções, isto é, em vez de admitirmos uma interpretação uniforme para em seguida analisarmos diferentes sub-tipos à luz dessa interpretação, procederemos de forma empírica, dando particular relevo à variação dos parâmetros 'tempo' e 'modo'.

1.2. Construções condicionais no *corpus*

1.2.1. Condicionais típicas: se p , q

Começaremos por analisar as construções condicionais típicas, introduzidas por *se*, com antecedente e conseqüente perfeitamente demarcados e explícitos. Estabeleceremos subdivisões em função dos tempos e modos que ocorrem no antecedente e conseqüente.

¹²⁰ Esta ideia é também desenvolvida em Santos (a publicar).

(i) Se perguntas muito, andas pouco

Neste provérbio, o verbo encontra-se no presente do indicativo, nos dois membros da construção condicional. Julgamos que o nexos implicativo que existe entre antecedente e conseqüente deve ser entendido em termos de condição suficiente: 'perguntar muito' é uma condição suficiente para que se verifique 'andar pouco'. Parece-nos que o provérbio expressa uma condicional genérica com elevado grau de factualidade; como paráfrases possíveis, apontaríamos os seguintes enunciados:

Quando perguntas muito, andas pouco

Se perguntas muito, andas geralmente/sempre pouco

Andas pouco sempre que perguntas muito

Quando sabemos que o antecedente ocorreu diversas vezes e conduziu regularmente a um determinado resultado, podemos formular uma generalização deste tipo, que tem um carácter constativo, factual, e simultaneamente um valor preditivo. Note-se que o tu denota qualquer um dos potenciais interlocutores, sendo possível substituí-lo por um se impessoal (Se/quando se pergunta muito, anda-se pouco). Não há, pois, uma referência nominal específica, nem uma ancoragem temporal das situações descritas e correlacionadas. Analisando construções como esta, Reilly fala de "statements of timeless dependencies"(1986:312): através delas, expressa-se uma correlação fixa (uma implicação orientada) entre situações-tipo, situações não ancoradas no espaço e no tempo, e essa correlação é tida como válida no mundo real, em todos os intervalos de tempo. Se na representação semântica destes enunciados se introduzisse um quantificador universal, no escopo desse quantificador estariam, a nosso ver, 'casos' ou 'ocasiões', e não 'mundos possíveis'. A correlação expressa traduz ou reflecte uma regularidade induzida a partir do mundo real, com um carácter preditivo idêntico ao das assunções exploradas por defeito no raciocínio não monótono.

Esta construção parece ilustrar um dos tipos de condicionais genéricas discriminado por Auwera (1985); sabemos que o antecedente é contingente, ou seja, umas vezes é verdadeiro, outras não, e concluímos acerca dessa

contingência, nos seguintes termos: 'às vezes, tu perguntas muito. Sempre que perguntas muito, andas pouco'.¹²¹

(ii) Se estiveres na tua tenda, não te acharão na contenda

Neste provérbio, o verbo do antecedente ocorre no futuro do conjuntivo, e o do conseqüente no futuro do indicativo. Trata-se, ainda, de uma condicional genérica, onde o antecedente expressa uma condição suficiente para a ocorrência do conseqüente. No entanto, julgamos poder afirmar que as diferenças no plano modo-temporal tiram a este enunciado o carácter factual que detectámos no exemplo anterior, acentuando o valor hipotético do enunciado. Neste caso, o antecedente é totalmente indeterminado, pois é possível 'tu estares na tenda ou não'; o conseqüente é, de igual modo, totalmente indeterminado; o que se diz, entretanto, é que se se verificar p, verificar-se-á q. Ao interpretarmos assim este provérbio, aproximamo-nos do segundo tipo de condicionais genéricas analisado por Auwera (1985).

Tanto em (i) (condicional genérica factual) como em (ii) (condicional genérica hipotética), estamos perante construções condicionais que pragmaticamente funcionam como advertências; sublinhando as conseqüências positivas ou negativas que a adopção de um determinado comportamento acarreta, o locutor está indirectamente a realizar um acto ilocutório directivo, de acordo com os seguintes esquemas (cf. Fillenbaum, 1986:188):

a) $p \rightarrow q +$; o locutário pretende $q +$, e acaba de ser informado de que, se fizer p, obtém $q +$; logo, o locutor está a incentivá-lo no sentido de o levar a

¹²¹ Note-se que é possível interpretar a relação entre antecedente e conseqüente em termos causais: 'Porque perguntas muito, andas pouco'. Esta afinidade entre condicionais genéricas e causais pode justificar-se tendo em conta o carácter factual e constativo destas condicionais: quando o antecedente é uma condição suficiente verificada, equivale a uma causa.

agir, fazendo p (os sinais + e - indicam o carácter positivo ou negativo das consequências);

b) $p \dashrightarrow q$ -; o locutário, que quer evitar q, em função do seu carácter negativo, desenvolve uma inferência 'falaciosa', do tipo 'se não p, não q -'.

(iii) Se chegasse ao céu oração de cão, choveriam ossos

Trata-se de uma construção condicional genérica contrafactual. Com este enunciado, o locutor expressa a sua convicção de que não há situações reais do tipo da que é descrita pelo antecedente. As construções contrafactuais descrevem situações cujo estatuto de factualidade está e estará sempre em conflito com o mundo real; por outras palavras, o antecedente verifica-se num mundo alternativo ao mundo real, e a sua negação verifica-se, concomitantemente, no mundo real; o consequente verifica-se no mundo alternativo seleccionado pelo antecedente. Note-se o estreito paralelismo entre esta asserção condicional e a construção causal negativa:

Porque/visto que não chega ao céu oração de cão, não chovem ossos

Só como estratégia retórica podemos justificar este tipo de construções num *corpus* proverbial, uma vez que os provérbios traduzem asserções gnómicas sobre o mundo real e não visam propriamente construir asserções sobre o que se passaria em mundos alternativos. Lança-se um repto ao interlocutor no sentido de ele inferir, por *modus tollens*, a falsidade do antecedente: dada a informação que possuímos acerca do mundo, podemos afectar ao consequente o valor de verdade falso (na terminologia de Veltman, diríamos que o consequente é falso "on the basis of the available evidence"). Temos, então, as duas premissas (i) e (ii)

(i) $p \dashrightarrow q$ ('se chegasse ao céu oração de cão, choveriam ossos')

(ii) $\neg q$ ('não chovem ossos')

e concluímos, de acordo com o esquema inferencial clássico, $\neg p$ ('oração de cão não chega ao céu'). Generalizando, por implicatura conversacional

calculada em função da máxima da quantidade, obtemos 'nem todas as orações chegam ao céu'. Esta é a informação pertinente veiculada pelo provérbio, a asserção que através dele se quer pôr em relevo e que constitui a sua interpretação-padrão.¹²²

1.2. 2. Construções com um nexó implícito de condicionalidade

1.2.2.1. Frases elípticas

Cara de mel, coração de fel

Patrão fora, dia santo na loja

Longe da vista, longe do coração

Sintacticamente, o antecedente e o conseqüente são SN's justapostos, assindeticamente articulados; semanticamente, há entre eles um nexó de implicação: 'ter cara de mel implica ter coração de fel' ou 'se /quando x tem cara de mel, então x tem coração de fel'; 'se /quando o patrão está fora, é dia santo na loja', 'longe da vista implica longe do coração' ou 'se /quando x está longe da vista, x está longe do coração'.

Uma vez mais, estamos perante construções que podem ser semanticamente representadas por condicionais genéricas, dado que se estabelece uma implicação entre situações-tipo. Atribuímos a estas construções um valor factual, dado que se trata de generalizações construídas ou abstraídas a partir da verificação de uma co-ocorrência regular de situações episódicas.

¹²² Para Veltman, casos como este só podem ser analisados se se invocar a violação de uma máxima conversacional (neste caso, a máxima da qualidade), e a sua justificação discursiva passa pela necessidade de se enfatizar a falsidade do antecedente. Diferente é a explicação avançada por van der Auwera: defendendo que as construções 'Se p, então q' significam que p é uma condição suficiente para q, sendo este uma condição necessária para p, o autor dirá que nas contrafactuais a evidência epistémica da falsidade do conseqüente acarreta automaticamente a falsidade do antecedente: o antecedente será entendido como falso, porque uma das suas condições necessárias o é.

1.2.2.2. Construções introduzidas por relativas sem antecedente

Quem vai ao ar perde o lugar

São admissíveis as paráfrases: 'ir ao ar implica perder o lugar', 'se vais ao ar, perdes o lugar', 'se /quando /sempre que x vai ao ar, x perde o lugar'. Ir ao ar é, pois, interpretado como uma condição suficiente para se perder o lugar; há uma relação de implicação orientada entre antecedente e consequente, e a asserção tem um carácter constativo, ou, dito de outro modo, apresenta um elevado grau de factualidade, porque resulta de uma generalização empírica. Note-se que o pronome relativo quem traduz um indivíduo indeterminado, tal como o tu do exemplo 1.1.1., podendo ser interpretado como uma variável universalmente quantificada no domínio dos seres humanos.

1.2.2.3. Frase imperativa seguida de declarativa com o verbo no futuro do indicativo

Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és

Trata-se também de um tipo de construção que tem subjacente umnexo condicional: 'se me disseres com quem andas, dir-te-ei quem és'. Uma vez que as formas dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa perdem, no contexto proverbial, o estatuto de deícticos, designando qualquer potencial loquente, estas construções configuram também condicionais genéricas. O antecedente é uma vez mais interpretado como condição suficiente para a ocorrência do consequente. No entanto, provérbios deste tipo não têm o estatuto constativo e factual que apresentavam as construções anteriores. Com efeito, na paráfrase proposta, não é irrelevante o facto de termos optado por uma forma verbal no futuro do conjuntivo, no antecedente, e por uma forma de futuro do indicativo, no consequente. O modo conjuntivo, nas orações condicionais, viabiliza a descrição de um estado de coisas hipotético, cujo valor de verdade é totalmente indeterminado; também o futuro do indicativo

comporta, em português, um valor modal de não factualidade. Assim, este provérbio aproxima-se preferencialmente do exemplo comentado em 1.1.2.¹²³

1.2.2.4. Onde p , q

Onde há fumo, há fogo

Provérbios deste tipo concretizam discursivamente a fórmula 'onde quer que p , aí q ', estas construções condicionais genéricas têm subjacente um nexó condicional de implicação: 'se/quando há fumo em l , há fogo em l '

Talvez estejamos perante um caso peculiar de construção condicional. De facto, uma paráfrase a nosso ver perfeitamente aceitável deste provérbio seria:

(a) Não pode haver fumo em l e não haver fogo em l

Se se admitir esta paráfrase, o antecedente está a ser interpretado como condição suficiente do conseqüente, e este, por sua vez, é interpretado como condição necessária do antecedente. Este tipo de relação pode ainda ser expresso através dos modais *dever* e *ter de*:

(b) Se há fumo em l , então tem de/deve haver fogo em l

Estaríamos, neste caso, perante uma asserção condicional passível de ser analisada à luz da implicação material: $p \rightarrow q = \neg(p \ \& \ \neg q)$, ou seja,

(c) Onde há fumo, há fogo = Não é verdade que haja fumo em l e não haja fogo em l

¹²³ Embora não faça parte do nosso *corpus*, o provérbio "Fia-te na Virgem e não corras, e verás o tombo que levas" (muitas vezes só parcialmente citado- "Fia-te na Virgem e não corras...") manifesta uma outra forma de exprimir, em português, a relação condicional 'se... então': frase imperativa seguida de frase afirmativa (iniciada por *e* ou *que*) com o verbo no futuro (ou presente) do indicativo.

Construções como esta apresentam uma grande afinidade com asserções de carácter absoluto, daí a sua natureza marcadamente constativa e factual. São construções onde se torna praticamente irrelevante a relação temporal entre antecedente e conseqüente, dado que interessa apenas acentuar o nexó implicativo que os correlaciona; prova de que se subalterniza a relação temporal é o facto de, no conseqüente, as formas de futuro sem valor temporal poderem comutar livremente com as de presente, embora o presente atemporal seja a forma verbal privilegiada.

1.2.2.5. Quando p , q

Quando uma porta se fecha, outra se abre

Trata-se de um quando atemporal, comutável com *se/sempe* que. Quando não especifica um estado de coisas numa base temporal, mas apenas define um conjunto de casos em que o conseqüente (a oração principal) é verdadeiro. O provérbio traduz uma correlação fixa entre situações-tipo, sendo a situação expressa pelo antecedente uma condição suficiente para a ocorrência da situação expressa pelo conseqüente.

1.2.3. Construções concessivas condicionais

Ainda que o galo não cante, a manhã sempre rompe

Por velho que seja o barco, sempre passa o vau

Nestas construções, o valor condicional encontra-se aliado a um valor concessivo. Relativamente ao primeiro provérbio, uma paráfrase interpretativa aceitável seria 'Normalmente, quando/sempe que a manhã rompe, o galo canta; poder-se-ia supor que se o galo não cantasse, a manhã não romperia; mas quer o galo cante, quer não cante, a manhã rompe sempre'. O provérbio cancela ou anula a suposição 'se o galo não cantar, a manhã não rompe'.

O nexó condicional subjacente é evidenciado por uma paráfrase do tipo 'se p , q e se $\neg p$, q ', equivalente a 'quer p , quer $\neg p$, q ' (cf. König, 1986). Com estas construções, nega-se uma conexão causal entre antecedente e consequente; deve salientar-se que, ao contrário do que acontece com as condicionais simples, nas condicionais concessivas o consequente é relacionado com um conjunto de condições potenciais alternativas (que podem ser especificadas através dos conectores de disjunção 'quer... quer'). O consequente é sempre verdadeiro, seja qual for a condição que se venha a verificar. Estamos perante uma propriedade semântica das construções concessivas condicionais que as distingue das puras condicionais: estas não implicam nem a verdade do antecedente, nem a verdade do consequente; aquelas implicam a verdade do consequente, no sentido de que o consequente é sempre verdadeiro: "Concessive conditionals (...) typically entail their consequent" (König, 1986:231).

Convém referir que conectores como 'ainda que' ou 'mesmo que/se' desencadeiam implicaturas convencionais (Karttunen e Peters, 1979) que podem ser descritas do seguinte modo: o estado de coisas descrito no constituinte focalizado pelos referidos conectores é o menos provável, ou o mais inesperado, num dado contexto. Este aspecto é claramente ilustrado pelo provérbio em apreço- o galo não cantar de manhã é uma situação anormal, porque se pressupõe que 'quando a manhã rompe, normalmente o galo canta'.

No segundo provérbio, temos ainda uma condicional concessiva: neste caso, o conjunto de condições aberto pelo antecedente prende-se com o facto de nele se expressar uma propriedade que é graduável, numa escala contínua de valores; o provérbio constitui como que um repto, segundo o qual o valor de verdade do consequente se mantém constante, *caeteris paribus*, seja qual for o valor, numa ordenação escalar crescente, que se atribuir à propriedade expressa no antecedente; mesmo se se considerar o grau extremo de velhice, não se invalida a verdade do consequente, pois 'o barco sempre passa o vau'. Por outro lado, o provérbio implica convencionalmente que a condição expressa no

antecedente é normalmente considerada incompatível com a situação descrita no conseqüente: 'se um barco é muito velho, não passa o vau'.¹²⁴

Outro traço invocado por Konig para distinguir as concessivas condicionais das condicionais é o facto de aquelas excluírem a 'perfeição condicional', expressão proposta por Geis e Zwick para designar a inferência $\neg p \rightarrow \neg q$, geralmente desencadeada pelas construções condicionais típicas das línguas naturais.¹²⁵ A inadmissibilidade deste esquema inferencial nas concessivas condicionais justifica-se facilmente, se tivermos em consideração que a verdade do conseqüente se mantém para toda uma série de antecedentes.

A ocorrência do modo conjuntivo no antecedente- modo praticamente exclusivo das concessivas em português, na sua forma típica de anteposição- pode interpretar-se, nas palavras de O. Lopes, como "a marca de uma potencialidade de casos (mundos possíveis), (...) que constituem o domínio de uma função constante cujo valor (...) é uma asserção; ou, noutros termos, como o sinal de que a asserção principal não depende de todo o conjunto de casos (mundos) considerados, ou não depende de um caso extremo desse conjunto e que se esperaria afectar tal asserção"(1986:552).

Continuamos perante asserções genéricas, já que tanto no antecedente como no conseqüente as entidades envolvidas na denotação dos SN's são indeterminadas, sendo também indeterminada a localização temporo-espacial.

1.2.4. Injunções condicionais

Se fores a Roma, faz-te romano

Se queres conhecer o teu corpo, abre um porco

Muito frequentes no nosso *corpus*, estas construções não podem já considerar-se asserções condicionais, mas injunções condicionais ou restritas.

¹²⁴ Konig descreve do seguinte modo esta implicatura: 'even though p, q' implies 'if p, then normally $\neg q$ ' (1986:233).

¹²⁵ Esta inferência foi explicada por Ducrot (1972) em termos de implicatura conversacional, calculada em função da máxima da quantidade.

Nestes casos, a oração condicional introduzida por *se* especifica as condições que devem presidir ao cumprimento da injunção expressa através da frase imperativa; por outras palavras, a oração condicional restringe a validade da injunção, ou as suas condições de aplicabilidade: só *se* deve actuar da forma prescrita nas situações descritas pela oração condicional.

Os exemplos apresentados dão conta dos dois tipos de injunções condicionais atestados no *corpus*. No primeiro caso, a paráfrase interpretativa mais adequada será: 'sempre que *se* verificar uma situação episódica que realize a situação-tipo expressa pela oração condicional, deve ser cumprida a injunção traduzida pela frase imperativa ('*se/sem*pre que *p*, !*q*')'; no segundo caso, o antecedente expressa uma volição, lexicalmente marcada pelo verbo *querer*: *se* o interlocutor pretende atingir um determinado objectivo, deve realizar a acção expressa pelo verbo no imperativo ('*se* *se* quer *p*, !*q*'). Os provérbios que integram este segundo grupo admitem uma paráfrase do tipo '*para p*, !*q*'.¹²⁶

Julgamos ter percorrido todos os tipos de provérbios que no nosso *corpus* expressam, de forma explícita ou implícita, umnexo de condicionalidade. Apontaremos como denominador comum o facto de todas elas traduzirem condicionais genéricas; na verdade, tanto o antecedente como o conseqüente descrevem situações-tipo, ou seja estados de coisas que comportam elementos indeterminados, não específicos, quer no plano dos indivíduos, quer no plano da localização temporo-espacial. Pondo de parte o uso retórico das condicionais contrafactuais, detectámos essencialmente duas interpretações possíveis das condicionais genéricas, interpretações de algum modo

¹²⁶ O provérbio 'Não deites fogo à casa para matares os ratos', que discursivamente ilustra a fórmula '*para p*, !*q*', é ainda, a nosso ver, uma injunção condicional; tal provérbio admite a paráfrase condicional '*se* queres matar os ratos, não deites fogo à casa': a oração introduzida por '*para*', tradicionalmente classificada como final, exprime um propósito que corresponde ao objecto de uma volição condicional.

Mais problemático é o caso de provérbios como '*Vão-se* os anéis (e) fiquem os dedos' ou '*Morra* Marta, *morra* farta': *se* aqui os mencionamos, é porque pensamos que há ainda umnexo de condicionalidade nestas construções: com efeito, interpretamos o significado destes provérbios do seguinte modo: '*Vão-se* os anéis, desde que fiquem os dedos', ou ainda '*se* ficarem os dedos, que *se* vão os anéis'.

diferenciadas em função dos tempos e modos verbais que nelas ocorrem. No primeiro caso, marcado por um elevado grau de factualidade, só se admitem formas do indicativo e o enunciado pode ser semanticamente representado através de uma quantificação sobre 'casos', ou 'eventos':¹²⁷ sempre que se verifica o antecedente p, verifica-se o conseqüente q. Construções destas mobilizam pressuposições pragmáticas acerca da contingência do antecedente: porque sabemos que diversas ocorrências da situação expressa pelo antecedente conduziram regularmente ao resultado expresso pelo conseqüente, ou co-ocorreram regularmente com a situação expressa pelo conseqüente, operamos uma generalização empírica.

No segundo caso, o valor hipotético é elevado, dado o carácter totalmente indeterminado do antecedente. Não sabemos se o antecedente é verdadeiro ou falso, mas afirmamos que, se ele se verificar, verificar-se-á normalmente o conseqüente. É aqui que surge preferencialmente o futuro do conjuntivo, no antecedente, e o futuro do indicativo, no conseqüente. Estas construções constituem um utensílio privilegiado para o raciocínio acerca de situações alternativas, baseado em informação incompleta.

Com as asserções concessivas condicionais, o que se pretende sublinhar é que a verdade do conseqüente não depende do conjunto de condições abertas pelo antecedente; o conseqüente é sempre verdadeiro, mesmo que se verifiquem condições que supostamente o poderiam afectar ou invalidar.

Nas construções directivas condicionais, explicitam-se as ocasiões que devem presidir ao cumprimento da injunção ou as razões que justificam essa mesma injunção (nomeadamente, os objectivos que o cumprimento da injunção permite atingir).

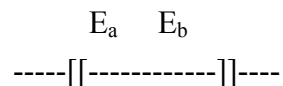
¹²⁷ Recorde-se que utilizamos o termo 'caso' na acepção definida por Lewis (1975).

2. CONEXÕES TEMPORAIS

2.1. Simultaneidade ou inclusão

Quando a galinha dorme, a raposa vela
Enquanto disputam os cães, come o lobo a ovelha

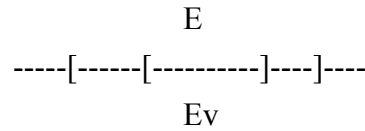
Nestes provérbios, os conectores quando e enquanto estabelecem uma correlação temporal de simultaneidade entre duas situações-tipo (note-se que quando é comutável por enquanto). No primeiro caso, descrevem-se dois estados temporalmente sobrepostos, ou co-extensivos:



No segundo caso, o advérbio temporal enquanto, combinado com o presente, actua sobre o valor aspectual intrínseco do predicado 'disputar'-predicado de actividade- dando origem à expressão de um estado progressivo, onde a actividade é descrita no seu desenrolar;¹²⁸ 'comer a ovelha' é um predicado de processo consumado; no entanto, é o processo preparatório do evento que está a ser descrito no seu decurso, dado que o predicado está sob a influência do advérbio temporal 'enquanto' e se encontra no presente com um valor progressivo. Assim, o provérbio estabelece uma relação temporal de sobreposição entre dois estados, pelo que teríamos uma representação diagramática idêntica à anterior.

Uma outra interpretação possível do segundo provérbio passa por uma relação temporal de inclusão entre as situações descritas: 'come a ovelha' pode englobar o ponto de culminação do evento, e este evento aparece então situado no interior do estado descrito por 'enquanto disputam os cães'. Diagramaticamente, teríamos:

¹²⁸ Retomamos aqui os conceitos e a terminologia adoptados no capítulo 2, largamente tributários da reflexão de Moens e Steedman sobre categorias temporais e aspectuais.



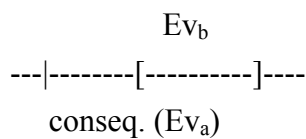
Talvez esta interpretação permita entender melhor o nexos causal que por inferência associamos ao provérbio; de facto, se o evento pode ocorrer no interior do intervalo de tempo ocupado pelo estado de disputa, isso leva-nos a concluir que tal estado viabiliza a consumação do evento.

Uma vez que se trata da expressão de uma correlação entre situações-tipo, infere-se, pragmaticamente, um efeito de iteração: ao longo do eixo temporal, no passado, no presente e no futuro, as situações episódicas que realizam as situações-tipo descritas estão temporalmente ordenadas segundo a relação de simultaneidade ou de inclusão descrita.

2.2. Anterioridade ou posterioridade

Feitas as vindimas, guardam-se os cestos
 Depois do mal feito, todos o tinham previsto
 Queimada a casa, acode a água
 Casa roubada, trancas à porta

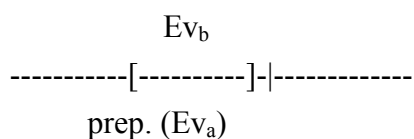
Para além do conector adverbial depois de, que explicitamente marca uma sequência, encontramos vários provérbios no *corpus* onde as orações participiais desempenham uma função de ordenação temporal. As orações participiais descrevem o estado conseqüente de um evento que teve um ponto de culminação; a oração principal descreve uma situação que ocorre no interior do intervalo de tempo ocupado pelo estado descrito na oração participial:



No entanto, os predicados das orações participiais denotam processos consumados, e é relativamente a esses eventos que se estabelece a sequencialidade: depois do evento a segue-se sempre o evento b. O provérbio põe, assim, em relevo a constância de um certo tipo de regularidade temporal.

Relativamente ao primeiro provérbio desta série, parece-nos que a descrição da sequência normal dos estados de coisas no mundo funciona indirectamente como um conselho no sentido de não se alterar a ordem natural das coisas.

Um outro aspecto que interessa sublinhar, nomeadamente no que toca aos dois últimos provérbios desta série, é o tipo de relação entre o evento a e o evento b: de facto, 'pôr trancas à porta' teria podido evitar a culminação do processo 'roubar a casa'; do mesmo modo, bloquear-se-ia a culminação do evento 'queimar a casa' se o evento 'acudir a água' tivesse ocorrido durante a fase preparatória do primeiro.



Assim, estes provérbios expressam regularidades no plano da ordenação temporal de situações; em certos casos, o nosso conhecimento do mundo é activado no sentido de permitir a construção de inferências do tipo 'se ages fora do momento certo nada resolves' ou 'agir fora do momento certo é inútil'.

A mesma correlação temporal pode ser expressa por provérbios que sintacticamente são frases nominais bimembres:

Rio passado, santo esquecido
 Sol posto, obreiro solto
 Filhos casados, trabalhos dobrados

A ordenação temporal das situações é expressa pela simples disposição linear dos dois membros frásicos. Nestes casos, expressa-se concomitantemente uma relação de causa-efeito entre as duas situações.

3. CONEXÕES COMPARATIVAS

Entramos agora num domínio pouco explorado e complexo, onde as correlações semânticas interproposicionais se constroem em torno do conceito algo impreciso de 'comparação'. Tradicionalmente, têm sido consideradas como construções comparativas paradigmáticas aquelas que envolvem um 'confronto' entre indivíduos ou situações que partilham uma propriedade, propriedade essa que é graduável. Pressupõe-se uma afectação prévia de valores aos indivíduos ou às situações, dentro da escala predicativa graduável, e o estabelecimento subsequente de relações de ordem entre os valores, relações que podem traduzidas pelos sinais =, <, >. Reservaremos para estas construções a designação de 'comparativas de graduação'.

No entanto, julgamos que as conexões comparativas das línguas naturais não se esgotam no molde que acabámos de referir. Na verdade, é frequente encontrarmos construções que traduzem uma semelhança entre objectos ou situações, semelhança que se fundamenta numa comparação prévia e na constatação de que há propriedades idênticas entre eles, independentemente dos valores que possam assumir numa escala. São, pois, construções comparativas que não envolvem graduação, e que podem ser expressas a) por predicados comparativos intraproposicionais, do tipo 'assemelhar-se', 'ser como', 'ser igual'; b) por conectores comparativos interproposicionais, nomeadamente 'como', 'como... assim'.

Nos parágrafos seguintes, tentaremos analisar os diferentes tipos de conexões comparativas ilustrados pelo nosso *corpus*.

3.1. Construções comparativas de graduação

Relembramos que numa construção comparativa de graduação há dois objectos (indivíduos, situações) confrontados, em função do seu posicionamento numa escala predicativa graduável. No nosso *corpus*, o

predicado graduável é fundamentalmente expresso por adjetivos e verbos, mas nem sempre aparece explicitado ao nível textual ou discursivo. Um predicado graduável pode sempre ser modificado por advérbios de grau que traduzem uma quantificação relativa numa escala de grandeza contínua. A quantificação que aqui nos interessa é de ordem avaliativa, não numérica.

De acordo com Rivara (1990), diremos que há dois tipos de construções comparativas, de igualdade e de desigualdade. As primeiras asserem a igualdade de duas variáveis de grau por meio de uma estrutura correlativa (pensemos nos morfemas comparativos descontínuos 'tão... como'), e o seu funcionamento semântico pode descrever-se do seguinte modo:

- i) A é p (afecta-se ao objecto A um predicado escalar p com um determinado valor)
- ii) B é p' (afecta-se ao objecto B um predicado escalar p com um determinado valor)
- ii) p=p' (estabelece-se uma relação de igualdade entre os valores)

Nas comparativas de desigualdade, os valores dos predicados escalares afectados aos objectos mantêm entre si uma relação de ordem ($p > p'$, $p < p'$), que é linguisticamente expressa pelos conectores 'mais... (do) que' e 'menos... (do) que'.¹²⁹

3.1.1. Comparativas de desigualdade

3.1.1.1. Conexões preferenciais

Mais vale ruim pai que bom padrasto

Mais vale prevenir que remediar

¹²⁹ Bartsch e Vennemann (1972) propõem, para as construções comparativas com predicados graduáveis, a seguinte representação semântica: $f^M_D(x) = f^M_D(y)$; f^M é uma função de medida que atribui a um objecto (x, y) uma medida de D, sendo D uma propriedade graduável (p.66 e ss).

Antes quebrar que torcer
Antes filho de pobre que escravo de rico
Melhor é pão duro que figo maduro
Pior é ser desagradecido que escasso

Este sub-conjunto das construções comparativas de desigualdade caracteriza-se pelo facto de traduzir uma relação semântica interproposicional onde se alia à comparação uma avaliação de tipo axiológico, ou talvez, de forma mais rigorosa, onde os predicados escalares definem um espaço ordenado de natureza valorativa. Senão, vejamos: 'valer' é um predicado graduável que relaciona duas proposições '(ter) ruim pai' e '(ter) bom padrasto'; estas duas proposições descrevem duas situações-tipo, e o predicado que as correlaciona compara-as, atribuindo a cada uma delas valores distintos e ordenados dentro de uma mesma escala; assim, '(ter) ruim pai' vale x , '(ter) bom padrasto' vale x' , e $x > x'$. 'Valer', neste contexto, tem um significado predominantemente axiológico, pelo que 'valer mais' é parafraseável por 'é preferível' ou 'é melhor'.

Quando o predicado graduável é 'bom' ou 'mau', estamos perante uma grandeza escalar antónimica bipolar, viabilizando os adjectivos referidos uma avaliação no plano axiológico.¹³⁰ Julgamos que esta avaliação comporta também um valor prescritivo, comendatório, no caso de 'bom', ou condenatório, no caso de 'mau'; na realidade, afirmar que A é melhor que B é também sugerir indirectamente que, num contexto de escolha, se deve seleccionar A em detrimento de B. Esta vertente prescritiva é tanto mais saliente quanto mais consensual for o juízo valorativo; ora os provérbios, justamente porque são atribuíveis a um enunciador colectivo, garantem essa consensualidade judicativa, fundamentando a razão da escolha num juízo estabilizado na comunidade.

'Antes' também funciona nestes contextos como predicado interproposicional comparativo, parafraseável por 'mais vale', 'é melhor'. Também aqui encontramos uma vertente directiva, já que, indirectamente, se

¹³⁰ Consideramos avaliativos os adjectivos em cuja semântica a noção de valor de acordo com uma regra ou norma está presente. Para uma discussão exaustiva do significado avaliativo, cf. Lima (1989).

solicita ao interlocutor que opte por um determinado comportamento ou por uma dada situação.

Trata-se, em todos os casos, de comparações preferenciais genéricas, uma vez que as situações descritas são sempre situações-tipo. Através destes provérbios, fixam-se, pois, os padrões axiológicos da comunidade, e, indirectamente, prescreve-se a opção que deve ser seleccionada.

3.1.1. 2. Outras conexões comparativas de desigualdade

É mais fácil dizer que fazer

É mais difícil guardar uma mulher que um saco de pulgas

Uma vez mais, estamos perante uma comparação entre duas proposições, comparação essa que se estabelece no interior de uma escala bipolar, balizada pelos adjectivos antonímicos 'fácil'/'difícil'.

O segundo provérbio deste grupo é particularmente interessante. O 'objecto' seleccionado como ponto de referência da comparação (neste caso, o objecto é uma situação-tipo) comporta, por associação estabilizada na comunidade, uma propriedade em grau extremamente elevado; com efeito, dado o nosso conhecimento do mundo, admitimos à partida que 'guardar um saco de pulgas' é bastante difícil; a simples comparação de igualdade constituiria, por si só, um processo de ênfase da propriedade atribuída ao objecto comparado. A comparação de superioridade produz obviamente um efeito ainda mais amplificador: se 'guardar uma mulher' supera em grau de dificuldade 'guardar um saco de pulgas', situação já de si tipicamente marcada por um grau saliente de dificuldade, então isso significa que o comparado ocupa na escala um pólo máximo ou extremo de intensidade. Deste modo, valoriza-se enfaticamente o objecto comparado, superlativando uma sua propriedade.¹³¹

¹³¹ A análise aqui proposta é tributária da reflexão desenvolvida por Fonseca (1985) em torno de um tipo particular de comparação enfática, que o autor designa pela expressão 'comparação emblemática'.

3.1.2. Comparativas de igualdade

Tão ladrão é o que vai à vinha como o que fica à espreita

Encontramos aqui os conectores típicos das comparativas de igualdade, 'tão... como'. O predicado graduável é 'ladrão' e o provérbio estabelece uma relação de igualdade entre o grau de ladroíce daquele que vai à vinha e o daquele que fica à espreita. Por inferência, deduz-se que é tão faltoso ou condenável o que age como aquele que é cúmplice dessa acção. Esta inferência é autorizada pelo traço avaliativo negativo que o significado estereotípico de 'ladrão' inegavelmente comporta, na socio-semântica da comunidade.

3.2. Construções comparativas sem predicado graduável explícito

Começamos por analisar provérbios onde ocorrem os conectores 'tal... tal', 'qual... tal':

Tal pai, tal filho

Qual é o cão, tal é o dono

O que distingue estas construções das anteriores é o facto de não aparecer explicitada a escala em função da qual se estabelece a comparação ou se 'medem' os respectivos valores. Não há, de facto, um predicado graduável explícito que especifique a dimensão ou propriedade em torno da qual gira o confronto. Assim, pressupõe-se que os objectos comparados possuem um conjunto de propriedades idênticas, sendo esse conjunto indeterminado. Do ponto de vista interpretativo, o provérbio parece sintetizar uma conclusão formulada em termos genéricos a partir de um conjunto de premissas pressupostas, do tipo:

O filho é tão P como o pai (é P)
O filho é tão P ' como o pai (é P ')

Eliminando os morfemas descontínuos típicos da comparação de igualdade ('tão... como'), o elemento verbal 'ser' e os diversos adjectivos (P, P ', etc.) que traduzem as propriedades escalares que supostamente presidem à comparação, obtemos uma realização discursiva diferente da mesma estrutura semântica: estabelece-se uma relação comparativa entre objectos, relação essa que traduz semelhança ou igualdade parcial e assimétrica relativamente a um conjunto de propriedades não especificadas. O carácter indeterminado da comparação confere ao provérbio um potencial de adequação contextual extremamente elevado; em cada situação concreta de utilização, especificar-se-á referencialmente o valor indeterminado de 'tal', que parece, assim, funcionar como uma espécie de pro-adjectivo, susceptível de subsumir um feixe aberto de propriedades.

Julgamos ainda que estes provérbios, ao asserirem uma relação comparativa genérica, viabilizam o desencadeamento, no processo interpretativo, de uma inferência de tipo condicional: 'se /quando o pai é assim, o filho é assim'.

Vejamos agora outros conectores comparativos interproposicionais presentes no *corpus*: nomeadamente 'como' e 'como... assim':

Responde o frade como canta o abade
Como semeares, assim colherás
Como me tangerem, assim bailarei

Nestes provérbios, estabelece-se uma relação comparativa entre circunstâncias de maneira ou de modo. Os verbos que ocorrem nestes provérbios admitem uma posição valencial com função semântica ou caso de modo, que pode ser preenchida por advérbios de modo ou pelo deíctico anafórico 'assim': 'cantar de certa maneira/ bem/mal/docemente/assim', bailar

de certa maneira'. A não especificação, na estrutura de superfície, do advérbio de modo que preencheria tal função semântica abre a possibilidade de interpretações múltiplas. Como afirma Mack, "by using an elliptical form of simile (...) a speaker can mean several things at once; he is less explicit but more allusive. (...) Deletion enhances the power of the hearer; as the speaker is less explicit, the hearer must be more active"(1975: 242). Assim, dado que a circunstância de maneira não está verbalizada, e tendo em conta que ao nível semântico se expressa uma correlação de identidade ou semelhança entre modos de realização dos processos descritos pelos verbos,¹³² podemos considerar que estas construções autorizam inferências de tipo condicional:

Se o abade canta alto/baixo/X, o frade responde alto/baixo/X
Se me tangeres bem/mal, bailarei bem/mal

Estes provérbios funcionam, pois, como instruções genéricas com força preditiva, e revelam, tal como os anteriores, um elevado potencial de adequação e relevância contextuais, em virtude do carácter indeterminado das circunstâncias de maneira correlacionadas.

Note-se que 'como' e 'conforme' são plenamente comutáveis em todos os provérbios desta série:

Responde o frade conforme canta o abade
Conforme semeares, assim colherás
Conforme me tangerem, assim bailarei

A conjunção 'conforme', designada por conjunção 'conformativa' na nomenclatura gramatical brasileira (cf. Cunha e Cintra, 1984:604), expressa justamente uma relação comparativa que traduz semelhança ou identidade de circunstâncias de modo.

¹³² No último provérbio desta série, já não é só uma relação de identidade ou semelhança de circunstâncias de maneira que se expressa, é também uma relação funcional: o que o provérbio diz é que certa maneira de bailar depende funcionalmente de certa maneira de tanger. Cf. Lopes (1990).

3.3. Construções comparativas condicionais

Quanto mais apartado, mais desejado

Quanto maior é a nau, maior é a tormenta

Nestes provérbios, expressa-se uma correlação proporcional entre duas ordens de grandeza: a variação gradual da distância a que se encontra um objecto implica idêntica variação do desejo relativamente ao mesmo objecto, bem como a variação gradual do tamanho da nau implica idêntica variação da intensidade da tormenta.

3.4. Construções equativas que desencadeiam uma interpretação comparativa

Embora as construções que nos propomos comentar neste parágrafo se afastem decisivamente das correlações comparativas interproposicionais que constituem o objecto central da nossa análise, não queremos deixar de as mencionar aqui, num pequeno excurso que nos permitirá clarificar as fronteiras entre a estrutura semântica e o funcionamento pragmático do texto proverbial.

O *corpus* apresenta-nos alguns exemplos de construções equativas que são interpretadas como tendo subjacente um nexos comparativo:

Pedir a avarento é cavar no mar

Mulher viúva é barco sem leme

Estes provérbios podem ser considerados como metáforas *in praesentia*, metáforas do tipo 'A é B'. Uma das formas mais aliciantes, e também mais simplistas, de explicar o funcionamento deste tipo de enunciados metafóricos consiste em atribuí-lhes uma representação semântica de tipo comparativo. Por outras palavras, uma metáfora seria, do ponto de vista semântico, um enunciado comparativo elidido. Nas versões fortes desta tese, é possível

reconstituir de forma saturada a comparação subjacente, seleccionando um traço semântico implicado por inerência ou por associação cultural em B, traço esse que passa a funcionar como propriedade sobre a qual se centra o confronto. A título de exemplo, o enunciado "Pedro é um leão" seria equivalente a "Pedro é (tão) corajoso como um leão". No entanto, nem sempre é fácil (ou sequer possível) explicitar a propriedade que subjaz à suposta comparação elidida, nem tão pouco se pode afirmar que tal propriedade é sempre um traço definitório ou típico do significado da expressão B. No enunciado "A Maria é uma rocha", são múltiplas as propriedades que poderiam ser invocadas como suporte de uma eventual comparação subjacente, e torna-se problemático afirmar que todas elas são traços inerentes ou típicos do objecto 'comparante'. Vejamos algumas dessas propriedades:

A Maria é (tão) dura como uma rocha (é dura)

forte

resistente

fria

insensível

Como afirma Dijk, "The choice of typical criteria for the similarity function is pragmatically determined on the basis of cultural knowledge and beliefs"(1975:191).

Por outro lado, reduzir um enunciado metafórico a uma comparação saturada é fechar a possibilidade da construção interpretativa de analogias subjectivas de ordem diversa, o que equivale a uma limitação drástica do potencial cognitivo da metáfora.

Uma versão enfraquecida da tese comparativa parece susceptível de superar as fragilidades apontadas. Com efeito, se a representação semântica de um enunciado metafórico do tipo 'A é B' for uma comparação não saturada, isto é, uma comparação aberta - 'A é como B' -, o carácter aberto e produtivo da metáfora mantém-se, contornando-se assim o debate sobre a natureza e o critério de selecção do traço semântico que preside à comparação. Todavia, também esta versão não está isenta de críticas. Se o valor semântico dos enunciados (a) e (b)

- (a) O Pedro é um leão
- (b) O Pedro é como um leão

fosse idêntico, ambos teriam as mesmas pressuposições; no entanto, tal não se verifica, uma vez que (b) pressupõe (c)'Pedro não é um leão' (pressuposição que se mantém intacta quando (b) é negado), o que obviamente não acontece com (a).

Um enunciado comparativo como (b) asseve uma certa semelhança (real ou subjectiva) entre os termos comparados. Um enunciado como (a) estabelece uma relação de pertença do indivíduo a uma espécie.

Diremos, então, que um enunciado metafórico do tipo 'A é B' tem unicamente um significado, o seu significado literal não comparativo. Ao assumirmos esta posição, colocamo-nos na esteira daqueles que situam a resolução da metáfora no domínio pragmático. As metáforas, segundo Davidson, "mean what the words in their most literal interpretation mean, and nothing more"(1980:238). Também Searle(1979) considera que as palavras e as frases têm apenas um significado, o seu significado literal, pelo que não é pertinente dizer-se que a comparação faz parte do significado (logo, das condições de verdade) de um enunciado susceptível de uma leitura metafórica. Como explicar então o recurso à paráfrase comparativa tão frequente na explicação das metáforas? Julgamos que o recurso à comparação é uma etapa no processo de interpretação e compreensão do texto; trata-se de um recurso estratégico, que nos vai permitir interpretar cabalmente o texto, pelo cálculo de um nível indirecto de significação (cf. Kleiber,1984). Concretizemos através da análise do provérbio

Pedir a avarento é cavar no mar

Por evidência epistémica, este enunciado equativo é falso, tanto para o locutor, como para o interlocutor. Ao enunciar o que sabe ser falso, o locutor viola a máxima conversacional da qualidade; no quadro da vigência do Princípio da Cooperação, o ouvinte considera que tal violação indica uma intenção comunicativa suplementar, e tenta reconstruir o conteúdo dessa

intenção. É justamente aqui que intervêm os processos analógicos, peça fulcral da estratégia que o interlocutor desenvolve para apreender a implicatura conversacional. Assim, o interlocutor supõe que o falante, através do seu enunciado equativo, pretende aproximar dois objectos, duas situações, pela atribuição à situação 'pedir a avarento' de algum traço (ou traços), de alguma propriedade característica da situação 'cavar no mar'. O provérbio admitirá, por conseguinte, a paráfrase interpretativa:

Pedir a avarento é como cavar no mar

A construção equativa passa a ser lida ou interpretada como expressão de uma analogia entre A e B. Dado que sabemos que 'cavar no mar' é uma tarefa inútil e votada ao malogro (pois não é no mar que se cava), o estabelecimento da analogia permite-nos concluir, por inferência, que 'pedir a avarento' é igualmente inútil. É esta conclusão que o provérbio visa realçar. Repare-se que o recurso a uma estratégia de comparação é o único modo de preservar simultaneamente a exigência de traços idênticos comuns, postulada por uma frase equativa, e a certeza da não-identidade entre os objectos comparados, apoiada no nosso conhecimento do mundo.

Encontramos ainda no nosso *corpus* um outro tipo de enunciados metafóricos que passamos a exemplificar:

Amigo remendado, café requentado
Vida sem amigo, morte sem testigo
Mulher sem marido, barco sem leme

Sintacticamente, são frases nominais bimembres, sem copulativo. Visto que em português, o verbo 'ser' é o correspondente semântico-funcional da frase nominal, consideramos perfeitamente equivalentes os enunciados (i) e (ii):

- (i) Amigo remendado, café requentado
- (ii) Amigo remendado é café requentado

Estamos novamente perante enunciados metafóricos equativos que desencadeiam uma interpretação baseada na analogia, em moldes idênticos aos que atrás referimos.

3.5. Comparações condensadas

Antes de concluirmos este parágrafo consagrado à análise das correlações comparativas atestadas no nosso *corpus*, gostaríamos de fazer uma breve alusão a comparações 'emblemáticas', enfáticas ou superlativantes, que ocorrem em provérbios do tipo

Cara de mel, coração de fel
Cara de beato, unhas de gato

Estamos perante uma solução formal peculiar do processo comparativo emblemático, já comentada por Fonseca (1985). Esta solução caracteriza-se pela economia (discursiva) de todos os termos da fórmula comparativa de base - B é tão P como R-, à excepção de B e R, ligados aqui não por elemento verbal mas pelo relator de. Nos dois sintagmas nominais há um termo de referência R que funciona como filtro na selecção do adjectivo a endossar a B, ao nível do processo comparativo subjacente; tal adjectivo tem de ser um adjectivo que nomeie uma propriedade definitória ou típica de R, como tal reconhecida pelos membros da comunidade:

cara (tão) doce como o mel
coração (tão) amargo como o fel
cara (tão) inofensiva como a de um beato
unhas (tão) agressivas como as de um gato

Como afirma Fonseca, " estabelecer uma 'igualdade' entre B e um termo R marcado por uma propriedade que só a ele convém em intensidade

extremamente elevada/máxima, equivale necessariamente a endossar a B esse mesmo grau de intensidade"(1985: 234-235). Enfatiza-se, assim, o objecto comparado, amplificando uma sua propriedade. É claro que, nos provérbios em apreço, o que é de facto relevante é a oposição entre o 'exterior' e o 'interior', a 'aparência' e a 'essência'. De qualquer modo, as comparações emblemáticas contribuem para realçar o contraste entre a face exterior e o verdadeira natureza dos indivíduos, porque, de forma cristalizada, põem em jogo propriedades bipolares.

Nestes casos, fazer o levantamento dos pontos de referência da comparação é também lançar alguma luz sobre o fundo cultural da comunidade.

3.6. Estruturas de coordenação com um valor comparativo

Finalmente, queremos assinalar que há no *corpus* provérbios que sintacticamente ilustram estruturas de coordenação, mas onde a conjunção e alia ao seu valor aditivo específico um valor comparativo:

Vai-se o bem para o bem e as abelhas para o mel

Num enunciado deste tipo, 'e' é equivalente a 'como/bem como/tal como'.

Em jeito de síntese, diremos que o *corpus* ilustra todos os tipos de construções comparativas disponíveis na nossa língua, sendo de realçar, como quantitativamente mais significativas, as correlações preferenciais. Não abrimos um parágrafo específico para as construções com predicados comparativos intraproposicionais ('ser como', 'assemelhar-se'), porque nos pareceu serem pouco significativas no *corpus* proverbial: encontramos apenas um provérbio deste tipo- "As palavras são como as cerejas, atrás duma vêm as outras"; na primeira oração assere-se uma relação de semelhança entre dois conjuntos de objectos, que se fundamenta na existência de pelo menos uma

propriedade partilhada por ambos; a segunda oração explicita essa propriedade, justificando assim a similitude postulada.

Gostaríamos de frisar que numa construção comparativa nunca há uma relação de simetria, uma vez que a relação é sempre orientada, havendo sempre um ponto de referência- um 'comparante'- e um 'comparado'. Como afirma Rivara, "l'objet d'une assertion comparative est (...) d'informer sur le comparé par le moyen de la relation qui le situe par rapport au comparant" (1990: 156). O levantamento dos pontos de referência utilizados nos provérbios pode dar-nos indicações úteis acerca do fundo cultural da comunidade em que os textos circulam. Note-se que no universo paremiológico as comparações são genéricas, dado que nunca se correlacionam situações episódicas; assim sendo, os comparantes correspondem a situações-tipo. Percorrendo os provérbios comparativos do nosso *corpus*, verificamos que os termos de referência de índole mais concreta, ligados à descrição de situações que envolvem objectos e vivências quotidianas (por exemplo, 'figo maduro', 'dinheiro na arca', 'pedaço de burel', 'bom padrasto', 'amigo moleiro', 'parente ou primo'), convivem com outros de índole mais abstracta ('falso prometer', 'ser escasso', 'torcer', 'força', entre outros); tal parece indicar que o sistema de conhecimentos e crenças veiculado pelos provérbios não se confina ao mundo do imediatamente perceptível, sendo muito diversificadas as áreas léxico-semânticas exploradas.

4. CONEXÕES ADVERSATIVAS

Semanticamente, as construções tradicionalmente designadas por 'adversativas' podem ser incluídas no grupo das construções contrastivas, que incluem também as construções 'concessivas'. Tanto as adversativas como as concessivas articulam duas proposições - p mas q, embora p , q - descrevendo q uma situação que contrasta com p ou que nega as expectativas abertas por p.

Curiosamente, não há no *corpus* uma quantidade significativa de construções deste tipo, talvez porque os provérbios, enquanto enunciados genéricos, estão preferencialmente vocacionados para representar as expectativas das pessoas acerca do mundo, as regularidades estruturantes do mundo, e não as quebras de expectativas acerca dessas regularidades.

No *corpus*, os conectores que estabelecem um nexos semântico contrastivo são mas e e. Diga-se, no entanto, que o mesmo nexos interproposicional pode ser expresso sem conectores explícitos, por mera sequencialidade assindética. Vejamos alguns exemplos de provérbios que expressam conexões contrastivas:

Os cães ladram e a caravana passa
A verdade não tem pés e anda
A raposa muda de pele, mas não de manha
Homem reina, mulher governa

Como já foi frisado, construções deste tipo negam expectativas fundadas no que sabemos ou acreditamos ser o curso normal dos acontecimentos. Assim, atentando no primeiro provérbio, a proposição 'a caravana passa' descreve uma situação que de algum modo contraria uma inferência pragmática deduzida a partir de 'os cães ladram':p ('os cães ladram') seria uma condição suficiente para não-q ('a caravana não passa'), e, no entanto, assere-se a conjunção de p e q. Poderíamos interpretar o provérbio dizendo que o facto de os cães ladrarem não constitui razão suficiente para que a caravana não passe, e, deste modo, o

provérbio refutaria uma pressuposição pragmática do tipo 'se os cães ladram, a caravana não passa', correspondente às expectativas vigentes na comunidade.

Também o provérbio "A raposa muda de pele e não de manha" admite uma análise semelhante; ao citá-lo, o locutor implica que 'mudar de pele não implica mudar de manha'(generalizando, concluímos que a mudança exterior não implica uma mudança interior).

Na perspectiva de O. Lopes, a discussão da semântica das frases que contêm orações adversativas ou concessivas é uma introdução ao cálculo de probabilidades a partir da simples constatação de um produto lógico. "Chove mas ele veio" constitui um desenvolvimento da asserção de "chove e ele veio", tendo em vista uma estimativa da (baixa) probabilidade de tal conjunção de dois factos"(1971:239). Uma vez que a informatividade é inversamente proporcional à probabilidade, o morfema contrastivo traduz um acréscimo de informatividade.¹³³

Segundo Ducrot (1980), as construções do tipo 'A mas B' devem ser explicadas no quadro de uma teoria argumentativa. A e B têm duas orientações argumentativas opostas: A sugere uma conclusão *r* e B convida a concluir não-*r*. Este esquema geral admite casos particulares, nomeadamente aquele em que $r = B$, ou seja, aquele em que B nega a conclusão sugerida por A. No provérbio

A verdade não tem pés e anda

temos precisamente uma ilustração paradigmática deste caso: 'a verdade não tem pés' sugere uma conclusão *r* - 'não anda'-, conclusão essa que B infirma, uma vez que B asseve '(a verdade) anda'. Se considerarmos que a conclusão sugerida por A corresponde às expectativas partilhadas pelos falantes, ou seja, às inferências deduzidas a partir de A graças ao nosso conhecimento do mundo, então é possível encontrar pontos de contacto entre a proposta de Ducrot e a de O. Lopes, já que negar uma expectativa equivale a introduzir no processamento cognitivo da informação um facto de baixa probabilidade.

¹³³ Veja-se a este propósito Barros (1986).

Parece-nos que construções contrastivas como as que temos vindo a comentar exigem um tratamento ou uma abordagem semântico-pragmática; os conectores que nelas ocorrem (explícitos ou implícitos) não têm incidência no plano das condições de verdade dos enunciados, mas implicam pragmaticamente que uma das proposições expressas (a proposição introduzida por *mas* ou *e*) contraria as expectativas dos membros da comunidade.

5. CONEXÕES CONSECUTIVAS

Tantas vezes vai a mosca ao leite que lá fica
Tantas vezes vai o cântaro à fonte que lá deixa a asa

Nestes enunciados, a segunda proposição descreve uma situação que é uma consequência da frequência (ou seja, da quantidade de ocorrências) da acção expressa na primeira proposição. A repetição de uma acção aparece, assim, como causa susceptível de produzir um efeito que é negativo, ou não favorável, para o agente dessa mesma acção. A correlação expressa, de causa-consequência, funciona pragmaticamente como uma advertência, depois de processada a generalização que conduz à interpretação-padrão. Essa advertência pressupõe um raciocínio do tipo 'Quem realiza muitas vezes uma mesma acção, acaba por se prejudicar. Logo, debes evitar a fazê-lo'.

6. CONEXÕES FINAIS

Tradicionalmente, consideram-se orações finais as orações que em certas construções de subordinação expressam um propósito, e são introduzidas pelos conectores '*para*', '*para que*', '*a fim de*', '*a fim de que*'.

Parece-nos que as construções finais atestadas no *corpus* são configurações sintácticas peculiares de uma estrutura semântica condicional. Senão, vejamos:

Para ensinar, é preciso saber

Para ir à festa, não há perna manca

A oração que no primeiro provérbio exprime o fim, ou o propósito, pode ser parafraseada por uma condicional genérica do tipo 'se se quer p':

Se se quer ensinar, é preciso saber

A oração subordinante descreve a condição necessária para a realização do propósito expresso pela oração final, correspondendo esse propósito ao objecto de uma volição condicional. A locução modal 'é preciso', com valor deôntico, marca linguisticamente a expressão da condição necessária.

No segundo provérbio, a oração final é parafraseável por 'se /quando se quer ir à festa'; o provérbio diz-no que, sempre que se verifica esta condição, verifica-se a asserção expressa pela subordinante. Uma vez mais, o nexos interproposicional é condicional.

7. CONEXÕES COPULATIVAS

7.1. Em provérbios assertivos

Encontramos no *corpus* vários exemplos de correlações semânticas interproposicionais meramente aditivas, que traduzem apenas conjunção de informação genérica. Nestes provérbios, articulam-se sequencialmente conteúdos proposicionais que semanticamente se caracterizam pelo facto de serem compatíveis, ou seja, a verdade de uma proposição não exclui a verdade da(s) outra(s). Os conectores utilizados são 'e' e 'nem', mas a simples pausa pode traduzir o mesmo nexos semântico. Vejamos alguns exemplos:

Amor com amor se paga e com desdém se apaga
Parir é dor e criar é amor
Não há morte sem pranto nem casamento sem canto
Do homem a praça, da mulher a casa

Assinale-se que não basta invocar a compatibilidade lógica para se caracterizar as conexões copulativas ou aditivas das línguas naturais. Os exemplos mostram-nos que a conexão envolve a) identidade de tópicos frásicos, garantida por processos de co-referência (no primeiro exemplo, a elipse do sujeito da segunda proposição dá origem a uma categoria vazia que é interpretada como termo anafórico de 'amor'); b) activação de esquemas cognitivos em conformidade com o nosso conhecimento do mundo (no segundo provérbio, 'parir' e 'criar' são acções-tipo que envolvem um mesmo objecto- a criança- e que estão sequencialmente ordenadas no tempo). Nos dois últimos provérbios, a conexão semântica resulta também da nossa capacidade de encontrar um 'denominador comum' que cimente a coerência do texto; assim, 'morte' e 'casamento' são ambos eventos salientes no decurso da vida, mantendo entre si uma relação de oposição no plano da avaliação axiológica; 'homem' e 'mulher' são os elementos constitutivos do molde ("frame") 'casal', e simultaneamente funcionam como hipónimos de 'ser humano'.

É sabido que em português, quando se articulam por junção aditiva duas frases que possuem idênticos SV's, se assiste à elipse do segundo SV e à utilização de 'também' na segunda frase. Mas o nosso *corpus* mostra-nos que a coordenação aditiva de frases com predicados idênticos pode assumir outras configurações sintácticas, nomeadamente, a coordenação dos respectivos SN's através do conector 'e':

A mulher e o vinho fazem errar o caminho
A mulher e o peixe no mar são difíceis de agarrar

Estamos perante uma estrutura de conexão copulativa interproposicional, pois podemos parafrasear os provérbios do seguinte modo:

A mulher é difícil de agarrar e o peixe no mar também

7.2. Em provérbios normativos

São significativos, no *corpus*, os provérbios normativos elípticos, que através dos conectores 'nem... nem' articulam, aditivamente, duas injunções negativas:

Nem caldo retardado, nem criado voltado
Nem mulher casada, nem vinha vindimada

Nestes provérbios, o predicado elidido parece ser 'não queiras'; esta elisão contribui para a configuração de uma estrutura paralelística com um ritmo bem cadenciado, e a própria rima interna ('retardado'/'voltado', 'casada'/'vindimada') contribui para instituir um jogo fônico típico do texto formular, facilitando a sua memorização.

8. O CONECTOR DISJUNTIVO *OU*

No *corpus*, o conector disjuntivo ou não aparece explicitamente a conectar proposições, mas aparece com alguma frequência a marcar uma disjunção de propriedades, num predicado complexo:

Mulher formosa, doida ou presunçosa
Homem pequenino, velhaco ou bailarino

Trata-se de um ou exclusivo, já que as propriedades por ele conectadas são apresentadas como alternativas que se excluem mutuamente.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os provérbios que foram apresentados como exemplos paradigmáticos em cada um dos parágrafos anteriores ilustram praticamente todas as estruturas sintáticas do português, em frases plurioracionais. Uma primeira observação que gostaríamos de fazer prende-se com o facto de nos termos confrontado frequentemente, ao longo da análise, com o carácter algo falível da tradicional dicotomia coordenação vs. subordinação. Com efeito, parece-nos necessário problematizar tal dicotomia, já que o mesmo nexos semântico interproposicional pode ser expresso, indiferentemente, por construções de coordenação e de subordinação. Concretizando, tivemos oportunidade de verificar que as orações adversativas e as concessivas têm propriedades semânticas (e até pragmáticas) similares; do mesmo modo, constatámos que o nexos condicional pode ser expresso por estruturas sintáticas muito diversas. Assim, julgamos que é legítimo afirmar que não há uma relação biunívoca entre a correlação semântica interproposicional e a definição categorial do molde sintático em que é expressa.

Quanto às correlações atestadas, diremos, em primeiro lugar, que todas elas articulam proposições que descrevem situações-tipo, situações que comportam elementos indeterminados ao nível dos indivíduos e da localização espaço-temporal, o que significa que os provérbios são sempre enunciados genéricos ou universais. E é justamente porque não referem situações contingentes, episódicas, ancoradas no espaço e no tempo e protagonizadas por indivíduos específicos, que os provérbios têm um elevado potencial informativo. Nos provérbios que admitem uma representação semântica com quantificação universal no domínio dos indivíduos e da localização, o potencial informativo tem uma forte vertente preditiva, pela aplicação do esquema inferencial clássico da instanciação universal sobre um domínio restringido. Os provérbios genéricos condensam regularidades, expressam generalizações abstraídas a partir de uma massa de factos concretos, pela eliminação das dissimilitudes e variações irrelevantes que eles eventualmente comportam, traduzindo assim as expectativas das pessoas acerca do mundo. Descrevendo correlações entre situações-tipo, os provérbios genéricos têm também um

inegável valor preditivo já que o conhecimento da correlação nos permite obter informação acerca de uma situação s' a partir de uma situação s , desde que s e s' , situações reais episódicas, sejam instâncias típicas das situações-tipo S e S' , descritas no enunciado proverbial. Como afirma Meulen, uma correlação entre objectos abstractos- no caso vertente, situações-tipo- determina quais são as situações que constituem opções significativas ("meaningful options") numa dada estrutura de situações e dada uma situação particular s (1986: 132-133). Por outro lado, as correlações que os provérbios genéricos enunciam toleram excepções: classificar uma situação como recalitrante pressupõe a aderência à correlação expressa pelo enunciado genérico e o reconhecimento de que tal situação não se enquadra no 'modelo' geral. Assim, tais provérbios apenas evidenciam a existência de correlações regulares entre situações, não sendo necessário que todas as realizações episódicas das situações-tipo descritas verifiquem a correlação expressa para que o provérbio se possa considerar verdadeiro.

Como corolário do que acima dissemos, podemos concluir que os provérbios veiculam informação persistente, informação que não é invalidada por contra-exemplos ou casos recalitrantes. Podemos ainda concluir que os enunciados genéricos não descrevem apenas propriedades típicas de uma espécie; descrevem também diversos tipos de conexões entre situações-tipo, nomeadamente conexões causais, condicionais, temporais, comparativas, contrastivas, consecutivas, finais e aditivas.

A correlação interproposicional mais significativa, no *corpus*, é, sem dúvida, a correlação condicional. Para além das construções condicionais típicas, introduzidas pela conjunção *se*, encontramos o mesmo nexos em construções de subordinação tradicionalmente designadas por finais, concessivas, proporcionais, consecutivas, temporais, relativas sem antecedente e ainda em frases elípticas. Por outro lado, quando não constitui o nexos interproposicional básico, a correlação condicional reaparece frequentemente no plano das inferências, precisamente devido ao facto de estarmos perante enunciados que veiculam informação genérica. Estes enunciados são tipicamente usados para expressar generalizações que exploramos como assunções por defeito no raciocínio não-monótono.

CAPÍTULO 5. TEXTO PROVERBIAL: DO SIGNIFICADO À INTERPRETAÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O capítulo que agora se inicia pode, de algum modo, ser enquadrado numa pesquisa sobre as áreas temáticas do universo paremiológico. No entanto, queremos desde já assinalar que não pretendemos enveredar por um estudo temático de carácter intuicionista, que regra geral conduz à catalogação dos provérbios em rubricas do tipo *amor, morte, ambição, persistência, dinheiro, mentira, profissões, família, mulheres*. Delimitar deste modo as esferas do real e os conceitos glosados pelos provérbios é uma tarefa de índole temática que pode eventualmente contribuir para uma melhor compreensão dos valores culturais da comunidade, permitindo a reconstituição de uma determinada visão do mundo. Sem menosprezar o interesse de tais trabalhos, gostaríamos, porém, de acentuar que é muito falível a mera intuição, numa pesquisa com propósitos classificatórios. De facto, quando a delimitação de uma área temática não se apoia numa análise tanto quanto possível rigorosa dos sub-sistemas léxico-semânticos que nela são explorados, facilmente se desliza para a fluidez de critérios, o que retira credibilidade à própria classificação. A título meramente ilustrativo, mencionaremos apenas algumas incongruências detectadas em trabalhos de agrupamento e classificação de provérbios 'por assuntos'.

Em Cunha (1902), o provérbio "Muito falar, pouco saber" aparece sob a rubrica Circunspecção; algumas páginas adiante, encontramos, sob a rubrica Ignorância e Parlapatice, o provérbio "O ignorante é o que mais fala". Não seria mais razoável agrupar os dois provérbios numa mesma série ou classe temática?

É ainda o carácter arbitrário das classificações, feitas ao sabor de uma intuição algo aleatória, que reaparece em Carrusca (1974). O provérbio "Tal o santo, tal a oferta" aparece classificado na série temática *Correlação*; uma simples variante do mesmo provérbio, "Conforme o santo, assim a oferta", aparece já sob a rubrica *Conformidade*. Por outro lado, havendo nesta colectânea uma rubrica intitulada *Defeito*, por que não incluir sob tal designação hiperonímica todos os provérbios agrupados nas rubricas *Avareza*, *Cobiça* e *Egoísmo*? Julgamos que as imprecisões assinaladas são suficientemente eloquentes para justificar o abandono de um estudo temático no sentido tradicional e corrente do termo.

Assim, decidimos enveredar por um outro caminho, equacionando neste capítulo um aspecto fulcral do funcionamento semântico-pragmático dos provérbios 'figurados', que, como adiante se verá, pode desembocar numa apreensão mais rigorosa das áreas temáticas do universo paremiológico. Referimo-nos, concretamente, à relação entre o significado 'literal' do provérbio e a sua interpretação colectiva, relativamente estabilizada no seio da comunidade, mesmo se difícil de parafrasear de forma unívoca.¹³⁴ Equacionar este problema implica reflectir sobre uma vertente particularmente aliciante da linguagem verbal, que se prende com o facto de a produção de sentido se distribuir por diversos níveis de análise. Se a compreensão de um texto envolve muitas vezes a activação de estratégias que visam calcular significados que não estão directa e autonomamente expressos, isso prova justamente que a produção de sentido não se confina ao plano do verbalmente explicitado.

Por outro lado, julgamos que uma reflexão sobre a relação entre a estrutura semântica do provérbio e a sua interpretação consagrada tenderá a clarificar os mecanismos semântico-pragmáticos que sustentam a pervivência do texto proverbial, dotando-o, concomitantemente, de um elevado potencial de permanente adequação contextual.

Acrescente-se ainda que uma análise centrada na relação entre significado e interpretação acarreta inevitavelmente uma incursão no âmbito da semântica lexical, terreno de investigação que hoje em dia conhece um assinalável incremento teórico, estimulado pelo cruzamento de pesquisas

¹³⁴ Sobre a questão da paráfrase dos provérbios, veja-se Bohmer-Wood (1978).

interdisciplinares, nomeadamente no âmbito da Linguística, da Psicologia Cognitiva e da Inteligência Artificial.

Procuraremos, neste capítulo, pôr em relevo os processos inferenciais que são activados na interpretação do texto proverbial, processos esses que atravessam diferentes universos temáticos e subsistemas lexicais. Tentaremos demonstrar que aquilo que tradicionalmente se designa por 'significado figurado' do provérbio se constrói na e pela interacção entre o significado propriamente dito do texto e mecanismos de natureza pragmática, estreitamente relacionados com o processamento cognitivo da informação.

1.1. Retorno crítico ao modelo de Permyakov/Zolkovskij

A problemática que nos propomos abordar não é totalmente inédita. Como já tivemos oportunidade de assinalar no capítulo 1 da Parte I, o modelo semiótico de Permyakov, posteriormente desenvolvido por Zolkovskij (1978), constitui, sem dúvida, uma tentativa de apreensão desse nível indirecto da significação proverbial que provisoriamente continuaremos a designar por 'figurado' ou 'metafórico' (no sentido lato do termo). Como se disse nesse capítulo, há um pressuposto teórico basilar subjacente ao modelo de Permyakov/Zolkovskij: os provérbios são concebidos como signos de um sistema semiótico cultural específico, um 'sistema modelizante secundário'¹³⁵ com os seus próprios códigos lógico-temáticos e retóricos; nesta perspectiva, tendo como suporte significante as línguas naturais, os provérbios veiculam conteúdos gnoseológicos e comunicativos que transcendem o significado (literal) das expressões linguísticas utilizadas, conteúdos cuja formulação explícita exige o recurso a uma metalinguagem universal. Considera-se, neste quadro teórico, que uma mesma 'estrutura lógico-semiótica' profunda, ou seja,

¹³⁵ Construído pela Escola Semiótica de Tartu, o conceito de 'sistema modelizante secundário' aplica-se a diversas esferas da cultura de uma sociedade: mitos, folclore, literatura, arte, etc. Cada actividade cultural é encarada como uma linguagem, um conjunto organizado de signos que estruturam o mundo, constituídos a partir de e segundo o modelo das línguas naturais. Cf. Lotman e Uspenskij (1975).

um mesmo tema proposicionalmente articulado, pode ser submetido a um conjunto não uniforme de regras de projecção, umas de natureza léxico-gramatical, outras de natureza retórica, dando assim origem a diferentes textos proverbiais que mantêm entre si uma relação de sinonímia. Como afirma Permyakov, "Two or several locutions are synonyms if they convey the same logical relationship, refer to the same entities and coincide in their pragmatic function; thus, they can replace each other in one and the same context without any change in the overall meaning" (1984:270). Assim, diversos provérbios podem funcionar como (co)variantes de uma mesma estrutura semântica mais abstracta e geral, que compete ao paremiologista reconstituir através da tal metalinguagem universal. Por outro lado, uma mesma substância temática pode ser plasmada em moldes 'lógico-semióticos' distintos, o que explica, por exemplo, que sobre um mesmo tema se encontrem asserções contraditórias: concretizando, o núcleo temático 'o meu vs. o dos outros' é susceptível de ser vertido numa fórmula do tipo 'Se x é dos outros, então é bom' (veja-se o provérbio "Pão do vizinho tira fastio"), mas pode igualmente ser explorado pela fórmula 'Se x é dos outros, então não é bom' (veja-se o provérbio "Negra é a ceia em casa alheia").

O grau de adequação descritiva e explicativa deste modelo não é, certamente, absoluto. Podemos afirmar que o pressuposto teórico de base é decisivamente enfraquecido, se não mesmo infirmado, pela existência de um número considerável de provérbios que apenas admitem uma interpretação literal, construída em função do princípio da composicionalidade.¹³⁶ Basta atentar nos provérbios "Homem pequenino, velhaco ou bailarino", "Mulher beata, mulher velhaca", "Deitar cedo e cedo erguer dá saúde e faz crescer" ou "Quem procura, sempre alcança" para confirmar a nossa afirmação.

Se apostarmos na possibilidade de abordar uniformemente todos os textos proverbiais consensualmente legitimados pela tradição, temos de optar por uma outra perspectiva de análise. Aliás, a perspectiva alternativa que vamos privilegiar tem, manifestamente, a vantagem de reconduzir o provérbio ao seu estatuto efectivo de texto linguístico, fragmento discursivo coeso e auto-

¹³⁶ Como já foi assinalado no capítulo 1 da Parte I, o princípio da composicionalidade, que remonta a Frege, diz-nos o seguinte: o significado de uma expressão complexa é função dos significados das suas partes e da sua estrutura combinatória.

contido, cuja compreensão se processa segundo mecanismos similares aos que são activados na interpretação dos textos produzidos na interacção coloquial quotidiana. Partiremos, pois, de uma distinção prévia entre significado e interpretação de um enunciado linguístico. A apreensão do significado decorre exclusivamente da competência linguística do falante, entendida como o conhecimento intuitivo que o falante nativo tem dos sistemas fonológico, léxico-gramatical e semântico da sua língua; a interpretação é um processo mais complexo, que envolve parâmetros pragmáticos heterogéneos e diversificados, dentre os quais destacaremos: a activação de mecanismos inferenciais baseados no saber enciclopédico que os falantes têm acerca do mundo ou nas suas crenças, a captação ou reconhecimento da intenção comunicativa do locutor, o recurso a correlatos de natureza contextual na determinação de valores referenciais, o processamento de operações cognitivas tendentes a apreender ou calcular níveis indirectos ou pressupostos da significação. Acrescente-se que o significado directo e autónomo funciona geralmente como condicionante ou restrição básica da interpretação: é o significado que 'controla' e convalida o processo interpretativo.

No caso concreto dos provérbios, diremos que há uma interpretação-padrão ligada a cada um deles pelo peso da tradição. Há provérbios cuja interpretação-padrão corresponde ao significado literalmente expresso; nos provérbios ditos 'figurados', a interpretação-padrão, ao ser verbalizada, conduz-nos a uma representação conceptual próxima daquela que configura a estrutura lógico-semiótica de Permyakov. Há mecanismos de natureza cognitiva (nomeadamente, abstracção, generalização, inferência analógica e extensões metafóricas ou metonímicas) que viabilizam a construção dessa interpretação padrão, sendo decisivo o papel do significado linguístico na 'motivação' dessas operações.¹³⁷

É claro que, em cada situação concreta de citação do provérbio, a interpretação-padrão, formulada em termos muito genéricos, sofrerá diferentes especificações referenciais, já que, num processo de interacção verbal cooperante, o interlocutor procura sempre tornar o provérbio situacionalmente

¹³⁷ Para uma reflexão em torno das dificuldades que a explicitação das interpretações-padrão acarreta, veja-se Bohmer-Wood (1978), Krikmann (1984 e 1985).

relevante ou contextualmente apropriado. Este aspecto será contemplado na Parte III desta dissertação, consagrada à análise do provérbio contextualizado. Por agora, interessa-nos apenas o provérbio enquanto texto mínimo, ao qual se associa uma interpretação-padrão consensual.

1.2. Para uma proposta alternativa: reflexão prévia sobre questões de semântica lexical

Tendo em conta que é no plano das interpretações-padrão que se reflectem as áreas temáticas do universo paremiológico, a fixação de tais interpretações é também uma forma de organização temática do *corpus*. Recorde-se, uma vez mais, que é nosso objectivo central esclarecer de que modo se constrói a interpretação-padrão, a partir do próprio significado; deste modo, teremos que articular a análise da forma do plano do conteúdo com a análise da matéria lexical que integra o texto proverbial e que funciona como base de processos inferenciais diversos. Antes, porém, de dar início a tal análise, é imprescindível tecer algumas considerações teóricas em torno do estatuto e da definição do significado lexical.

Começemos por caracterizar aquilo que designamos por abordagens ou concepções 'clássicas' do significado lexical. Embora subsistam diferenças entre as várias teorias semânticas 'clássicas', todas elas partilham um denominador comum, que consiste na definição do significado das unidades lexicais em termos de um conglomerado de componentes mínimos de significação, primitivos semânticos, postulados de significado ou semas. Numa teoria de inspiração verocondicional do significado, postula-se que o significado (denotativo ou referencial) de uma palavra corresponde ao conjunto dos traços que um segmento da realidade deve possuir para poder ser designado por essa mesma palavra. Katz (1966 e 1972) defende paradigmaticamente esta concepção de significado, que passaremos a designar, na esteira de Kleiber (1990), por 'modelo das condições necessárias e suficientes' (doravante, CNS); o feixe das condições necessárias e suficientes para que uma entidade *x* possa ser designada ou nomeada pela palavra *Y*

constitui, nesta perspectiva, o significado dessa palavra. Assim, é o significado (ou intensão) que determina a referência (ou extensão) de um termo. As CNS constituem os traços essenciais ou inerentes que configuram a definição semântica de um item lexical; deste modo, explicitá-las equivale a formular uma frase analítica, ou seja, uma frase cuja verdade depende apenas do seu próprio significado- se 'animal' for uma condição necessária para 'cão', então 'um cão é um animal' é uma frase analítica. Ficam automaticamente excluídos da definição semântica de um item lexical todos os traços 'acidentais' ou 'contingentes', aqueles que só ocorrem em frases sintéticas (por exemplo, 'o cão é fiel').

Também na semântica estrutural europeia, onde sobressaem os trabalhos de Coseriu e Geckeler, Pottier e Greimas, entre outros, se mantém a hipótese da componencialidade do significado; simplesmente, os traços semânticos que se invocam na definição do significado de um item lexical- os 'semas'- não correspondem a propriedades referenciais; a sua pertinência advém do seu carácter distintivo, pelo que é a oposição intra-sistémica dos lexemas, ou seja, a rede de relações que mantêm entre si, no interior da estrutura da língua, que vai determinar a selecção dos traços e atribuir-lhes um estatuto diferencial. A recusa de incluir os chamados 'traços enciclopédicos' da definição do significado da palavra justifica-se em função da assunção de que eles não são distintivos. O exemplo de 'cisne' é elucidativo a este respeito: o traço 'branco' é eliminado da definição do seu significado uma vez que não há, no interior do léxico, uma palavra para 'cisne branco' que se possa opor a uma outra ou a outras que designariam cisnes de cor diferente.

O objectivo da semântica estrutural é, pois, libertar os semas de qualquer laço com o referente, para reter apenas o seu carácter operatório, funcional. Se teoricamente se pretende definir o significado numa base estritamente linguística, sem contaminações referenciais, na prática tal nem sempre se verifica. De facto, quando Pottier afirma que o sema 'com braços' é pertinente para a definição do significado de 'poltrona', porque permite distinguir o significado de 'poltrona' do de 'cadeira', está inegavelmente a recorrer a um critério de aplicabilidade referencial.

Um dos inconvenientes de uma teoria componencial do significado consiste no facto de não ser aplicável a todos os sectores do léxico. Os termos

que designam 'espécies naturais', por exemplo, dificilmente se prestam a uma análise em traços definitórios; como acentua Geeraerts (apud Kleiber, 1990: 33 ss.), a extensão de 'pássaro' não pode ser determinada por uma conjunção de CNS- o traço 'capaz de voar', que intuitivamente consideramos como uma propriedade característica dos pássaros, não é partilhado pelos pinguins ou pelas avestruzes, que, no entanto, pertencem a essa categoria. Por outro lado, dificilmente se concebe uma análise componencial para os lexemas que designam, por exemplo, as cores.

A concepção clássica, ao pugnar por uma visão minimalista do significado lexical, com a subsequente eliminação dos traços que não configuram CNS, ou dos traços que não são seleccionados com base em critérios exclusivamente linguísticos, na óptica da semântica estrutural, exclui das definições semânticas das palavras numerosos traços 'enciclopédicos' que os falantes nativos habitualmente associam ao significado dessas mesmas palavras. Alguns investigadores que trabalham no quadro teórico da semântica estrutural foram sensíveis a esta questão. Pottier, por exemplo, construiu o conceito de 'virtuema' para acolher os traços não distintivos que, todavia, a massa dos falantes associa ao significado de um lexema: "Nous avons introduit également le virtuème, ou ensemble de sèmes non distinctifs, liés à la connaissance particulière d'un individu, d'un groupe, d'une série d'expériences. (...) Le virtuème apparaît de temps à autre dans les définitions. Exemple 'coffre': grande boîte de bois, de métal, de forme rectangulaire, le plus souvent bombée, fermée par une serrure (Dict. gén.). La manière, le caractère bombé, etc., appartiennent au virtuème: cela est souvent vrai, mais n'est pas distinctif; il existe des objets de ce type avec couvercle non bombé, et on peut encore les désigner par le signifiant 'coffre'" (Pottier, 1964:125).

De igual modo, na semântica interpretativa de Rastier (1987), ao lado dos semas 'inerentes' aparecem os semas 'aferentes', que subsumem os traços enciclopédicos que o conjunto dos membros da comunidade integra na representação do significado dos lexemas.

As concepções mais recentes do significado lexical, que em certa medida se inscrevem num plano de contestação da concepção clássica acima esboçada, são fundamentalmente tributárias da reflexão desenvolvida no âmbito da

Filosofia da Linguagem por Putnam (1975), no âmbito da Psicologia Cognitiva por Rosch e Mervis (1973, 1975) e no âmbito da Inteligência Artificial por Schank e Abelson (1977).

Consciente das dificuldades que coloca a definição do significado das palavras das línguas naturais, Putnam formula a conhecida hipótese da 'divisão do trabalho linguístico' no interior da comunidade. De acordo com esta hipótese, a determinação da extensão de um termo com base em critérios definitórios rigorosos só se verifica no interior de sub-comunidades restritas de peritos; só estes poderão definir com precisão a intensão de um termo. Para o utente comum da língua, no entanto, o significado dos itens lexicais traduz-se preferencialmente em termos de estereótipos, e não de definições analíticas; tais estereótipos correspondem às representações intuitivamente construídas pelos falantes, ancoradas nas suas crenças, nas suas percepções empíricas, no seu conhecimento vulgar e espontâneo do mundo.¹³⁸ O estereótipo é, assim, o conhecimento semântico não especializado do falante médio, socialmente partilhado por forma a permitir a comunicação eficaz.

Rosch constrói uma teoria da categorização (ou seja, da estruturação cognitiva do mundo através da conceptualização) que acaba por ser também uma teoria do significado lexical. De facto, se as unidades lexicais nos permitem designar virtualmente classes de objectos, processos e relações, fornecendo-nos esquemas de apreensão ordenada do mundo, facilmente se compreende que uma reflexão sobre a categorização se cruza inevitavelmente com a questão do significado lexical. Os critérios que presidem ao

¹³⁸ O conceito de estereótipo reaparece em Eikmeyer e Rieser: " Stereotypes are beliefs about the properties of standard objects in standard situations'(1981:139). Nesta perspectiva, os falantes constroem representações estereotípicas largamente socializadas, que correspondem às suas intuições sobre o significado das palavras e que estão longe das intensões rigorosas que só peritos poderão eventualmente determinar ou definir. Em Wierzbicka (1985), aceita-se como crucial a distinção entre 'knowledge by acquaintance' e 'knowledge by description': o primeiro equivale aos estereótipos partilhados que constituem o significado das palavras; o segundo recobre já um saber especializado, que só os peritos detêm. Para uma visão crítica sobre as diversas concepções de significado lexical, veja-se Eco (1984), Schwarze (1987) e Cruse (1988).

agrupamento de um conjunto de ocorrências sob um mesmo item denominativo estão inextricavelmente ligados aos critérios que decidem da inclusão de uma ocorrência numa categoria cognitiva. Por outras palavras, é através da linguagem verbal que se processa a conceptualização, pelo que não surpreende que uma teoria da categorização passe também por uma reflexão sobre o significado lexical.

Na óptica de Rosch, os conceitos passam a ser concebidos em termos de protótipos, sendo radicalmente posta em causa a visão subjacente ao modelo das CNS, segundo a qual a categorização se faz na base de propriedades comuns ou atributos criteriais. Mas o que se entende, então, por 'protótipo'? A partir de um conjunto de testes experimentais, realizados junto de diversos informantes, verificou-se o seguinte: dada uma categoria de objectos e possíveis membros dessa categoria, as classificações propostas pelos informantes revelam que não há fronteiras rígidas entre classes estanques de membros; por outras palavras, não é líquida a demarcação entre os membros que pertencem indubitavelmente à categoria e os que estão fora dela. Alguns membros são consensualmente considerados como mais centrais, havendo sempre um membro ao qual é atribuído o estatuto de melhor exemplar da categoria. Deste modo, as experiências realizadas tendem a demonstrar que há uma gradação na representatividade de cada um dos membros, relativamente a uma dada categoria. Por exemplo, dada a categoria AVE e diversos membros dessa categoria- tordo, águia, avestruz, galinha, morcego- o 'tordo' foi julgado o melhor exemplar da categoria e o 'morcego' o pior (cf. Rosch, 1973). Vejamos ainda um outro exemplo, relacionado com a categoria FRUTO. Colocados perante diversos membros dessa categoria- maçã, ameixa, ananás, morango, figo, azeitona, os indivíduos interrogados por Rosch seleccionaram a 'maçã' como melhor exemplar dessa categoria, sendo a 'azeitona' considerada uma instância periférica, pouco representativa da categoria. Dado que os informantes estabelecem uma escala com diversos graus de representatividade, Rosch conclui, então, que existem protótipos, noção que corresponde ao melhor exemplar, à instância central ou ainda ao melhor representante de uma categoria. Perfila-se, assim, uma ideia-chave: as categorias não são constituídas por membros equidistantes, pois há instâncias colectivamente julgados como mais representativas do que outras. Uma categoria não é, por conseguinte,

totalmente homogénea; os seus membros encontram-se unidos por similitudes parciais, havendo um consenso intersubjectivo relativamente ao melhor exemplar. Os laços de similitude podem ser concebidos em termos de 'parecenças ou semelhanças de família': não há propriedades comuns a todos os membros que integram uma categoria; o que une os diversos membros é o facto de qualquer um deles ter uma ou várias propriedades comuns com pelo menos um outro, o que se cria uma 'cadeia de parecenças' que acaba por interligá-los em contiguidade. Uma estrutura de 'semelhanças de família' tende, pois, a mostrar-nos que os membros de uma categoria se agrupam por similitudes que se entrecruzam e se recobrem parcialmente, sem que seja necessária a existência de atributos comuns a todos eles.

Note-se que o conceito de 'semelhanças de família' a que Rosch/Mervis (1975) recorrem é um conceito construído por Wittgenstein (cf. *Investigações Filosóficas*, secções 66 e 67), no âmbito de uma reflexão pioneira sobre o carácter vago do significado lexical.

Cabe agora perguntar quais são os critérios que levam os indivíduos a estabelecer um protótipo, ou, dito de outro modo, por que razões se considera, interindividualmente, que um 'tordo' é uma instância mais representativa da categoria 'pássaro' do que, por exemplo., uma 'avestruz'. Resumidamente, diremos que isso acontece porque o melhor exemplar é aquele que verifica as propriedades colectivamente consideradas como típicas da categoria. Noutros termos, um membro prototípico é aquele que apresenta o maior número de atributos comumente julgados como mais característicos da categoria.¹³⁹

No campo da Inteligência Artificial, desenvolveram-se as noções de "frame" e de "script", no âmbito de pesquisas sobre a representação do conhecimento: "A frame is a data structure for a stereotyped situation" (Minsky,1977:60, *apud* Andor, 1985); "A script is a structure that describes appropriate sequences of events in a particular context. A script is made up of slots and requirements about what can fill those slots. The structure is an interconnected whole... A script is a predetermined, stereotyped sequence of

¹³⁹ Para uma discussão sobre a possibilidade de articular as propostas de Putnam e Rosch tendo em vista uma prática lexicográfica capaz de integrar os recentes desenvolvimentos da teoria semântica, veja-se Geeraerts (1985).

actions that defines a well-known situation" (Schank e Abelson,1977:141). Note-se que as pesquisas desenvolvidas pela Inteligência Artificial na área da representação do conhecimento visam construir teorias sobre os processos cognitivos e implementar tais teorias no computador. As noções de 'frame' e 'script' revelaram-se particularmente operatórias no campo do processamento da linguagem verbal, nomeadamente ao nível da compreensão de textos.

Os trabalhos desenvolvidos pela Filosofia da Linguagem, pela Psicologia Cognitiva e pela Inteligência Artificial conheceram uma assinalável repercussão no âmbito dos estudos linguísticos. Autores como Lakoff, Johnson, Fillmore, Coleman e Kay, Jackendoff e Metzing, entre muitos outros, enveredaram por uma 'semântica cognitiva', desenvolvendo uma crítica à descrição do significado dos itens lexicais em termos de CNS, crítica que é inegavelmente tributária da reflexão sobre as noções de estereótipo e protótipo, frame e script que temos vindo a comentar. Tal crítica envolve, de alguma forma, um abandono da própria noção de 'traço semântico', ou, pelo menos, uma relativização da sua operacionalidade descritiva. Como atrás se mencionou, as CNS para a definição do significado de um termo podem ser apresentadas sob a forma de uma combinação finita de traços semânticos discretos; ora, a partir do momento em que se adopta uma concepção estereotípica do significado lexical, surge inevitavelmente a ideia de que tais significados têm fronteiras algo indeterminadas, fluidas ou vagas, o que dificulta ou impede uma definição por enumeração exaustiva de traços.¹⁴⁰

Nesta nova perspectiva, é fortemente questionada e matizada a tradicional dicotomia entre 'dicionário' e 'enciclopédia'; conteúdo linguístico e conteúdo enciclopédico passam a ser concebidos em termos de um continuum,

¹⁴⁰ Note-se, de passagem, que a noção de protótipo apresenta afinidades salientes com a noção de 'paradigma' ou 'exemplo paradigmático' desenvolvida por Wittgenstein e exaustivamente interpretada e documentada por Lima, 1989. No entanto, protótipo é uma representação mental, um esquema cognitivo com o qual os objectos são comparados, tendo os falantes a capacidade de aferir graus de semelhança e de considerar que há membros mais centrais e outros mais periféricos. O 'paradigma' wittgensteiniano é um 'caso' que ostenta todas as características que fazem parte de uma definição maximalista do significado da palavra: o significado é a 'regra para o uso' do termo, sendo definido pelas explicações aduzidas pelos falantes.

não havendo propriamente uma diferença de natureza entre eles, já que ambos nos informam sobre os 'objectos' nomeados. Os traços distintivos, classicamente apresentados como parte integrante do significado lexical, só adquirem pertinência no interior de um sistema construído pelo lexicógrafo; mas são as representações estereotípicas (ou prototípicas) largamente socializadas que parecem responder, com um maior grau de adequação psicológica, ao modo como os falantes processam os significados das palavras. É importante sublinhar que as representações estereotípicas devem ser partilhadas pelo conjunto dos membros da comunidade, sob pena de perderem toda a validade semântica. Aliás, a prova de que as propriedades que integram as representações estereotípicas colectivas são semanticamente relevantes é-nos dada por um conjunto de fenómenos linguísticos, dentre os quais destacaremos:

- a anáfora associativa: num enunciado do tipo "Chegámos à aldeia. A igreja estava fechada", a ocorrência do SN definido "a igreja" indica-nos que a representação estereotípica associada ao nome "aldeia" integra o traço 'ter uma só igreja'; é justamente porque interpretamos "aldeia" de acordo com essa representação estereotípica que não estranhamos a referência definida realizada através do SN "a igreja";

- o papel de "mas" como marcador de uma interpretação não estereotípica: enunciados do tipo "É um castor, mas não constrói barragens" mostram-nos que habitualmente os falantes associam ao significado estereotípico de "castor" a propriedade "construir barragens"; "mas" assinala que a asserção seguinte contraria as expectativas geradas pela interpretação estereotípica de "castor" (contraste-se o exemplo anterior com a inaceitabilidade do enunciado " * É um castor, mas constrói barragens");

- a interpretação de enunciados aparentemente tautológicos, do tipo "Um pássaro é um pássaro": uma leitura plausível deste enunciado passa pela selecção de um traço que configura o estereótipo de "pássaro", a saber 'ter necessidade de espaço'- "Um pássaro tem necessidade de espaço";

- a interpretação de enunciados metafóricos, do tipo "A Maria é uma águia": é inegável que o traço 'esperteza', parte integrante do estereótipo associado a "águia", no interior da nossa cultura, é automaticamente seleccionado na interpretação deste enunciado;

- a interpretação de expressões fraseológicas: no processo interpretativo de uma expressão do tipo "comer que nem um abade" é activado um traço colectivamente considerado típico da categoria designada por "abade", o traço 'comer muito'. O mesmo se passa com as expressões "ser manso como um cordeiro", "ser teimoso que nem um burro", "ter olhos de lince", "ter uma coragem de leão", "reproduzir-se como coelhos": estas expressões fixam, de forma explícita ou implícita, traços típicos que os membros da comunidade incluem no estereótipo dos nomes "cordeiro", "burro", "lince", "leão" e "coelho".

Metzing (1980 e 1981) e Fillmore (1985) propõem-se representar os significados lexicais recorrendo a 'moldes' ("frame representations") que traduzam, de forma estruturada, o conhecimento comum dos falantes acerca de instâncias típicas de objectos e eventos. Diz Fillmore: "In addition to seeing frames as organizers of experience and tools for understanding, we must also see frames as tools for the description and explanation of lexical and grammatical meaning (...) As an account of the larger understanding process, claims about the importance of knowledge structures can hardly be controversial. What is controversial, however, is the suggestion that such knowledge belongs in linguistic description. In frame semantics it is held to be necessary to give an account of such knowledge in describing the semantic contribution of individual lexical items and grammatical constructions and in explaining the process of constructing the interpretation of a text out of the interpretation of its pieces" (1985:233). Enquanto formas de representação enciclopédica do significado lexical, os 'moldes' devem registar informação que viabilize a dedução de inferências contextualmente pertinentes. Assinale-se, de passagem, que a coerência de um texto constrói-se muitas vezes pela activação de inferências, que vêm colmatar zonas de descontinuidade semântica; este mecanismo interpretativo tem sido analisado no quadro da

lógica conversacional griceana, pelo recurso à máxima da pertinência; mas talvez seja o 'molde' correspondente ao significado de determinadas expressões que frequentemente nos fornece o material que permite o processamento de tais inferências: "Gricean relevance and its role in drawing inferences is often more than just pragmatic considerations based on linguistically communicated situations; it frequently follows and uses a linguistic schematization" (Fillmore,1985:237).

As incidências desta nova concepção do significado lexical a nível de diferentes tarefas cognitivas são consideráveis, nomeadamente na aprendizagem, memorização e reconhecimento, no raciocínio e nos processos de compreensão e interpretação textual. Vamos ter oportunidade de as realçar, recorrentemente, ao longo deste capítulo, onde justamente nos propomos clarificar os mecanismos que permitem a construção da interpretação-padrão a partir do significado dos textos proverbiais, tendo em conta alguns sub-sistemas lexicais neles actualizados.

Logo num primeiro confronto com o *corpus*, pareceu-nos indubitável que uma via fecunda de abordagem do plano lexical, tendo em vista a construção das interpretações-padrão e a consequente exploração das áreas temáticas do universo paremiológico, consistia numa incursão pelas representações mentais estereotípicas que correspondem, muito provavelmente, ao modo como o nosso conhecimento do mundo está cognitivamente organizado e estruturado; as tradicionais relações estudadas pela semântica lexical (nomeadamente, sinonímia, antonímia, hiperonímia e hiponímia) não esgotam as fontes de coesão lexical atestadas no *corpus*, o que não significa que não as invoquemos ao longo deste capítulo, sempre que se revelem operatórias no plano interpretativo; por outro lado, as descrições componenciais minimalistas que excluem propriedades típicas, consideradas não definitórias do significado, são redutoras no processo interpretativo de um texto. Se, nas linhas que se seguem, continuamos a utilizar o termo 'traço', ele não deverá ser interpretado no quadro de uma semântica lexical clássica, mas antes como termo equivalente a 'atributo' ou 'propriedade'; em feixe, tais 'traços' ou 'propriedades' configuram uma definição maximalista do significado lexical, onde há lugar para se considerar uma 'zona focal' e diversos gradientes periféricos, alguns dos quais

de índole avaliativa. No significado de um lexema haverá propriedades definitórias, automaticamente herdadas por todos os elementos que integram a extensão do termo, mas haverá também propriedades típicas, verificadas pelas instâncias mais representativas. Estas últimas propriedades dão origem a inferências não monótonas, características do raciocínio por defeito (do tipo: na ausência de informação contrária, se x é um pássaro, então x voa), e expressam-se fundamentalmente através de enunciados genéricos, que, como vimos no capítulo 1 da Parte II, não admitem uma representação semântica baseada na quantificação universal.

Concluídas estas reflexões preliminares em torno de concepções recentes da semântica lexical, passamos a apresentar os resultados do nosso trabalho de análise. Com o intuito de facilitar a leitura do capítulo, agrupámos os provérbios em séries ou sub-grupos, sob uma rubrica que delimita, de forma tão precisa quanto possível, o universo temático que está a ser explorado e que emerge ao nível das interpretações-padrão. Não pretendemos esgotar as áreas temáticas ilustradas pelos provérbios do *corpus*, mas tão somente testar uma metodologia de trabalho que poderá vir a ser posteriormente desenvolvida. São doze as séries analisadas, agrupadas sob as seguintes rubricas: extensão de uma propriedade, herança de propriedades, aparência e essência, influência de contactos e companhias, acções e consequências, escolha do mal menor, certo e incerto, meios e objectivos, coincidência de opostos, efeitos da distância, o meu e o alheio, imutabilidade.

2. ANÁLISE DE ALGUMAS ÁREAS TEMÁTICAS ILUSTRADAS PELO *CORPUS*

2.1. Extensão de uma propriedade

A ruim ovelha deita a perder o rebanho
Uma ovelha tinhosa faz todo o rebanho tinhoso
Uma maçã podre apodrece um cento

Todos os provérbios desta série desencadeiam a mesma interpretação-padrão, pelo que são intersubstituíveis no mesmo contexto de uso. Essa interpretação -'se um elemento de um conjunto tem uma propriedade negativa, estende essa propriedade a todo o conjunto- faz-nos abandonar o plano da representação figurativa e do significado literal; verifica-se um processo de generalização que lembra o funcionamento da tradicional sinédoque cénica *species-genus*: cada enunciado descreve uma determinada situação que funciona como exemplo paradigmático ou instância típica de um evento-tipo ainda mais abstracto e geral¹⁴¹. É ao nível cognitivo que se promove a construção da leitura mais generalizante, suscitada, em última análise, pela própria natureza do provérbio, género textual vocacionado para subsumir ou condensar virtualmente o maior número possível de instanciações. Das concretizações figurativas que ocorrem no plano lexical, abstraímos indutivamente os aspectos semânticos mais relevantes que abrem caminho à generalização. Assim, verificamos que há uma relação semântica de elemento/conjunto entre os lexemas nominais

ovelha/rebanho
maçã/ cento (de maçãs)

Por seu turno, os modificadores de 'ovelha' e 'maçã' são adjectivos que comportam um traço avaliativo axiológico negativo; com efeito, as propriedades que através de 'tinhosa', 'ruim' e 'podre' se atribuem aos elementos

¹⁴¹ Cf. Norrick (1985:110-115).

referenciados pelas expressões nominais são propriedades que na socio-semântica comunitária apresentam um valor negativo, numa escala de natureza axiológica, em função da vigência de regras ou normas consensualmente aceites.

Quanto aos predicados 'deitar a perder', 'fazer tihoso' e 'apodrecer', diremos que todos eles pertencem à classe sintáctico-semântica dos predicados causativos; assim sendo, atribuem a função semântica de Causador ao SN sujeito, o que implica que o elemento negativo seja investido no papel de Agente responsável pela extensão da propriedade.

Ao construirmos a interpretação-padrão, activámos uma inferência generalizante, motivada pela captação dos valores semânticos comuns aos três provérbios e configuradores da informação comunicativamente mais pertinente que eles veiculam.

2.2. Herança de propriedades

De boa árvore, bom fruto
De bom madeiro, boa acha
De bom vinho, bom vinagre
De má mata, nunca boa caça
De mau grão, nunca bom pão
Boa árvore não dá ruim fruto
De ruim cabaça, não sai boa pevide
De ruim cabeça, não sai bom conselho

De pai coxo, filho aleijado
De pai santo, filho diabo
De ama gorda, leite magro
Das águias não nascem pombas
A pai avaro, filho pródigo
A pai guardador, filho gastador

De ruim moita sai às vezes bom coelho
De ruim ninho às vezes bom passarinho

Neste conjunto de provérbios, o tema equacionado é a relação entre as propriedades de dois indivíduos que mantêm entre si um laço de dependência. Este tema sofre diferentes modulações, que correspondem a três interpretações-padrão distintas.

A interpretação-padrão associada aos oito primeiros provérbios desta série pode ser parafraseada do seguinte modo: "se x possui a propriedade P (positiva + ou negativa-), e se z depende de x, então z possui P"¹⁴². Designá-las por forma básica afirmativa.

Convém aqui explicar por que incluímos os provérbios que comportam antónimos graduáveis¹⁴³ (bom/mau, bom/ruim) neste sub-grupo. Embora os antónimos graduáveis não sejam termos contraditórios, mas sim contrários, acontece que no contexto proverbial eles são sistematicamente interpretados como contraditórios. Quando num provérbio se afirma categoricamente que 'x é não bom', desencadeia-se uma implicatura conversacional calculada em função da máxima griceana da quantidade, que nos leva a concluir que 'x é mau'; como diz Lyons, "if we deny that some thing is good or assert that it is not good without qualifying our statements in any way or supplying any further information relevant dichotomous yes/no classification, it is reasonable for the other participants to assume that we are satisfied with a first approximation in terms of which gradable antonyms are interpretable as contradictory" (1977: 278). Assim, 'nunca boa caça', 'nunca bom pão' implicam, interpretativamente, 'má caça' e 'mau pão'. Daí a inclusão destes provérbios no sub-grupo que estamos a comentar.

Os seis provérbios seguintes desencadeiam a interpretação-padrão "se x possui a propriedade P-, e se z depende de x, então z possui a propriedade P+"

¹⁴² Uma formulação em cálculo de predicados, omitindo os quantificadores, de acordo com a tradição, seria:

$$[P(x) \& D(x,z) \rightarrow P(z)]$$

¹⁴³ Utilizamos esta designação na acepção definida por Lyons (1977: 270 ss).

ou "se x possui a propriedade P+, e se z depende de x, então z possui a propriedade P-" (os sinais + e - marcam relações semânticas de oposição entre os lexemas que traduzem as propriedades)¹⁴⁴; designamos esta interpretação por forma negativa;

Aos dois últimos provérbios, graças à presença da locução adverbial frequencial 'às vezes', associamos a interpretação "se x possui P+/ P-, e se z depende de x, então z pode possuir P-/ P+", que designamos por forma combinatória.¹⁴⁵

Atentemos, agora, nas relações semânticas que unem os dois lexemas nominais que co-ocorrem no interior de cada provérbio. Em função do nosso conhecimento enciclopédico do mundo, aliado, bem entendido, à nossa competência linguística, estabelecemos dois nexos de compatibilidade semântica entre os pares lexicais:

i) uma relação de proveniência /produto verifica-se entre os pares de lexemas:

árvore	fruto
pai	filho
ama	leite
cabeça	conselho
madeiro	acha
grão	pão
vinho	vinagre

¹⁴⁴ Novamente recorrendo ao cálculo de predicados, teríamos:

$$[P(x) \ \& \ D(x, z) \ \rightarrow \ \neg P(z)]$$

$$[\neg P(x) \ \& \ D(x, z) \ \rightarrow \ P(z)]$$

¹⁴⁵ Com \diamond a servir de operador modal de possibilidade, teríamos:

$$[\neg P(x) \ \& \ D(x, z) \ \rightarrow \ \diamond P(z)]$$

$$[P(x) \ \& \ D(x, z) \ \rightarrow \ \diamond \neg P(z)]$$

ii) uma relação continente/conteúdo interliga os pares:

ovo pássaro
mata caça
moita coelho
ninho passarinho
cabaça pevide

Qualquer uma destas relações concretiza e especifica figurativamente uma relação mais abstracta e geral de dependência entre dois indivíduos. A coesão semântica entre os termos de cada par baseia-se fundamentalmente, na activação parcelar de 'moldes', que, como se disse, correspondem a esquemas de representação estruturada do nosso conhecimento estereotipado acerca de objectos e situações do mundo real, arquivados na nossa memória. Concretizemos- é de supor que a nossa representação conceptual de passarinho integre uma informação sobre o lugar onde ele habitualmente nasce, o ninho. Do igual modo, no 'molde' ligado a árvore aparece seguramente uma informação onde se assinala que ela é, geralmente, fonte de frutos. Todos os pares de lexemas registados em i) são cimentados por uma relação semântica de proveniência, construída em função da nossa experiência empírica do mundo.

Também no sub-conjunto ii) constatamos a necessidade de invocar este tipo de conhecimento do mundo para explicar a acentuada compatibilidade semântica entre os dois lexemas co-ocorrentes: os lexemas da primeira coluna (mata, moita, ninho, cabaça) expressam localizações habituais ou típicas dos indivíduos denotados pelos lexemas da segunda coluna; por outras palavras, tais lexemas descrevem locais que 'contêm' os indivíduos referenciados, o que fundamenta a nossa opção pela relação continente/conteúdo.

Em última análise, todas as relações semânticas assinaladas entre os lexemas nominais parecem traduzir um nexos de origem ou de procedência. As oposições nominais têm, assim, a função de marcar um nexos semântico de dependência entre as entidades referenciadas, nexos esse que a interpretação-padrão destes provérbios retém como decisivo.

Prosseguindo a análise, verificámos que a cada elemento nominal se agrega um modificador adjectival¹⁴⁶, de tal modo que, no interior de cada provérbio, se actualiza sistematicamente:

a) ou uma relação de antonímia:

gordo/magro
bom/ mau, ruim
pródigo/avaro
guardador/ gastador
santo/ diabo
(+) (-)

b) ou uma relação de redundância, pela reiteração de expressões linguísticas marcadas pela identidade de traços semânticos:

boa/bom
(+) (+)
má/ não boa
(-) (-)

c) ou ainda uma relação de hiponímia¹⁴⁷:

coxo/aleijado
(-) (-)

¹⁴⁶ Por vezes, o elemento adjectival é substituído por 'tal', adjectivo demonstrativo que funciona como termo 'posticho' (no sentido dos 'símbolos postiços da Gramática Gerativa): pela sua indeterminação semântica, pode subsumir qualquer tipo de modificador adjectival.

¹⁴⁷ Utilizamos este termo na acepção de Cruse: "The lexical relation corresponding to the inclusion of one class in another is hyponymy"(1986:88). Como corolário desta definição, podemos acrescentar que a implicação funciona como teste de caracterização desta relação: se x é um cão, então x é um animal; trata-se, obviamente, de uma implicação unilateral, e só se verifica em frases afirmativas. Para uma discussão aprofundada do conceito de hiponímia, cf. Kleiber e Tamba (1990).

Fundamentalmente, interessa realçar que há uma forte coesão lexical nestes provérbios. A co-presença, total ou parcial, de traços semânticos idênticos ou opostos nos pares de modificadores adjectivais assinalados viabiliza a concretização das representações abstractas assinaladas na página, a que demos o nome de forma básica, forma negativa e forma combinatória. De facto, é através dos modificadores que se processa a afectação de propriedades (positivas ou negativas, de acordo com uma avaliação intersubjectiva consensual) às entidades denotadas pelos nominais; o tipo de relação semântica existente entre os modificadores (conjugada, obviamente, com a presença ou ausência de elementos formais de negação e com a ocorrência de advérbios frequenciais) marca a permanência ou a alteração de propriedades, e, conseqüentemente, assim se afirma ou nega o peso do nexo de dependência entre duas entidades.

Quando não há modificadores expressos, são os próprios nominais contrastados que comportam um traço semântico opositivo, no plano avaliativo. É o que acontece precisamente com o par de lexemas 'águia' vs 'pomba': o contraste intratextualmente construído selecciona como relevantes, respectivamente, as propriedades estereotípicas [+ agressivo] e [- agressivo], que podem considerar-se especificações da oposição axiológica 'bom vs. mau'.

Quanto aos lexemas verbais expressos, verificamos que entre sair/ nascer e dar (no sentido de produzir) se pode estabelecer uma relação conversa:

X sai de Y Y dá X

X nasce de Y

Se P é um predicado de dois lugares e P' o seu converso, então podemos obter uma equivalência substituindo P a P' e alterando concomitantemente a ordem dos argumentos, desde que se processem as modificações gramaticais apropriadas:

$$P(x,y) = P'(y,x)$$

Assim, o molde proposicional dos predicados expressos contém dois argumentos, um com uma função semântica que podemos designar por Origem, outro com uma função semântica que podemos designar por Objecto. Trata-se de um esquema predicativo que 'reproduz' a relação semântica detectada entre os nominais.

Nos provérbios elípticos, isto é, naqueles em que não se explicita o predicado verbal (por exemplo, "De ama gorda, leite magro"), os sintagmas justapostos desempenham as mesmas funções semânticas de Origem e Objecto, dado que se subentende um predicado com um molde proposicional idêntico ao que acima referimos.

Do ponto de vista dos modelos de argumentação reflectidos nos provérbios, esta série ilustra claramente o raciocínio baseado em casos paralelos.¹⁴⁸ Nuns casos, cauciona-se a validade das conclusões extraídas a partir da comparação de entidades relacionadas ("De boa árvore, bom fruto"); noutros, incita-se o interlocutor a duvidar da pertinência deste padrão argumentativo, e a olhar as situações futuras limitando as expectativas ("De pai santo, filho diabo", "De ruim moita sai às vezes bom coelho").

2.3. Aparência e essência

Começaremos por transcrever um conjunto de provérbios construídos em torno da oposição temática aparência vs essência:

Pela obra se conhece o obreiro
Pela palha se conhece a espiga
Pelo canto se conhece o pássaro

Cara de beato, unhas de gato

¹⁴⁸ Sobre os esquemas argumentativos explorados pelo texto proverbial, veja-se Goodwin e Wenzel (1979).

Cara de mel, coração de fel
Mel nos beijos, fel no coração
Rosário ao pescoço, diabo no corpo
Palavras de santo, unhas de gato
Em bainha de ouro, espada de chumbo
Em pequena caixa está bom unguento
Em pequeno corpo, coração grande
Por fora, cordas de viola, por dentro, pão bolorento
Quem vê caras não vê corações

Nem tudo o que luz é ouro
Nem tudo o que alveja é prata

No primeiro sub-grupo desta série, a interpretação-padrão parece-nos ser a seguinte: 'um sinal exterior de A leva-nos a conhecer (o interior de) A'. O núcleo temático 'aparência vs essência' aparece aqui moldado numa forma básica afirmativa, através da qual se asserir que o exterior visível ou perceptível espelha a essência interior. A relação interior/exterior encontra-se marcada nos pares de lexemas obreiro/obra, espiga/palha, pássaro/canto. No processo interpretativo, isolamos o único elemento semântico que é partilhado pelos três pares de lexemas e que consiste, precisamente, na relação interior/exterior; desta forma, abrimos caminho à generalização, uma vez que abstraímos das concretizações figurativas o vector semântico relevante que confere homogeneidade ao conjunto e simultaneamente viabiliza uma leitura liberta das restrições figurativas.

Do ponto de vista argumentativo, estes provérbios, ao asserirem de forma sentenciosa que a essência de uma qualquer entidade pode ser avaliada pelas suas manifestações ou atributos exteriores, caucionam a construção de raciocínios baseados em inferências sígnicas.

No segundo sub-grupo, a interpretação-padrão é a seguinte: 'se um indivíduo tem uma determinada propriedade exterior (positiva ou negativa), interiormente tem uma propriedade que contrasta com a primeira'. Assim se pretende transmitir a ideia de que a essência de uma qualquer entidade não

pode ser julgada pela sua aparência exterior. Estamos perante o mesmo núcleo temático, só que desta vez moldado numa forma negativa.

Confrontando os dois sub-grupos, verifica-se que no interior de uma mesma comunidade socio-cultural circulam provérbios que veiculam asserções contraditórias; esta constatação tem sido referida por todos quantos se dedicam ao estudo do provérbio, o que significa que se trata de um traço universal, presente em todos os inventários linguisticamente circunscritos de textos proverbiais. Tal característica parece apontar para a relatividade das verdades supostamente absolutas que os provérbios veiculam. Sendo expressão de uma filosofia empírica ligada ao senso-comum, os provérbios acabam por traduzir as facetas contraditórias do próprio real.

Mas voltemos à interpretação-padrão do segundo conjunto considerado. Trata-se de uma interpretação formulada em termos abstractos e gerais; importa agora clarificar os mecanismos que nos permitiram transitar do nível do significado literalmente expresso para o nível da interpretação. O ponto de partida é, uma vez mais, a análise das relações semânticas de oposição e contraste textualmente instituídas entre os elementos lexicais que co-ocorrem nos enunciados. Vejamos como se manifesta, no plano figurativo, a oposição exterior/ interior:

cara	coração
cara	unhas (de gato)
beijos	coração
pescoço	corpo
hábito	monge
bainha	espada
caixa	unguento
corpo	coração
palavras	unhas (de gato)

Agrupámos na coluna da esquerda os lexemas nominais que adquirem cotextualmente o traço semântico [+ exterior], por contraste com os nominais

que co-ocorrem no interior do mesmo enunciado e que partilham o traço [+ interior] (estes últimos aparecem ordenados na segunda coluna). Ao procedermos deste modo, resolvemos previamente os casos de figuras cristalizadas pelo uso, nomeadamente a metonímia instrumento-função associada ao lexema coração: por associações de natureza cultural, utiliza-se frequentemente o termo coração para designar a fonte das emoções e dos sentimentos, e, de forma mais lata, o carácter de um indivíduo, a sua interioridade. Em todos os outros casos, é fundamentalmente a activação parcial de 'moldes' onde armazenamos o nosso conhecimento estereotipado do mundo que nos permite estabelecer a conexão semântica assinalada. Por exemplo, sabemos que as espadas se colocam dentro das bainhas, que os unguentos se guardam dentro de caixas, que os gatos têm normalmente as unhas escondidas, recolhidas no interior das patas, excepto quando querem atacar. Note-se que o provérbio "Por fora, cordas de viola, por dentro pão bolorento" explicita claramente, através das locuções locativas por fora e por dentro, a oposição que temos vindo a comentar.

Vejamos agora como se expressa o contraste entre as propriedades (exteriores e interiores):

(cara) de beato/ (unhas) de gato
de mel / (coração) de fel
de ouro / de chumbo
pequeno/ bom
pequeno/ grande
rosário / diabo
de santo / de gato

Se exceptuarmos o par pequeno/grande, que revela de imediato uma oposição paradigmática de significado lexical, uma oposição bipolar numa escala graduável, verifica-se que uma das formas de captar a coesão semântica entre os elementos de cada par consiste em contrapor os seus traços semânticos; assim, o estereótipo de mel contém o atributo [+ doce], e no estereótipo de fel vamos encontrar precisamente o atributo oposto, [+ amargo];

a propriedade [+ valioso] é, seguramente, uma propriedade típica associada ao significado de ouro; intratextualmente, chumbo adquire, por contraste, a propriedade [- valioso]; não se trata aqui de uma polaridade absoluta, mas antes de um contraste escalar, cuja pertinência assenta, por um lado, na representação colectiva estereotipada que os membros da comunidade associam de forma (relativamente) estável a cada elemento do léxico, e, por outro lado, na emergência de valores significativos intra-textualmente construídos.¹⁴⁹ Quanto ao par rosário/ diabo, é a nossa competência enciclopédica que nos permite entender o funcionamento metonímico do primeiro termo; sabemos que o rosário é usado pelas pessoas religiosas, idealmente associadas a padrões de comportamento pautados por uma ética positivamente valorizada. Pelo contrário, ao diabo, associa-se uma avaliação negativa; assim, a asserção veiculada implicitamente pelo segundo SN deste provérbio expressa uma negação ou uma anulação de expectativas. Curiosamente, uma interpretação possível do provérbio passa pela utilização da conjunção mas ("tem cara de beato mas unhas de gato"), cujo valor semântico-argumentativo, como sublinha Ducrot (1980), consiste em introduzir uma conclusão não-r que contraria a inferência r desencadeada pela asserção A: (ter) rosário ao pescoço ---> (ser) pessoa boa; (ter) diabo no corpo---> (ser) pessoa má. Talvez se possa aplicar este esquema interpretativo a todos os provérbios desta série, uma vez que a representação lexical dos nominais e modificadores do primeiro SN desencadeia uma inferência que o segundo SN vem infirmar. Assim, de todos estes provérbios se infere que A não se conhece pela sua característica exterior B.

No que diz respeito ao par pequeno/bom, julgamos que se pode afectar um traço ou uma propriedade avaliativa negativa ao lexema pequeno, por mera oposição intra-textual; ao nível do sistema linguístico, pequeno não nos parece ser um termo axiologicamente marcado, mesmo se pensarmos no seu

¹⁴⁹ Em Cruse (1986) encontra-se o termo 'modulation' para circunscrever precisamente os casos em que o significado de um item lexical varia em função do seu contexto de ocorrência. Na óptica de Cruse, a interacção entre dois itens lexicais sintagmaticamente relacionados pode contribuir para que se afecte a um deles um valor/traço significativo que não faz parte da sua zona focal de significado. Diz Cruse: "contextual modulation on the sense of a lexical unit involves the relative highlighting or backgrounding of semantic traits" (p. 53).

significado estereotípico; aliás, encontramos no *corpus* provérbios que inegavelmente valorizam esta propriedade (veja-se, por exemplo, "Da mulher e da sardinha, a mais pequenina").

Finalmente, o contraste entre santo ou beato e gato situa-se de igual modo no plano dos traços avaliativos axiológicos que intersubjectivamente se associam aos estereótipos dos lexemas em questão, no interior da comunidade: traços positivos, nos dois primeiros casos, traços negativos, no segundo.

Tal como na série temática anterior, também nesta encontramos, para além da forma básica afirmativa e da forma negativa, uma forma combinatória. O último sub-grupo de provérbios ilustra justamente essa forma combinatória, que corresponde a uma interpretação-padrão do tipo 'se A tem uma determinada característica exterior, pode ser ou pode não ser o objecto que tipicamente a manifesta', ou ainda 'não se pode concluir que uma entidade é A pela manifestação da propriedade exterior p, que normalmente é típica de A'. É a forma do plano do conteúdo – $\exists x (o(x) \& l(x)) \& \exists x (\neg o(x) \& l(x))$ e $\exists x (p(x) \& a(x) \& \exists x (\neg p(x) \& a(x)))$, sendo o=ouro, l=luzir, p=prata e a=alvejar – que condiciona a interpretação-padrão. Por outro lado, no processo interpretativo, neutralizámos os traços semânticos mais específicos que caracterizam o estereótipo de 'ouro' e 'prata' e retivemos apenas a relação semântica que cotextualmente interliga os pares de lexemas 'ouro/luzir' e 'prata/alvejar': referimo-nos, concretamente, à relação objecto/ propriedade exterior típica.

Do ponto de vista argumentativo, tanto os provérbios do segundo sub-grupo como os do terceiro funcionam como uma advertência ao interlocutor, no sentido de não construir inferências falíveis, baseadas em conexões meramente acidentais.

2.4. Influência de contactos e companhias

Começaremos por indicar alguns provérbios que glosam o tema acima mencionado:

Quem com cães se deita, com pulgas se levanta
Quem com porcos se mistura, farelos come
Quem ao moinho vai, enfarinhado sai
Quem se encosta ao ferro, enferruja-se
Quem azeite mede, as mãos unta

Todos estes provérbios desencadeiam uma mesma interpretação-padrão, que pode ser assim explicitada: 'se x se junta a/se põe em contacto com y, x passa a ter as propriedades de y'. Não encontramos no *corpus* provérbios que ilustrem a conversão desta forma básica numa forma negativa ou combinatória. A interpretação-padrão configura uma relação condicional genérica, que traduz uma correlação fixa entre situações-tipo temporalmente ordenadas. No plano lexical, os itens são seleccionados de modo a ilustrar figurativamente a relação entidade/propriedade típica, construída com base nas assunções que configuram o nosso conhecimento estereotipado do mundo. Na exemplificação que se segue, colocaremos entre parêntesis essas assunções genéricas:

cães/pulgas (os cães têm pulgas)
porcos / farelos (os porcos comem farelos)
moinho / enfarinhado = coberto de farinha (num moinho há farinha)
ferro/ enferrujar = ganhar ferrugem (o ferro tem ferrugem)
azeite / untar = cobrir com substância oleosa (o azeite é oleoso)

O predicado juntar-se a/pôr-se em contacto com y, que ocorre na formulação da interpretação-padrão, resulta da lexicalização do único traço comum a todos os predicados expressos nas relativas sem antecedente ('deitar-se com cães', 'misturar-se com porcos', 'ir ao moinho', 'encostar-se ao ferro' e 'medir azeite'); a sua construção é, pois, tributária de um processo de inferência

por generalização, que passa pelo apagamento dos traços diferenciadores dos vários predicados em confronto.

Se se considerar que os consequentes expressam efeitos que são avaliados negativamente pelos interlocutores, então estes provérbios realizam indirectamente um acto ilocutório directivo, na medida em que desencadeiam uma inferência do tipo 'se não queres q, ! não p' (sendo ! o marcador da força ilocutória directiva).

2.5. Acções e consequências

Atente-se no seguinte conjunto de provérbios:

Quem anda à chuva, molha-se
Quem se chega ao fogo, queima-se
Quem brinca com o fogo, queima-se
Quem semeia, colhe
Quem semeia abrolhos, colhe espinhos
Quem semeia ventos, colhe tempestades
Quem não semeia, não colhe
Quem não arrisca, não petisca
Quem não trabalha, não come
Não se afoga no mar quem lá não entrar

Uns comem os figos, a outros rebenta-lhes a boca

Todos estes provérbios ilustram um mesmo núcleo temático, centrado na relação entre o agente e os resultados da acção empreendida. Este tema é glosado de diferentes modos, como se depreende confrontando as seguintes interpretações-padrão:

-forma básica afirmativa: 'se x pratica uma determinada acção, x experimenta os resultados (positivos ou negativos) da sua acção' (pela dupla

negação, obtém-se a forma equivalente: 'se x não age, x não experimenta os resultados que essa acção habitualmente desencadeia');

-forma negativa: 'se x pratica uma acção, x não experimenta necessariamente os resultados da sua acção' (só o último provérbio desta série ilustra esta interpretação).

Os provérbios que ilustram figurativamente a forma básica afirmativa funcionam como uma micro-narrativa exemplar, na medida em que descrevem uma acção-tipo e uma sanção-tipo. A estrutura sintáctica 'oração relativa sem antecedente, com a função sintáctica de Sujeito + SV' é comum a todos eles. Os predicados que ocorrem na oração relativa são, de acordo com a tipologia por nós adoptada (cf. parágrafo 2.3. do capítulo 2 da Parte II), predicados de actividades; parece-nos, agora, pertinente, em função dos objectivos deste capítulo, introduzir um novo parâmetro diferenciador, o parâmetro [+controlo], susceptível de delimitar sub-classes no interior de cada tipo de predicados.¹⁵⁰ A possibilidade de afectar o traço [+controlo] a um predicado de actividade faz emergir um argumento com a função semântica de Agente. O Agente será, assim, a função semântica do argumento que denota a entidade que desencadeia, ou controla, uma determinada actividade.

Na oração principal, o predicado, de acordo com a nossa tipologia, é a) ou um predicado de evento pontual (por exemplo, 'molhar-se', 'queimar-se', 'afogar-se'), com o traço semântico [-controlo], e nestes casos emerge um argumento que denota a entidade que sofre esse evento, desempenhando a função semântica de Experienciador; b) ou um predicado de actividade.

Atente-se no seguinte exemplo, que ilustra paradigmaticamente a estrutura a):

Quem anda à chuva, molha-se

¹⁵⁰ Este parâmetro foi explorado no âmbito da Gramática Funcional e na Gramática de Caso. Ver nota 14 da pág. 159.

'Andar à chuva' é um predicado de actividade, marcado pelo traço [+controlo], requerendo, por isso, um argumento com a função semântica de Agente. 'Molhar-se' é um predicado de evento pontual, marcado pelo traço [-controlo], que se constrói com um argumento que desempenha a função semântica de Experienciador. Agente e Experienciador são co-referentes. Em casos como este, os moldes proposicionais associados aos predicados verbais traduzem de forma clara a alteração do papel desempenhado pela entidade (indeterminada) referenciada através de 'quem', nos dois estados-de-coisas temporal e causalmente ordenados que o provérbio descreve. Os predicados verbais seleccionados configuram, assim, a construção de um jogo casual que reproduz ou concretiza a matriz semântica essencial reflectida na paráfrase interpretativa, que consiste na transformação do Agente em Experienciador.

A relação acção/resultado dessa acção funciona como nexos de coesão semântica entre os predicados verbais que co-ocorrem no interior de alguns provérbios. Com efeito, o nosso conhecimento do mundo, armazenado sob a forma de sequências típicas de eventos ("scripts"), estabelece de imediato a relação acima assinalada entre os pares de predicados:

andar à chuva/molhar-se
chegar-se ao fogo/queimar-se

Vejamos agora um exemplo desta série que ilustra a estrutura b):

Quem semeia, colhe

Neste caso, dado que ambos os predicados são predicados de actividade, projectando ambos um argumento com a função semântica de Agente, a relação acção/resultado não se traduz ao nível do jogo casual que acima assinalámos, manifestando-se, apenas, ao nível lexical. Assim, o par semear/colher descreve dois elos salientes (evento inicial e evento final) de sequências típicas de eventos complexos, elos que se associam de acordo com o nexos semântico acção/resultado já referido. Convém notar que o subconjunto de provérbios construído em torno dos predicados semear e colher acrescenta uma valoração à relação acção/resultado. É pela explicitação lexical

do argumento com a função semântica de Objecto *'ventos'/ 'tempestades'*, *'abrolhos'/ 'espinhos'*, lexemas nominais que actualizam traços avaliativos negativos_ que se expressa uma consequência negativa originada por uma acção que acaba, também ela, por ser negativamente avaliada.

Há um único provérbio no nosso *corpus* que ilustra a forma negativa: "Uns comem os figos, a outros rebenta-lhes a boca". No plano lexical, a oposição complementar uns/outros concretiza a ideia de que os Agentes de determinada acção - no caso vertente 'comer figos'- não experimentam ou não sofrem (necessariamente) os resultados ou consequências dessa acção.

Alguns dos provérbios desta série limitam-se a expressar asserções que fazem parte do nosso saber sobre o decurso normal dos eventos no mundo real. São provérbios que condensam parcelas de informação trivial, praticamente assimiláveis aos truísmos do senso comum: "Quem anda à chuva, molha-se" "Quem se chega ao fogo, queima-se", " Quem semeia, colhe". Do ponto de vista pragmático, estas asserções proverbiais funcionam indirectamente como advertências: se a informação que veiculam é redundante relativamente ao conhecimento do mundo do interlocutor, este procurará construir um valor comunicativo suplementar, que torne minimamente relevante a citação do provérbio; parece-nos que a apreensão ou o reconhecimento de um valor injuntivo indirecto- parafraseável por '(se queres q /não queres q) ! p / ! - p ', sendo q o predicado da oração principal, e p o predicado da oração relativa sem antecedente- resulta de uma inferência que restitui aos provérbios em apreço a sua pertinência comunicativa. Esta inferência seria, em termos griceanos, uma implicatura conversacional. ela só pode ser desencadeada, no entanto, se tivermos em conta que o 'molde' que traduz o significado dos predicados principais ('molhar-se', 'queimar-se') comporta sempre um traço avaliativo consensual: 'molhar-se' e 'queimar-se' são predicados que denotam uma situação intersubjectivamente considerada como negativa. Ora, dado que o interlocutor deseja evitar uma situação desfavorável (pressuposição pragmática dificilmente discutível), e tendo em conta que essa situação lhe é apresentada como efeito ou consequência inevitável de uma determinada acção, resta-lhe concluir que não deve praticar a acção-causa. Quando o predicado principal

denota uma situação colectivamente avaliada como positiva (veja-se o caso de 'colher'), o interlocutor infere que deve praticar a acção que conduz a essa situação favorável.

Quando os predicados não denotam situações que estão *a priori* associadas em sequências típicas de eventos, segundo a relação acção/resultado, é o próprio provérbio que impõe essa associação, pela relação de implicação veiculada ao nível da estrutura semântica subjacente. É o que acontece com os pares de predicados 'ir ao mar'/'afogar-se' e 'arriscar'/'petiscar': não associamos automaticamente o resultado 'afogar-se' à acção expressa pelo predicado 'ir ao mar', nem tão pouco associamos o resultado 'petiscar' à acção expressa pelo predicado 'arriscar'. No entanto, em virtude do nexos de implicação que articula os dois predicados, as situações descritas adquirem o estatuto de sequências típicas de eventos. Nesta perspectiva, os provérbios funcionam como autênticos geradores de 'cenários' ("scripts").

2.6. Do mal, o menos

São quantitativamente muito significativos os provérbios que, no nosso *corpus*, glosam este tema. Limitamo-nos a apresentar alguns exemplos:

Antes burro vivo que letrado morto

Antes desagradecido que escasso

Antes escorregar do pé que da língua

Antes filho de pobre que escravo de rico

Antes quebrar que torcer

Antes casada arrependida que freira aborrecida

Antes coelho magro no mato que gordo no prato

Mais vale toda a vida solteira que uma hora mal casada

Mais vale tarde que nunca

Mais vale neste mundo em muletas que no outro em carretas

Mais vale andar só que mal acompanhado

Mais vale um pé que duas muletas

Mais vale verde no meu papo que maduro no alheio
 Melhor é pão duro que figo maduro
 Pior é fingido amigo que declarado inimigo

Estes provérbios desencadeiam a seguinte interpretação-padrão: 'se os objectos/ situações/ propriedades P e P' são ambos negativos (ou como tal consideradas no interior da comunidade), é preferível escolher aquele que é menos negativo'.

Na estrutura "Antes P que P' " ou "Mais vale P que P' " (ou na forma negativa equivalente, "P' é pior que P"), os nomes, adjectivos e verbos que concretizam a nível lexical os termos da comparação opõem-se de forma escalar, segundo um eixo avaliativo, de acordo com padrões consensuais da socio-semântica colectiva:

P (neg.)	P' (+ neg.)
(ser) burro vivo	(ser) letrado morto
(ser) desagradecido	(ser) escasso
quebrar	torcer
(ter) declarado inimigo	(ter) fingido amigo

As orações infinitivas que funcionam como argumentos do predicado comparativo preferencial integram lexemas que comportam frequentemente outros traços semânticos opositivos, para além dos traços axiológicos já assinalados. Deste modo, o plano figurativo subcategoriza a oposição básica P é menos mau/negativo que P', concretizando os valores específicos da comunidade. Vejamos de perto alguns exemplos. Logo no primeiro provérbio, encontramos as oposições burro/letrado e vivo/morto, situadas, respectivamente, nos campos semânticos da 'instrução e/ou inteligência' e da 'vida': o provérbio traduz a valoração preferencial da 'vida' em relação à 'instrução'.

O provérbio "Antes coelho magro no mato que gordo no prato" reflecte igualmente esta valoração preferencial da 'vida', desta vez face à abundância de

alimentos. Assim, o par magro/gordo recobre a oposição entre os traços semânticos [- alimento] vs. [+alimento], e os sintagmas preposicionais no mato e no prato activam a oposição entre os traços semânticos [+vivo] vs. [-vivo], por inferência baseada no nosso conhecimento do mundo. Incluímos ainda neste sub-conjunto o provérbio "Mais vale neste mundo em muletas que no outro em carretas", já que os sintagmas neste mundo e no outro actualizam a mesma oposição semântica vivo/ morto.

No provérbio "Antes filho de pobre que escravo de rico", a oposição entre os traços semânticos [+livre] vs. [-livre] é activada pelo contraste entre filho e escravo; o provérbio valoriza preferencialmente a liberdade em detrimento da vida desafogada ou dos bens materiais.

No provérbio "Pior é fingido amigo que declarado inimigo", o par antonímico fingido/declarado activa a oposição entre os traços [-verdadeiro] vs. [+verdadeiro]; através do predicado comparativo, expressa-se a valorização preferencial da 'verdade' em detrimento do 'afecto'.

Saliente-se que os valores comunitários não são valores absolutos, mas relativos, definidos e delimitados de forma escalar, no interior de uma rede relacional. Este aspecto é particularmente visível nos provérbios "Antes casada arrependida que freira aborrecida" e "Mais vale toda a vida solteira que uma hora mal casada": ser casada (mesmo arrependida) é um predicado avaliado positivamente quando confrontado com ser freira aborrecida, mas ser uma hora mal casada é negativamente avaliado quando comparado com ser toda a vida solteira.

A construção da interpretação-padrão passou pela análise prévia da forma do plano do conteúdo. Todos os provérbios desta série expressam correlações de preferência, ou seja, uma relação interproposicional comparativa de desigualdade; para além disso, a comparação aparece conjugada com uma avaliação de tipo axiológico, pois os predicados escalares actualizados definem um espaço ordenado de natureza valorativa. Na formulação da interpretação-padrão, seleccionámos ainda como mais relevante o traço axiológico negativo detectável em todos os constituintes que funcionam como argumentos do predicado comparativo preferencial, ignorando os traços semânticos particularizantes.

A interpretação-padrão revela a vertente directiva destes provérbios, pois afirmar que P é melhor que P' é sugerir indirectamente que, num contexto de escolha, se seleccione P e não P'.

2.7. Certo e incerto

Atente-se agora no seguinte grupo de provérbios:

Mais vale um pássaro na mão que dois a voar
Mais vale pão hoje que galinha amanhã
Mais vale um 'toma' que dois 'te darei'

Estes provérbios, embora possuam uma estrutura sintáctica idêntica à do grupo anterior, uma vez que são também construções comparativas preferenciais, desencadeiam uma interpretação-padrão distinta, construída em torno da oposição temática certo/incerto. Essa interpretação pode ser explicitada do seguinte modo: 'mais vale pouco mas certo, que muito mas incerto'. A formulação de uma interpretação comum aos três provérbios resulta, uma vez mais, de um processo complexo de generalização indutiva, construída a partir dos traços semânticos que todos eles actualizam. A oposição pouco/muito aparece concretizada em dois eixos, um eixo quantitativo (um vs dois) e um eixo qualitativo (pão (pouco bom) vs galinha (muito bom)); os traços avaliativos endossados a 'pão' e 'galinha', que apontámos entre parênteses, emergem e delimitam-se correlativamente no plano intra-textual, activados em função de critérios de valoração intersubjectivamente partilhados, ou pelo menos dominantes no interior da colectividade. A oposição certo/incerto é inferida a partir do contraste entre as expressões:

(ter) hoje/amanhã
toma/te darei
(pássaros) na mão/ a voar

Note-se que as oposições 'hoje/amanhã' e 'toma/ te darei' se situam no eixo do tempo; mais concretamente, 'hoje' e 'toma' remetem para o presente, ao contrário de 'amanhã' e 'te darei', que remetem para o futuro. Associamos o presente àquilo que é certo, porque existente, sendo o futuro preferencialmente associado àquilo que é incerto, porque pode ou não vir a acontecer.

Quanto à oposição 'na mão/ a voar', julgamos poder situá-la no eixo espacial; se um pássaro está 'na mão', podemos concluir que ele se encontra num espaço circunscrito, perfeitamente controlado, pelo que a sua posse é certa; se, pelo contrário, o pássaro voa, a sua posse é incerta: nada garante que ele possa ser apanhado, dado que o espaço em que circula não é totalmente controlável.

Como se pode constatar, a oposição temática 'certo/incerto', que nos parece decisiva no plano interpretativo, não foi por nós aleatoriamente construída, coma base na mera intuição. Uma vez mais, tentámos correlacionar a forma do plano do conteúdo- neste caso concreto, a estrutura comparativa preferencial- com um cálculo interpretativo baseado numa análise do material lexical. Os raciocínios inferenciais que processámos só se legitimam se ultrapassarmos concepções minimalistas do significado lexical, agregando a cada item lexical um conjunto de propriedades que correspondem às nossas representações de instâncias típicas de objectos, eventos ou situações.

Estes provérbios configuram aquilo que na teoria da argumentação se designa por lugares ou topoi, isto é, opiniões consensualmente aceites que funcionam como premissas gerais e pontos de partida de um acto argumentativo. Neste caso concreto, os provérbios expressam o topos do existente, justificando a preferência daquilo que é sobre aquilo que somente é possível (cf. Perelman e Olbrecht-Tyteca, 1976:126). Indirectamente, estes provérbios veiculam uma injunção do tipo 'Joga pelo seguro!'.

2.8. Meios e objectivos

Ilustramos esta série temática através dos seguintes provérbios:

Livros cerrados não fazem letrados

Barco parado não faz viagem

Não se pescam trutas a bragas enxutas

Não é com vinagre que se apanham moscas

Não é com palha que se apaga o fogo

Não se caçam lebres tocando tambor

Quem o pássaro quer tomar, não o há-de enxotar

Agrupámos estes provérbios sob uma mesma rubrica porque julgamos que todos eles ilustram um aspecto da relação objectivo/meios, pertencendo assim a uma mesma área temática. No primeiro sub-grupo, a interpretação-padrão é a seguinte: 'se não se utilizam os meios adequados, não se alcançam os objectivos desejados'.

No primeiro provérbio desta série, a estrutura lógico-semântica subjacente pode, a nosso ver, ser traduzida por uma implicação do tipo: (ter livros cerrados (x) \rightarrow não ser letrado (x)); no quadro do cálculo proposicional clássico, e em virtude da lei da contraposição¹⁵¹, podemos então inferir (ser letrado (x) \rightarrow ter livros abertos(x)). Sendo cerrado e aberto dois opostos complementares, a negação de um deles implica a predicação do outro; por metonímia instrumento/função, ancorada no nosso conhecimento do mundo, atribuímos à expressão livros abertos o significado de estudar. A relação semântica que sustenta a coesão interna do enunciado é a relação objectivo/meios, concretizada figurativamente pelos predicados ser letrado e estudar. Dado que o processamento cognitivo das inferências exige um trabalho de cálculo interpretativo que não ocorre no caso do simples

¹⁵¹ Em Kleene, a lei da contraposição é assim apresentada: $(a \rightarrow b) \rightarrow (\neg b \rightarrow \neg a)$ (1971:23).

processamento da informação explícita e directa de um enunciado, o conteúdo inferido pelo interlocutor ganha em relevo e impacto comunicativo, tornando assim a asserção proverbial mais eficaz no plano normativo. De facto, julgamos que a nível pragmático estes provérbios funcionam como actos directivos indirectos: 'ser letrado' é um objectivo positivamente valorizado no nosso meio cultural¹⁵²; o provérbio, ao asserir categoricamente como não se atinge esse objectivo, veicula indirectamente o conselho 'estuda, se queres atingir o objectivo de ser letrado'.

Os outros dois provérbios desta série desencadeiam a mesma interpretação-padrão, que construímos de forma idêntica, em duas etapas:

i) dedução de uma forma básica positiva que configura uma estrutura de implicação entre dois estados-de-coisas semanticamente interligados pela relação objectivo/meios: 'pescar trutas--> molhar-se' (ou, por metonímia, 'andar no rio'); 'fazer viagem--> pôr o barco a andar'. Esta dedução resulta da activação paradigmática dos opostos complementares dos lexemas enxutas e parado, respectivamente molhadas e movente/em movimento;

ii) generalização por extracção indutiva dos traços semânticos intra e intertextualmente mais relevantes, a saber, 'atingir um determinado objectivo implica agir de forma adequada à consecução desse objectivo'.

No segundo sub-grupo, a interpretação-padrão é ligeiramente diferente, como se pode comprovar pela paráfrase 'alcançar um determinado objectivo implica não praticar acções ou não usar meios que contrariem ou anulem esse objectivo'. Todos os provérbios desta série funcionam como planeadores estratégicos, prescrevendo normas muito gerais acerca do comportamento a adoptar ou a evitar face aos objectivos que se pretendem atingir. O que a nosso ver diferencia estes três últimos provérbios do sub-conjunto atrás analisado é o facto de focalizarem, nomeadamente através das construções de marcação de foco 'não é com x que p', o modo como não se deve actuar em determinadas situações, sem que seja possível inferir claramente o modo de acção adequado.

¹⁵² O que agora afirmámos não invalida, tal como vimos no parágrafo 2.6., que, em confronto com outros valores, nomeadamente a vida, a instrução seja remetida para um plano secundário.

E não se pode inferir o modo de acção adequado porque os lexemas que preenchem o argumento com a função semântica de Modo (função semântica próxima do caso Instrumental) não integram um paradigma dicotómico. De facto, vinagre, palha, tocar tambor e enxotar não delimitam o seu significado por oposição antonímica, no interior do sistema lexical da língua; conseqüentemente, a sua negação não se traduz pela emergência de um termo complementar. É o nosso conhecimento do mundo, e não a nossa competência linguística, que nos permite deduzir a interpretação-padrão acima assinalada, pela explicitação, em termos genéricos, do nexos semântico que sustenta a coerência interna destes provérbios; assim, sabemos factualmente, por experiência empírica, que o vinagre afasta as moscas, o toque do tambor afugenta as lebres, a palha atiça o fogo, o gesto de enxotar afasta os pássaros; estes resultados ou efeitos contrariam os objectivos expressos pelo predicado central de cada um dos provérbios. As propriedades invocadas graças ao nosso conhecimento factual acerca do curso normal dos eventos no mundo, não sendo obviamente traços essenciais ou inerentes do significado de 'vinagre', 'tambor', 'palha', 'enxotar', podem associar-se aos lexemas em apreço como traços periféricos, no quadro de uma concepção maximalista e estereotípica do significado lexical.¹⁵³

¹⁵³ Schank, nome conhecido na área da Inteligência Artificial, propõe-se analisar os provérbios no quadro dos "explanation patterns", entendidos como explicações fossilizadas que funcionam de um modo análogo ao dos "scripts": "When it is activated, it connects a to-be-explained event with an explanation that has been used at some time in the past to explain an event similar to the current event"(1986: 110). Estes "explanation patterns" são culturalmente partilhados, fazem parte da memória colectiva, e os provérbios, na perspectiva de Schank, são o exemplo paradigmático de como se aplicam esses padrões na vida quotidiana. Na tipologia intuitiva que constrói, Schank distingue um grupo de provérbios ("planning advice proverbs") que se caracterizam pelo facto de relacionarem situações com prescrições para a acção em tais situações; para exemplificar o modo como os provérbios funcionam, Schank analisa o provérbio inglês "With honey you catch more flies than with vinegar", indexando-o de acordo com um conjunto de parâmetros relacionados com o esquema de representação supostamente utilizado pela mente humana no processo de compreensão de eventos. Assim, teríamos:

Major heading: plan selection
Goal: persuade(x)
Intended result: x does what you want

Assim, infere-se no primeiro sub-grupo um ensinamento pela positiva e no segundo sub-grupo um ensinamento pela negativa.

Gostaríamos ainda de referir dois outros provérbios do *corpus* que julgamos poder incluir neste mesmo grupo temático. São eles:

Quem não tem panos, não arma tendas

Quem não tem pé, não dá coice

Estes provérbios glosam igualmente a relação entre o fazer/ a acção e os instrumentos/ os meios necessários para a sua consecução. Ao nível da estrutura semântica, a relação interproposicional de condição/consequência reforça o nexos semântico que interliga os predicados ter panos e (armar) tendas, ter pé e (dar) coice; na verdade, o nosso conhecimento do mundo permite-nos estabelecer entre estes predicados uma relação conceptual que confere ao primeiro predicado de cada par o estatuto de condição necessária para a realização da acção expressa pelo segundo predicado do mesmo par. Estes provérbios suscitam uma interpretação-padrão que se pode expressar do seguinte modo: 'só se pode fazer x se se tiver y' (ou 'a posse de y é uma

Intended action: A
Alternative action: B
Negative side-effects of intended action: makes x unhappy
Positive side-effects of intended action: none
Negative side-effects of alternative action: none
Positive side-effects of alternative action: makes x happy
Recommended choice: alternative action B

Este tipo de análise, repetimo-lo, pretende conferir aos provérbios o estatuto de padrão explicativo culturalmente partilhado e pré-compilado na memória, susceptível de ser activado sempre que seja útil evocar uma experiência relevante para decidir sobre como actuar. Trata-se de uma análise enquadrada num projecto de investigação mais ambicioso, que visa apreender os processos, mecânicos e criativos, da compreensão. A nossa abordagem é obviamente distinta: procuramos apenas demonstrar que o significado linguístico funciona como condicionante básico e primordial da interpretação, pondo simultaneamente em relevo os mecanismos de tipo inferencial que essa mesma interpretação mobiliza. Se aqui invocamos a reflexão de Schank foi tão-só porque nos pareceu que as duas propostas se cruzam ao acentuarem a vertente 'estratégica' destes provérbios, centrados na planificação de acções.

condição sine qua non para a realização da acção x'). Por generalização, substituímos os predicados de processo consumado pelo seu hiperónimo fazer; abstraímos como mais relevante a relação semântica que cimenta a coesão lexical entre os predicados 'ter panos' e 'armar tendas', por um lado, e 'ter pé' e 'dar coice', por outro. Finalmente, interpretámos o nexos condicional subjacente em termos de bicondicional. A diferença mais significativa relativamente à série anterior é a seguinte: aqui, afirma-se que é preciso ter x para fazer y; na série anterior, afirma-se que é preciso fazer x para conseguir fazer y.

2.9. Coincidência de opostos

Vejamos agora outro conjunto de provérbios, construído em torno da afirmação da coexistência permanente de aspectos positivos e negativos em qualquer situação:

Não há mel sem fel

Não há carne sem osso, nem fruta sem caroço

Não há gosto sem desgosto

Não há tempestade sem bonança

Não há trigo sem joio

Não há rosa sem espinho

Onde não há honra, não há desonra

Tendo em conta as relações semânticas entre os lexemas que co-ocorrem em cada um dos enunciados, verificamos que há uma oposição de carácter axiológico em todos eles, que deflui de uma representação estereotípica dos respectivos significados. Agrupámos numa coluna os lexemas cujo significado comporta um traço de avaliação positiva e confrontámo-los com os que comportam um traço negativo:

traço avaliativo positivo

traço avaliativo negativo

mel

fel

carne

osso

fruta

caroço

gosto

desgosto

bonança

tempestade

trigo

joio

rosa

espinho

Podemos considerar que os termos da primeira coluna funcionam como instâncias da categoria 'coisas boas', por oposição aos termos da segunda coluna que concretizam ou especificam figurativamente a categoria 'coisas más'.

A forma lógica destes provérbios, $\neg (p \ \& \ \neg q)$, equivalente a $p \rightarrow q$, revela o nexó semântico de implicação subjacente a todos eles, que fundamenta a interpretação-padrão 'qualquer que seja o local e o tempo, se se verificar uma ocorrência de uma coisa boa, verifica-se a co-ocorrência de uma coisa má'. Esta interpretação-padrão constrói-se por generalização; neutralizam-se as propriedades semânticas mais específicas que integrariam a zona focal do significado dos termos nominais co-presentes em cada provérbio e retêm-se apenas as propriedades intra-textualmente relevantes que viabilizam uma representação mais abstracta, susceptível de subsumir um vasto conjunto de situações episódicas. Este processo interpretativo lembra, uma vez mais, o funcionamento da clássica sinédoque species-genus.

2.10. Efeitos da distância

Afastamento, esquecimento

Longe da vista, longe do coração

Olhos que não vêem, coração que não sente

Onde olhos não vêem, coração não sofre

Pena que não se vê, não se sente
Quem não aparece, esquece

Estes provérbios glosam o tema das consequências da distância, acentuando a ideia de que a distância implica o esquecimento ou a ausência de sofrimento. A interpretação-padrão será a seguinte: 'se x está longe de/ não vê y, x não sofre (por causa de y) / x esquece y/ x perde os sentimentos relativamente a y'.

As proposições que funcionam como antecedente e conseqüente na construção condicional correspondente à formulação da interpretação-padrão podem sofrer um processo de redução, quer por nominalização (por exemplo, 'afastar-se (x)' -> 'afastamento'), quer por apagamento dos argumentos e expressão truncada ou elíptica dos predicados adjectivais (por exemplo '(estar) longe da vista'). A condicional genérica pode ainda ser expressa a) pela mera justaposição de dois SNs, estrutura que podemos aproximar da frase nominal bimembre referenciada por Benveniste (1966) ('Olhos que não vêem, coração que não sente'); b) pela construção 'onde p, p' ' ('Onde olhos não vêem, coração não sofre'); c) e ainda pela construção 'quem p, p' ' ('Quem não aparece, esquece'). Em todas estas construções se verificam lugares vazios, nomeadamente os que correspondem aos argumentos com as funções semânticas de Experienciador e de Objecto (Ver (x) (y), Sentir/sofrer (x)).

Assinale-se que, nestes provérbios, a interpretação-padrão não difere substancialmente do significado literalmente expresso; o cálculo interpretativo limita-se a processar o significado de coração em termos metonímicos: por associação culturalmente cristalizada, coração significa aqui emoções.

2.11. O meu e o alheio

A galinha da vizinha é sempre melhor do que a minha
Pão do vizinho tira fastio
Negra é a ceia em casa alheia
Quem a mesa alheia come, janta e ceia com fome

Quem bem quiser cear, a sua casa vá buscar
Mais vale azenha parada que amigo moleiro
Mais vale verde no meu papo que maduro no alheio

Aqui, o núcleo temático é a oposição o meu / o dos outros. Encontramos as seguintes interpretações-padrão:

- a) forma básica positiva: 'se x é dos outros, então x é bom'
- b) forma negativa: 'se x é dos outros, então x não é bom'
- c) forma preferencial: 'mais vale meu que dos outros'

A oposição meu/ dos outros é concretizada pela ocorrência dos lexemas vizinha(o) e alheia(o), que, por definição quase diríamos analítica, comportam os traços [- eu] e [- meu]. No primeiro provérbio da série, o item galinha corresponde à concretização figurativa da variável livre x, que ocorre ao nível da interpretação-padrão, mais genérica e abstracta. Sublinhe-se que a escolha deste nome só não é completamente aleatória na medida em que responde a imperativos de natureza estilística, nomeadamente a rima interna, intratextual, entre galinha e minha. Na construção da interpretação-padrão, inferimos o predicado ser bom graças à implicação automaticamente desencadeada pelo predicado escalar ser melhor (ser melhor --> ser bom).

No segundo provérbio, o predicado causativo tirar fastio expressa uma mudança de estado que é avaliada positivamente no seio da comunidade, pelo que, no processo interpretativo, tendemos a considerá-lo como uma subcategorização possível do predicado supra-ordenado ser bom.

No terceiro provérbio, dá-se início à expressão da forma negativa: o predicado *ser negra* funciona como sinónimo estilístico de ser má; jantar com fome e cear com fome são predicados complexos aos quais se afecta um traço avaliativo negativo, pelo que se interpretam como especificações figurativas do predicado ser mau.

Nos dois provérbios preferenciais, comparam-se dois objectos, um deles marcado negativamente (verde (fruto), azenha parada); no entanto, o objecto que comporta o traço avaliativo negativo é valorizado, porque textualmente lhe é afectado o traço [objecto meu], por oposição a [objecto alheio].

2.12. Imutabilidade

Vejamos agora uma série de provérbios que glosam o tema da imutabilidade:

Filho de burro não pode ser cavalo
Quem nasceu para a força não morre afogado
A quem nasceu para ser pobre, o ouro se torna em cobre
O que no leite se mama, na mortalha se derrama
O que o berço dá, a tumba o leva
Quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita

Todos os provérbios transcritos, à excepção do último, desencadeiam uma interpretação-padrão parafraseável por uma forma básica positiva: 'se um indivíduo nasce com determinadas propriedades, mantém-nas até à morte'.

No primeiro provérbio, afirma-se explicitamente a impossibilidade de mudança, através do modalizador alético sob o escopo da negação: 'é impossível que filho de burro se transforme em cavalo (isto é, deixe de ser burro)'; a passagem do significado literal para a interpretação-padrão opera uma neutralização dos traços semânticos que configuram os estereótipos de 'burro' e 'cavalo'. Abandona-se o plano figurativo e apenas se retém como pertinente a asserção da permanência de propriedades.

No segundo provérbio infere-se, por implicatura conversacional calculada em função da máxima da quantidade, que quem nasce para a força morre na força; também aqui abstraímos como relevante a asserção da impossibilidade de mudança, que, em última análise, releva da crença colectiva no peso do destino.

Quanto ao terceiro provérbio, diremos que o predicado 'ser pobre' contém, na zona focal do seu significado, os traços [não ter objectos valiosos], [não ter riqueza]; a asserção proverbial diz-nos que quem nasceu para viver com estes atributos não pode alterá-los; daí que o 'ouro', metal valioso

metaforicamente associado à riqueza, se transforme necessariamente em 'cobre', metal pouco valioso, intratextualmente associado à pobreza.

Nos dois provérbios seguintes, os constituintes topicalizados denotam metonimicamente, por contiguidade temporal e espacial, as propriedades que um indivíduo herda ao nascer; 'na mortalha' e 'na tumba' denotam metonimicamente o momento da morte.

O último provérbio da série matiza, de algum modo, a asserção categórica da impossibilidade de mudança, uma vez que admite a alteração-tardia- de uma propriedade herdada à nascença. Neste caso, a interpretação-padrão terá de ser formulada de modo distinto: 'se um indivíduo nasce com determinadas propriedades, pode alterá-las ao fim de muito tempo, ou mantê-las até ao fim'.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de análise que desenvolvemos ao longo deste capítulo teve como objectivo central demonstrar que as interpretações que os falantes da comunidade associam aos provérbios são motivadas basicamente pelo significado (literal) do próprio provérbio. É a forma do plano do conteúdo, combinada com uma interpretação dos valores semânticos dos lexemas que ocorrem nos textos proverbiais e das relações que intratextualmente contraem, que nos permite proceder às generalizações que libertam o provérbio de uma leitura demasiado restrita, confinada à descrição de uma situação de contornos figurativos bem demarcados. Procurámos também mostrar que as áreas temáticas devem ser delimitadas a partir das interpretações-padrão, por 'filtragem' da substância do plano do conteúdo, única forma de evitar a falibilidade que a mera intuição inevitavelmente acarreta.

É claro que a construção da interpretação, a partir do momento em que passa pela activação de estratégias inferenciais que relevam do processamento cognitivo da informação verbal, é já um processo de natureza pragmática. Tal construção só se revelou exequível quando optámos inequivocamente por uma concepção não minimalista do significado lexical. Abandonámos, por

consequente, a concepção clássica do significado lexical, baseada em duas premissas essenciais: a) o significado de uma palavra pode ser exhaustivamente decomposto num conjunto finito de condições necessárias e suficientes que permitem determinar a extensão da palavra; b) tais condições são concebidas como um conjunto finito de traços semânticos, que configuram a intensão da unidade lexical.

A nossa alternativa passou pelo apagamento de fronteiras nítidas entre significado lexical de base estritamente linguística, categorização conceptual e propriedades do mundo real. Ao optarmos por uma concepção estereotípica do significado lexical, conferimos ipso facto uma densidade informacional mais elevada aos itens lexicais, o que, como corolário, autoriza a construção de inferências plausíveis, extremamente úteis no plano da interpretação textual, que é também o plano da construção do sentido do texto.

Sistematizando, diremos então que os mecanismos inferenciais que nos permitiram passar do plano do significado literal para o plano da interpretação-padrão são essencialmente três: em primeiro lugar, há que mencionar as inferências por generalização, que implicam a capacidade cognitiva de construir uma representação abstracta a partir da descrição de situações com contornos figurativos peculiares; seguidamente, são de registar as inferências que correspondem a interpretações metafóricas ou metonímicas de alguns constituintes textuais; por último, há que assinalar as inferências que pressupõem a prévia captação de um valor directivo em provérbios assertivos; trata-se de um processo inferencial sistematicamente activado na interpretação dos actos ilocutórios indirectos.

Parece-nos importante frisar ainda que as interpretações-padrão propostas, formuladas sempre em termos bastante abstractos, podem subsumir, como instanciações possíveis, quer a situação descrita pelo provérbio, ao nível do seu significado literal, quer o conjunto de situações que contextualmente motivam a sua utilização ou citação. Nesta perspectiva, a interpretação-padrão pode ser comparada com a concepção de protótipo que comentámos na abertura deste capítulo: ao descrever uma situação genérica em grau extremo, ela subsume um conjunto aberto de instanciações episódicas que mantêm entre si "semelhanças de família", cognitivamente apreendidas em termos de

analogia, contiguidade ou laços fluidos de similaridade. Daí talvez a dificuldade que sentimos em explicitá-la de forma unívoca.

Os resultados por nós obtidos apontam para as potencialidades de uma análise textual linguisticamente fundamentada. Pensamos que a assimilação dos provérbios a signos de um sistema modelizante secundário é uma via de abordagem que subestima as virtualidades de uma análise linguística aberta ao estudo dos diferentes níveis de produção e distribuição da significação.

PARTE III

CAPÍTULO 1. FUNÇÕES DISCURSIVAS DO PROVÉRBIO CONTEXTUALIZADO

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS PRELIMINARES

Sendo o provérbio um texto institucionalizado, ao qual se liga uma interpretação-padrão consensual no seio da comunidade, é perfeitamente legítimo submetê-lo, enquanto enunciado completo e autónomo, a uma análise semântica repartida por diferentes tópicos: tipo(s) de referência nominal e respectivos suportes linguísticos, valores temporo-aspectuais dominantes, modalidades actualizadas, áreas temáticas exploradas. Foi o que fizemos na parte II desta dissertação. No entanto, parece-nos que um dos aspectos mais interessantes deste tipo peculiar de texto ficaria submerso se a análise se limitasse aos aspectos mencionados. Referimo-nos concretamente à dinâmica específica do provérbio, consubstanciada na sua permanente flexibilidade de adequação contextual. De facto, o provérbio constitui um exemplo curioso de texto híbrido: aberto, na medida em que faculta um amplo leque de possibilidades interpretativas, consoante a situação concreta em que é utilizado; fechado, na medida em que transporta consigo uma interpretação- -padrão estável, convencionalmente estabelecida e fixada pela tradição. É justamente devido a este último aspecto que os provérbios existentes se podem considerar textos estereotipados, na acepção de 'estereótipo' defendida por Quasthoff: "the verbal expression of a belief which is directed towards social groups (...). This belief is characterized by a high degree of collective sharedness among a speech community (...)" (1978:6). O autor assinala, mais adiante, que há uma forte vertente normativa associada aos estereótipos, e que tais enunciados condensam o conhecimento dito 'senso comum' ("common knowledge"); esse conhecimento alicerça as expectativas dos membros da comunidade e configura o contexto conversacional epistémico que fundamenta grande parte

dos raciocínios inferenciais e esquemas argumentativos dos membros da comunidade. Mas se os provérbios são expressões do conhecimento comum, do conhecimento colectivamente partilhado, como explicar a sua ocorrência ou a sua citação no decurso de um processo de interacção verbal? Por outras palavras, se não comportam informação semântica nova, o que leva o falante a actualizá-los? Há ainda uma outra questão que se coloca quando deslocamos a análise para o plano do uso efectivo deste tipo de texto, a saber: como poderemos compatibilizar a interpretação-padrão do provérbio com o seu potencial de adaptabilidade contextual, reflectido na pluralidade de leituras ou interpretações que autoriza, em função da situação concreta a que se aplica?

Para se captar o funcionamento pragmático típico do provérbio, é necessário adoptar uma estratégia de análise centrada no uso efectivo do enunciado proverbial, inserido em processos diversos de interacção verbal. Importa, por conseguinte, analisar como funcionam os provérbios quando ocorrem em textos mais vastos, produzidos em determinados contextos comunicativos.

É sabido que o valor significativo global de uma produção verbal não se reduz ao conteúdo proposicional por ela veiculado; se fizermos incidir a análise no uso efectivo da linguagem, verificamos que há outras dimensões significativas relevantes, cuja descrição exige a convocação dos parâmetros reguladores da interacção verbal (locutor, locutário, tempo e espaço da enunciação, discurso anterior, universo de referência). Reconhecer estes factores como determinantes na produção e interpretação do significado situacionalmente relevante de um enunciado implica enveredar por uma abordagem pragmática dos factos linguísticos. No caso concreto que nos ocupa, interessa-nos, por um lado, apreender a intenção do locutor que actualiza um provérbio, concretizada no plano dos actos ilocutórios directos ou indirectos por ele realizados; neste âmbito, procura-se responder à questão "o que faz o locutor ao enunciar um provérbio?", através da investigação sistemática dos seus valores de uso.¹⁵⁴ Por outro lado, interessa-nos captar os mecanismos de

¹⁵⁴ Ao colocarmos esta questão, estamos definitivamente no terreno da análise pragmática. De acordo com Dijk, "pragmatics should account for utterances of natural language; whereas syntax accounts for abstract structures of expression types of such utterances, and semantics for the meaning and reference assigned to these expressions,

conversão entre aquilo que o locutor diz e aquilo que ele efectivamente quer dizer ao enunciar um provérbio. É a este nível que se coloca o problema do significado efectivamente veiculado pelos enunciados (o "conveyed meaning", na terminologia de Grice), significado cuja apreensão se torna essencial no processo de interpretação dos tropos verbais e cujo cálculo inferencial (como veremos, dependente de parâmetros contextuais diversos) permite resolver eventuais descontinuidades temáticas ou reconstituir a coerência de um fragmento discursivo.

Perfilam-se, assim, dois campos de trabalho, que passamos a apresentar.

O primeiro consiste numa análise sistemática dos valores de uso dos provérbios; noutros termos, diremos que se trata de estudar as funções que os provérbios desempenham enquanto actos de linguagem, quando inseridos num processo de interacção verbal. É a este nível que se joga a questão da relevância pragmática do provérbio. Seria interessante que a análise do *corpus* que nos propomos explorar desembocasse numa tipologia de funções comunicativas do provérbio.¹⁵⁵

Pensamos que a coerência textual, a nível pragmático, passa por uma articulação intencional e apropriada de actos ilocutórios, de modo a que cada um deles seja mutuamente relevante no quadro de um determinado plano comunicativo-interaccional: "Linguistic theory should not only account for utterances in terms of (isolated) sentences, but also in terms of sequences of sentences having a textual structure (...); hence, pragmatics should also account for their functions, i.e., for sequences of speech acts, or more complex discursive (e.g. also dialogical) complexes of speech acts" (Dijk, 1980:51).

pragmatics accounts for the systematic uses of such utterances as a particular type of social actions, viz. speech acts or illocutionary acts(...)" (1980:50).

¹⁵⁵ Em Richter (1974) encontra-se esboçada uma tipologia de provérbios, entendidos como 'topoi' ou 'loci' da retórica clássica e humanística. De certo modo, é uma tipologia que tem em conta as funções dos provérbios, já que, para o autor, os provérbios são peças importantes da persuasão retórica e da prova dialéctica. Assim, estabelece-se uma distinção entre provérbios 'retóricos', asserções categóricas que apenas funcionam como elementos de persuasão, e provérbios 'dialécticos', que contêm uma breve descrição da causa e do efeito e funcionam como prova. A tipologia que gostaríamos de esboçar situa-se num quadro teórico diferente, tributário das actuais pesquisas na área da pragmática textual. Sobre as funções sociais estratégicas dos provérbios, veja-se Seitel (1969).

Num texto que é composto por uma sequência de frases, quer se trate de uma só intervenção, quer se trate de intervenções adjacentes, há fundamentalmente dois tipos de relações de coerência entre sequências de actos ilocutórios, na perspectiva de van Dijk (1980): relações condicionais e relações funcionais.

As primeiras resultam do facto de um acto ilocutório poder ser interpretado como condição preparatória para a realização de um segundo acto ilocutório. A título de exemplo, uma asserção que explicita aquilo que o locutor acredita ser do interesse do ouvinte pode considerar-se um acto preparatório do acto de promessa, havendo entre eles uma relação hierárquica: 'Sei que precisas de dinheiro. Amanhã, enviar-te-ei um cheque'. Quando se instituem relações condicionais, "acts are carried out which make following acts possible, more plausible or even socially necessary" (Dijk, 1980:59).

Por sua vez, as relações funcionais entre actos ilocutórios correspondem a 'jogadas' diversas inseridas em estratégias interaccionais: um acto pode funcionar como especificação, correcção, explicação, refutação de um outro. Diz Dijk: "a functional analysis of speech acts and speech acts sequences requires a definition of appropriateness of speech acts with respect to other speech acts (...) but at the level of more general functional categories: an explanation, a motivation, a conclusion, an answer (...)" (1980: 61). Conectores como 'assim', 'pois', 'porque', 'portanto', 'mas', e 'porém' podem desempenhar a função de conectores pragmáticos, marcadores de encadeamentos ilocutórios relevantes para a consecução de um determinado objectivo comunicativo.¹⁵⁶

É ainda nesta linha de investigação sobre sequências de actos ilocutórios que se inscreve a reflexão de Ferrara (1980). O autor avança o conceito de "relative appropriateness", partindo do pressuposto de que o locutor, ao agir linguisticamente, segue um plano que obedece a determinados objectivos comunicativos. Para a consecução de tais objectivos, há que percorrer diversas etapas que passam pela realização de uma estrutura hierarquizada de actos ilocutórios. Distinguem-se, assim, actos principais e actos subordinados. Segundo o autor, o plano "plays a role quite similar to the notion of intention,

¹⁵⁶ Sobre os conectores pragmáticos, vejam-se, entre outros, os trabalhos de Ducrot (1980), Roulet et alii (1985), Moeschler (1985, 1989).

the 'point' of an utterance, in standard speech act theory: it is the equivalent of that notion at the level of speech act sequences".

Analisando mais pormenorizadamente a relação de justificação entre actos linguísticos, Ferrara considera que "the subordinate speech act must relate to a state of affairs which counts normally as a sufficient, plausible reason within a culture for the performance of the main act (...) The subordinate act must be functional to the main act, i.e., must be capable of establishing with it a relation which increases the chances of success of the latter." (1980:240).

Sempre na mesma linha de reflexão sobre sequências de actos ilocutórios, merecem igualmente referência os trabalhos de Roulet (1981) e Moeshler (1985), onde se propõe uma distinção entre actos ilocutórios principais ou dominantes ("actes directeurs"), que correspondem ao objectivo comunicativo central de uma intervenção, e actos subordinados, com funções retroactivas ou proactivas. Fala-se de funções retroactivas quando, por exemplo, um enunciado funciona como justificação ou comentário do que se disse previamente; as funções proactivas são desempenhadas por enunciados que podem funcionar como argumento a favor de uma determinada conclusão. Estes autores propõem ainda uma distinção que nos parece pertinente, tanto do ponto de vista teórico como operativo, entre 'valor' e 'função' ilocutórios: o valor ilocutório corresponde ao acto ilocutório literal e primitivo que a enunciação de uma frase com determinadas características formais permite realizar; a noção de função ilocutória corresponde ao valor ilocutório efectivo de um acto de fala e depende de um processo de interpretação retroactiva. Por outras palavras, a função ilocutória só se define tendo em conta o valor relacional de um acto, e esse valor relacional só pode ser apreendido no interior de uma sequência de actos. Concretizando esta ideia, diremos que uma asserção só pode ser considerada e classificada como 'resposta' se se tomar em consideração um acto anterior de 'pedido de informação'. Esta distinção revela-se manifestamente operativa em textos de natureza dialogal, onde o valor ilocutório efectivo de uma réplica só pode ser calculado em função da intervenção anterior.

Trabalhos recentes em torno da argumentação, nomeadamente o que tem vindo a ser desenvolvido por Eemeren e Grootendorst (1984), revelam

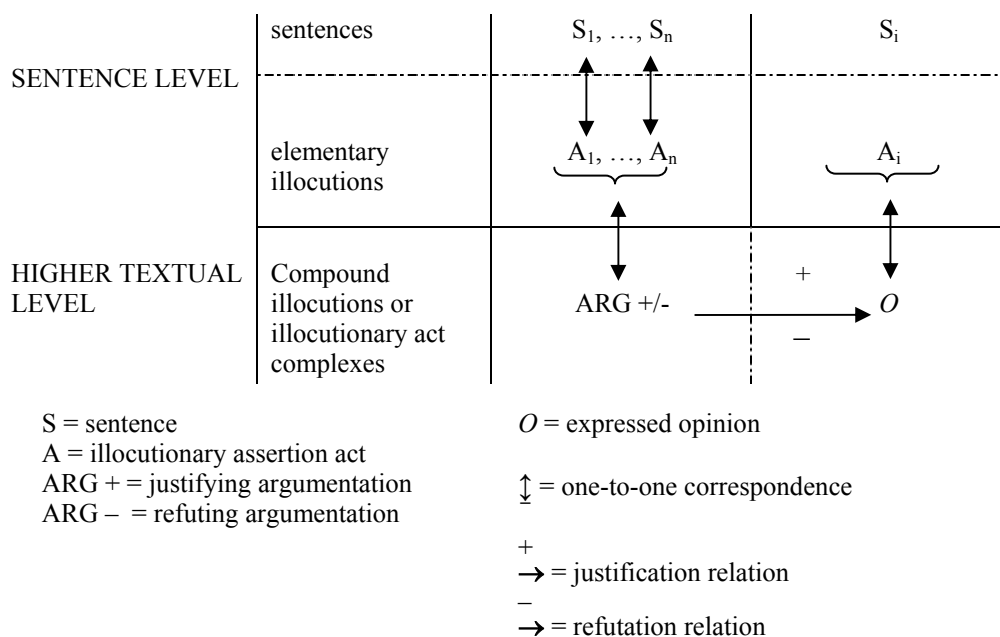
igualmente uma tendência no sentido de se ultrapassar a teoria padrão dos actos linguísticos, delineada por Austin e Searle e confinada à análise de frases isoladas. Relembremos aqui que a forma gramatical típica do acto ilocutório é, para Searle, a frase completa, aceitando-se assim uma relação biunívoca entre a enunciação de uma frase e a realização de um acto ilocutório particular.¹⁵⁷ Trata-se de uma teoria que se restringe às ilocuções elementares, concebidas como unidades mínimas comunicativas. Quando passamos para unidades comunicativas mais vastas, concretizadas em textos de índole diversa que comportam sequências de frases, os autores acima referidos consideram que estamos perante "compound illocutions" ou "illocutionary act complexes".¹⁵⁸

A argumentação seria, então, um acto ilocutório complexo, composto por uma constelação de ilocuções elementares pertencentes à categoria dos actos assertivos.¹⁵⁹ Uma asserção, a nível textual, pode funcionar como argumento ou conclusão, ligada através de relações de justificação ou refutação a outras asserções; globalmente, esta constelação configura o acto de argumentação, cujo efeito perlocutório típico é convencer o interlocutor. Veja-se o quadro sinóptico proposto por Eemeren e Grootendorst:

¹⁵⁷ Em trabalhos posteriores sobre os actos ilocutórios indirectos, esta posição aparece matizada (cf. Searle, 1978, 1979).

¹⁵⁸ A nosso ver, é possível aproximar a noção de 'compound illocution' da noção de 'macro-speech act' avançada por Dijk (1977).

¹⁵⁹ Encontra-se uma definição similar da argumentação em Jacobs (1987) e Kienpointner (1987).



O único ponto em que divergimos desta proposta reside no facto de considerarmos que a constelação de ilocuições elementares não tem forçosamente de confinar-se à categoria dos actos assertivos. É perfeitamente possível - e a análise do *corpus* vem prová-lo - construir uma argumentação em que se justifique (ou refute) uma ilocução pertencente, por exemplo, à categoria dos actos directivos.

As considerações que temos vindo a tecer visam enquadrar teoricamente o campo de pesquisa que nos propomos privilegiar neste capítulo, centrado no estudo da relevância pragmática dos provérbios contextualizados. Apesar da diversidade terminológica, as linhas de investigação referidas têm um denominador comum que importa pôr em relevo: todas elas perspectivam e equacionam teoricamente a questão da coerência pragmática de fragmentos discursivos que ultrapassam o quadro demasiado estreito da frase. Neste sentido, e dado que pretendemos analisar provérbios integrados em sequências

textuais, os contributos teóricos assinalados reflectir-se-ão inevitavelmente no nosso trabalho.¹⁶⁰

O segundo campo de investigação prende-se com a análise dos mecanismos que viabilizam a inserção do provérbio num fragmento discursivo mais extenso, de forma co-textualmente adequada, isto é, sem quebra da coerência e/ou da coesão textuais. O que nesta perspectiva interessa examinar é o modo como o provérbio se inscreve num texto mais vasto sem operar rupturas temáticas e contribuindo para a progressão informativa do texto.

As noções de coesão e/ou coerência textuais têm vindo a ocupar um lugar de destaque na investigação linguística contemporânea, nomeadamente a partir da década de 60. Assiste-se, então, à emergência de um novo campo de pesquisas, cujo objecto de conhecimento é o texto, entendido como fragmento discursivo sem descontinuidades semânticas e situacionalmente relevante. Não sendo nossa intenção desenvolver aqui os pressupostos teóricos e os objectivos de uma linguística do texto¹⁶¹, gostaríamos, no entanto, de acentuar que a coerência semântica de um texto implica a conjugação de diversos parâmetros e níveis de análise:

¹⁶⁰ É sintomático que as pesquisas empíricas dos conversacionalistas sobre textos produzidos em interacções dialogais tenham realçado as insuficiências das tipologias clássicas dos actos ilocutórios, nomeadamente a de Searle. Assim, autores como Labov e Fanshel (1977) consideram que há actos metalinguísticos como 'repetir', 'reforçar', 'concluir', que têm de ser invocados na análise da estrutura das conversas. Sinclair e Coulthard (1975) acrescentam aos tipos ilocutórios clássicos novas categorias de actos, como, por exemplo, as 'réplicas', os 'comentários', as 'avaliações'. Gulich e Kotschi (1983) falam de "actos de composição textual" e exemplificam com 'parafrasear', 'repetir', 'resumir', 'acentuar', 'explicar'. Parece-nos que esta proliferação terminológica resulta de heurísticas construídas *ad hoc* para a descrição de unidades e estruturas interaccionais. Para um enquadramento teórico mais sólido e homogéneo, julgamos que os trabalhos que mencionámos com mais pormenor oferecem pistas promissoras, uma vez que sublinham a necessidade de se definirem consistentemente valores ilocutórios relacionais.

¹⁶¹ Para uma apresentação global deste novo paradigma, cf. Lopes (1984) e referências bibliográficas aí citadas. Cf. ainda Heydrich et alii (eds) (1989), onde se expõem e confrontam criticamente os desenvolvimentos mais recentes da investigação sobre conexão e coerência textuais ou discursivas, e Petőfi (ed.) (1988).

a) ao nível da chamada 'coesão textual linear' (ou 'de curto raio de acção'), a homogeneidade semântica é garantida por uma organização formal que possibilita a instituição de conexões entre sintagmas e frases da superfície textual, assegurando simultaneamente continuidade temática e progressão informativa. Os processos léxico-gramaticais que interligam sequencialmente as micro-estruturas da superfície textual são, fundamentalmente, constituídos por cadeias de referência (por anáfora, catáfora ou elipse), reiteraões e substituições lexicais, conectores semânticos interproposicionais, ordenação correlativa dos tempos verbais.

b) os mecanismos acima referidos asseguram compatibilidades e correlações lógico-conceptuais ao nível das representações semântico-proposicionais subjacentes (identidade referencial dos argumentos, relações de causalidade, contraste, condição/consequência entre proposições, ordenação temporal dos eventos descritos). Assinale-se que cabe frequentemente ao receptor de um texto reconstituir tais correlações no processo interpretativo, através de inferências calculadas em função do seu conhecimento do mundo ou construídas com base nos princípios de uma lógica conversacional.

É a este nível que se joga a coerência temática do texto, baseada em dois princípios básicos, continuidade e expansão: a continuidade implica a recorrência de informação semântica ao longo do desenvolvimento linear do texto (são os processos de retomada do tópico discursivo que asseguram esta continuidade); a expansão implica a progressão informativa, ou seja, a renovação da informação semântica. Os remas ou comentários são os fragmentos discursivos que comportam informação nova e pertinente acerca do tópico discursivo.

c) há ainda a considerar a chamada 'coerência textual global' (ou 'de longo raio de acção'), que se explicita através de macroestruturas semânticas, proposições que condensam, por selecção e generalização, o tema do texto. As macroestruturas dependem do tipo de texto com que lidamos. A macroestrutura de um texto narrativo não se confunde com a de um texto argumentativo, uma

vez que cada tipo de texto obedece a uma sintaxe global, ou seja, a esquemas peculiares de organização compositiva.¹⁶²

Dado o carácter genérico e frequentemente figurado do texto proverbial, a sua relevância constrói-se muitas vezes de forma indirecta, através de estratégias ou cálculos inferenciais ligados a mecanismos cognitivos de processamento e compreensão da informação verbal.

Tais processos inferenciais baseiam-se, fundamentalmente, como atrás já assinalámos, em duas fontes supletivas de informação implícita: o conhecimento do mundo e as 'leis' que regem o comportamento discursivo dos falantes. As inferências lexicais, por exemplo, são muitas vezes calculadas em função da activação de conhecimentos estereotipados acerca de instâncias típicas de objectos ou situações. Os 'moldes' e 'cenários' ("frames" e "scripts") definidos e explorados pela Inteligência Artificial (Schank e Abelson, 1977) na área da representação do conhecimento e da compreensão da linguagem natural foram de certo modo assimilados pelas novas correntes da semântica lexical (cf. cap. 5 da parte II) e constituem um instrumento operatório fecundo no processo de interpretação textual.¹⁶³

¹⁶² Para um aprofundamento da noção de macroestrutura textual, cf. Dijk (1980 a). Neste capítulo, não nos ocuparemos da coerência macroestrutural dos textos submetidos a análise.

¹⁶³ Como afirma Kayser (1989), "comprehending and producing natural language utterances can be regarded as an information processing where meaning is conveyed throughout linguistic patterns that are produced by cognitive processes operating on a knowledge base stored in memory" (p.342). Também Velde (1989) confere particular relevo, no processo de interpretação textual, às inferências construídas a partir do significado das palavras. Essas inferências são designadas por ILRRR: "IL which stands for the individual internal lexicon of a language user and RRR which refers to my presumption that the individual internal lexicon is the person's cognitively reflected representation of reality" (p.192). Para este autor, o significado dos itens lexicais não pode ser desligado do conhecimento enciclopédico do mundo; no que toca a objectos, esse conhecimento organiza-se sob a forma de conceitos estereotípicos (ou prototípicos); no que diz respeito a eventos ou estados-de-coisas, o conhecimento organiza-se conceptualmente sob a forma de 'moldes' e 'cenários'. A partir deste 'schema-based knowledge', que o autor assimila a uma forma de organização da informação semântica lexical, os falantes deduzem inferências que são indispensáveis para a construção da coerência textual.

Quanto às inferências construídas a partir das leis do discurso, há que referir, nomeadamente, os enquadramentos teóricos defendidos por Grice (1975,1981), Searle (1978) e Sperber e Wilson (1986).

O tipo de explicação proposto por Grice está ancorado numa concepção filosófica racionalista da comunicação, que se traduz pelas duas hipóteses seguintes:

- a) os interlocutores respeitam um princípio geral de 'cooperação' conversacional;
- b) a contribuição discursiva de cada participante deve respeitar um conjunto de máximas, a saber:

- máxima de quantidade: a contribuição deve conter apenas a informação requerida;
- máxima de qualidade: a contribuição deve ser verdadeira, o que significa que o falante não deve afirmar o que crê ser falso, nem dizer algo sobre o qual não tem provas adequadas;
- máxima de relação: a contribuição deve ser pertinente ou relevante;
- máxima de maneira: a contribuição deve ser clara.

É a partir destas máximas que Grice vai explicar o desencadeamento das 'implicaturas conversacionais'. Quando um locutor L infringe uma destas máximas, tendo, no entanto, o interlocutor I razões para crer que L continua a respeitar o princípio básico da cooperação, desencadeia-se um cálculo interpretativo que se desenrola do seguinte modo:

- para manter a assunção de que L observa o princípio da cooperação, I tem de supor que L pensa q, ao dizer p;
- L sabe (e sabe que I sabe que L sabe) que I compreende que é necessário supor que L pensa q;
- L nada faz para impedir I de pensar q;
- L pretende que I intua que q é requerido;
- assim, L implicitou q.

As implicaturas conversacionais são canceláveis, porque se baseiam em assunções que podem ser contextualmente anuladas ou revogadas. Por outro lado, enquanto inferências não-lógicas, difícil se torna definir critérios rigorosos para o seu cálculo, não sendo igualmente possível garantir a sua previsibilidade. Tal como é concebida no quadro griceano de uma teoria geral do uso da linguagem, a inferência pragmática é largamente tributária da intuição do locutário, uma vez que não há um sistema formal que explicita as operações que se devem aplicar ao longo da dedução. Pese embora este aspecto, que eventualmente aponta para um neo-empirismo que contraria as tendências mais rigorosas e formais da investigação linguística contemporânea, não queremos deixar de sublinhar que as implicaturas conversacionais nos aparecem como um instrumento indispensável no processo da interpretação textual. A contribuição de Grice constitui indubitavelmente uma etapa decisiva na investigação sobre o processamento da informação verbal comunicada de modo não explícito em contextos interacionais.

Sperber e Wilson (1986) contrapõem às implicaturas conversacionais de Grice, informalmente calculadas, inferências interpretativas que possam ser controladas por um sistema formal de dedução. O modelo da comunicação construído por estes autores assenta na noção central de relevância, definida como princípio regulador da interação verbal: só se comunica quando se trocam enunciados relevantes relativamente ao contexto em que são interpretados. O contexto é concebido como um conjunto de assunções partilhadas pelos interlocutores; no processo comunicativo, os enunciados interagem com as assunções contextuais por forma a produzirem determinados efeitos, nomeadamente implicações contextuais, reforços e supressões; são estes efeitos que garantem a relevância ou pertinência dos enunciados. A enumeração dos efeitos põe em relevo a perspetivação cognitiva da comunicação que sustenta este modelo: comunicar é alterar de algum modo o universo cognitivo do destinatário, quer pela junção de novas assunções ao sua gama de conhecimentos, quer pelo reforço das já existentes, quer pela sua supressão.

É ao nível das implicações que vamos encontrar uma reflexão sobre os mecanismos de controlo da informação que tem de ser inferencialmente construída para garantir o grau ideal de relevância de um enunciado. Os autores propõem um sistema dedutivo formal, através do qual se tornam explícitas as operações que se devem aplicar ao longo da dedução de modo a evitar a interferência da intuição do falante (cf. p. 83 e ss.). Este sistema comporta regras de eliminação intrinsecamente interpretativas, que permitem extrair conclusões não triviais a partir das premissas que são as assunções contextuais.

Trata-se de uma proposta que tenta tornar o cálculo das inferências menos vago do que na teoria griceana. De qualquer modo, os exemplos apresentados, expressamente fabricados para a comprovação da eficácia do modelo, estão longe de reflectir a complexidade dos cálculos interpretativos que a compreensão de um texto real exige. Parece-nos que há inferências não lógicas, não dedutivas, que mobilizam os parâmetros convocados por Grice na definição das implicaturas conversacionais e que contribuem decisivamente para a construção da coerência textual. Por isso mesmo, ao longo da análise, não deixaremos de invocar a proposta griceana.

A teoria dos actos de linguagem indirectos de Searle põe igualmente em jogo estratégias inferenciais que permitem calcular o objectivo ilocutório central e primário do falante, a partir de um enunciado que realiza um acto ilocutório 'literal', comunicativamente secundário. Por exemplo, um pedido pode ser realizado indirectamente através de uma pergunta ou de uma asserção:

-Podes passar-me o sal?

-Gostaria que me passasses o sal.

Searle propõe a seguinte generalização: para realizar um pedido indirecto, basta asserir uma condição de satisfação desse acto ilocutório (por exemplo, a condição de sinceridade, a saber, L deseja que I faça x) ou

questionar uma condição preliminar desse mesmo acto (por exemplo, o facto de I poder efectuar a acção futura x).¹⁶⁴

Mais do que enquadrar teoricamente os mecanismos que presidem ao cálculo do acto ilocutório indirecto, interessa-nos pôr em relevo que o valor interactivo de um enunciado depende da relação que mantém com os actos linguísticos precedentes e subsequentes.

É certo que já no capítulo 5 da II parte tivemos oportunidade de explorar mecanismos de natureza pragmática, quando equacionámos o problema da construção da interpretação-padrão. No entanto, nesse capítulo, limitámo-nos a abordar o provérbio enquanto texto mínimo, unidade semântico-pragmática autónoma que se foi cristalizando no decurso de um processo longo de transmissão oral no interior da comunidade. Nesse momento, analisámos o provérbio fora de um contexto efectivo de utilização. O que agora nos interessa, repetimo-lo, é estudar o funcionamento do provérbio enquanto fragmento discursivo contextualizado. Só assim poderemos apreender a dinâmica deste tipo de texto na sua vertente de texto aberto.

2. APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

Propomo-nos analisar a inserção dos provérbios em textos mais extensos de natureza diversa.

O primeiro *corpus* é composto por fragmentos de diálogo extraídos de peças da chamada 'literatura de cordel', predominantemente do séc. XVIII,

¹⁶⁴ O princípio de generalização de Searle foi retomado, numa perspectiva semântica mais formal, por Gordon e Lakoff (1975). Estes autores propuseram a formulação de 'postulados de sentido', entendidos como regras semânticas que intervêm na descrição dos actos de linguagem. Por exemplo: PEDIDO [L, Fazer (I,A)] --> CAPACIDADE [I, Fazer (I, A)]. Postulados de sentido como este determinam postulados de conversação, ou seja, regras pragmáticas de interpretação dos actos indirectos: INTERROGAR [L, CAPACIDADE [I, Fazer (I, A)] ---> PEDIDO [L, Fazer (I, A)].

existentes na Sala Jorge de Faria da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Os fragmentos foram seleccionados em função da ocorrência de provérbios nas réplicas, provérbios que ainda hoje são como tal identificados pelos falantes da nossa comunidade e que aparecem compilados nas antologias. Compete-nos agora justificar de algum modo a escolha do *corpus*. Para uma análise do funcionamento do provérbio em textos e em interacção, o ideal seria, obviamente, dispor de um *corpus* 'real', isto é, de um conjunto de diálogos espontâneos com ocorrências de provérbios. Tendo em vista a constituição de tal *corpus*, percorremos todas as entrevistas publicadas no volume II do Português Fundamental¹⁶⁵, mas, contrariamente às nossas expectativas, não encontrámos nesse vasto material ocorrências de provérbios. Fomos, pois, forçados a construir um *corpus* alternativo. Na ausência de interacções conversacionais autênticas, enveredámos pela selecção do texto dramático, porque consideramos que é o tipo de texto que mais se aproxima do dispositivo enunciativo da comunicação; enquanto sequência estruturada de réplicas, assumidas por diferentes personagens em interacção, o texto dramático visa recortar a conversa, reproduzir o diálogo quotidiano. Por outro lado, no texto dramático é através da tomada da palavra que tudo acontece: dizer é por excelência fazer, pelo que este tipo de texto se torna um terreno fecundo de análise da linguagem numa perspectiva enunciativo-pragmática. É claro que se trata de uma simulação fabricada, e não de uma reprodução mimética das trocas dialogais da vida real; a consciência destes limites não nos impede, no entanto, de considerar que o material recolhido constitui uma base de trabalho aceitável, a partir da qual se podem delinear as principais funções discursivas do provérbio. Escolhemos textos do teatro de cordel do séc. XVIII porque verificámos que se tratava de um terreno fértil no plano da utilização dos provérbios e, tanto quanto nos é dado conhecer, virgem em termos de análise linguística.

Não vamos apresentar exaustivamente o resultado da análise de todos os fragmentos recolhidos; seleccionámos casos paradigmáticos, que ilustram usos

¹⁶⁵ Cf. *Português Fundamental*, vol. 2 (*Métodos e documentos*), tomo 1 (*Inquérito de frequência*), Lisboa, INIC, 1987.

típicos recorrentes. Em anexo, integraremos num quadro tipológico o restante material compulsado.

O segundo *corpus* é constituído por textos da imprensa diária ou semanária- Expresso, Público, O Independente, Diário de Coimbra, Jornal de Coimbra, Sete- e inclui artigos de informação, crónicas, textos de opinião, breves notícias sobre factos políticos, sociais ou desportivos.¹⁶⁶

Pareceu-nos importante incluir este segundo *corpus* na medida em que é composto por textos contemporâneos que provam a vitalidade do provérbio e a multiplicidade dos seus usos actuais. Nestes casos, não estamos já perante elaborações literárias ou ficcionais, mas perante fragmentos discursivos que tecem o vasto mosaico da cultura que quotidianamente nos envolve, interpela e, muitas vezes, agride. Precisamente porque estamos longe do terreno literário, julgamos que se torna possível testar de forma mais autêntica o uso efectivo dos provérbios. Como adiante se verá em pormenor, os provérbios que aparecem neste segundo *corpus* funcionam frequentemente como títulos ou sub-títulos, mas surgem também inseridos no interior de textos mais vastos, por vezes graficamente destacados. Muitas vezes, o provérbio não é citado na sua globalidade, nem mesmo na sua forma consagrada, verificando-se curiosas distorções que tentaremos desmontar na perspectiva da sua eficácia comunicativa.

¹⁶⁶ Como prova da vitalidade dos provérbios, podíamos ainda invocar a sua ocorrência em textos da imprensa sindical contemporânea e em anúncios publicitários e propangandísticos que aparecem em jornais e revistas, ou até em cartazes espalhados pelas cidades. No entanto, limitamos o nosso segundo *corpus* a textos da imprensa diária ou semanária, para evitar o eclectismo da exemplificação.

3. ANÁLISE DO PROVÉRBIO INSERIDO EM DIÁLOGOS EXTRAÍDOS DE PEÇAS DE TEATRO DE CORDEL

Esboçado o quadro teórico que presidiu à análise e delimitados os *corpora* que constituíram o material empírico, resta-nos apresentar os resultados obtidos.

Transcreveremos, em grafia actualizada, os fragmentos dos entremezes e farsas que integram o nosso primeiro *corpus*¹⁶⁷; introduziremos algumas considerações complementares sempre que isso facilite a compreensão do fragmento em causa.¹⁶⁸ No intuito de facilitar a leitura do capítulo, agrupámos os fragmentos sob determinadas rubricas, de acordo com as funções pragmáticas que neles desempenham os provérbios. Sublinhe-se que um provérbio pode realizar simultaneamente diversas funções, pelo que se torna, por vezes, problemático incluir o fragmento onde ele ocorre sob uma determinada rubrica; sempre que se verifique a possibilidade de uma leitura plurifuncional, não deixaremos de o assinalar.

Como a própria organização do capítulo deixa transparecer, demos particular relevo ao estudo da relevância pragmática do provérbio. De qualquer modo, sempre que tal se nos afigurou pertinente, fizemos referência aos mecanismos léxico-gramaticais que asseguram uma integração coerente do provérbio no texto mais vasto em que se inserem.

A análise do material recolhido permitiu-nos delimitar usos ou funções paradigmáticas do texto proverbial, que passamos a enumerar: funções argumentativas, réplicas autónomas em pares adjacentes, comentários avaliativos, reforço e amplificação de uma intervenção anterior, resumo conclusivo do discurso anterior ou síntese catafórica do discurso subsequente, e tropo ilocutório.

¹⁶⁷ Como critério de fixação dos textos, seguimos as normas de actualização da grafia, acentuação gráfica e pontuação propostas por Barata (1983: 11-14).

¹⁶⁸ Em anexo, incluiremos indicações bibliográficas precisas e completas acerca das peças que seleccionámos para análise.

3.1. Provérbios com funções argumentativas

(i)

Lambão: Jogadores de ofício sempre é gente
Que tem bem pouco brio: nenhum sente
As maiores afrontas que no jogo
Lhe fazem cada dia; porque logo
Tornam a ser amigos os tratantes,
E jogam uns com outros como d' antes:
E então em que lugar querem que os ponha?
No grau da gente que não tem vergonha.

Cornélio: Ganhei o jogo, porque as vazas tenho,
E as honras todas.

Lambão: Oh, que errado empenho!
Sabem mal o que dizem; pois me espanto
Que, tendo tanta honra, ganhem tanto:
Que sem honra haja ganhos pode ser,
Pois só em quem tem honra há que perder:
isto diz o provérbio por conceito,
Que não cabe num saco honra e proveito.

(in *Assembleia do Isque*, p.12)

Este diálogo surge numa cena de jogo, e os seus protagonistas são Lambão, criado da casa, e Cornélio, peralta.

Lambão constrói a sua segunda intervenção jogando deliberadamente com a ambiguidade da palavra honra ('honra' com o sentido de 'dignidade' e 'honras' com o sentido de um determinado conjunto de cartas de jogar), de modo a poder desenvolver a sua tese acerca do jogo e dos jogadores. Ao concluir a sua réplica citando o provérbio¹⁶⁹, Lambão reforça o que disse

¹⁶⁹ No *corpus* apresentado no Apêndice I, o provérbio aparece registado da seguinte forma "Honra e proveito não cabem em saco estreito". A variante de realização que ocorre no

anteriormente. O provérbio assume aqui um estatuto claro de argumento de autoridade: ao introduzi-lo na sua argumentação, o criado apresenta uma 'prova de verdade' que garante a validade das asserções anteriores. Estamos perante um caso artificial de confronto verbal: a asserção de Cornélio ("Ganhei o jogo, porque as vazas tenho, e as honras todas") é refutada por Lambão, através de um conjunto de enunciados que colectivamente funcionam como argumento contra a opinião supostamente expressa. Encarada como sequência de actos ilocutórios, a argumentação tem como função básica, no quadro de um processo interactivo conflituoso, mitigar a expressão do desacordo pela explicitação dos suportes que justificam ou tornam aceitável a alegação controversa do falante. Se admitirmos que o princípio regulador da interacção dialogal é a busca preferencial do consenso, então teremos de admitir que o desacordo (acto "marcado" no quadro dos padrões convencionalizados de "pares adjacentes" preferenciais definidos pelos conversacionalistas (cf. Levinson,1983:336)) requer normalmente a explicitação de um motivo. Ora tal explicitação aproxima-se funcionalmente da 'justificação' que permite transitar de uma premissa ou dado inicial para a conclusão (cf. Toulmin,1969). Parece, pois, possível conciliar em certos aspectos as recentes abordagens pragmáticas da argumentação¹⁷⁰ com o esquema retórico tradicional: as diferentes asserções que integram o macro-acto argumentativo podem distribuir-se funcionalmente pelas categorias premissas (dados ou factos, informações de fundo, regularidades, presunções) e conclusão. Note-se, desde já, que este esquema não ocorre forçosamente saturado; há casos frequentes de argumentações defectivas, caracterizadas pela omissão, ou seja, pela não explicitação, de premissas ou conclusões.

Voltemos, então, ao nosso exemplo. A réplica de Lambão funciona globalmente como refutação de uma suposta afirmação anterior de Cornélio,

fragmento transcrito é ditada por razões estilísticas, concretamente a necessidade de rimar 'conceito' com 'proveito'.

¹⁷⁰ Recordem-se algumas definições recentes de argumentação: "Argumentation is a speech act complex consisting of a constellation of statements designed to refute or justify an opinion", van Eemeren (1987:202); "a speech act complex which is performed by asserting one or several propositions (...) to support or attack one or several other propositions (...) which is or are controversial", Kienpointner(1987:277).

como acima já assinalámos. Internamente, podemos verificar que se trata de um discurso que compreende uma alegação central ("Não é possível que Cornélio tenha ganho e tenha as honras todas"), sustentada em termos causais por dois enunciados genéricos ("Que sem honra haja ganhos pode ser" e "só em quem tem honra há que perder") e ainda pelo provérbio, que reforça de forma redundante os enunciados anteriores e simultaneamente garante a validade da alegação polémica: não é possível Cornélio ter ganhado e ter honra porque ou se ganha ou se tem honra. O provérbio funciona, pois, como caução, devido justamente ao seu estatuto de 'argumento de autoridade', defluindo tal autoridade do peso da tradição. A argumentação desenvolvida lembra o silogismo disjuntivo: ou se tem honra, ou se tem proveito ($p \vee q$); Cornélio ganhou, teve proveito (q), logo, não pode ter honra ($\neg q$). O ponto de vista expresso pelo provérbio traduz uma incompatibilidade entre dois factos; assim, se se admitir que a asserção proverbial é irrefutável, não é possível admitir, em termos de consistência lógica, a conjunção desses dois factos.

Do ponto de vista da relevância semântica do provérbio, em termos co-textuais, parece-nos importante sublinhar o modo como ele é introduzido no discurso: o demonstrativo isto remete anaforicamente para o fragmento discursivo imediatamente anterior, estabelecendo uma relação de co-referência que garante a coesão semântica do texto. O provérbio reúne os tópicos discursivos do jogo e da honra, que foram construídos ao longo do texto pela ocorrência de diversos itens lexicais semanticamente contíguos (isto é, portadores de traços semânticos parcialmente idênticos ou opostos) ou susceptíveis de activarem conceitos pertencentes a um mesmo campo semântico - jogo, jogador, ganhar, perder, ganho, vazas, honras; honra, vergonha (o tópico do jogo é retomado no provérbio através do termo proveito, que sustenta, a nível intra-textual, uma relação de sinonímia com ganho). A predicação expressa pelo provérbio é semanticamente relevante na medida em que permite construir, face à premissa co-textual "Cornélio afirma que ganhou e que tem honra", a inferência não trivial " O que Cornélio afirma não é verdade". O facto de se tratar de uma argumentação construída sobre um jogo de palavras (relembremos o duplo significado de honra) em nada afecta, a nosso ver, a análise proposta.

(ii)

Taramela: (...) Porém, tornemos à vaca fria; diga-me: onde se foi vossemecê curar?

Delambida: Aonde me fui curar? Ao Hospital. Então a convalescença vim-na ter a casa de uma minha conhecida, que me inculcou para aqui.(...) Enfim, não tive mais remelência que vender alguns cacareuzinhos que ainda tinha para me ir alimentando. Paciência! Vão-se os anéis, e fiquem os dedos. Bom é contar a gente da batalha.

(in *Ressurreição das cozinheiras no xagoão*, p.6)

Esta peça consiste num diálogo entre duas criadas, recheado de críticas às respectivas amas.

Do ponto de vista semântico, a coerência textual não é posta em causa pela inserção do provérbio. Delambida afirma que teve de vender alguns 'cacareuzinhos'; o provérbio retoma o tópico discursivo 'venda de bens sem grande valor' e produz sobre ele um comentário do tipo: 'pouco importa a venda de bens menores, desde que se preserve o essencial'. Desta forma, a citação do provérbio por Delambida equivale a uma justificação do seu próprio comportamento. Na sua interpretação-padrão, o provérbio valoriza o essencial em detrimento do supérfluo; no interior do discurso, a interpretação- padrão sofre uma especificação referencial, passando o supérfluo a ser instanciado pelos 'cacareuzinhos' e o essencial pela saúde ou, em termos mais latos, pela vida.

Do ponto de vista pragmático, estamos perante um acto de argumentação que se desenrola do seguinte modo:

- asserção funcionalmente equivalente à premissa inicial: "Não tive mais remelência que vender alguns cacareuzinhos (...)";
- citação do provérbio funcionalmente equivalente à segunda premissa ou justificação - "Vão-se os anéis, e fiquem os dedos"- reforçada pela asserção seguinte "Bom é contar a gente da batalha";

- conclusão não explicitada mas facilmente inferida a partir do acto ilocutório expressivo realizado pela enunciação de "Paciência!": "Não me importo de ter vendido os meus bens".

Estamos perante um esquema de argumentação que se afasta dos raciocínios formais. Aqui, aprecia-se um acto ou um acontecimento em função das suas consequências favoráveis ou desfavoráveis; por outras palavras, remete-se para a causa o juízo positivo ou negativo que se atribui aos efeitos dessa causa. Delambida avalia positivamente a venda dos bens materiais porque essa venda lhe trouxe consequências favoráveis, nomeadamente a recuperação da saúde. O provérbio, para além de funcionar como elo de ligação entre a primeira premissa e a conclusão implícita, funciona antes de mais como base de legitimação da conclusão; ao convocar, ao nível da sua interpretação-padrão, um 'topos' irrefutável no seio da comunidade ('Mais vale o essencial do que o acessório'), o provérbio justifica a atitude de Delambida.

(iii)

Delambida: (...) Enquanto me não deu a macacoa, não fiz outra coisa senão andar de Quinta em Quinta. Hoje para aqui, amanhã para ali. Então o melhor que aquilo tinha era ser *de grates pro Deus*. Fartei-me de andar a cavalo à custa da barba longa.

Taramela: Pois quem é que pagava o pato?

Delambida: Não era em pato, era em burro! De sorte que a tal minha ama tinha um sujeito que lhe fazia mercê. Então bem sabe vossemecê que à sombra de uns comem os outros; pois quem a boa árvore se chega, boa sombra o cobre. (...) Ainda não vi homem mais guapo! Aquilo era um Príncipe. Olhe que bastava que minha ama desse a entender que queria ir aqui, ou ali, para os burros de toda aquela circunvizinhança andarem em catacumbas de fogo com as escalamondras no rabo (...).

(in *Ressurreição das cozinheiras no xagoão*, p.7)

Delambida comenta a prodigalidade do sujeito que fazia mercês à sua ama, acedendo a todos os seus pedidos e caprichos e pagando todas as despesas da comitiva que os acompanhava nos frequentes passeios realizados.

O provérbio é introduzido pelo conector 'pois', conector pragmático que estabelece umnexo explicativo causal entre a asserção "à sombra de uns comem os outros" e asserção proverbial "quem a boa árvore se chega, boa sombra o cobre". Explicitando o valor deste conector, articularíamos as duas asserções do seguinte modo: "concluo que à sombra de uns comem os outros e digo isto porque sei que 'quem a boa árvore se chega, boa sombra o cobre'".

Estamos novamente perante um acto de argumentação: a asserção "minha ama tinha um sujeito que lhe fazia mercê" funciona como premissa inicial; a citação do provérbio introduz a segunda premissa que funciona como justificação da conclusão "à sombra de uns comem os outros". Simultaneamente, ao citar o provérbio Delambida implica uma avaliação positiva: o sujeito em questão é um indivíduo pródigo, uma vez que ele é a 'boa árvore' à sombra do qual todos comem.

O esquema argumentativo baseia-se não num raciocínio formal, mas num raciocínio analógico: tal como quem se chega a boa árvore beneficia da sua sombra, também quem se aproxima de um indivíduo pródigo beneficia dos seus favores.

(iv)

Taramela: (...) E vossemecê como vai com a sua [nova ama] ?

Delambida: Até agora, graças a Deus, não há razão de queixa: eu também estou aqui há dois dias... O que me a mim parece é que esta casa é de Gonçalo, e que pode mais a galinha que o galo; pois pelo que vejo a mulher é quem dá os dias Santos.

(in *Ressurreição das cozinheiras no xagoão*, p.15)

Delambida alude ao provérbio " Em casa de Gonçalo, manda mais a galinha que o galo". A asserção epistemicamente modalizada de Delambida ("o que a mim parece é que..."), na qual se encaixam as duas orações completivas que evocam o texto proverbial, descreve uma situação caracterizada pelo domínio da mulher no casal. O conector 'pois' é um conector pragmático; através dele, introduz-se uma nova asserção que justifica a anterior: 'se tal afirmo, é porque verifico que nesta casa é a mulher que dá os dias santos'.

É possível reconstituir aqui um esquema argumentativo com uma premissa não explicitada que podemos considerar como pressuposição pragmática ou assunção contextual partilhada:

Premissa implícita: 'quem dá os dias santos é quem manda em casa';

Premissa explicitada: 'nesta casa, é a mulher que dá os dias santos';

Conclusão: 'nesta casa, tal como na de Gonçalo, quem manda é a mulher'.

Trata-se de uma argumentação que podemos aproximar do esquema inferencial lógico do *modus ponens*. O provérbio apenas torna mais expressiva a conclusão, reforçando-a. A casa que está a ser referenciada pertence ao tipo de casas que o provérbio categoriza.

(v)

Delambida: Olhe, senhora Taramela: desde que eu conheci que todos os trabalhos que eu tenho passado eram castigo de ter metido a língua no que minhas amas faziam, fiz voto de nunca mais boquejar na vida alheia. Que lucro tira a gente disso? Nada, nada. (...) preguem quantos monos quiserem aos maridos, que eu há-de ser bem tarde. O gato escaldado de água fria tem medo. Mexericos nunca deram bom pago a ninguém.

(in *Ressurreição das cozinheiras no xagoão*, p. 14)

Neste fragmento, Delambida procura fundamentar a decisão que tomou no sentido de não voltar a comentar a vida alheia. Desenvolve, pois, uma

argumentação tendente a legitimar e justificar essa tomada de decisão. Como premissa inicial, alega-se a experiência passada, que apresenta Delambida como vítima da coscuvilhice. A citação do provérbio funciona como segunda premissa, funcionalmente equivalente à justificação que garante a relevância da conclusão. A conclusão ("Fiz voto de nunca mais boquejar na vida alheia") antecede a apresentação da premissa que a sustenta, o que dá origem a uma argumentação de tipo retrogressivo. Neste esquema argumentativo, a analogia desempenha um papel de relevo: Delambida decide abandonar a má-língua porque foi essa a fonte dos seus tormentos, do mesmo modo que o gato foge da água (mesmo fria) porque a identifica como fonte de sofrimento.

(vi)

Diogo: Tomara eu ver-me já na rua com outros fatos. Dize a verdade, Brás, os nossos aldeãos são bem feios, e de pouco gosto. Tenho pejo de passar pelo meio de tantas pessoas de bem com este capote, e estas cilouras.

Brás: Tenha ânimo, ouvi dizer que em Lisboa não é o hábito que faz o monge, mas sim o dinheiro.

(in *Academia dos Casquilhos*, p. 2)

Neste fragmento, o provérbio "O hábito não faz o monge" aparece inserido na construção de marcação de foco 'ser foco que X'. Esta construção põe em relevo o 'hábito', que aparece seguidamente contrastado com o 'dinheiro', através da adversativa 'mas'. Estamos, assim, perante uma estrutura contrastiva do tipo 'Não A mas B'¹⁷¹. Trata-se de uma construção com um valor refutativo, uma vez que nega e rectifica informação prévia.

Um dos aspectos que contribui para assegurar a coerência semântica do fragmento prende-se com a construção de uma rede lexical composta pelos termos fatos, capote, ceroulas, hábito, todos eles pertencentes a um mesmo

¹⁷¹ Cf. Barros (1986).

campo semântico, o campo do vestuário ou da roupa. Deste modo, garante-se a homogeneidade temática, uma vez que há um tópico discursivo unificador. Estamos, pois, perante um exemplo paradigmático de coesão léxico-temática. Curiosamente, verifica-se, neste contexto, uma distorção da interpretação- - padrão do provérbio. Com efeito, a metonímia cristalizada no lexema 'hábito' é automaticamente resolvida ao nível da interpretação-padrão, parafraseável por 'Não é a aparência que revela a essência'; no entanto, neste fragmento, o lexema 'hábito' é reconduzido ao seu significado literal de peça de vestuário.¹⁷²

A asserção de Diogo- "Tenho pejo de passar pelo meio de tantas pessoas de bem com este capote e estas ceroulas"- pressupõe pragmaticamente que em Lisboa as pessoas são avaliadas pelo que vestem; esta pressuposição pragmática é rebatida pela intervenção de Brás, através da construção contrastiva que nega e refuta tal assunção implícita.

(vii)

Fabrizio: Deixe-me, Tartaruga, que em mar de tantas penas certo vejo o naufrágio de sua vida.

Tartaruga: Não é necessário ainda fazer naufrágios pela alma, pois ainda poderá estar viva.

Lambisqueira: Se estivesse viva, havia (de) aparecer; porque a mim sempre me embalaram com aquele ditado 'Quem é viva sempre aparece'.

(in *Astúcias de amor e zelo*, p. 4)

O provérbio é explicitamente marcado como tal pela fórmula introdutória "sempre me embalaram com aquele ditado", cujo sujeito indeterminado remete para o enunciador colectivo que garante o estatuto de 'verdade geral' do provérbio. Para se compreender cabalmente o fragmento transcrito, importa

¹⁷² O fragmento que acabámos de comentar atesta um uso peculiar dos provérbios que corresponde ao que Wotjak designa por 'reliteralização' (integral ou parcial) das unidades fraseológicas (cf. Wotjak, 1988: 541-542).

esclarecer que ele se insere num momento da peça em que a fazenda de Fabrício acaba de ser destruída pelo fogo, tendo, entretanto, desaparecido a sua filha Violante.

Semanticamente, não há qualquer ruptura temática entre as intervenções das três personagens, uma vez que todas as réplicas giram em torno da incerteza quanto à vida ou morte de Violante.

Globalmente, a réplica de Lambisqueira funciona como refutação da intervenção de Tartaruga, intervenção na qual se admite a possibilidade de Violante poder estar viva ("pois ainda poderá estar viva"). No interior da réplica, e tendo em conta a articulação operada pelo conector 'porque', a citação do provérbio funciona como justificação da asserção condicional contrafactual de Lambisqueira. Através dessa asserção contrafactual, Lambisqueira expressa a convicção de que Violante não está viva, porque uma construção condicional contrafactual pressupõe a falsidade do antecedente. Assim, podemos reconstituir o seguinte esquema argumentativo:

Premissa 1: Quem é viva sempre aparece

Premissa 2: Violante não aparece

Conclusão: Violante não está viva

Em termos lógicos, o provérbio traduz uma implicação do tipo $\forall x$ (viver (x) \rightarrow aparecer(x)); pela regra da instanciação universal sobre um domínio restringido, construímos a implicação 'viver (Violante) \rightarrow aparecer (Violante)'; o co-texto, formado pelas réplicas anteriores àquelas que transcrevemos, permite-nos inferir a asserção que no esquema argumentativo aparece sob a rubrica 'Premissa 2' - 'Violante não aparece'; por *modus tollens*, concluímos que 'Violante não está viva'. Estamos perante uma argumentação passível de ser descrita à luz de um esquema inferencial clássico da lógica proposicional.¹⁷³

¹⁷³ Na terminologia de Perelman e Olbrecht-Tyteca (1976), estamos perante 'argumento quase-lógico' porque, pela sua estrutura, lembra um raciocínio formal.

(viii)

Violante: Não renoves a minha mágoa com essa lembrança: eu, esposa de um homem a quem nunca vi! (...) Oh, perdoe meu pai, que desta vez, rompendo as leis da obediência, seguirei só os ditames de meu alvedrio. Ai, amado Silvério, que só a ti se encaminham os meus amores! (*à parte*)

Lambisqueira: Eu já não digo nada, obra o que parecer melhor, que mais sabe o tolo no seu que o avisado no alheio.

(in *Astúcias de amor e zelo*, p. 8)

Violante não quer casar com o noivo que o seu pai escolheu por si, porque está apaixonada por Silvério. Lambisqueira, a criada, tenta persuadi-la a aceitar o noivo, mas Violante recusa tal solução. Lambisqueira, na última réplica transcrita, põe termo à conversa, através de uma injunção conclusiva - "obra o que te parecer melhor" - e justifica a sua injunção citando o provérbio.

(ix)

Valéria:: Vossa Mercê assim zombando, tem feito uma relação que podia servir para uma comédia, e talvez sobejar ainda dela um retalhinho para outra; e isto para quê? Para dizer que tem inclinação a Raimundo, e que quer casar com ele; uma cousa que com duas palavras estava dita, e que para mim, que sou boa entendedora, somente bastava meia.

(in *O pintor fingido*, p.4)

Valéria alude ao provérbio 'Para bom entendedor, meia palavra basta', transformando-o por forma a enquadrá-lo na sua réplica, tornando-o discurso seu. Não estamos perante um caso de citação de um fragmento pertencente ao repositório da sabedoria tradicional, mas sim perante um discurso que evoca ou

activa na memória do locutário um provérbio. Podemos considerar que o provérbio evocado funciona pragmaticamente como premissa elidida de uma argumentação que recorta o esquema inferencial clássico do *modus ponens*:

Premissa 1: Para bom entendedor, meia palavra basta

Premissa 2: Eu sou boa entendedora

Conclusão: Meia palavra basta(va)-me

(x)

Taramela:: (...) Mas tornemos à vaca fria: vossemecê viu bem se estava à janela o badameco do Estorninho? Queira Deus não nos esteja ele ouvindo, e que vá fazer alguma das suas: porque cesteiro que faz um cesto faz um cento, e quem o diabo tomou uma vez, sempre lhe fica um jeito.

(in *Relíquias do entretenimento ordinário das cozinheiras*, p. 10)

Depois de ter contado a Delambida que o vizinho "estudante bragante chapéu de alguidar", neste fragmento designado pela expressão "o badameco do estorninho", registara uma conversa de crítica às respectivas amas que as duas cozinheiras tinham mantido alguns dias antes, Taramela exprime o receio de que tal situação se volte a repetir.

A invocação dos provérbios neste contexto permite-nos inferir, por analogia, que Delambida teme um comportamento reincidente por parte do estudante: se ele actuou uma vez de determinada maneira, pode, tal como o cesteiro e como aquele que tomou o diabo, voltar a actuar do mesmo modo.

A argumentação aqui desenvolvida desenrola-se da seguinte forma:

Premissa 1: 'o estudante já teve um comportamento tendente a prejudicar-nos';

Premissa 2: 'cesteiro que faz um cesto faz um cento' e 'quem o diabo tomou uma vez, sempre lhe fica um jeito';

Conclusão: 'o estudante voltará a actuar do mesmo modo'.

Os provérbios funcionam como argumento a favor da conclusão implícita, pelo raciocínio analógico atrás invocado. Mas é claro que tal conclusão só se verificará se o estudante estiver a ouvir a actual conversa. Daí a manifestação do desejo de Delambida, através da frase optativa "Queira Deus não nos esteja ele ouvindo...".

(xi)

Delambida: Ai, apelo eu por mim (...) Como o tio é muito velho, em ele dando os fios à teia, logo nos casamos.

Taramela: Gavo-lhe a pachorra, mana. Quem espera por sapatos de defunto toda a vida anda descalço. Olhe, se eu fora a vossemecê, falava-lhe claro: pão, pão, queijo, queijo.

(in *Relíquias do entretenimento ordinário das cozinheiras*, p. 13)

A réplica de Taramela corresponde a uma condenação indirecta do comportamento de Delambida e comporta simultaneamente um conselho de comportamento alternativo. Taramela desaprova o facto de Delambida estar à espera da morte do velho tio para se casar e justifica a sua atitude citando o primeiro provérbio. Em seguida, Taramela realiza um acto ilocutório directivo, aconselhando uma outra forma de comportamento: 'fale-lhe claro (no casamento)'. O provérbio 'Pão, pão, queijo, queijo' funciona como mero reforço discursivo, pois repete, num registo figurado, o mesmo conselho.

Talvez este fragmento não ilustre de forma inequívoca a função argumentativa do provérbio, sendo antes representativo da plurifuncionalidade discursiva deste tipo de texto. No entanto, parece-nos que a citação do primeiro provérbio pode ser pragmaticamente interpretada como justificação de um acto ilocutório expressivo de desaprovação, indirectamente realizado pela asserção 'gavo-lhe a pachorra, mana'. Neste sentido, é pertinente a sua inserção nesta rubrica.

Do ponto de vista semântico, as réplicas de Delambida e Taramela partilham o tópico da espera da morte: Delambida espera a morte do tio ("em ele dando os fios à teia") para casar; Taramela, ao citar o provérbio, convoca o mesmo tópico, embora num plano mais genérico ("quem espera por sapatos de defunto..."), e desenvolve sobre ele um comentário, por forma a desaconselhar a atitude de espera.

3.2. Provérbios que funcionam como réplicas autónomas em pares adjacentes

(xii)

Valério: A falar-te a verdade, tomara jantar cedo: ajustei com o Doutor Gerúndio de ir à feira da Luz, e não quero que o Pai saiba.

Pilhéria: Pois se quer passar com uma miga de alhos, jantará primeiro que os mais.

Valério: Não me acomodo a isso.

Pilhéria: Diz lá o ditado: honra e proveito não cabe tudo em um saco.

Val.: Deixa-te de graças, apronta o jantar.

(in *Os carrinhos da Luz*, p. 5)

Trata-se de um diálogo entre Valério, filho do dono da casa, e Pilhéria, criada. Escolhemos intencionalmente um fragmento onde reaparece o provérbio comentado em 3.1.1.¹⁷⁴ para, por comparação, ilustrarmos a flexibilidade de adequação contextual que, a nosso ver, caracteriza o funcionamento do texto proverbial.

Do ponto de vista pragmático, vejamos como se constrói a relevância do provérbio e que função discursiva ele desempenha. O provérbio constitui neste

¹⁷⁴ Trata-se do mesmo provérbio, mas com uma ligeira alteração formal, que consiste na introdução de 'tudo'.

caso uma réplica completa, que se insere na seguinte sequência de actos ilocutórios:

- pedido indirecto de Valério
- asserção condicional de Pilhéria, que explicita as condições de satisfação do pedido
- não aceitação dessas condições por Valério
- citação do provérbio, que equivale à recusa indirecta do pedido

Dada uma construção condicional hipotética, sabemos que a não satisfação da condição expressa no antecedente implica a não ocorrência do conteúdo proposicional veiculado pelo consequente; assim, face à recusa de Valério, esperaríamos que a réplica de Pilhéria traduzisse a recusa de satisfação do pedido, através de uma asserção do tipo: "então, não janta". A dedução

$$\begin{array}{l} \text{se } p, \text{ então } q \\ \neg p \\ \therefore \neg q \end{array}$$

é geralmente aceite em lógica natural, isto é, nos raciocínios expressos em linguagem natural, embora se trate de uma dedução não válida em lógica formal. No lugar da asserção previsível "então, não janta" surge-nos a citação do provérbio, que aparece, numa primeira leitura, como co-textualmente irrelevante; no entanto, se abandonarmos o significado directo ou literal do provérbio e optarmos por uma leitura ou interpretação mais abstracta e geral, do tipo "Não é possível ter ao mesmo tempo duas coisas positivas" ou "Duas coisas positivas não coexistem", reconstruímos mais facilmente a sua pertinência discursiva¹⁷⁵. De facto, no processo interpretativo, a informação co-

¹⁷⁵ A posição de Honeck, Voegtle, Dorfmüller e Hoffman (1980) relativamente ao processo de compreensão do texto proverbial aproxima-se manifestamente desta nossa proposta de interpretação. Os autores mencionados, com base em pesquisas empíricas realizadas no âmbito da psicologia experimental, esboçaram uma teoria da compreensão do provérbio que tem como pilar básico a seguinte ideia: a função primária do provérbio é promover o desenvolvimento de uma interpretação que assume geralmente a forma de uma estrutura

textual permite-nos operar uma especificação referencial (as duas coisas positivas são jantar mais cedo e comer algo melhor que migas de alho), especificação essa que viabiliza o enquadramento do enunciado genérico no tópico discursivo, sendo assim assegurada a vigência da máxima da relação. Convém agora referir como construímos a interpretação proposta. Por generalização, substituímos honra e proveito pelo lexema coisa(s), nome susceptível de funcionar como hiperónimo de todos os nomes; considerámos seguidamente que os lexemas honra e proveito comportam um traço semântico de valoração positiva, na socio-semântica da nossa comunidade; quanto ao predicado caber num saco, considerámo-lo uma especificação figurativa do predicado mais abstracto coexistir.

Em terminologia griceana, a relevância do provérbio seria, assim, construída por implicatura conversacional. Através da citação do provérbio, Pilhéria recusa (indirectamente) satisfazer o pedido inicial de Valério. Diremos, então, que a citação do provérbio corresponde à realização de um acto ilocutório indirecto. O provérbio funciona, pois, como réplica autónoma e constitui o segundo membro do par adjacente 'pedido/recusa'.

Uma outra interpretação possível seria atribuir ao 'se' que introduz a asserção condicional de Pilhéria um valor bicondicional. Com efeito, podemos ler a condicional da seguinte forma: "se quiser passar com uma miga de alhos, jantará primeiro que os outros e se não o quiser, então não jantará"; a segunda asserção condicional teria, neste caso, o estatuto de proposição pressuposta.¹⁷⁶

conceptual abstracta, susceptível de relacionar a asserção literal com o contexto de uso; por outras palavras, o provérbio, pragmaticamente 'desviante' porque contextualmente não adequado, suscita uma interpretação abstracta que subsume, como instanciações possíveis, quer a situação descrita pelo significado (literal) do provérbio, quer a situação que situacionalmente motiva a sua utilização. Como no capítulo anterior já tivemos ocasião de realçar, estas instanciações mantêm entre si 'semelhanças de família', cognitivamente apreendidas em termos de analogia ou de similaridade conceptual.

¹⁷⁶ Em Lopes (1971: 28) analisa-se este valor bicondicional em termos de implicação recíproca ou equivalência lógica: o antecedente é apresentado como condição suficiente e necessária do conseqüente.

(xiii)

Surrupilha: Ai, minha filha, porque te vás desfazendo do teu asseio?

Delicada: Vão-se os anéis, fiquem os dedos.

Surr.: Tiveste alguns trabalhinhos de Justiça?

Del.: Certamente, as negras valentias do meu homem a mim é que dão na cabeça.

Surr.: Ouvi dizer que estava preso, mas não sei porquê.

Gurumete: Ai, foi uma bacatela, deitou a pique um casquilho com duas águas que lhe abriu no costado.

Surr.: E morreu?

Del.: Já passeia: agora quer vestido, e não dá o perdão por menos de dez moedas de quatro mil e oitocentos; com que para isso, e mais laudémios da Justiça, é preciso vender quanto tenho, e ficar por portas (p. 3).

(in *Assembleia fantástica*, p. 3)

Delicada, uma regateira, procura Surrupilha, uma adela, para lhe pedir que venda dois vestidos seus; Gurumete é marujo e cunhado de Delicada.

O provérbio que aqui ocorre constitui uma réplica completa e, de certo modo, anuncia cataforicamente informação que é posteriormente explicitada. O provérbio desencadeia uma interpretação de carácter genérico e abstracto, do tipo "mais vale largar o supérfluo e manter o essencial" (note-se que esta leitura é tributária do nosso conhecimento do mundo, que nos leva a seleccionar como pertinente, no par lexical anéis/dedos, a relação de conceptual 'acessório/essencial'); o contexto verbal subsequente permite especificar *a posteriori* o enunciado genérico preferencial, por forma a garantir a sua relevância semântica; assim, os vestidos que Delicada se propõe vender instanciam o "supérfluo", sendo o "essencial" concretizado pelo marido, que está preso e só será libertado a troco de dinheiro. No processo interpretativo, estas especificações extensionais são exigidas pela construção da coerência temática do texto.

Do ponto de vista pragmático, o provérbio funciona como resposta indirecta à pergunta traduzida pela interrogativa de instanciação "porque te vás desfazendo do teu asseio?" Através deste tipo de interrogativas, pretende-se saber a causa, o motivo da proposição *p* que corresponde à pressuposição 'Estás a desfazer-te do teu asseio'. Regra geral, uma pergunta destas é seguida por uma resposta que assume a seguinte conformação sintáctica 'por causa de N' ou 'porque F' (sendo N um nome e F uma frase). Neste caso concreto, ao citar o provérbio, Delicada explicita indirectamente o motivo que justifica a sua acção; trata-se de uma resposta situada no plano genérico dos valores e opções preferenciais, que conversacionalmente permite a construção de uma implicatura que explicita a informação pedida: (desfaço- -me do meu asseio porque) os vestidos são supérfluos relativamente ao que é essencial. O provérbio funciona, portanto, como réplica autónoma no par adjacente 'pergunta/resposta'.

(xiv)

Gurumete: Meu cunhado fez bem: peraltas, não me são nada: se fora comigo, aviava-o com cartas.

Surrupilha: Irias parar à viúva dos Cardais da Graça.*Gurumete*: Morra o homem e deixe fama.

(in *Assembleia fantástica*, p. 3)

O provérbio que surge neste fragmento- 'Morra o homem e deixe fama'- funciona como réplica completa. Ao citar o provérbio, Gurmete comenta avaliativamente, de forma indirecta, a asserção condicional de Surrupilha ("(se o fizesses) irias parar à viúva dos Cardais da Graça"), que descreve uma situação hipotética pouco favorável para Gurumete. O provérbio valoriza a fama em detrimento de tudo o resto, inclusive da própria vida. Uma paráfrase possível da sua interpretação-padrão seria 'Pouco importa o que possa acontecer a um indivíduo, desde que ele deixe fama'; ao citá-lo, Gurumete

pretende comunicar que pouco lhe importaria que a situação hipotética negativa evocada por Surrupilha viesse a concretizar-se, pois o que importa de facto, como a sabedoria popular ensina, é deixar (boa) fama. Gurumete desvaloriza, assim, a hipótese avançada por Surrupilha. Reconstituímos uma implicatura conversacional que é indispensável em termos de interpretação coerente do fragmento discursivo.

Parece-nos que o provérbio funciona como segundo membro do par adjacente 'asserção/avaliação negativa'.

(xv)

Alcaide: Minhas Senhoras, passem pelo incómodo de despir-se já, e já.

Presumida: Aqui, à vista de todos?

Gurumete: Quem o alheio veste, na praça o despe; vamos, dispa-se, Senhora Fragatinha.

(in *Assembleia fantástica*, p. 14)

Para enquadrar o excerto, diremos que no final deste entremez se descobre que a adela Surrupilha tinha alugado os vestidos de Delicada, em vez de vendê-los em segunda mão, como lhe competia. Argata e Presumida são obrigadas publicamente, no meio de uma 'função', a despir os vestidos alugados.

O provérbio que aqui ocorre goza de autonomia discursiva, já que funciona por si só como resposta indirecta à pergunta anterior; infere-se, por implicatura conversacional, uma resposta afirmativa_ "sim, vão vestir-se aqui"_ que reitera a injunção inicial.

Este fragmento revela-se particularmente interessante, porque permite uma dupla interpretação. Por um lado, como vimos, a citação do provérbio pode ser analisada no quadro do par adjacente pergunta/resposta, funcionando como resposta indirecta; por outro lado, podemos considerar que estamos perante um esquema argumentativo defectivo, em que se subentende uma

premissa. O provérbio configuraria a primeira premissa; a segunda premissa menor é inferida co-textualmente ("vocês vestiram o alheio"), a partir dos factos que foram relatados; a conclusão implícita ("vão despi-lo em público") decorre automaticamente das premissas, por simples *modus ponens*, e corresponde afinal à resposta afirmativa inferida.

Curiosamente, este provérbio joga em dois níveis de significação. Interpretado literalmente, insere-se no tópico discursivo (vestidos alugados), assegurando a continuidade temática do texto (os predicados actualizados pelo provérbio, vestir e despir, pertencem ao campo semântico da roupa, que também engloba, numa relação todo/parte, o tópico assinalado). Interpretado figurativamente, o provérbio diz-nos que "quem usurpa algo é publicamente desmascarado", funcionando como epifonema¹⁷⁷, com um efeito conclusivo e sintetizante. Simultaneamente sumário e moral da história, o provérbio, nesta última interpretação, assemelha-se a um micro-discurso narrativo, uma vez que descreve uma acção (socialmente condenável) e a respectiva sanção, condensando assim, de forma didáctica, a história contada no entremez¹⁷⁸.

Estamos, pois, perante um caso plurifuncional: a citação do provérbio corresponde à realização de diversas funções, sendo difícil discriminar aquela que é dominante.

3.3. Provérbio como argumento de autoridade que confirma e reforça uma intervenção anterior

(xvi)

¹⁷⁷ Cf. Zumthor (1976).

¹⁷⁸ Na terminologia de Dijk (1977) o provérbio explicita a macro-estrutura semântica do texto. Note-se que o provérbio aparece desde logo no título da peça: Assembleia fantástica ou Quem o alheio veste, na praça o despe- de acordo com van Dijk, o título é justamente um dos elementos que remete para a macroestrutura do texto, anunciando de forma condensada o conteúdo semântico global que vai ser articulado pelas microestruturas textuais.

Delicada: Aqui ficam os vestidos; faça bem a diligência.(...)

Surrupilha: Farei como coisa minha.

Delicada: Seja com brevidade, bem sabe que quem está preso...

Gurumete: Certamente. Navio ancorado não faz viagem.

(in *Assembleia fantástica*, p. 4)

O provérbio que ocorre neste fragmento- "Navio ancorado não faz viagem"- desencadeia uma implicatura conversacional que se traduz por uma especificação contextual, baseada num raciocínio por analogia: tal como o navio ancorado não faz viagem, também o homem preso não governa a vida.

Delicada formula um pedido ("Que seja com brevidade") e justifica-o através de uma asserção elíptica ("bem sabe que quem está preso...") que a réplica seguinte de Gurumete vai permitir clarificar. Ao iniciar a sua réplica com 'certamente', Gurumete aprova a justificação apenas insinuada por Delicada e reforça-a citando o provérbio. Este efeito de reforço coaduna-se plenamente com o estatuto de argumento de autoridade do provérbio.

(xvii)

Taramela: (...) Mas diga-me, e ele estava lá com ela?

Delambida: Só isso agora me faria rir. Com ela! Há de ser bem às horas! Ia lá às vezes; mas que importa se ela dizia que o não podia ver com dois olhos que Deus lhe deu na cara? Eu não sei como ele lá aparecia: porém, a necessidade tudo faz. O cão e o menino vão onde lhe fazem mimo.

(in *Ressurreição das cozinheiras no xagoão*, p. 9)

'Ele' designa neste fragmento o marido desprezado que, apesar das ofensas e humilhações, continua a aparecer em casa.

Delambida responde a uma pergunta formulada por Taramela e prossegue a sua intervenção formulando indirectamente um comentário negativo, de desaprovação ou condenação da atitude do marido da ama, ao afirmar "Eu não sei como ele lá aparecia". O conector 'porém' introduz uma nova asserção que funciona como argumento a favor de uma conclusão apreciativa menos negativa: o juízo crítico é atenuado a partir do momento em que se invocam justificações para o comportamento em causa. Assim, tal como o cão e o menino vão onde lhe fazem o mimo, também o marido continua a aparecer em casa movido pela necessidade.

O provérbio comprova e reforça a asserção anterior- "a necessidade tudo faz"- descrevendo uma situação que a exemplifica ou instancia de forma menos abstracta. Por outro lado, a citação do provérbio, desencadeia um raciocínio por analogia que nos permite inferir a conclusão 'é a necessidade que o leva a frequentar a casa'.

Estamos perante um caso de plurifuncionalidade discursiva do provérbio: ao reforçar a asserção anterior, o provérbio aparece também como peça de um esquema argumentativo.

3.4. Provérbio como comentário avaliativo

(xviii)

Argata: Eu quero aquele de riscas, que é seda mais da moda: este de matizes está próprio para uma senhora mais velha.

Presumida: Visto isso sou eu alguma velha? Parece-me que as nossas idades pouco diferem.

Argata: Sim, certamente, de vinte para cinquenta pouca diferença vai.

Presumida: Que importa ter eu cinquenta, (se) Vossa Mercê junto de mim parece minha irmã?

Argata: Ora senhores, por isso dizem que não há cego que se veja, nem torto que se conheça.

(in *Assembleia fantástica*, p. 6)

Argata e Presumida são as senhoras que vêm alugar os vestidos para irem a uma 'função'.

O provérbio que ocorre neste fragmento não constitui propriamente uma réplica autónoma. É introduzido pela expressão ("ora senhores, por isso) dizem que", funcionalmente equivalente a expressões do tipo "diz lá o ditado", "isto diz o provérbio"; nestes casos, ao atribuir explicitamente o estatuto de citação ao enunciado que vai proferir, o locutor 'desresponsabiliza-se', na medida em que se limita a reproduzir uma asserção alheia, mas ao mesmo tempo pode reforçar a sua intervenção pelo recurso ao argumento de autoridade.

No exemplo em causa, Argata ganha a disputa verbal porque remata contra-atacando com um provérbio. Ao citar o provérbio, Argata comenta depreciativamente a intervenção anterior de Presumida, pondo-a a ridículo. O provérbio adquire relevância contextual na medida em que a situação representada _ Presumida não reconhece os seus pontos fracos _ aparece como instância típica do estado de coisas descrito pela interpretação-padrão do provérbio, parafraseável por 'Ninguém vê os seus defeitos!'. Esta interpretação-padrão subsume, como instanciações possíveis, quer a situação descrita pelo significado literal do provérbio, quer a situação que contextualmente motiva a sua citação.

A citação do provérbio corresponde, assim, à realização de um comentário avaliativo, entendido como um sub-tipo dos actos ilocutórios expressivos, através do qual o locutor aprova ou deprecia uma intervenção precedente. No caso em apreço, a avaliação é depreciativa: ridicularizar alguém é sempre comentar de forma negativa um determinado comportamento.

(xix)

Falcete: Mas esta noiva de satanás ainda não chega? Quem espera desespera.

Cosme: Espere, Senhor Satanás, que ela pouco tarda; eu a chamo: Inês, Catarina, andem cá fora depressa.

(in *As astúcias de Falcete*, p. 9)

Falcete é um criado que se apresenta a Cosme como pretendente de sua filha Inês, escondendo, portanto o seu estatuto de criado, numa tentativa de enganar o velho pai e conseguir que Inês case com o seu amo.

Do ponto de vista semântico, a ocorrência da locução adverbial 'ainda não' na frase que precede a citação do provérbio desencadeia uma implicatura convencional, no plano dos valores temporo-aspectuais: ao dizer "esta noiva (...) ainda não chega", o locutor implica que a chegada da noiva já se deveria ter verificado, o que nos permite inferir que a espera está a ser, para ele, demasiado longa. O provérbio retoma o tópico discursivo da 'espera', assegurando, assim, continuidade temática ao texto. O encadeamento processa-se através de uma relação particular/geral: situação concreta da espera de Falcete/ asserção geral sobre as consequências da espera.

Do ponto de vista pragmático, a citação do provérbio corresponde à realização indirecta de um acto ilocutório expressivo: Falcete lamenta a sua situação.

(xx)

Padre: Faça o seu testamento a nosso bem;

Que o filho, se for vivo, sempre tem

Livre acção de pedir a sua herança.

Rasquete: Bem armada receita por lembrança! (à parte)

Padre: E em tal caso, sem meios ordinários,

Nós seremos os seus depositários

Para logo entregar quanto lhe toca.

Rasquete: Tem fel no coração, e o mel na boca. (à parte)

(in *A ambição dos tartufos*, p. 9)

Os padres da Companhia de Jesus estão a tentar extorquir o dinheiro de Remígio, que, na sua ingenuidade, não se apercebe do logro. Rasquete, o criado, está consciente da situação e vai fazendo os seus comentários, instituindo, assim, uma relação de cumplicidade com o público. Trata-se de um caso peculiar de provérbio que funciona autonomamente, pois, em rigor, não se trata de uma réplica, mas de um aparte, ou seja, de uma intervenção que não é dirigida para os interlocutores imediatos; Rasquete não está integrado, como participante activo, na interacção verbal que o fragmento reproduz, pois os seus comentários têm como destinatário o público. Funcionando como réplica completa num aparte, o provérbio comenta avaliativamente a situação que está a ser vivida: por especificação contextual, 'fel no coração' designa a intenção pérfida do padre, e 'mel na boca' refere o seu discurso envolvente, melífluo. Ao citar o provérbio como aparte, Rasquete visa denunciar, junto do público, o carácter enganador do discurso do padre, que não corresponde às suas intenções reais.

Integrável na série temática 'aparência vs. essência', o provérbio adquire relevância pragmática justamente porque, ao ser citado, comenta uma situação episódica que instancia claramente o desfazamento entre o ser e o parecer.

3.5. Provérbios que funcionam como sumário catafórico

(xxi)

Taramela: Pois em que o amargou vossemecê?

Delambida: Em quê? Em curtir umas malditas sezões, que me iam fazendo estender o canastro. Enfim, por um triz que não fui guardar os pintos ao cura.

Taramela: E vosemecê curou-se em casa de tal senhora?

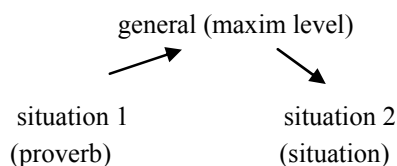
Delambida: Assim na curem a ela todos os dias de sua vida. O certo é que má árvore não pode dar bom fruto. Apenas eu tive a primeira sezão, pôs-me logo no olho da rua; e deixa gemer quem geme.(...)

(in *Ressurreição das cozinheiras no xagoão*, p. 5)

Trata-se novamente da conversa entre as duas criadas, Delambida e Taramela, acerca das respectivas senhoras. Em rigor, neste fragmento verifica-se não uma citação de um provérbio, mas uma alusão a um provérbio conhecido na comunidade, a saber, "De boa árvore, bom fruto". Ao transformar o provérbio, plasmando-o numa forma negativa que em nada lhe altera o valor semântico, o locutor expressa linguisticamente a equivalência lógica $p \dashrightarrow q \ \& \ \neg p \dashrightarrow \neg q$.

A expressão de índole proverbial que ocorre neste fragmento não funciona como réplica autónoma, embora também não apareça directamente referenciada como citação; ocorre integrada no discurso, depois da expressão "o certo é que", marcador conversacional destinado a assinalar o carácter irrefutável da asserção seguinte. A expressão proverbial é semanticamente relevante na medida em que anuncia a situação que o discurso subsequente descreve. É claro que a reconstrução da coerência do fragmento exige que se tome em consideração a interpretação-padrão do provérbio, parafraseável por 'se *A* tem uma propriedade negativa e *B* depende de *A*, então *B* tem também essa propriedade negativa'. Esta interpretação sofre uma especificação referencial contextualmente condicionada, que se traduz pela instanciação dos elementos indeterminados *A* e *B*: *A* é neste contexto a patroa má e *B* o comportamento da patroa, necessariamente negativo.¹⁷⁹

¹⁷⁹ Em Barley (1972) é apresentado um esquema que visa traduzir o processo de interpretação contextual dos provérbios e que revela afinidades com a nossa abordagem. Nesse esquema, que a seguir reproduzimos, o provérbio desencadeia uma leitura mais geral, susceptível de ser posteriormente instanciada pela situação que motiva a sua citação:



Do ponto de vista pragmático, o provérbio funciona como resumo catafórico das situações episódicas que vão ser relatadas; essas situações vêm apenas ilustrar a validade da asserção genérica proverbial.

(xxii)

Taramela: (...) Pobre marido! Ainda cada vez que me lembro não posso suster o riso. Pois olhe que era bem boa laia de homem; mas ainda isso às vezes é pior. E cria nela como em Santo António! Porém, é certo que há gente que em vendo mole, carrega, e que se lhe dão o pé, toma a mão.

(in *Ressurreição das cozinheiras no xagoão*, p.11)

Na sua réplica, Taramela alude ao provérbio 'Quem acha mole, carrega', transformando-o por forma a torná-lo discurso seu.

O provérbio evocado desempenha uma função catafórica, pois anuncia, e simultaneamente sintetiza ou resume, a narrativa que se segue. Por outras palavras, a validade do provérbio é confirmada pela história que vai ser relatada e onde se configura uma ilustração possível, uma instanciação episódica da asserção genérica proverbial: dado que o marido é um indivíduo 'mole', a mulher engana-o, acabando por extorquir-lhe dinheiro através de uma artimanha bem urdida. Semanticamente, o provérbio introduz assim um tópico discursivo abstracto e geral que vai ser posteriormente desenvolvido pelo relato de uma sequência de eventos espacio-temporalmente ancorados. A narrativa subsequente é uma concretização, um exemplo que comprova a verdade da asserção proverbial.

O conector 'porém', que introduz a asserção onde aparece a alusão ao provérbio, marca um contraste entre duas orientações argumentativas: ao afirmar que o marido "era boa laia de homem" e "cria nela |mulher| como em Santo António", Taramela apresenta argumentos a favor de uma conclusão do tipo 'ela devia tratá-lo bem'; ao evocar o provérbio, Taramela implica uma conclusão contrária- 'ela trata-o mal'-, que o discurso subsequente vai ilustrar.

(xxiii).

Anselmo: Para instruir-vos bem de tudo, hei de tomar as cousas de longe. Diz o provérbio que quem mais tem mais deseja; e eu achando-me com algum dinheiro, (...) pensei que o melhor de tudo era entregá-lo a meu filho, e mandá-lo para Lisboa, para que intentasse algum novo estabelecimento.

(in *Academia dos Casquilhos*, p.30-31).

Explicitamente marcado como citação proverbial, pela utilização da expressão introdutória 'Diz o provérbio que', o provérbio funciona claramente, neste fragmento, como sumário antecipado da narrativa subsequente. Tem, pois, uma função catafórica, dado que anuncia a narrativa que se segue, mera ilustração da assunção genérica proverbial..

3.6. Provérbios que funcionam como resumo anafórico

(xxiv)

Delambida: "(...) *Eu agora estou com visita. Tomara eu a saber o que ele cá vem cheiricar? Não lhe dei ainda há bem poucos dias doze vinténs? Que vá trabalhar que bom corpo tem. Aqui não é a casa da moeda. Olhe, minha rica, eu fiquei como o Pai de Santo António! Pois não? Não bastava o que basta, senão ainda em cima... Mas a culpa é dele. Quem se faz mel, comem-no as moscas.*

(in *Ressurreição das cozinheiras no xagoão*, p. 10)

No fragmento acima transcrito, Delambida relata a reacção verbal da ama à notícia da chegada do marido, num momento em que ela, ama, estava a tomar chá com o seu 'chichisbéu'.

Do ponto de vista semântico, embora não esteja expresso nenhum conector, há uma relação causal entre a proposição 'a culpa é dele' e o conteúdo proposicional expresso pelo provérbio. A interpretação-padrão do provérbio_ 'Quem é demasiado brando sofre consequências negativas'_ gera contextualmente uma implicatura conversacional que se traduz por uma especificação referencial: 'sendo ele, o marido, um indivíduo demasiado brando, sem dignidade, forçosamente sai enxovalhado das situações'.

Pragmaticamente, o provérbio sumaria, de forma conclusiva, a narrativa anterior. Concomitantemente, funciona como justificação explicativa da asserção anterior.

3.7. Provérbios como tropos ilocutórios

(xxv)

Taramela: Olhe, mana, ainda agora, haverá coisa de um santiamem, tinha eu dito cá c'os meus botões: quem me dera topar por aqui a minha rica Delambida. Quando neste comenos me chama vossemecê. Falem no mau, aparelhem o pau.

(in *Relação do castigo e contratempos...*, p. 2)

Este uso do provérbio parece-nos substancialmente distinto dos que encontramos até agora. De facto, trata-se de um tropo ilocutório (um 'speech act idiom', na terminologia de Norrick, 1985), na medida em que a fórmula se aplica directamente à situação, para, de modo totalmente convencional, comentar ou anunciar a chegada de alguém de quem se fala ou em quem se está a pensar.

3. 8. Observações finais

3.8.1. Modos de inserção do provérbio

Nos excertos analisados, constatámos duas possibilidades de ocorrência dos provérbios: ora funcionam como simples réplicas autónomas ("free conversational turns"), ora surgem integrados numa estrutura discursiva mais vasta.

No que diz respeito à forma de integração do provérbio, há duas possibilidades: os provérbios podem ser citados sem qualquer alusão ao seu estatuto de texto proverbial, sendo, no entanto, reconhecidos como tal pelo locutário porque pertencem a uma gama de textos estereotipados armazenados na memória colectiva; podem também ser introduzidos no discurso de uma personagem através de fórmulas do tipo 'como diz o provérbio', 'lá diz aquele ditado', 'pois diz o rifão', 'diz bem o adágio antigo', ou então 'sempre ouvi dizer que', 'o certo é que', 'bem dizia minha avó'. Nestes casos, é mais evidente e marcada a distância entre locutor e enunciador; explicita-se o recurso ao repositório da sabedoria tradicional para fundamentar uma tomada de posição. Assim, as expressões introdutórias, para além de sublinharem claramente o estatuto de citação do texto proverbial, revelam a aceitação do provérbio como argumento de autoridade. Expressões como 'o certo é que', 'eu sempre ouvi dizer que', 'bem diz o ditado' ou 'lá diz o ditado' são consideradas por Cerquiglini (1976) como marcas das modalidades assertivas típicas do texto proverbial; apontam para o estatuto de verdade geral do provérbio, fundamentando essa verdade em factores como a antiguidade, a evidência epistémica e a autoridade da tradição.¹⁸⁰

¹⁸⁰ No *corpus*, só encontramos um caso de contestação do estatuto de argumento de autoridade típico do provérbio. Dada a sua singularidade, passamos a transcrevê-lo:

Ambrósio: Nisso mesmo mostrou ele (Lourenço) a sua virtude; porque minha cunhada precisava de muita correcção.

Luísa: Eu não censuro a correcção indispensável; noto a impaciência do justo no praticar acções que causam enormidade aos pecadores; é, portanto, falso aquele adágio que diz

3.8.2. Funções discursivas

Quanto às funções discursivas mais frequentes, parece-nos possível esboçar uma tipologia de usos paradigmáticos. Assim, distinguimos seis tipos de funções, que descreveremos brevemente. São elas: funções argumentativas, réplicas autónomas em pares adjacentes, comentários avaliativos, reforço amplificante de uma intervenção anterior, funções de organização textual e tropos ilocutórios.

a) Funções argumentativas

Neste grupo, incluímos os casos em que a citação do provérbio se integra num acto ilocutório complexo, composto por diversos actos ilocutórios elementares que, analisados de forma relacional, desempenham funções distintas. Assim, há actos ilocutórios que funcionam como argumentos tendentes a justificar ou refutar um outro acto ilocutório, que, a nível textual, funciona como opinião expressa.

A lógica que preside à argumentação construída nas interações coloquiais quotidianas não nos parece passível de ser sempre descrita à luz dos esquemas inferenciais da lógica proposicional clássica (nomeadamente, *modus ponens*, *modus tollens*, silogismo disjuntivo e silogismo hipotético). A consistência de uma argumentação em linguagem natural não se avalia apenas

'Filho de peixe sabe nadar', pois que o não vejo realizado no primo Venâncio: ele detesta o maquiavelismo enganoso da impostura, e não se lhe encontram feses no coração.

(in *O beato ardiloso*, p. 5)

Para se entender cabalmente este fragmento, é necessário sublinhar que Lourenço, pai de Venâncio e tio de Luísa, é caracterizado em intervenções anteriores como impostor e violento, com comportamentos agressivos em relação à mulher. Este fragmento é particularmente curioso, na medida em que se nega a verdade absoluta da asserção proverbial 'Filho de peixe sabe nadar', através da apresentação de um contra-exemplo, de uma situação recalcitrante.

A interpretação-padrão do provérbio pode ser parafraseda do seguinte modo: 'as propriedades do pai são herdadas pelos filhos'. Luísa nega a verdade desta asserção genérica invocando uma situação concreta que a contradiz: Venâncio não herdou o 'maquiavelismo enganoso da impostura' e não tem 'fezes no coração', sendo, assim, diferente do pai.

em função de critérios de validade formal; trata-se de uma consistência ancorada essencialmente em critérios de natureza semântico- - pragmática. Por isso mesmo, é imprescindível que haja uma conexão semântica entre as asserções que configuram as premissas e a conclusão e, por outro lado, a conclusão que se pretende impor ao interlocutor tem de ser sustentada por argumentos cuja relevância pressupõe a partilha dos mesmos critérios de avaliação.

Encontrámos exemplos de discurso argumentativo passíveis de ser enquadrados na estrutura prototípica de uma argumentação simples, formada por duas premissas e uma conclusão. É esta a estrutura dos silogismos retóricos dedutivos ou 'entimemas' analisados por Aristóteles, na Retórica. É ainda esta estrutura que aparece no modelo simples de argumentação desenvolvido por Toulmin (1969), embora a terminologia utilizada pelo autor seja distinta ("datum" e "warrant" são os termos utilizados para designar as premissas, e "claim" designa a opinião que se pretende sustentar e que equivale à conclusão). Nos casos que conseguimos enquadrar no esquema prototípico da argumentação, os actos ilocutórios elementares que globalmente configuram o macro-acto argumentativo pertencem à categoria das asserções (ou actos ilocutórios representativos), sendo fulcral o nexos semântico entre os diversos conteúdos proposicionais expressos. Como os provérbios fazem parte das crenças supostamente partilhadas pelos membros da comunidade, são geralmente invocados como premissa ou argumento irrefutável que garante a consistência da conclusão. Verificámos que o provérbio pode ocorrer totalmente explicitado, nos esquemas argumentativos saturados, ou funcionar como premissa implícita, nos esquemas defectivos em que é convocado por mera alusão.

Quanto ao modo de apresentação da argumentação, impõe-se como largamente dominante a forma retrogressiva, que corresponde à ordenação 'conclusão'--> 'premissas'. As premissas explicam ou justificam a conclusão, sendo os conectores mais utilizados 'porque' e 'pois'. A forma progressiva, 'premissas'--> 'conclusão', não é produtiva no *corpus*.

Encontrámos também provérbios com funções argumentativas em discursos que não são redutíveis à estrutura prototípica acima mencionada. Continuamos, porém, a considerar que se trata de um uso argumentativo, uma

vez que a citação do provérbio funciona como justificação (ou refutação) de uma intervenção anterior (por exemplo, justificação de um acto ilocutório directivo ou expressivo, refutação de pressuposições subjacentes a uma asserção anterior).

b) Réplicas autónomas em pares adjacentes

Dois enunciados adjacentes, produzidos por falantes distintos, ordenados em termos de primeira e segunda parte de um fragmento conversacional tipificado, ou seja, organizado sequencialmente de forma convencional, formam a unidade básica da estrutura da conversa (cf. Levinson, 1983: 303 e ss.). No nosso *corpus*, há provérbios que funcionam como réplicas autónomas num quadro da tomada da palavra e transição de locutor ("turn-taking"), funcionando indirectamente como segundo membro de um par adjacente (por exemplo, resposta a uma pergunta ou recusa de um pedido).

c) Comentário avaliativo

Entendendo por 'comentário avaliativo', de acordo com Vanderveken (1988), um acto ilocutório de tipo expressivo, através do qual o locutor aprova ou condena uma intervenção precedente, incluímos nesta rubrica todos os provérbios que predominantemente traduzem a atitude do falante relativamente à situação que está a ser vivida ou que foi previamente descrita.

d) Reforço amplificante de uma intervenção anterior

Esta função discursiva é de natureza eminentemente retórica. Sendo um argumento de autoridade, um 'topos' legitimado pela 'sabedoria das nações', o provérbio é um elemento verbal particularmente vocacionado para confirmar e

reforçar uma intervenção discursiva, numa estratégia de persuasão do interlocutor. Poder-se-ia subsumir esta função nos usos argumentativos, uma vez que o reforço de uma intervenção responde sempre a um movimento táctico tendente a incrementar o grau de aceitabilidade do que foi dito. No entanto, neste tipo de uso não se verifica nem uma relação de justificação ou refutação entre actos linguísticos, nem a activação do esquema argumentativo típico. Por isso mesmo, decidimos abrir uma rubrica distinta para este uso frequente do provérbio.

e) Funções de organização textual

As funções que agora vamos referir ilustram o que Conte (1989) designa por fenómenos de "metatextualidade", relacionados com a função que uma parte de um texto desempenha no quadro da composição global desse mesmo texto. Assim, a análise do *corpus* levou-nos a concluir que há fundamentalmente duas funções de organização textual asseguradas pelos provérbios:

- o provérbio pode funcionar como sumário conclusivo ou resumo anafórico de uma narrativa. Quando tal acontece, o provérbio condensa a macro-estrutura semântica do texto;

- o provérbio pode ainda funcionar como asserção que de forma condensada e genérica anuncia cataforicamente as situações episódicas que vão ser descritas no discurso subsequente. Nestes casos, funciona como resumo catafórico.

Note-se que alguns provérbios integram o título de peças de teatro de cordel e aparecem também na réplica que remata essas mesmas peças. Nos lugares estratégicos de abertura e fechamento de um texto, o provérbio funciona como moldura, anunciando ou sintetizando de forma condensada e sentenciosa uma história. O pendor conclusivo do provérbio fá-lo aproximar-se das moralidades que frequentemente encerram as fábulas e os contos da literatura popular.

f) Tropos ilocutórios

Encontrámos, por fim, um caso peculiar de funcionamento do texto proverbial, que designámos por 'tropo ilocutório'. Trata-se da citação de um provérbio que funciona como acto ilocutório idiomático, na medida em que o seu valor ilocutório primitivo, directo ou literal, é integralmente substituído por um valor ilocutório convencionalizado.

3.8.3. Conectores

Outro aspecto importante a destacar nestas observações finais prende-se com os conectores que, de forma explícita ou implícita, viabilizam o encadeamento do provérbio na sequência textual. Há, essencialmente, dois conectores no nosso *corpus*: porque (ou que causal) e pois, comutáveis em todos os casos analisados.

Numa primeira aproximação, pois parece-nos ser um conector pragmático, já que opera sempre um encadeamento ao nível dos actos ilocutórios, introduzindo um acto de justificação relativamente a um acto linguístico anteriormente realizado. Porque pode funcionar como operador semântico, estabelecendo um nexos de causalidade entre conteúdos proposicionais, mas, noutros casos, desliza para uma interpretação próxima de pois, quando a explicação causal se torna uma espécie de justificação do que se disse na primeira proposição. Nesta óptica, um conector semântico seria um relator proposicional, operando ao nível do dito, e um conector pragmático seria um relator de actos de fala, operando ao nível do dizer.

No entanto, talvez seja possível superar uma descrição linguística que distinga *a priori* operadores semânticos e conectores pragmáticos. De acordo com Moeschler (1989), e num quadro teórico basicamente tributário do modelo cognitivista da comunicação defendido por Sperber e Wilson (1986), a descrição semântica de porque ("parce que") implica o recurso a uma representação lógica que contém uma regra de eliminação. Dito de outro modo,

o processamento cognitivo do conector 'porque' activa regras de dedução interpretativas que produzem implicações ou conclusões não triviais. Assim, uma regra de eliminação permite construir assunções de saída que explicam ou analisam o conteúdo das assunções iniciais. Moeschler retoma a regra de eliminação de 'porque' proposta por Blakemore (1987):

Input: P porque Q

Output: (i) P

(ii) Q

(iii) CAUSA (Q,P)

Vejamos um exemplo: 'A Maria está doente porque comeu muito'. De acordo com a regra de eliminação proposta, concluímos que o facto de ter comido muito é a causa da doença de Maria. Segundo Moeschler, deve acrescentar-se a esta regra de eliminação um princípio de interpretação por defeito, assim enunciado: o valor semântico de 'P porque Q' é dado em (iii). Se este valor for inconsistente, ou seja, contextualmente não pertinente, é substituído pela relação inversa, ou seja, CAUSA (P,Q). Atente-se no seguinte exemplo: 'O João caiu da bicicleta, porque tem o braço engessado'. O nosso conhecimento do mundo invalida a representação semântica (CAUSA (João tem o braço engessado, João caiu da bicicleta)). É em casos como este que se opera a inversão assinalada. Partindo desta descrição uniforme, o autor distingue seguidamente quatro usos de 'porque', que faz corresponder a interpretações pragmáticas calculadas em função do princípio da relevância:

a) operador semântico, quando se verifica um encadeamento sobre conteúdos proposicionais ((CAUSA (Q, P))). Veja-se o exemplo: 'A Maria está doente porque comeu muito';

b) encadeamento ao nível do acto ilocutório, sendo P ilocutoriamente marcado, isto é, não fazendo parte dos actos de tipo representativo ((CAUSA (Q, F (P))). *F* é o marcador da força ilocutória não representativa de P. A título de exemplo, atente-se no enunciado 'Vem depressa, porque tenho uma

mensagem para ti'. A representação semântica deste enunciado seria algo como (CAUSA (tenho uma mensagem para ti, INJUNÇÃO (tu vens depressa));

c) inferência 'sugerida', quando o valor causal por defeito é inconsistente com a interpretação mais plausível, fundamentada no nosso conhecimento do mundo, Neste caso, opera-se uma inversão da relação de causalidade. A inferência 'sugerida' corresponde à representação (CAUSA (P, Q)). Veja-se de novo o exemplo: 'O João caiu da bicicleta, porque tem o braço engessado'.

d) retorno sobre a enunciação, sendo P marcado por um predicado pragmático genérico, 'dizer' ((CAUSA (DIZER (P),Q)). Atente-se no enunciado 'Tenho frango no frigorífico, porque não me apetece cozinhar'. Uma paráfrase possível deste enunciado seria 'informo-te que há frango no frigorífico, e justifico a minha informação dizendo que não me apetece cozinhar'.

Não nos parecem particularmente claras as definições do terceiro e quarto usos de 'porque'. No que diz respeito ao uso dito de 'inferência sugerida', julgamos que o conector 'porque' não traduz, no exemplo seleccionado, uma relação de causalidade interproposicional. Trata-se de um 'porque' explicativo da asserção anterior: afirmo que o João caiu da bicicleta e explico ou justifico a minha asserção dizendo que ele tem o braço engessado. Se fosse um conector causal, seria possível inverter a ordem das orações, o que não se verifica neste caso (cf. Porque comeu muito, a Maria está doente/* Porque tem o braço engessado, o João caiu da bicicleta). Interpretado como explicativo, 'porque' estaria então a ser usado como conector pragmático, ilustrando o uso dito de 'encadeamento ao nível do acto ilocutório'.

Quanto à definição do quarto uso de 'porque', designado por 'retorno sobre a enunciação, julgamos que carece de evidência empírica. Em nosso entender, o enunciado que exemplifica esse uso desencadeia preferencialmente a interpretação (CAUSA (Q, DIZER (P), parafraseável por 'o facto de não me apetece cozinhar é o motivo que me leva a dizer-te que há frango no frigorífico'. De acordo com esta interpretação, este exemplo ilustraria o uso dito de 'encadeamento ao nível do acto ilocutório', sendo P afectado pelo marcador ilocutório dos actos representativos. Não encontramos qualquer razão sólida para excluir os actos ilocutórios representativos da definição do segundo uso de

'porque'; tal como pode haver uma causa que justifique uma injunção, também pode haver uma causa que justifique uma mera asserção.

Feita estas ressalvas, teríamos, então, apenas dois usos paradigmáticos de 'porque': operador semântico e operador de encadeamento ilocutório.

No *corpus* analisado encontramos exclusivamente o uso b). Em (viii), por exemplo, o conector introduz um argumento que justifica o acto ilocutório directivo anteriormente realizado pelo falante: (CAUSA (Mais sabe o tolo no seu que o avisado no alheio, INJUNÇÃO (obrar o que parecer melhor)). Em (iii), 'pois' introduz um argumento que explica ou justifica o acto ilocutório representativo previamente realizado: (CAUSA (Quem a boa árvore se chega, boa sombra o cobre, ASSERÇÃO (à sombra de uns comem os outros)).

Concluimos, então, que os conectores 'porque' e 'pois', no *corpus*, devem ser interpretados no quadro do macro-acto argumentativo, dado que o enunciado por eles introduzido serve para justificar um acto ilocutório previamente realizado.

Numa análise mais fina, as representações semânticas deveriam incluir um modalizador epistémico, na medida em que a crença de que a asserção proverbial é verdadeira é que que justifica ou motiva a realização de um determinado acto ilocutório. Teríamos, então, uma representação do tipo (CAUSA (M(Q)), F(P)), sendo M o indicador da modalização epistémica e F o marcador da força ilocutória de P.

4. ANÁLISE DO PROVÉRBIO INSERIDO EM TEXTOS DA IMPRENSA CONTEMPORÂNEA

Neste parágrafo, analisaremos provérbios contextualizados em textos da imprensa contemporânea. Trata-se de um *corpus* de reduzida extensão que apenas visa ilustrar a vitalidade do provérbio nos nossos dias, através de uma breve amostragem de alguns dos seus usos paradigmáticos.

Os provérbios que ocorrem neste nosso segundo *corpus* aparecem a) em posição de destaque, como títulos ou subtítulos de artigos, crónicas ou breves notícias de carácter político-social; b) no interior de "leads"; c) inseridos no corpo desses mesmos artigos ou crónicas, por vezes em posição de remate conclusivo.

Quer apareçam em posição de destaque, quer no interior de "leads" ou de artigos, os provérbios podem ser integralmente citados ou parcialmente truncados e até distorcidos.

Procuraremos sistematizar as funções pragmáticas que os provérbios desempenham nestes textos, à semelhança do que fizemos anteriormente com os fragmentos de teatro de cordel.

4.1. Provérbios em posição de destaque

(i) Tal pai, tal filho

Trata-se do título de uma crónica de E. Prado Coelho, publicada no jornal Público (2 de Julho 1990). Nesta crónica, Prado Coelho apresenta as ideias-chave do livro de E. Todd intitulado "L'invention de l'Europe". O título condensa cataforicamente, e num nível figurativo, a conclusão de Todd, que passamos a transcrever:

"Entre 1965 e 1970, todos os indicadores estatísticos se alteraram, toda a estrutura social basculou. Por uma razão muito simples. Foi neste momento que as gerações nascidas depois da Segunda Guerra Mundial atingiram a idade adulta. Uma equação muito simples permite datar o arranque do ensino

superior, a desindustrialização, a terciarização da economia, a queda da fecundidade, a extinção do catolicismo, a decomposição das ideologias: 1945+20=1965. Esta geração e as que se seguem definem uma nova sociedade europeia: de alto nível cultural, terciária, indiferente à religião, desprendida da ideologia".

A geração de 1965 e as que se seguem têm, pois, na opinião de Todd, as mesmas características. No título, o provérbio condensa a mesma ideia-chave, já que a sua interpretação-padrão admite a paráfrase 'os filhos são como os pais'.

(ii) Santos da casa não fazem padroeiros

Este título, que encabeça um artigo de M. Santos no Público de 2 de Julho de 1990, alude, transformando-o, ao provérbio "Santos da casa não fazem milagres". A distorção do provérbio verifica-se a nível lexical, pela mera substituição de um item ('milagres'/padroeiros'). O artigo refere a história dos sucessivos padroeiros do Porto, que não coincidem com os santos mais festejados da cidade. Parece-nos que o título anuncia de forma condensada o conteúdo global do artigo, sendo particularmente eficaz do ponto de vista informativo. Com efeito, de acordo com a teoria da informação, quanto maior for a previsibilidade de ocorrência de um sinal, tanto menor é o seu potencial informativo; ora, quando se inicia a leitura do título, gera-se uma expectativa de previsibilidade que é assegurada pelo facto de o provérbio pertencer à competência linguístico-cultural da massa dos falantes da comunidade; a substituição lexical atrás referida quebra essa expectativa, introduzindo um elemento novo, que no entanto o leitor não consegue interpretar cabalmente. Deste modo, trata-se de fomentar a curiosidade do leitor, incitando-o à prossecução da leitura; o título só deixa de ser algo enigmático quando se conhece a globalidade do artigo, e, retrospectivamente, podemos considerar que ele funciona, de facto, como sumário do artigo.¹⁸¹

¹⁸¹ Como assinala Wotjak, "si la estructura morfosináctica se ve cambiada, sea que se haya sustituido un componente de la UF (unidade fraseológica) por otra palabra, sea que se haya invertido el orden lineal de los componentes (...), el efecto estilístico comunicativo se

(iii) Diz-me com quem andas...

Numa crónica social do Expresso de 18 de Novembro de 1989, aparece como título esta citação truncada de um provérbio de tal modo banalizado pelo uso que qualquer elemento da comunidade activa de imediato a sua forma completa: 'Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és'. Na crónica, o jornalista descreve a atitude de desconfiança de dois membros do CDS, de tendência 'freitista', ao descobrirem, num restaurante lisboeta, um correligionário seu a almoçar com um grupo de outros centristas, publicamente reconhecidos como críticos relativamente a Freitas do Amaral.

Através da citação do provérbio, o jornalista comenta ironicamente a atitude dos dois elementos do CDS, dando a entender que procederam de acordo com o provérbio, extraindo ilações a partir das companhias. Mais do que resumir a situação que vai ser descrita, o provérbio comenta-a de forma conclusiva, na medida em que inscreve o comportamento de dois indivíduos específicos num padrão geral de raciocínio algo linear.

(iv) Em Abril, inquéritos mil

É este o título de um artigo publicado n'O Independente de 7 de Abril de 1989, onde se comentam os inquéritos parlamentares às actividades do Ministério da Saúde liderado por L. Beleza, e se comenta a abertura de um inquérito à Comunicação Social. O título alude ao provérbio "Em Abril, águas mil", transformando-o, tal como no exemplo precedente, através de uma mera substituição lexical ('águas'/'inquéritos'). É evidente que a alteração no plano do significante se repercute no plano do conteúdo. Assim, o título não actualiza a interpretação-padrão do provérbio subjacente, antes anuncia, de forma

basa en el hecho de que el usuario nativo del español (...) reconstituirá la UF "correcta" soslayante o por lo menos se dará cuenta de que se está jugando con una UF parcialmente modificada, lo que basta para producir el efecto comunicativo deseado de un juego fraseológico más o menos original y eficiente empleado para llamar la atención del oyente al fenómeno descrito o para retener, fijar, almacenar el mensaje transmitido" (1988: 540).

hiperbólica, o que vai ser desenvolvido no corpo do artigo. Por outro lado, a manutenção da estrutura binária do provérbio, cimentada pela preservação da rima interna, e a concomitante quebra da previsibilidade gerada pela substituição de um item lexical, são factores que actuam no sentido da captação do interesse do leitor, numa estratégia de eficácia perlocutória.

(v) Amigos, amigos, "perestroika" à parte

Trata-se do título de um artigo publicado n' O Independente de 7 de Abril 1989, sobre a visita de Gorbachev a Cuba. Uma vez mais, estamos perante um caso de modificação de um provérbio conhecido, "Amigos, amigos, negócios à parte". A modificação consiste novamente numa substituição lexical, sendo mantida intacta a estrutura sintáctica e rítmica do provérbio. O título tem uma função catafórica, anunciando de forma resumida o que o corpo da notícia irá expandir. A modificação de um provérbio atestado funciona, como atrás já se disse, como um mecanismo de realce informativo.

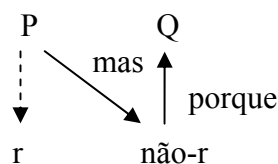
(vi) Uma cabeça e uma sentença

Este título introduz um artigo de Clara Ferreira Alves, no Expresso de 11 de Março de 1989. Acrescente-se que o artigo começa da seguinte forma: "No Expresso como em toda a parte, cada cabeça sua sentença. Mas por uma causa justa e princípios de decência, até cabeças diferentes pensam da mesma maneira".

O título alude ao provérbio que aparece integralmente citado logo no início do artigo. Como acontece com todos os títulos, que são, por definição, expressões marcadas que ocupam lugares estratégicos com uma função semântico-pragmática precisa, também este anuncia cataforicamente o tema que o artigo desenvolve: a sentença que pesa sobre a cabeça de Salmon Rushdie, pela publicação do livro "The satanic verses". Note-se que a transformação operada provocou uma reliteralização integral do significado das

unidades lexicais actualizadas, bloqueando a activação da interpretação- - padrão do provérbio.

No corpo do artigo, a citação do provérbio deve ser entendida como asserção de uma assunção geralmente aceite como verdadeira. No entanto, o que interessa de facto à jornalista é introduzir uma peça num esquema argumentativo cujo objectivo central é refutar a validade da assunção proverbial. Ao introduzir o conector 'mas', a jornalista articula duas proposições com orientações argumentativas opostas. Assim, "cada cabeça, cada sentença" sugere uma conclusão *r*, parafraseável do seguinte modo: 'no Expresso, cada elemento tem a sua opinião sobre o caso Rushdie'; 'mas' introduz uma proposição que entra em relação de contradição com a conclusão *r*, e que designaremos por *não-r*: "cabeças diferentes pensam da mesma maneira". Como argumento a favor de *não-r*, aparece a explicitação de um motivo: "por uma causa justa e princípios de decência". Temos, então, o seguinte esquema argumentativo¹⁸²:



'Mas' introduz, assim, um acto de refutação proposicional, apoiado por uma justificação. A força do argumento utilizado a favor da conclusão *não-r* é sublinhada pelo marcador de foco 'até', que pragmaticamente reforça o carácter excepcional dessa mesma conclusão.

(vii) Até ao lavar dos cestos...

Truncado, o provérbio aparece no fim do "lead" de um artigo publicado no O Independente de 21 de Outubro de 1988: "Depois do debate televisivo com Michael Dukakis, o vice-presidente George Bush parece mais próximo do que

¹⁸² Recorremos à proposta de análise de Moeschler(1989: 62 e ss).

nunca da vitória nas eleições de 8 de Novembro. Mas o candidato democrata, derrotado embora nas sondagens, não se dá ainda por vencido. Até ao lavar dos cestos..."

Trata-se de um remate que funciona como comentário do jornalista sobre as expectativas de Dukakis. A citação do provérbio implícita o comentário 'até ao momento das votações, o despique eleitoral mantém-se'. A atitude do político democrata é julgada, pelo jornalista, à luz deste comentário.

(viii) A taxas loucas, orelhas loucas

Título de um artigo de O Independente sobre a situação absurda dos surdos-mudos, que continuam a não ser dispensados do pagamento da taxa de radiodifusão. A modificação do provérbio "A palavras loucas, orelhas moucas" resulta de duas substituições lexicais: 'palavras'/'taxas' e 'moucas'/'loucas'. Trata-se de um jogo, de uma desconstrução lúdica do provérbio. Através da originalidade das modificações introduzidas, tenta fixar-se a atenção do leitor. Este jogo só não é totalmente gratuito na medida em que o título anuncia o tópico fundamental do artigo, comentando simultaneamente a atitude do poder de forma depreciativa (essencialmente através do traço avaliativo negativo contido no significado do lexema 'loucas'). Parece-nos que este título sugere ainda um resposta contestatária à legislação sobre a matéria, pelo valor ilocutório directivo que implicitamente veicula ('façam-se orelhas loucas a taxas loucas').

(ix) Mais vale só

Truncado, o provérbio ocorre no remate de um "lead" publicado em O Independente de 22 de Setembro de 1989: "A partir de amanhã todos os sábados serão passados em companhia de Pisca-Pisca, um programa engraçado com que a RTP nos premeia. Às vezes mais vale só."

Ao citar apenas a parte inicial do provérbio, deixando ao leitor a reconstituição do que ficou intencionalmente elidido, o jornalista comenta

depreciativamente o novo programa da RTP. Trata-se de uma avaliação negativa, na medida em que a adequação contextual do provérbio implica que se endosse ao programa televisivo o atributo 'má companhia'.

(x) De pequenino se torce o pepino

Este provérbio inicia um "lead" publicado em O Independente de 20 de Outubro de 1989. O artigo relata a contratação do jogador de futebol João Pinto pelo Atlético de Madrid: "De pequenino se torce o pepino e assim João Pinto, ainda júnior, prepara-se para fazer as malas, voar até Madrid e jogar ao lado de Paulo Futre. O futebolista do Boavista é a mais jovem vedeta do pontapé na bola".

A citação do provérbio permite ao jornalista sintetizar, por analogia e num registo metafórico, os factos que vão ser descritos pormenorizadamente no corpo do artigo, e que o próprio "lead" já anuncia.

(xi) No melhor pano cai a nódoa

Este é o sub-título de um artigo do Público de 27 de Maio de 1990, onde se analisa a situação do PCP após o seu XIII congresso. O sub-título encabeça um fragmento do artigo onde se referem deficiências de organização no interior do partido, que terão motivado alguma desmobilização no período que se seguiu ao congresso. Tendo em conta os mitos tecidos em torno da eficiência da máquina comunista, tais deficiências aparecem aos olhos da opinião pública como pouco habituais. Por isso mesmo, a escolha do provérbio aparece como bastante pertinente. A activação da sua interpretação-padrão ('Mesmo as melhores entidades estão sujeitas a passar por situações negativas inesperadas') anuncia cataforicamente o caso que vai ser descrito, subsumindo-o numa asserção genérica; simultaneamente, a citação do provérbio permite ainda ao jornalista realizar de forma indirecta um comentário sobre esse caso concreto, comentário que tende a desmitificar a infalibilidade organizacional do PCP.

4.2. Provérbios inseridos no corpo de textos de imprensa

(xii) Palavra puxa palavra

Num texto de José Saramago sobre o significado da queda do muro de Berlim, publicado no Expresso de 18 de Novembro de 1989, encontramos o provérbio acima transcrito, no seguinte contexto: "Finalmente (é bem certo que palavra puxa palavra), os partidos comunistas não deveriam considerar agora o seu nome de Comunistas como se também ele fosse um muro a derrubar: há algo de confrangedor e de patético nessa agitação onomástica (...)".

Inserido numa estrutura parentética e introduzido pela expressão de modalização epistémica "é bem certo que", o provérbio funciona discursivamente como um comentário de Saramago sobre o poder multiplicador da palavra. Através de tal comentário, Saramago justifica concomitantemente a adição de uma reflexão final.

(xiii) Olho por olho, dente por dente

No Expresso de 30 de Setembro de 1989, num artigo de M. T. Guerreiro sobre o II congresso da Unita, trancreve-se, a dada altura, uma intervenção de Savimbi que aponta para a necessidade de pôr termo à propoganda insultuosa relativamente ao líder do MPLA: "Essas coisas de são-tomense e fantoche que se acabem. Deixemo-nos de olho por olho, dente por dente". O provérbio, na sua interpretação-padrão e considerado isoladamente, constitui uma injunção à vingança; inserido neste contexto verbal, o provérbio funciona apenas como designação metafórica da vingança, correspondendo a intervenção de Savimbi a um apelo no sentido de se abandonar uma prática de retaliações verbais.

(xiv) Bem prega...

Numa pequena notícia publicada no Expresso de 14 de Outubro de 1989 sobre o julgamento do tele-evangelista norte-americano Jim Bakker, acusado de burla e desvio de fundos, o provérbio é citado no seguinte contexto: " Sobre o que há de vão e efémero nos bens terrenos terá muitas vezes falado ao seu público este "frei Tomás" (como o do provérbio que diz "Bem prega..."). Explicitamente citado como provérbio, o texto aparece truncado, cabendo uma vez mais ao leitor a tarefa de reconstituir o que ficou implícito: "fazer o que ele diz, não o que ele faz". Por analogia, o jornalista compara o comportamento do evangelista ao de Frei Tomás, figura emblemática que no imaginário colectivo da nossa comunidade representa a incoerência absoluta entre discurso e actos. Através dessa analogia, o jornalista realiza indirectamente um comentário avaliativo negativo sobre a personagem em apreço.

(xv) Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele

Numa crónica de Mega Ferreira sobre a renúncia de Vítor Constâncio à chefia do PS, publicado em O Independente de 18 de Novembro de 1988, é o próprio articulista que enuncia o valor discursivo do provérbio que cita: "Há uma frase popular que diz tudo o que esta crónica sustenta: "Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele". O provérbio funciona, por conseguinte, como remate conclusivo que sumaria o que atrás ficou dito. No entanto, é interessante verificar que M. Ferreira aproveita o provérbio para introduzir e motivar um comentário final, com o qual encerra a crónica: "Mas também é verdade que não há decepção maior do que descobrir o lobo na pele do cordeiro". A asserção proverbial sugere contextualmente uma conclusão do tipo 'Constâncio não deveria ter assumido o papel de político, se de facto rejeita a demagogia, arma privilegiada do combate político'. A asserção seguinte, introduzida por 'mas', implícita contextualmente (graças ao jogo metafórico entre 'lobo' e 'cordeiro') que, contrariamente às aparências, Constâncio é um político como os outros, na acepção negativa do termo, e essa conclusão é apontada como causa de grande decepção. Os argumentos que apoiam esta conclusão algo inesperada foram desenvolvidos ao longo de todo o artigo: a espectacularidade da renúncia é a negação do modelo ético reiteradamente apregoado por Constâncio.

(xvi) A bom entendedor...

Remate de um artigo de opinião de Barros Moura, publicado no Expresso de 10 de Março de 1990. Neste artigo, Barros Moura rebate um artigo de A. Reis, refutando a tese central de que, face à crise dos países de Leste, deixou de haver espaço político para os partidos comunistas. Depois de apresentar um conjunto de argumentos que apontam para a necessidade de refundamentar uma identidade comunista, conclui B. Moura: "Posto isto, num ponto estou de acordo com António Reis. Gorbatchov não chegou, para nós, suficientemente cedo. Para bom entendedor...". A citação do provérbio funciona como um convite ou apelo ao leitor no sentido de retirar todas as ilações do que atrás ficou dito. Parece-nos que se sugere implicitamente a reconstrução da premissa 'se Gorbatchov (que metonimicamente designa aqui o novo corpo doutrinário da perestroika soviética) tivesse chegado mais cedo, ter-se-ia evitado a derrocada dos regimes do leste europeu'.

(xvii) Cada cabeça, cada sentença

Num artigo publicado no Expresso de 14 de Outubro de 1989, onde se relata a situação política então vivida na Hungria, o provérbio aparece-nos no seguinte contexto: "No passado dia 27 de Setembro, estavam já formadas 23 organizações, algumas das quais sem qualquer representatividade. Hoje, é capaz de haver mais. Diz o povo que em cada cabeça há uma sentença e parece que o ditado se aplica inteiramente ao que se passa em Budapeste". Verifica-se uma alteração formal do provérbio, que em nada altera a sua interpretação-padrão. Ao introduzir o provérbio no seu discurso, o jornalista invoca uma crença do senso comum para caracterizar uma situação, comentando-a à luz da sabedoria popular: o que se passa em Budapeste é um exemplo, uma instância episódica que confirma e exemplifica a asserção proverbial genérica e abstracta.

(xviii) Pão, pão, queijo, queijo

No Diário de Coimbra de 11 de Abril de 1989, num artigo sobre o Conselho de Arbitragem da Associação de Futebol de Coimbra, o provérbio ocorre no seguinte contexto: "Como já se disse, Porém Luís estava em representação do Conselho Nacional de Arbitragem. Usando da palavra, apresentou-se tal qual é: "pão, pão, queijo, queijo". A citação do provérbio funciona pragmaticamente como uma explicitação da asserção anterior: por especificação contextual, deduzimos que o referido indivíduo falou frontalmente, sem iludir as questões.

(xix) Quem cala consente

No Diário de Coimbra de 5 de Maio de 1989, na secção "Fala o leitor", publica-se uma carta que constitui uma peça de uma polémica anterior sobre o património habitacional de Montemor-o-Velho. Diz a certa altura o autor da carta: "Não era minha intenção dar-lhe resposta. Mas como soi dizer-se "quem cala consente", repensei a minha atitude e eis aqui o que, de momento, me apraz dizer-lhe com toda a delicadeza".

O provérbio deve aqui ser analisado como elemento de um esquema argumentativo. A primeira asserção- "Não era minha intenção dar-lhe resposta"- aponta para uma conclusão *r* - 'tinha decidido calar-me'; ao introduzir a asserção "mas repensei a minha atitude", o locutor implícita contextualmente a conclusão *não r* - 'não vou calar-me', e cita o provérbio para justificar a sua atitude. O provérbio é, assim, um argumento a favor de *não-r* ('não vou calar-me, porque quem cala consente'); por inferência, deduzimos uma informação suplementar não explícita, a saber, o autor do artigo não concorda com as posições defendidas pelo interlocutor.

4.3. Observações finais

Na pequena amostragem de textos de imprensa analisados, verificámos que a utilização do provérbio releva da necessidade de convocar fragmentos discursivos que estão inscritos na memória do leitor e que, pela sua estrutura breve, pelas simetrias fónicas e rítmicas que geralmente apresentam, se tornam veículos privilegiados da captação da atenção.

Encontrámos a) provérbios citados sem distorções, introduzidos ou não por fórmulas do tipo: 'diz o povo que', 'é bem certo que'. Quando estas fórmulas ocorrem, torna-se mais evidente o recurso ao argumento de autoridade. Incluímos nesta classe os provérbios truncados, ou seja, só parcialmente citados, mas que são automaticamente reconstituídos pelo leitor; b) provérbios modificados, tendo em vista um incremento da expectativa do leitor, pela imprevisibilidade gerada. As modificações mais frequentes, no *corpus* analisado, correspondem a substituições lexicais, mantendo-se, regra geral, a estrutura sintáctica e os paralelismos fónicos típicos do provérbio matriz.

Do ponto de vista pragmático, detectámos as seguintes funções discursivas:

- em títulos e sub-títulos, prevalece a função de resumo catafórico daquilo que será explicitado no texto subsequente. Nestes casos, ao citar o provérbio, o locutor anuncia de forma condensada (por selecção e generalização de informação) o conteúdo global do texto que se propõe desenvolver. Frequentemente, notámos uma polivalência funcional do provérbio em posições de destaque. Assim, para além de desempenhar um papel quase diríamos retórico numa estratégia de abertura textual, a citação do provérbio corresponde também, em muitos casos, à realização indirecta de um comentário por parte do jornalista; generalizando inferencialmente a partir de situações episódicas, o jornalista está automaticamente a 'classificá-las' como instâncias típicas da situação-tipo descrita na asserção proverbial;

- inserido no final do artigo ou da crónica, o provérbio funciona como remate conclusivo, sumário anafórico do texto anterior;¹⁸³

- no interior dos artigos e crónicas, o provérbio funciona geralmente como comentário avaliativo do jornalista ou como peça de um esquema argumentativo, normalmente argumento a favor de uma determinada conclusão ou justificação de uma asserção anterior.

Quando se verifica uma distorção de provérbios atestados, essa distorção pode responder a uma intenção meramente lúdica, embora também se possa detectar uma intenção 'militante' de subversão, quando, ironicamente, se desconstrói a sabedoria popular.¹⁸⁴

Confrontando os dois *corpora*, podemos concluir que detectámos um conjunto de funções discursivas idênticas; como diferença mais significativa, assinala-se a função 'réplica autónoma num par adjacente', que só aparece no primeiro *corpus* analisado. Facilmente se compreende esta diferença, se atendermos a que o primeiro *corpus* é constituído por textos dramáticos, onde as sucessivas réplicas das personagens podem ser analisadas no quadro de uma estrutura conversacional.

¹⁸³ Em Cerquiglini fala-se do provérbio "comme embrayeur et aiguilleur du discours" (1976: 366), e apontam-se os seus lugares privilegiados de inserção: na abertura do texto, como pré-texto, e no fechamento, como comentário do autor.

¹⁸⁴ Em Grésillon e Maingueneau (1984) encontram-se exemplos paradigmáticos da 'parasitagem' de provérbios atestados tendo em vista a subversão de uma determinada visão do mundo.

Num texto de J. Bravo publicado no Jornal de Coimbra de 1 de Novembro de 89, encontramos uma série de exemplos de distorção de provérbios atestados. trata-se de um texto humorístico que se propõe reconstituir um rifoneiro eleitoral: distorcem-se as condições genéricas da enunciação proverbial, o que redundará num pastiche ou numa paródia do próprio género proverbial. Vejamos alguns exemplos:

Mais vale um PRD na mão que dois MDP's a voar
Quem dá aos pobres empresta ao Manuel de Oliveira
Ao militante e ao do tacho põe o poder a mão por baixo
Quem a bom partido se chega boa sombra o cobre

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Chegados ao fim desta dissertação, cumpre-nos agora fazer um balanço do trabalho desenvolvido e avaliar se os objectivos enunciados na Introdução foram ou não alcançados.

Começámos por traçar uma panorâmica crítica das diversas abordagens a que o provérbio foi submetido, quer na área específica dos estudos paremiológicos, quer no campo dos estudos semióticos e linguísticos. Porque concluímos que os estudos já elaborados só pontualmente nos facultavam esclarecimentos pertinentes sobre a especificidade do texto proverbial, decidimos enveredar por um projecto de investigação susceptível de sistematizar as propriedades semânticas e pragmáticas mais salientes que individualizam este tipo de texto.

A coerência interna do nosso trabalho é cimentada pelo próprio objecto de estudo. Com efeito, pese embora a diversidade dos tópicos linguísticos aflorados, há um fio condutor subjacente que garante a homogeneidade deste projecto de investigação. Assim, ao longo dos vários capítulos que compõem esta dissertação, procurámos sempre delimitar, de forma tão rigorosa quanto possível, a especificidade do texto proverbial, recorrendo aos recentes contributos teóricos e metodológicos da semântica e da pragmática linguísticas.

Parece-nos hoje em dia incontroverso que um estudo credível de textos se deve apoiar em bases linguísticas sólidas, e isto porque um texto, entendido como fragmento discursivo coerente e situacionalmente relevante, é fundamentalmente um objecto verbal. Se privilegiámos a análise das dimensões semânticas e pragmáticas dos provérbios, em detrimento da sintaxe e das estruturas fono-rítmicas, foi justamente por considerarmos que são esses os parâmetros que caracterizam um texto: a coerência, condição constitutiva da textualidade, é substantivamente de natureza semântica; por outro lado, um texto realiza-se no quadro de um processo comunicativo, pelo que manifesta sempre um potencial ilocutório que releva de uma intencionalidade pragmática.

Compete-nos agora mencionar o nosso contributo para a delimitação da especificidade do texto proverbial. No plano da referência nominal, verificámos que as entidades envolvidas na denotação dos sintagmas nominais tematizados são sempre entidades não específicas, dado que a sua apreensão não implica que se tomem em consideração variáveis situacionais. Sem ancoragem no espaço e no tempo, tais entidades são fixadas a partir da intensão dos sintagmas nominais tematizados. Como objectos de referência nominal encontramos espécies (simples ou derivadas) e membros típicos da espécie, conjuntos universais de indivíduos, propriedades e situações-tipo. Em qualquer dos casos, a referência nominal é sempre construída por forma a libertar o texto proverbial de qualquer restrição espacio-temporal. Trata-se de um aspecto fulcral da semântica do provérbio, que se reflecte ao nível do seu uso e fundamenta, em última análise, o seu estatuto de texto institucionalizado pela tradição; na verdade, só um texto que tematiza entidades abstractas, de estrutura ontológica complexa, ou conjuntos universais de entidades encerra a virtualidade de poder ser invocado em tempos e locais distintos, mantendo, por um lado, um significado generalizante, e viabilizando, por outro lado, uma permanente adequação do seu potencial de referência a cada situação concreta de comunicação. Sublinhe-se que mesmo as expressões linguísticas que funcionam como suportes privilegiados da referência singular específica - nomes próprios e pronomes pessoais da primeira e segunda pessoas - perdem esse estatuto no contexto proverbial, passando a ser interpretados genérica ou universalmente.

Estreitamente relacionados com a questão da referência nominal estão os valores temporo-aspectuais actualizados neste tipo de texto. Na investigação linguística contemporânea, é consensual considerar-se que a especificação temporal dos sintagmas nominais, quer pelo tempo frásico, quer pelo tempo da enunciação, constitui um elemento crucial para a interpretação desses sintagmas do ponto de vista referencial.¹ A análise do texto proverbial evidenciou a importância da articulação dos dois tópicos. Na verdade, o tempo frásico largamente dominante no provérbio assertivo é o presente dito gnómico

¹ Cf. Peres (1991).

ou atemporal. Trata-se de um tempo verbal que em rigor não localiza no eixo do tempo o estado de coisas descrito; através da sua utilização, constroem-se predicções atemporais, válidas em qualquer intervalo de tempo. Ora é justamente este uso do presente que viabiliza as interpretações referenciais não específicas dos sintagmas nominais tematizados. O valor temporo-aspectual gnómico das asserções proverbiais corresponde a uma ausência de referência temporal deíctica ou anafórica; as situações descritas são situações-tipo, situações que não ocupam um intervalo de tempo delimitado a partir do intervalo de tempo da enunciação ou de um qualquer outro ponto de referência previamente estabelecido.

Descentradas relativamente ao eixo do tempo, as situações descritas são sempre verdadeiras, ou seja, a computação do seu valor de verdade não depende de factores de variação ou índices temporo-espaciais. Por isso dizemos que a predicação veiculada pelas asserções proverbiais é simultaneamente atemporal e universal.

Tendo em conta o carácter atemporal da predicação, facilmente se compreende que as situações representadas nunca sejam eventos, estados de coisas circunscritos a um intervalo de tempo com fronteiras delimitadas, mas sim estados não contingentes, que configuram a estruturação conceptual de supostas regularidades do mundo.

E de novo reencontramos a questão da flexibilidade de adequação contextual: o provérbio pode ser recorrentemente citado e correlacionado com uma multiplicidade de situações episódicas porque alia à referência nominal não específica o valor temporo-aspectual gnómico da predicação, excluindo assim toda e qualquer representação particularizante da experiência do mundo. Em cada situação concreta de comunicação, cabe ao interlocutor operar as especificações referenciais que garantam uma efectiva relevância contextual do provérbio.

Parece-nos que os resultados obtidos, que relevam de uma análise semântica do texto, conferem consistência teórica a algumas definições tradicionais, empiricamente formuladas, segundo as quais o provérbio traduz "verdades de carácter geral e permanente".

Um outro aspecto que merece ser considerado no estudo do texto proverbial prende-se com as modalidades que envolvem a sua enunciação. Partimos de uma distinção preliminar entre modalidades proposicionais, estreitamente relacionadas com o valor de verdade das proposições, e modalidades ilocutórias, definidas em função da intencionalidade comunicativa dos falantes. O parâmetro ilocutório permitiu-nos apreender em termos mais precisos observações tradicionais sobre as funções sociais típicas do provérbio, que tendiam a acentuar o seu carácter didáctico e o seu estatuto de texto-veículo de uma cosmovisão. Assim, foi com base no parâmetro ilocutório que fundamentámos uma tipologia dicotómica, na qual se integram duas classes fundamentais de provérbios, provérbios descritivos e provérbios normativos. Os primeiros, com um valor ilocutório assertivo, descrevem estados de coisas que supostamente representam o modo de ser do mundo, instituindo como natural o que é apenas uma visão do mundo peculiar. Os provérbios normativos, com um valor ilocutório directivo, expressam normas de conduta, funcionando como código não escrito de uma ética popular. Sublinhe-se que as injunções proverbiais são sempre genéricas, visto que não se dirigem a um interlocutor específico nem delimitam o intervalo de tempo que deve presidir ao seu cumprimento; todos os membros da comunidade são destinatários potenciais da injunção, e o seu conteúdo proposicional pode ser instanciado em qualquer intervalo de tempo. Daí a tradicional caracterização dos provérbios normativos em termos de "instruções éticas de valor permanente".

É claro que esta dicotomização tipológica pode ser matizada ou flexibilizada, dado que ao valor ilocutório literal se sobrepõe, muitas vezes, um valor ilocutório indirecto que consubstancia a intenção comunicativa central do falante. Nesta perspectiva, muitas asserções proverbiais comportam um valor directivo indirecto, nomeadamente as asserções condicionais que funcionam como conselhos ou advertências indirectas, as asserções preferenciais e as asserções deonticamente modalizadas.

No que toca às modalidades proposicionais, verificámos que a esmagadora maioria dos provérbios descritivos não explicita uma modalização, aparecendo como asserções categóricas. No entanto, linguisticamente, a asserção categórica é a forma mais eficaz de expressão da necessidade epistémica, ou seja, da certeza, já que a explicitação de um verbo modal

epistemicamente interpretado enfraquece sempre o enunciado. Diremos, então, que é possível verbalizar a modalização epistémica subjacente às asserções proverbiais categóricas através de expressões do tipo "toda a gente sabe que...", "é certo que...". Pensamos que na representação semântica dos provérbios esta modalização é um elemento indispensável, na medida em que marca a relativização do necessário ao âmbito dos conhecimentos e crenças da colectividade. Note-se que na explicitação do operador modal aparece um sujeito indeterminado; este sujeito corresponde afinal ao enunciador colectivo, porta-voz da comunidade, que no capítulo 2 da parte I considerámos como instância responsável pela enunciação dos provérbios, distinta dos falantes que se limitam a citá-los.

A presença da modalização epistémica assinalada coaduna-se plenamente com o estatuto de 'topos' ou 'lugar comum' do provérbio. Com efeito, ao serem validadas pelo corpo social, as proposições expressas surgem como argumentos de autoridade consensualmente aceites, que os falantes invocam para justificar ou rebater uma determinada elocução.

A análise da modalização proposicional deôntica no texto proverbial levou-nos a corroborar a opinião de Parret (1976), segundo a qual os operadores deônticos estão fortemente relacionados com o domínio das acções. De facto, descrever como obrigatória, permitida ou interdita a ocorrência de um estado de coisas é já uma forma de agir sobre o interlocutor, intimando-o a acatar certas normas de comportamento. Por isso mesmo, integrámos na classe dos provérbios normativos as asserções deonticamente modalizadas, de forma explícita ou implícita; tal como os provérbios que expressam injunções directas, também estas asserções desempenham socialmente uma função reguladora de comportamentos.

Examinámos, seguidamente, as correlações interproposicionais que estruturam logico-semanticamente o universo paremiológico. Impôs-se-nos como largamente dominante a correlação condicional, subjacente a um conjunto diversificado de configurações sintácticas: construções condicionais típicas (se p, q), frases elípticas com mera justaposição de SN's, construções do tipo 'Quem SV₁, SV₂', 'Onde SV₁, SV₂', 'Quando SV₁, SV₂'. No nosso

corpus, estas configurações sintáticas são variantes normais e recorrentes de realização de uma mesma forma lógico-semântica.

Através do nexos condicional, expressam-se correlações fixas entre situações, configuram-se regularidades que estruturam as nossas expectativas acerca do mundo. Não encontramos no *corpus* construções condicionais particulares, mas apenas condicionais genéricas, corolário lógico do que acima afirmámos sobre a especificidade da referência nominal e temporal no texto proverbial. Parece-nos possível discriminar três tipos de condicionais genéricas, em função dos modos e tempos verbais utilizados no antecedente e no conseqüente:

(i) condicionais que traduzem uma generalização induzida a partir do conhecimento de que a ocorrência reiterada de determinadas situações episódicas conduziu regularmente a um determinado resultado (por exemplo, "Se perguntas muito, andas pouco"); estas condicionais manifestam um elevado carácter constativo ou factual e constroem-se com o presente do indicativo, tanto no antecedente como no conseqüente; parafraseáveis por 'sempre que p, q', apresentam afinidades com as construções causais;

(ii) condicionais com um valor hipotético mais acentuado, com o verbo do antecedente no futuro do conjuntivo e o do conseqüente no futuro do indicativo (por exemplo, "Se estiveres na tua tenda, não te acharão na contenda"), ou expressas pela construção alternativa 'frase imperativa + frase declarativa com o verbo no futuro do indicativo ("Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és"); nestes casos, o antecedente é totalmente indeterminado, e a condicional apenas nos diz que, se ele se verificar, verifica-se também o conseqüente;

(iii) condicionais contrafactuais, retoricamente utilizadas para pôr em relevo a falsidade do antecedente ("Se chegasse ao céu oração de cão, choeriam ossos"); os tempos e modos característicos destas construções são o imperfeito do conjuntivo, no antecedente, e o condicional, no conseqüente.

São mais numerosas as construções condicionais com acentuado grau de factualidade, resultantes de uma generalização empírica. Estas construções estão próximas das asserções de carácter absoluto, na medida em que organizam conceptualmente a nossa experiência do real pela instituição de conexões estáveis e persistentes entre situações-tipo.

O nexu condicional está ainda presente em construções tradicionalmente designadas por 'concessivas' ("Ainda que o galo não cante, a manhã sempre rompe"). Os provérbios que ilustram estas construções visam pôr em relevo a verdade do conseqüente; independentemente do conjunto de condições aberto pelo antecedente, o conseqüente é sempre verdadeiro, e é o conteúdo informativo por ele veiculado que se impõe como comunicativamente relevante. Os factos denotados pelo conseqüente adquirem o estatuto de verdades absolutas, pois verificam-se mesmo quando ocorrem situações que supostamente os poderiam afectar.

Encontrámos ainda um nexu condicional em construções habitualmente designadas por 'construções de fim ou de propósito' ("Para ensinar, é preciso saber"). Quando em termos gerais se expressa a condição necessária para a consecução de um propósito que envolve uma volição, a forma lógica subjacente é 'se x quer p, então deve verificar-se q'.

Finalmente, não podemos deixar de referir o número considerável de provérbios que realizam injunções condicionais ("Se vires tropa, trota", "Se queres ter boa fama, não te tome o sol na cama"). Estes provérbios explicitam quer as condições que devem presidir ao cumprimento da injunção, quer as razões que a justificam.

Passando agora para o terreno das correlações temporais, diremos que o *corpus* nos oferece exemplos de diversos tipos de ordenação temporal relativa entre situações-tipo: simultaneidade, inclusão, anterioridade e posterioridade ("Quando a galinha dorme, a raposa vela", "Enquanto disputam os cães, come o lobo a ovelha", "Feitas as vindimas, guardam-se os cestos", "Casa roubada, trancas à porta"). No entanto, pudemos concluir que as regularidades no plano da ordenação temporal não adquirem grande pertinência comunicativa, no universo paremiológico. Com efeito, ao nexu temporal sobrepõe-se, por vezes, um nexu de causa-efeito entre as situações descritas; noutros casos, a representação de uma regularidade de ordenação temporal é uma forma indirecta de aconselhar um tipo de comportamento: o interlocutor deve agir de acordo com o decurso normal dos estados e eventos no mundo, isto é, em conformidade com a ordem natural das coisas que o provérbio supostamente traduz. A descrição de uma regularidade sequencial pode ainda ter como

objectivo comunicativo central demonstrar que uma acção realizada fora do momento certo é inútil, porque entretanto já se consumou aquilo que ela poderia ter evitado; nestes casos, infere-se um ensinamento de ordem prática, que aponta para a importância de se agir no momento oportuno.

Parece-nos, assim, que as correlações temporais só em pequena escala são exploradas pelo texto proverbial no sentido de uma descrição do modo de ser do mundo no plano das regularidades de ordenação temporal de estados e eventos. Nos provérbios, tal ordenação viabiliza a construção de inferências que nos levam a estabelecer outros tipos de conexões ou a reconstituir conselhos indirectos acerca de como e quando se deve agir.

Quantitativamente, são bastante significativas no *corpus* as correlações interproposicionais comparativas, sobressaindo como mais produtivas as construções preferenciais ("Mais vale filho de pobre que escravo de rico"). Ao aliarem à estrita comparação uma avaliação de tipo axiológico, os provérbios preferenciais esboçam o sistema de valores da comunidade. Comparam-se situações-tipo através dos predicados escalares 'bom/mau', 'valer', e a valorização de uma situação em detrimento de outra, para além de fixar os padrões axiológicos consensuais, funciona também como guia de escolhas.

Nos provérbios comparativos sem predicado graduável, ocorrem os conectores interproposicionais 'tal...tal', 'como', 'como...assim', 'conforme...assim'. Estes provérbios expressam relações de semelhança entre objectos com base num conjunto indeterminado de propriedades que se pressupõem comuns, e correlacionam circunstâncias de modo, sem que tais circunstâncias sejam verbalizadas. São provérbios que funcionam como instruções genéricas com alto valor predictivo: se se postula, por exemplo, uma relação fixa de semelhança entre pai e filho ("Tal pai, tal filho"), o conhecimento das propriedades específicas de um pai determinado é suficiente para nos dar informação acerca das propriedades específicas do respectivo filho. Paralelamente, se o provérbio assere categoricamente uma relação de conformidade entre modos de semear e modos de colher ("Como semeares, assim colherás"), o conhecimento de uma situação episódica protagonizada por x, que instancie a situação-tipo 'semear de modo Y', permite-nos obter informação acerca de uma futura situação episódica protagonizada pelo mesmo

x, que instancie a situação-tipo 'colher'. Por outras palavras, o conhecimento da correlação expressa pelos provérbios determina quais são as situações que constituem opções significativas numa dada estrutura de situações e dada uma determinada situação episódica. Esta observação é válida para todos os provérbios pluri-oracionais, independentemente do tipo de conexão expresso, uma vez que se correlacionam sempre situações-tipo.

São escassos os provérbios que no *corpus* expressam correlações interproposicionais adversativas ou contrastivas ("A verdade não tem pés e anda"), facto que nos parece compreensível se pensarmos que o provérbio está preferencialmente vocacionado para representar as regularidades estruturantes do mundo e não para negar as expectativas fundadas no que sabemos ou acreditamos ser o curso normal dos acontecimentos.

Resta-nos mencionar a ocorrência de correlações copulativas, tanto na classe dos provérbios descritivos ("Amor com amor se paga e com desdém se apaga"), como na dos provérbios normativos ("Nem caldo retardado, nem criado voltado"). Num e noutro caso, trata-se de uma mera conjunção de informação genérica.

Num trabalho sobre o texto proverbial, não podíamos ignorar ou escamotear a questão do 'sentido figurado ou metafórico', tantas vezes apresentado como traço definatório deste tipo de texto. Embora não consideremos que se trate de um traço definatório, uma vez que há numerosos provérbios que apenas suscitam uma interpretação literal, pareceu-nos, todavia, imprescindível consagrar um tempo de reflexão ao vasto sub-conjunto de provérbios cuja interpretação-padrão não coincide com o significado literalmente expresso. É difícil parafrasear de forma unívoca essa interpretação-padrão, mas a prova de que ela existe é-nos dada pela assimilação frequente dos provérbios a expressões idiomáticas ou fraseologismos. Os defensores deste ponto de vista analisam o que designamos por 'interpretação-padrão' em termos de significado convencionalmente associado a uma forma fixa, ou seja, não calculado composicionalmente a partir do significado dos seus elementos constituintes. Globalmente estéril do

ponto de vista explicativo, pois nada adianta acerca das propriedades semântico-pragmáticas deste tipo de texto, tal perspectiva esgota-se numa mera distribuição taxinómica de idiomatismos, baseada na sua configuração sintáctica e no nível gramatical das unidades com que podem comutar.

Mais criativa se nos afigurou a proposta de Permyakov/Zolkovskij. Estes autores admitem implicitamente que a comunidade associa aos provérbios interpretações estáveis, que não coincidem com o significado literalmente expresso. No entanto, para explicar este desfasamento, encararam os provérbios como signos de um sistema semiótico cultural peculiar, um sistema modelizante secundário regido por códigos lógico-temáticos e retóricos específicos. Consideram que o conteúdo lógico-semiótico veiculado pelos provérbios pode ser traduzido numa metalinguagem abstracta, reduzida a um conjunto de fórmulas elementares de natureza universal. Do nosso ponto de vista, as interpretações-padrão correspondem, de algum modo, ao conteúdo lógico-semiótico de Permyakov/Zolkovskij; são representações semânticas abstractas e genéricas, que permitem relacionar o provérbio com os seus múltiplos contextos de utilização. Porém, ao contrário destes investigadores soviéticos, não nos parece necessário, para entender o funcionamento semântico dos provérbios, enveredar por uma hipótese explicativa que os assimile a signos de um sistema modelizante secundário. Enquanto texto mínimo, o provérbio é fundamentalmente um objecto verbal, e como tal deve ser analisado. A captação do desfasamento entre significado literal e 'sentido figurado' exige apenas, a nosso ver, que se estabeleça uma distinção prévia entre significado e interpretação de um enunciado linguístico. O significado é construído a partir da competência linguística dos falantes e nunca derroga o princípio da composicionalidade; a interpretação envolve a activação de estratégias pragmáticas de cálculo, nas quais se incluem mecanismos inferenciais susceptíveis de processar níveis indirectos de significação. O que distingue os provérbios dos enunciados correntes da interacção quotidiana é o facto de suscitarem uma interpretação padronizada e consensual que, liberta de restrições situacionais, se mantém ao longo do tempo, não esgotando o seu potencial informativo num só acto de comunicação.

Procurámos, então, analisar como se processa a construção da interpretação-padrão, sem perder de vista que ela é sempre motivada,

controlada e convalidada pelo significado do texto. Concomitantemente, tentámos pôr em evidência que a delimitação de áreas temáticas, no universo paremiológico, só pode ser feita a partir das interpretações-padrão, por uma espécie de filtragem da substância do conteúdo plasmada nessas interpretações. Para descrever como se transita do significado para a interpretação-padrão, tivemos que conjugar a análise da forma do plano do conteúdo com o estudo do material lexical que integra o texto proverbial. Pudemos comprovar empiricamente que só uma concepção estereotípica do significado lexical, pela densidade informacional que confere a cada item, autoriza o processamento das inferências que subjazem ao processo interpretativo. Destaque-se, nomeadamente, que a concepção estereotípica do significado lexical viabiliza a construção das relações semânticas intratextuais que cimentam a coesão textual e a partir das quais, por generalização e abstracção, se formula uma interpretação-padrão liberta dos contornos figurativos demasiado particularizantes do significado literal.

Acrescente-se ainda que as interpretações-padrão propostas são susceptíveis de subsumir, como instanciações possíveis, quer a situação descrita pelo provérbio, quer o conjunto de situações que contextualmente motivem a sua citação. A interpretação-padrão promove a relação da asserção literal com os contextos de uso do provérbio.

Tal como os membros de uma categoria estão ligados por "semelhanças de família", também as situações que a interpretação-padrão subsume mantêm entre si laços do mesmo tipo, cognitivamente apreendidos em termos de analogia, contiguidade ou vaga similaridade conceptual. Talvez se possa, assim, afirmar que a interpretação-padrão é um instrumento de categorização da experiência do mundo.

Na segunda parte da tese, que até aqui sintetizámos, encarámos o provérbio como texto mínimo. Procurámos realçar aspectos decisivos da sua estrutura semântica e reflectimos sobre os mecanismos accionados na construção das interpretações-padrão. Na terceira e última parte da dissertação, propusemo-nos esboçar uma tipologia dos usos discursivos paradigmáticos do texto proverbial. Sem uma abordagem das funções comunicativas do provérbio contextualizado, ficaria submersa uma dimensão crucial deste tipo de texto; de

facto, o provérbio existe não para integrar colectâneas ou dicionários mas para ser utilizado em situações concretas de comunicação, integrado em estratégias discursivas de índole essencialmente argumentativa.

Estudámos o funcionamento pragmático do provérbio analisando a sua inserção em dois tipos de texto, o texto dramático e o texto de imprensa. Conscientes dos limites do texto dramático literário no que diz respeito à reprodução mimética da interacção dialogal quotidiana, pareceu-nos que, apesar de tudo, e na ausência de material mais autêntico, os textos seleccionados da literatura de cordel poderiam constituir uma base de trabalho minimamente fiável. E isto porque, estruturalmente, o texto dramático é composto pelas réplicas, ou seja, pelos actos linguísticos das personagens que comunicam entre si; assim sendo, ostenta uma forma dialógica e as personagens - tal como as instâncias enunciadoras na comunicação real - utilizam as palavras como instrumento de acção, assumindo particular relevo a vertente performativa da linguagem. Julgamos, pois, que a análise das funções discursivas do provérbio nestes textos nos pode fornecer dados esclarecedores sobre os seus usos correntes efectivos. Detectámos cinco tipos de funções, que agrupámos do seguinte modo:

- a) funções que relevam de uma análise dos valores ilocutórios relacionais dos enunciados inscritos em sequências discursivas;
- b) funções macro-discursivas ou de organização textual;
- c) tropos ilocutórios.

No primeiro grupo, estabelecemos algumas sub-divisões: (i) casos em que a citação do provérbio justifica ou refuta uma elocução anterior (seja ela assertiva, directiva ou expressiva), exercendo, assim, uma função de natureza argumentativa; (ii) casos em que a citação do provérbio, enquanto réplica autónoma, constitui uma resposta indirecta a uma pergunta ou a um pedido, funcionando o provérbio como segundo membro de um par adjacente, no quadro da tomada de palavra e transição de locutor ("turn-taking") que caracteriza a estrutura da conversação; (iii) casos em que a citação do provérbio configura um comentário avaliativo, traduzindo a atitude de aprovação ou condenação do falante face à situação que está a ser vivida ou que foi

previamente descrita ou protagonizada por outro falante; iv) casos em que a citação do provérbio se limita a intensificar uma intervenção anterior, numa nítida estratégia perlocutória de persuasão pelo recurso ao argumento de autoridade, desempenhando o provérbio uma função de mero reforço amplificante.

No segundo grupo, distinguimos entre (i) provérbios que funcionam como sumário anafórico e conclusivo de uma narrativa e (ii) provérbios que funcionam como resumo catafórico dos eventos que serão narrados no discurso subsequente.

No último grupo, incluímos os provérbios cuja citação constitui um acto ilocutório idiomático, ou seja, um acto ilocutório cujo valor primitivo ou literal é integralmente substituído por um valor ilocutório convencionalizado.

No segundo *corpus* analisado, composto por textos da imprensa contemporânea, detectámos as mesmas funções discursivas, exceptuando, obviamente, a função de réplica autónoma em pares adjacentes. Neste *corpus*, são mais visíveis e frequentes as distorções do provérbio atestado, com fins predominantemente lúdicos.

Ao longo deste trabalho, tentámos sistematizar e interligar diferentes aspectos de natureza semântica e pragmática que delimitam a especificidade do texto proverbial. Embora haja tópicos que ficaram por explorar ou que apenas foram a florados, nomeadamente no campo da negação e das pressuposições, esperamos ter contribuído, com esta dissertação, para um entendimento mais cabal do funcionamento do texto proverbial.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes documentais

BRAGA, Teófilo (1914-1915)- "Adagiário Português", in Revista Lusitana, vol. XVII, 1-2, pp. 225-274 e vol. XVIII, 1-2, pp. 16-64.

CARRUSCA, Maria de Sousa (1974 - 1976)- Vozes da sabedoria, 3 vol., Lisboa, União Gráfica.

CHAVES, Pedro (1945) - Rifoneiro português, 2ª ed., Porto, Editorial Domingos Barreira.

DELICADO, António (1651)- Adagios portuguezes reduzidos a lugares communs. Em Lisboa. Na Officina de Domingos Lopes Rosa.

GOMES, Manuel João (1974)- Nova recolha de provérbios e outros lugares comuns portugueses, Lisboa, Ed. Afrodite.

HESPANHA, Jaime Rebelo (1936)- Dicionário de máximas, adágios e provérbios, Famalicão.

LIMA, Fernando de Castro Pires de (1963)- Adagiário português, Lisboa, FNAT. Gabinete Etnográfico.

MELO, D. Francisco Manuel de (1875)- Feira dos Anexins, edição dirigida e revista por Inocência Francisco da Silva, Lisboa.

PEREIRA, Bento (1655)- Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingua portuguesa. Dividido em duas partes, em a primeira das quaes se poem pella ordem do alphabeto as frases portuguesas, a que correspondem as mais puras, & elegantes latinas: Na segunda se poem os principaes adagios portugueses, com seu latim proverbial correspondente. Em Lisboa. Por Paulo Craesbeeck.

ROLLAND, Francisco (1780)- Adagios, proverbios, rifãos e anexins da lingua portugueza, tirados dos melhores authores nacionaes, e recopilados por ordem alfabetica, Lisboa, Na Typographia Rollandiana.

VASCONCELOS, Carolina Michäelis de (1986)- "Mil provérbios portugueses", in Revista Lusitana (Nova série), 7, pp.29-71.

2. Obras teóricas

AGENO, Franca (1960)- "Premessa a un repertorio di frasi proverbiali", in Romance philology, vol. 13, 3, pp. 242-264.

AGOSTINIANI, Luciano (1978)- "Semantica e referenza nel proverbio", in Archivio glottologico italiano, vol. 63, pp. 78-109.

ALEXANDRESCU, Sorin (1976)- "Sur les modalités Croire et Savoir ", in Langages, 43, pp.19-27.

ANDOR, József (1985)- "On the psychological relevance of frames", in Quaderni di semantica, 12, 2, pp.212-221.

AUSTIN, J.L. (1962)- How to do things with words, Oxford, Oxford University Press.

AUWERA, Johan van der (ed.) (1980)- The semantics of determiners, London, Croom Helm.

AUWERA, Johan van der (1985)- Language and logic, Amsterdam, John Benjamins.

AUWERA, J. van der (1986)-"Conditionals and speech acts", in Traugott et alii, On conditionals, Cambridge, Cambridge University Press, 1986, pp.197-214.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (1967)- "O estudo de provérbios", in Revista de Portugal, vol. 32, pp.171-175.

BACH, Emmon (1981)- "On time, tense and aspect: an essay in English metaphysics", in P. Cole (ed.), Radical pragmatics, New-York, Academic Press, pp. 63-81.

BACH, Emmon (1989)- Informal lectures on formal semantics, State University of New York Press.

BACHE, C.(1982)- "Aspect and aktionsart: towards a semantic distinction", in Journal of linguistics, 18, pp.57-72.

BALLY, Charles (1944) - Linguistique générale et linguistique française, 2^a ed., Berne, A. Francke.

BARATA, José de Oliveira (1983)- António José da Silva. Criação e realidade, vol 2 (Apêndice documental), Coimbra.

BARLEY, Nigel (1972)- "A structural approach to the proverb and maxim with special reference to the anglo-saxon *corpus*", in Proverbium, 20, pp. 737-750.

BARROS, Clara (1986)- "Quelques remarques à propos de l'adversatif 'mas' en portugais", in Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, Aix-en-Provence, vol.4, pp. 513-526.

BARTSCH, Renata e Theo VENNEMANN (1972)- Semantic structures, Frankfurt, Athenäum Verlag.

BARWISE, Jon e John PERRY (1983)- Situations and attitudes, Cambridge-Massachussets, The MIT Press.

BATALHA, Ladislau (1924)- História geral dos adágios portugueses, Paris/Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand.

BECK_BUSSE, Gabriele (1989)- "La généricité 'aspectuelle': les states", in *Équivalences*, vol. 17, 1-2-3, pp. 19-30.

BELO, Fernando (1984)- "Proposition d'une méthodologie d'analyse des logiques d'un *corpus* proverbial", in F. Suard e C. Buridant (eds.), *Richesse du proverbe*, vol. 2 (Typologie et fonctions), PUL, pp. 25-36.

BENNETT, Michel e Barbara H. PARTEE (1972)- *Toward the logic of tense and aspect in English*, Bloomington, Indiana University Linguistics Club.

BENVENISTE, Emile (1966 a)- "La phrase nominale", in *Problèmes de linguistique générale* 1, Paris, Gallimard, pp.151-167.

BENVENISTE, Emile (1966 b)- "De la subjectivité dans le langage", in *Problèmes de linguistique générale* 1, Paris Gallimard, pp. 258-276.

BENVENISTE, Emile (1974)- "Structure des relations d'auxiliarité", in *Problèmes de linguistique générale* 2, Paris, Gallimard, pp.177-193.

BERRENDONNER, Alain (1981)- *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris, Minuit.

BERRUTO, G. (1974)- "Significato e struttura del significante in testi paremiografici", in *Parole e metodi*, 4, pp.189-211.

BIERWISH, Manfred (1971)- "On classifying semantic features", in D. Steinberg e L. Jakobovits (eds), *Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press, pp.410-435.

BIGGS, Colin (1978)- "Generic generalisations", in Akten des XII Kongress fur Linguistik, Wien, pp. 169-172.

BLAKEMORE, Diane (1987)- Semantic constraints on relevance, Oxford, Basil Blackwell.

BOHMER-WOOD, Christine (1978)- Flexibility in language comprehension: Paraphrasing metaphors, proverbs, and vague sentences, Ph.D., Kent State University, Ohio.

BUNT, Harry (1985)- Mass terms and model-theoretic semantics, Cambridge, Cambridge University Press.

BURTON-ROBERTS, Noel (1976)- "On the generic indefinite article", in *Language*, vol.52, 2, pp.427-448.

CARLSON, Gregory N. (1977)- Reference to kinds in English, Ph.D. Dissertation, University of Massachusetts.

CARLSON, Gregory N. (1977 a)- "A unified analysis of the English bare plural", in *Linguistics and Philosophy*, 1, pp. 413-458.

CARLSON, Gregory N. (1979)- "Generics and atemporal when ", in *Linguistics and Philosophy*, 3, pp.49-98.

CARLSON, Gregory N. (1982)- "Generic terms and generic sentences", in *Journal of Philosophical Logic*, 11, pp.145-181.

CARLSON, Gregory N. (1987)- "Exceptions to generic generalizations", in A. Manaster-Ramer (ed.), *Mathematics of language*, Amsterdam, John Benjamins Publishers, pp.19-30.

CASTILHO, Ataliba T. de (1968)- "Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa", in Alfa, 12, pp. 7-135.

CERQUIGLINI, Jacqueline e Bernard CERQUIGLINI (1976)- "L'écriture proverbiale", in Revue des Sciences Humaines, vol. 41, 163, pp.359-375.

CHIERCHIA, Gennaro (1984)- Topics in the syntax and semantics of infinitives and gerunds, Ph.D. Dissertation, University of Massachusetts.

COMRIE, Bernard (1976)- Aspect. An introduction to the study of verbal aspect and related problems, Cambridge, Cambridge University Press.

CONTE, Maria-Elisabeth (1989)- "Coherence in interpretation", in W. Heydrich et alii (eds.), Connexity and coherence. Analysis of text and discourse, Berlin, Walter de Gruyter, pp.275-282.

COOPER, Robin (1985)- Aspectual classes in Situation Semantics, CSLI, Standford University.

COOK, W. A. (1978)- "A case grammar matrix model", in W. Abraham (ed.), Valence, semantic case and grammatical relations, Amsterdam, John Benjamins Publishers, pp. 295-309.

CORBLIN, F. (1987)- Indéfini, défini et démonstratif. Constructions linguistiques de la référence, Genève, Droz.

COSERIU, Eugenio e H. GECKELER (1974)- "Linguistics and semantics- Linguistic, especially functional, semantics", in T.A. Sebeok (ed.). Current trends in linguistics, vol. 12, The Hague-Paris, pp.103-171.

COSERIU, Eugenio (1977)- " Introducción al estudio estructural del léxico", in E. Coseriu, Principios de semántica estructural, Madrid, Gredos, pp. 87-142.

CRAM, D. (1983)- "The linguistic status of the proverb", in Cahiers de lexicologie, 43, pp.53-71.

CROFT, Bill (1985)- "Determiners and specification", in Commonsense Summer: final report, CSLI, Standford University, pp. 7.1-7.19.

CRUSE, D. Alan (1986)- Lexical semantics, Cambridge, Cambridge University Press.

CRUSE, D. Alan (1988)- "Word meaning and encyclopedic knowledge", in Hullen e Schulze (eds.), Understanding the lexicon. Meaning, sense and world knowledge in lexical semantics, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 73-83.

CUNHA, Xavier da (1902)- Philosophia popular em provérbios, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora.

CUNHA, Celso e Lindley CINTRA (1984)- Nova gramática do português contemporâneo, Lisboa, Sá da Costa.

DAHL, Östen (1975)- "On generics", in E. Keenan (ed.), Formal semantics of natural language, Cambridge, Cambridge University Press, pp.99-111.

DAHL, Östen (1985)- Tense and aspect systems, Oxford, Basil Blackwell.

DAVID, Jean e Robert MARTIN (eds.) (1980)- La notion d'aspect, Paris, Klincksiek.

DAVID, Jean e Georges KLEIBER (eds.) (1983)- La notion sémantico-logique de modalité, Paris, Klincksiek.

DAVIDSON, Donald (1980)- "What metaphors mean", in M. Platts (ed.), Reference, truth and reality, London, Routledge and Kegan Paul, pp. 238-254.

DECLERK, Renaat (1987)- "A puzzle about generics", in Folia Linguistica, vol.21, 2-4, pp.143-153.

DECLERK, Renaat (1988)- "Restrictive when-clauses", in Linguistics and Philosophy, vol 11, 2, pp.131-168.

DEVITT, Michel (1981)- Designation, New York, Columbia University Press.

DIETRICH, Wolf (1966)- El aspecto verbal perifrástico en las lenguas románicas, Madrid, Gredos.

DIJK, Teun A. van (1975)- "Formal semantics of metaphorical discourse", in Poetics 4, 2/3, pp. 173-198.

DIJK, Teun A. van (1977)- Text and context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse, London, Longman.

DIJK, Teun A. van (1980)- The semantics and pragmatics of functional coherence in discourse", in Versus, 26/27, pp. 49-66.

DIJK, Teun A. van (1980 a)- Macrostructures. An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction and cognition, Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates.

DIK, Simon (1978)- Functional grammar, Amsterdam, North Holland.

DONNELLAN, K. (1971) - "Reference and definite descriptions", in D. D. Steinberg e L. A. Jakobovits (eds.), Semantics, Cambridge, Cambridge University Press, pp.100-114.

DOWTY, David (1979)- Word meaning and Montague grammar: the semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.

DOWTY, David et alii (1981)- Introduction to Montague semantics, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.

DUCHÁCEK, Otto (1966)- "Sur le problème de l'aspect et du caractère de l'action verbal en français", in *Le français moderne*, 34, pp.161-184.

DUCROT, Oswald (1972)- *Dire et ne pas dire. Principes de sémantique linguistique*, Paris, Herman.

DUCROT, Oswald et alii (1980)- *Les mots du discours*, Paris, Minuit.

DUCROT, Oswald (1984)- *Le dire et le dit*, Paris, Minuit.

DUNDES, Alan (1975)- "On the structure of proverbs", in *Proverbium*, 25, pp. 961-973.

ECO, Umberto (1984)- *Semiotica e filosofia del linguaggio*, Torino, Einaudi Editore.

EEMEREN, Frans H. van e Rob GROOTENDORST (1984)- *Speech acts in argumentative discussions*, Dordrecht, Foris Publications.

EEMEREN, Frans H. van (1987)- "For reason's sake: maximal argumentative analysis of discourse", in Eemeren et alii (eds.), *Argumentation: across the lines of discipline*, Dordrecht, Foris Publications, pp.201-216.

EIKMEYER, H.- J. e H. RIESER (eds.) (1981)- *Words, worlds, and contexts. New approaches in word semantics*, Berlin, Walter de Gruyter.

EIKMEYER, H.-J. e H. RIESER (1981)- "Meanings, intensions and stereotypes. A new approach to linguistics semantics", in H.-J. Eikmeyer e H. Rieser (eds.), *Words, worlds, and contexts. New approaches in word semantics*, Berlin, Walter de Gruyter, pp.133-150.

FARKAS, D. e Y. SUGIOKA (1983)- "Restrictive If/When clauses", in *Linguistics and Philosophy*, vol.6, 2, pp. 225-258.

FERNANDES, Henrique B. (1988)- *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo (tese de mestrado)*, Braga.

FERNÁNDEZ-SEVILLA, Júlio (1985)- "Paremiología y lexicografía. Algunas precisiones terminológicas y conceptuales", in *Philologica Hispaniensi in honorem Manuel Alvar, II*, Madrid, Ed. Gredos, pp.191-203.

FERRARA, Alessandro (1980)- "An extended theory of speech acts: appropriateness conditions for subordinate acts in sequence", in *Journal of pragmatics*,4, pp. 233-252.

FILLMORE, Charles (1985)- "Frames and the semantics of understanding", in *Quaderni di Semantica*, vol. VI, 2, pp. 222-254.

FILLENBAUM, Samuel (1986)-"The use of conditionals in inducements and deterrents", in Traugott et alii (eds), *On conditionals*, Cambridge, Cambridge University Press, pp.179-198.

FONSECA, Joaquim (1985)- "Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas", in *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, 2ª série, vol. II, Porto, pp.213-250.

FONSECA, M. Irene (1986)- "Deixis et anaphore temporelle en portugais", in *Actes du XVII Congrès de linguistique et philologie romanes*, Aix-en-Provence, vol. 4, pp.379-393.

GABBAY, Dov e Julius MORAVCSIK (1980)- "Verbs, events, and the flow of time", in C. Rohrer (ed.), *Time, tense, and quantifiers*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp.59-83.

GALMICHE, Michel (1979)- "Phrases, syntagmes et articles génériques", in *Langages*, 79, pp. 2-39.

GALMICHE, Michel (1983)- "L'utilisation des articles génériques comme mode de donation de la vérité", in *Linx*, 9, pp. 29-83.

GALMICHE, Michel (1985)- "Phrases, syntagmes et articles génériques", in *Langages*, 79, pp. 2-39.

GARCÍA-PAGE, Mario (1990)- "Propiedades lingüísticas del refrán", in *Epos*, vol. 6, pp. 499-510.

GECKELER, H. (1981)- "Structural semantics", in H.-J. Eikmeyer e H. Rieser (eds.), *Words, worlds, and contexts. New approaches in word semantics*, Berlin, Walter de Gruyter, pp.381-413.

GEERAERTS, D. (1985)- "Les donnés stéréotypiques, prototypiques et encyclopédiques dans les dictionnaires", in *Cahiers de lexicologie*, vol. 46, 1, pp. 27-43.

GEURTS, Bart (1988)- "The structure of nominal concepts", in W. Hüllen e R. Schulze (eds.), *Understanding the lexicon. Meaning, sense and world knowledge*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp.97-109.

GLÄSER, Rosemarie (1988)- "The gradind of idiomaticity as presupposition for a taxonomy of idioms", in Hüllen e Schulze (eds.), *Understanding the lexicon. Meaning, sense and world knowledge in lexical semantics*, Tubingen, Max Niemeyer Verlag, pp.73-83.

GOODWIN, Paul D. e Joseph W. WENZEL (1979)- "Proverbs and practical reasoning: a study in socio-logic", in *The Quaterly Journal of Speech*, 65, pp.289-302.

GORDON, David e George LAKOFF (1975)- "Conversational postulates", in P. Cole e J.L. Morgan (eds.), *Syntax and semantics 3*, New-York, Academic Press, pp.83-106.

GRECIANO, Gertrud (1983)- *Signification et dénotation en allemand. La sémantique des expressions idiomatiques*, Paris, Klincksiek.

GREEN, Georgia M. (1975)- "Nonsense and reference; or the conversational use of proverbs", in *Papers from the eleventh Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, Chicago, 111, pp.226-238.

GREIMAS, Algirdas Julien (1960)- "Idiotismes, proverbes et dictons", in *Cahiers de lexicologie*, 2, pp. 41-62. Sob o título "Les proverbes et les dictons", este artigo aparece parcialmente reproduzido em *Du sens*, Paris, Seuil, 1970, pp.309-314.

GREIMAS, Algirdas Julien (1966)- *Sémantique structurale*, Paris, Larousse.

GRÉSILLON, Almuth e Dominique MAINGUENEAU (1984)- "Polyphonie, proverbe et détournement, ou un proverbe peut en cacher un autre", in *Langages*, 73, pp.112-125.

GRICE, H. Paul (1975)-"Logic and conversation", in Cole e Morgan (eds), *Syntax and Semantics*, 3, New York, Academic Press, pp. 41-58.

GRICE, H. Paul (1978)- "Further notes on logic and conversation", in P. Cole (ed.), *Syntax and semantics*, 9, New York, Academic Press, pp. 113-128.

GRICE, H. Paul (1981) "Presupposition and conversational implicature", in P. Cole (ed.). *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press, pp.183-198.

GUILLAUME, Gustave (1944)- "Particularisation et généralisation dans le système des articles français", in *Langage et science du langage*, Lib. A.-G. Nizet, Paris, e Presses de l'Université Laval, Québec, 1964, pp.143-156.

GÜLICH, E. e T. KOTSCHI, T. (1983)- "Les marqueurs de la reformulation paraphrastique", in *Cahiers de linguistique française*, 5, pp.305-351.

HAIMAN, J. (1980)- "Dictionaries and encyclopedias", in *Lingua*, 50, pp.329-357.

HARPER, W.L. et alii (eds.) (1981)- *Ifs. Conditionals, belief, decision, chance, and time*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.

HARRIS, Martin B. (1986)- "The historical development of si-clauses in romance", in Traugott et alii (eds.), *On conditionals*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 265-284.

HAWKINS, J.A. (1978)- *Definiteness and indefiniteness*, London, Groom Helm.

HEYDRICH, Wolfgang et alii (eds.) (1989)- *Connexity and coherence: analysis of text and discourse*, Berlin, Walter de Gruyter.

HEYER, Gerhard (1988)- "Generic generalisations, discourse representation structures and knowledge representation", in J. Hoepelman (ed.), *Representation and reasoning*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 153-164.

HJELMSLEV, Louis (1971)- *Prolégomènes à une théorie du langage*, Paris, Minuit.

HOEKSEMA, Jack (1983)- "Plurality and conjunction", in A. ter Meulen (ed.), *Studies in modeltheoretical semantics*, Dordrecht, Foris Publications, pp.63-83.

HOEPELMAN, J. e C. ROHRER (1980)- "On the mass-count distinction and the french imparfait et passé simple", in C. Rohrer (ed.), *Time, tense and quantifiers*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 85-112.

HONECK, Richard P, Katherine VOEGTLE, Mark A. DORFMULLER e Robert R. HOFFMAN (1980)- "Proverbs, meaning, and group structures", in R. P. Honeck e R. Hoffman (eds.), *Cognition and figurative language*, Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 127-161.

HÜLLEN, W. e R. SCHULZE (eds.) (1988)- *Understanding the lexicon. Meaning, sense and world knowledge in lexical semantics*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

IERCI-BIO, Anna Maria (1984)- "Le concept de paroimia: proverbium dans la haute et basse antiquité", in Suard e Buridant (eds.), *Richesse du proverbe*, vol. 2, Université de Lille III, PUL, pp. 83-94.

JACKENDOFF, Ray S. (1985) - *Semantics and cognition*, 2^a ed., Cambridge, The MIT Press.

JACOBS, Scott (1987)-"The management of disagreement in conversation", in van Eemeren et alii (eds.), pp.229-239.

JASON, H. (1971)- "Proverbs in society: the problem of meaning and function", in *Proverbium*, 17, pp. 617-623.

JESPERSEN, Otto (1965)- *The philosophy of grammar*, New-York, The Norton Library.

JOHNSON-LAIRD, Philip N. (1986)- "Conditionals and mental models", in E. Traugott et alii (eds.), *On conditionals*, Cambridge, Cambridge University Press, pp.55-76.

JOLLES, André (1972)- *Formes simples*, Paris, Seuil.

KAMP, Hans (1981)- "A theory of truth and semantic representation", in J.A.G. Groenendijk et alii (eds.), *Formal methods in the study of language*, Amsterdam, Mathematisch Centrum, pp.277-322.

KAMP, Hans (1988)- "Conditionals in DR theory", in J. Hoepelman (ed.), *Representation and reasoning*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 66-124.

KAROLAK, Stanislaw (1989)- *L'article et la valeur du syntagme nominal*, Paris, PUF.

KARTTUNEN, Lauri (1972)- "Possible and must", in J. P. Kimball (ed.), *Syntax and semantics 2*, London, Seminar Press, pp.1-20.

KARTTUNEN, Lauri e Stanley PETERS (1979)- "Conventional implicature", in Oh e Dinneen (eds.), *Syntax and Semantics*, 11, New-York, Academic Press, pp.1-55.

KATZ, Jerrold J. (1966)- *The philosophy of language*, New-York, Harper & Row.

KATZ, Jerrold J. (1972)- *Semantic theory*, New-York, Harper & Row.

KAYSER, Hermann (1989)- "Some aspects of language understanding, language production, and intercomprehension in verbal interaction", in W. Heydrich et alii (eds.), *Connexity and coherence. Analysis of text and discourse*, Berlin, Walter de Gruyter, pp.342-365.

KEMPSON, Ruth M.(1977) - *Semantic Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.

KIEFER, Ferenc (1987)- "On defining modality", in *Folia linguistica*, XXI/1, pp.67-94.

KIENPOINTER, Manfred (1987)-"Towards a typology of argumentative schemes", in F. H. van Eemeren et alii (eds.), *Argumentation: across the lines of discipline*, Dordrecht, Foris Publications, pp.275-288.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara (1973)- "Toward a theory of proverbs meaning", in *Proverbium*, 22, pp.821-827.

KLARE, Johannes (1989)- "Le statut des phraséolexèmes dans le cadre d'une lexicologie et d'une lexicographie moderne", in *Actes du XVIII Congrès de Linguistique et de Philologie Romanes* (Trier,1986), Tübingen, Max Niemeyer Verlag, vol. 4, pp. 178-187.

KLEENE, S.C. (1971)- *Logique mathématique*, Paris, Armand Colin.

KLEIBER, Georges (1980)- "Relatives restrictives, SN génériques et interprétation conditionnelle", in *Travaux de Linguistique et Littérature*, vol. 16, 1, pp.79-95.

KLEIBER, Georges (1981)- "Relatives spécifiantes et relatives non spécifiantes", in *Le français moderne*, vol. 49, 3, pp.216-233.

KLEIBER, Georges (1981 a)- *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*, Paris, Klincksiek.

KLEIBER, Georges (1984)- "Pour une pragmatique de la métaphore: la métaphore, un acte de dénotation prédicative indirecte", in G. Kleiber (ed.), *Recherches en pragma-sémantique*, Paris, Klincksiek, pp.123-163.

KLEIBER, Georges e Hélène Lazzaro (1987)- "Qu'est-ce qu'un syntagme nominal générique? ou Les carottes qui poussent ici sont plus grosses que les autres", in G. Kleiber (éd.), Rencontre(s) avec la généricité, Paris, Klincksieck, pp.73-111.

KLEIBER, Georges (1989)- "Le générique, un massif?", in Langages, 94, pp.73-114.

KLEIBER, Georges (1989 a)- "Sur la définition du proverbe", in G. Greciano (ed.), Europhras 88. Phraséologie contrastive, Strasbourg, Université des Sciences Humaines, pp. 233-252.

KLEIBER, Georges (1990)- La sémantique du prototype. Catégories et sens lexical, Paris, PUF.

KLEIBER, Georges (a publicar)- Généricité et typicalité.

KLEIBER, Georges e Irène TAMBA (1990)- "L'homonymie revisitée: inclusion et hiérarchie", in Langages, 98, pp.7-32.

KÖNIG, Ekkhard (1986), "Conditionals, concessive conditionals and concessives: areas of contrast, overlap and neutralization", in E. Traugott et alii (eds.), On conditionals, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 229-246.

KRATZER, Angelika (1981)- "The notional category of modality", in H. J. Eikmeyer e H. Rieser (eds.), Words, worlds, and contexts. New approaches in word semantics, Berlin, Walter de Gruyter, pp.38-74.

KRIKMANN, Arvo (1974)- "Some difficulties arising at semantic classifying of proverbs", in Proverbium, 23, pp. 865-879.

KRIKMANN, Arvo (1984)- "On denotative indefiniteness of proverbs", in Proverbium,1, pp. 47-91.

KRIKMANN, Arvo (1985)- "Some additional aspects of semantic indefiniteness of proverbs", in *Proverbium*, 2, pp. 58-85.

KRIPKE, Saul A. (1980)- *Naming and necessity*, Cambridge, Harvard University Press.

KURODA, S.Y. (1973)-"Le jugement catégorique et le jugement thétiq. Exemples tirés de la syntaxe japonaise", in *Langages*, 30, pp.81-110.

KUUSI, Matti (1972)- "Towards an international type-system of proverbs", in *Proverbium*, 19, pp.699-735.

LABOV, W. e D. FANSHEL (1977)- *Therapeutic discourse*, New York, Academic Press.

Langages (1982), n° 66 (título genérico: Le nom propre).

Langages (1985), n° 79 (título genérico: Générique et généricité).

LARREYA, P. (1984)- *Le possible et le nécessaire: modalités et auxiliaires modaux en anglais britannique*, Paris, Ed. F. Nathan.

LÁZARO-CARRETER, Fernando (1978)- "Literatura y folklore: los refranes", in 1616. *Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada*, Madrid, Ed. Cátedra, pp.139-145.

LÉARD, Jean-Marie (1987)- "Quelques aspects morpho-syntaxiques des syntagmes et des phrases génériques", in G. Kleiber (ed.), *Rencontre(s) avec la généricité*, Paris, Klincksieck, pp. 133-156.

LEECH, Geoffrey (1983)- *Principles of pragmatics*, London, Longman.

LEVINSON, Stephen C. (1983)- *Pragmatics*, Cambridge, Cambridge University Press.

LEWIS, David (1972)- "General semantics", in Davidson e Harman (eds.), *Semantics of natural language*, Dordrecht, D. Reidel Publishers Company, pp.169-217.

LEWIS, David (1973)- *Counterfactuals*, Cambridge/Massachusetts, Harvard University Press.

LEWIS, David (1975)-"Adverbs of quantification", in E.L. Keenan (ed.), *Formal semantics of natural language*, Cambridge, Cambridge University Press, pp.3-15.

LIMA, F. de Castro Pires de (1965)- *Adagiário português (contribuição para o seu estudo sistemático)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

LIMA, José Pinto de (1989)- 'Significado avaliativo': para uma clarificação à luz de uma semântica prática, *Dissertação de doutoramento*, Lisboa.

LOPES, Ana Cristina M. (1984)- "Linguística textual: objectivos e pressupostos teóricos", in *Biblos*, 60, pp. 90-102.

LOPES, Óscar (1971)- *Gramática Simbólica do Português. Um esboço*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LOPES, Óscar (1980)-"Sobre a semântica dos nomes massivos", comunicação apresentada ao XVI Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Palma de Maiorca.

LOPES, Óscar (1986)- "Sobre as contrastivas em português", in *Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Aix-en-Provence, vol. 4, pp.543-554.

LOPES, Óscar (1990)- "Sobre a semântica da maneira e da conformidade", in Actas do VI Encontro da APL, Porto, pp. 3-21.

LOPES, Óscar (1991)- "Observações sobre os actualizadores em português", in Encontro de Homenagem a Óscar Lopes, Lisboa, APL, pp.17-41.

LOTMAN, Iuri M. e B.A. USPENSKIJ (1975)- Semiotica e cultura, Milano, Ricciardi Editore.

LYONS, John (1977) - Semantics, 2 vols., Cambridge, Cambridge University Press.

MACK, Dorothy (1975)- "Metaphoring as speech act: some happiness conditions for implicit similes and simple metaphors", in Poetics, 4, pp.221-256.

MAILLARD, Michel (1987)- "Un zizi, ça sert à faire pipi debout!", in G.Kleiber (ed.), Rencontre(s) avec la généricité, Paris, Klincksieck, pp.157-206.

MAKKAI, A. (1970)- Idiom structure in english, The Hague, Mouton.

MARTIN, Robert (1983)- "La notion d'univers de croyance dans la définition du nom propre", in Linx, 9, pp.7-28.

MARTIN, Robert (1986)- "Les usages génériques de l'article 'le' et la pluralité", in J. David e G. Kleiber (eds.), Les déterminants: syntaxe et sémantique, Paris, Klincksieck, pp. 187-202.

MARTIN, Robert (1988) - "La référence 'massive' des unités nominales", in J. David e G. Kleiber (eds.), Termes massifs et termes comptables, Paris, Klincksieck, pp.37-46.

MATEUS, M. H. Mira et alii (1989)- Gramática da língua portuguesa, 2ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Ed. Caminho.

MATTOSO, José (1987)- O essencial sobre os provérbios medievais portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

MEILLET, Antoine (1948)- Linguistique historique et linguistique générale, Paris, Edouard Champion.

MEL'CUK, J.A. e A.K. ZOLKOVSKIJ (1970)-"Towards a functioning 'Meaning -Text' model of language", in *Linguistics*, 57, pp.10-47.

MELEUC, S. (1969)- "Structure de la maxime", in *Langages*, 13, pp. 69-98.

METZING, D. (1981)- "Frame representation and lexical semantics", in H.-J. Eikmeyer e H. Rieser (eds.), *Words, worlds, and contexts. New approaches in word semantics*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 320-342.

MEULEN, Alice ter (1983)- "The representation of time in natural language", in A. ter Meulen (ed.), *Studies in modeltheoretic semantics*, Dordrecht, Foris Publications, pp.177-191.

MEULEN, Alice ter (1986)- "Generic information, conditional contexts and constraints", in E. Traugott et alii (eds), *On conditionals*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 123-146.

MILNER, G. B. (1969)- "De l'armature des locutions proverbiales: essai de taxinomie sémantique", in *L'Homme*, 9, pp.49-70.

MOENS, Marc (1987)- *Tense, aspect and temporal reference*, Ph.D. Dissertation, University of Edinburgh.

MOENS, Marc e M. STEEDMAN (1988)- "Temporal ontology and temporal reference", in Computational linguistics, 14, pp.15-28.

MOESCHLER, Jacques (1982)- Dire et contredire. Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation, Berne, Peter Lang.

MOESCHLER, Jacques (1985)- Argumentation et conversation. Eléments pour une analyse pragmatique du discours, Paris, Hatier.

MOESCHLER, Jacques (1989)- Modélisation du dialogue. Représentation de l'inférence argumentative, Paris, Hermès.

MÓIA, T. (1992)- Sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso, tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MOURELATOS, Alexander Q. (1978)- "Events, processes and states", in Linguistics and Philosophy, vol.2, n°3, pp.415-434.

MULLER, Claude (1987)- "A propos de l'indéfini générique", in G. Kleiber (ed.), Rencontre(s) avec la généricité, Paris, Klincksieck, pp.207-234.

NEF, Frédéric (1986)- Sémantique de la référence temporelle en français moderne, Bern, Peter Lang.

NORMAN, D.A. e D. E. RUMELHART (1975)- Explorations in cognition, San Francisco, CA., W.H. Freeman.

NORRICK, Neal R. (1985)- How proverbs mean. Semantic studies in english proverbs, Berlin, Mouton Publishers.

NUNBERG, G. e C. PAN (1975)- "Inferring quantification in generic sentences", in Papers from the eleventh Meeting of the Linguistic Chicago Society, Chicago, pp.412-422.

OLIVEIRA, Fátima (1988)- Para uma Semântica e Pragmática de Dever e Poder. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto.

OLIVEIRA, Fátima (1989)- "Modais e condicionais", in Actas do V Encontro da APL, Lisboa, pp.145-161.

PALMER, Frank Robert (1986) - Mood and Modality, Cambridge, Cambridge University Press.

PARRET, Herman (1976)- "La pragmatique des modalités", in Langages, 43, pp.47-63.

PARRET, Herman (1980)- "Connaissance et contextualité", in H. Parret (ed.), Le langage en contexte, Amsterdam, Jonh Benjamins Publishers, pp.9-189.

PARTEE, Barbara H. (1987)- "Noun phrase interpretation and type-shifting principles", in Groendijk et alli (eds.), Studies in Discourse Representation Theory and the theory of Generalized Quantifiers, Dordrecht, Foris Publications, pp.115-143.

PARTEE, Barbara H. (1989)- "Possible worlds in model-theoretic semantics: a linguistic perspective", in S. Allén (ed), Possible Worlds in humanities, arts and sciences, Berlin, Walter de Gruyter, pp.93-123.

PEASE-GORRISEN, Margarita (1980)- "The use of the article in spanish habitual and generic sentences", in Lingua, 51, pp.311-336.

PEIRA, Pedro (1988)- "Notas sobre la lengua de los refranes", in Homenaje a Alonso Zamora Vicente-I- Historia de la lengua. El español contemporáneo, Madrid, Ed. Castalia, pp.481-489.

PELLETIER, F.J. (1979)- "Non-singular reference: some preliminaries", in F.J.Pelletier (ed.), *Mass terms: some philosophical problems*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company, pp.1-14.

PERELMAN, Charles e L. OLBRECHTS-TYTECA (1976)- *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*, 3^a ed., Editions de l'Université de Bruxelles.

PERES, João A. (1984)- *Elementos para uma gramática nova*, Coimbra, Almedina.

PERES, João A. (1987)- *Para uma semântica formal da quantificação nominal não-massiva*, Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.

PERES, João A. e António H. BRANCO (1989)- "O Todo e as suas Partes como objectos de referência", in *Actas do V Encontro da APL*, Lisboa, pp. 187-199.

PERES, João A. (1991)-"Sobre o valor temporal das expressões nominais", in *Encontro de homenagem a Óscar Lopes, A.P.L.*, Lisboa, pp.61-71.

PERMJAKOV, G.L. (1979)- *From proverbs to folk-tales: notes on the general theory of cliché*, Moscow, Nauka.

PERMJAKOV, G.L. (1984 a)- "Text functions of paremias", in *Kodikas/Code. Ars Semeiotica*, vol. 7, 3/4, pp.257-262.

PERMJAKOV, G.L. (1984 b)- "On paremiological homonymy and synonymy", in *Kodikas/Code. Ars Semeiotica*, vol. 7, 3/4, pp.269-272.

PETÖFI, János S. (ed.) (1988)- *Text and discourse constitution: empirical aspects, theoretical approaches*, Berlin, Walter de Gruyter.

PLATTEAU, Frank (1980)- "Definite and indefinite generics", in van der Auwera (ed.), *The semantics of determiners*, London, Croom Helm, pp.112-123.

Português fundamental. Vol. 2 (Métodos e documentos), tomo 1 (Inquérito de frequência), Lisboa, INIC, 1987.

POTTIER, Bernard (1964)-"Vers une sémantique moderne", in *Travaux de Linguistique et de Littérature*, II, 1, pp.107-137.

POTTIER, Bernard (1974)- *Linguistique générale. Théorie et description*, Paris, Klincksiek.

PRIOR, A.N. (1957)- *Time and modality*, Connecticut, Greenwood Press.

PUTNAM, Hilary (1975)- *Philosophical Papers, 2: Mind, language, and reality*, Cambridge, Cambridge University Press.

QUASTHOFF, Uta (1978)- "The uses of stereotype in every day argument", in *Journal of pragmatics*, 2, pp.1-48.

QUINE, Willard V. O. (1960)- *Word and Object*, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press.

RASTIER, François (1987)- *Sémantique interprétative*, Paris, PUF.

RÉCANATI, François (1983)- "La sémantique des noms propres. Remarques sur la notion de 'désignateur rigide'", in *Langue Française*, 57, pp.106-118.

REICHENBACH, H. (1947)- *Elements of symbolic logic*, New York, The MacMillan Company.

REILLY, Judy Snitzer (1986)- "The acquisition of temporals and conditionals", in Traugott et alii (eds.), *On conditionals*, Cambridge, Cambridge University Press, pp 309-332.

RESCHER, N. (1968)- *Topics in philosophical logic*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.

Revue des Sciences Humaines (1976), n° 163 (título genérico: *Rhétorique du proverbe*).

RICHTER, R. (1974)- "Proverbs in context: a structural approach", in *Fabula*, 15, pp.212-221.

RIEGEL, Martin (1987)- " 'Qui dort dîne' ou le pivot implicatif dans les énoncés parémiqes", in M: Riegel e I. Tamba (eds.), *L'implication dans les langues naturelles et dans les langues artificielles*, Paris, Klincksieck, pp. 85-99.

RIVARA, René (1990)- *Le système de la comparaison: sur la construction du sens dans les langues naturelles*, Paris, Minuit.

RIVERO, María-Luisa (1975)- "Referential properties of spanish noun phrases", in *Language*, vol.51, 1, pp.32-48.

RODEGEM, F. (1972)- "Un problème de terminologie: les locutions sentencieuses", in *Cahiers de l'Institut de Linguistique*, vol.1, 5, pp.677-703.

RODEGEM, F. (1984)- "La parole proverbiale", in F. Suard e C. Buridant (eds), *Richesse du proverbe*, vol.2, pp.121-135.

ROHRER, Christian (ed.) (1980)- *Time, tense and quantifiers*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

ROSCH, Eleanor (1973)- "Natural categories", in *Cognitive psychology*, 4, pp.328-350.

ROSCH, Eleanor e C. B. MERVIS (1975)- "Family resemblances: studies in the internal structure of categories", in *Cognitive psychology*, 7, pp.573-605.

ROSS, A. (1971)- *Lógica de las normas*, Madrid, Ed. Tecnos.

ROSS, John R. (1970)- "On declarative sentences", in R.A. Jacobs e P.S. Rosenbaum (eds.), *Readings in english transformational grammar*, Waltham/Massachusetts, Ginn & Co.

ROULET, Eddy (1981)- "Echanges, interventions et actes de langage dans la structure de la conversation", in *Etudes de linguistique appliquée*, 44, pp.7-39.

ROULET, Eddy et alii (1985)- *L'articulation du discours en français contemporain*, Berne, Peter Lang.

RUSSELL, Bertrand (1905)- "On denoting", in *Mind*, 14, pp.479-483.

RUSSELL, Bertrand (1971)- "The philosophy of logical atomism", in B. Russell, *Logic and Knowledge. Essays 1901-1950*, 5ª ed., edited by R. C. Marsh, London, George Allen & Unwin Ltd, pp. 177-281.

SANTOS, Pedro (a publicar)- "Observações sobre a semântica das construções condicionais", comunicação apresentada ao VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística.

SCHANK, R. C. (1986)- *Explanation patterns: understanding mechanically and creatively*, Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

SCHANK, R. C. e R. ABELSON (1977)- *Scripts, plans, goals and understanding*, Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (1983)- "Structure argumentative, référence et contextualité du proverbe", in *Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Aix-en-Provence, vol. 8, pp.89-102.

SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (1984)- "Descrição semântica e funções semantóricas do provérbio", in J.H. de Carvalho e J. Schmidt-Radefeldt (eds.), *Estudos de Linguística Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 213-235.

SCHUBERT, L. K. e F. J. PELLETIER (1987)- "Problems in the representation of the logical form of generics, plurals, and mass nouns", in E. Lepore (ed.), *New directions in semantics*, London, Academic Press, pp.385-451.

SCHWARZE, C. (1986/87)- "Text understanding and lexical knowledge", in M. Bertucelli-Papi e J. Verschueren (eds.), *The pragmatic perspective*, Amsterdam, John Benjamins Publishers, pp.587-612.

SCHWARZ, D.S. (1979)- *Naming and referring. The semantics and pragmatics of singular terms*, Berlin-New York, Walter de Gruyter.

SEARLE, John R. (1969)- *Speech Acts*, Cambridge, Cambridge University Press.

SEARLE, John R. (1972)- "Proper names and descriptions", in P. Edwards (ed.), *The Encyclopedia of Philosophy*, vol. 5, New York-London, Crowell Collier and Macmillan Inc., pp.487-491.

SEARLE, John R. (1978)-"Indirect speech acts", in Cole e Morgan (eds.), *Syntax and semantics*, 9, New York, Academic Press, pp.59-82.

SEARLE, John R. (1979)- Expression and meaning, Cambridge, Cambridge University Press.

SEARLE, John R. (1983)- "O que é um acto linguístico?", in J. P. de Lima (ed.), Linguagem e acção. Da filosofia analítica à linguística pragmática, Lisboa, Materiais Críticos.

SEARLE, John R. (1983 a)- Intentionality. An essay in the philosophy of mind, Cambridge, Cambridge University Press.

SEITEL, Peter (1969)- "Proverbs: a social use of metaphor", in Genre, 2, pp.143-161.

SGALL, Petr et alii (1986)- The meaning of the sentence in its semantic and pragmatic aspects, edited by J. L. Mey, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.

SGALL, Petr (1979)- "Remarks on text, language and communication", in J. Petöfi (ed.), Text vs sentence. Basic questions of text linguistics, Hamburg, Buske, pp.89-100.

SINCLAIR, A. e R.M. COULTHARD (1975)- Towards an analysis of discourse, Oxford, Oxford University Press.

SPERBER, Dan e Deirdre WILSON (1986)- Relevance: communication and cognition, Oxford, Blackwell.

STALNAKER, Robert C. (1981)- "A theory of conditionals", in W.L. Harper (ed.), Ifs. Conditionals, belief, decision, chance, and time, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company, pp. 41-55.

STRAWSON, P. F. (1950)- "On referring", in Mind, 59, pp.320-344.

SUARD, François e Claude BURIDAUT (eds) (1983-1984), *Richesse du proverbe*, 2 vols, P.U.L.

SUEUR, J.P. (1977)- "Quantificateurs et modalités", in *Langages*, 48, pp.84-99.

SZEMERKÉNYI, Ágnes (1974)- "A semiotic approach to the study of proverbs", in *Proverbium*, 24, pp.934-936.

TAYLOR, Archer (1975)- *Selected writings on proverbs*, edited by W. Mieder, Helsinki, FF Communications, vol. XCI, n° 216.

TOULMIN, Stephan Edelson (1969)- *The uses of argument*, Cambridge, Cambridge University Press.

VANDERVEKEN, Daniel (1988)- *Les actes de discours: essai de philosophie du langage et de l'esprit sur la signification des énonciations*, Liège, Pierre Mardaga.

VANDERVEKEN, Daniel (1990)- *Meaning and speech acts*, vol 1 (*Principles of language use*), Cambridge, Cambridge University Press.

VASCONCELOS, Carolina Michäelis de (1887-89)- "Materiais para uma edição crítica do refraneiro português", in *Revista Lusitana*, 1, pp.69-83.

VASCONCELOS, José Leite de (1887-89)- "Nota sobre um rifão", in *Revista Lusitana*, 1, pp.306-309.

VELDE, Roger G. van de (1985)- "Man, verbal text, inferencing, and coherence", in W. Heydrich et alii (eds.), *Connexity and coherence. Analysis of text and discourse*, Berlin, Walter de Gruyter, pp.174- 217.

VELTMAN, Frank (1986)- "Data semantics and the pragmatics of indicative conditionals", in Traugott et alii (eds.), *On conditionals*, Cambridge, Cambridge University Press, pp.147-168.

VENDLER, Zeno (1967)- *Linguistics and philosophy*, Ithaca, Cornell University Press.

VERKUYL, H.J. (1972)- *On the compositional nature of aspect*, Dordrecht, D. Reidel.

VERKUYL, H.J. (1989)-"Aspectual classes and aspectual composition", in *Linguistics and Philosophy*, vol.12, n° 1, pp.39-94.

VET, Co (1980)- *Temps, aspects et adverbes de temps en français contemporain*, Genève, Droz.

VOIGT, W. (1970)- "Les niveaux des variantes de proverbes", in *Acta Linguistica Scientiarum Hungaricae*, vol. XX, 3-4, pp357-364.

VUYST, J. de (1983) - "Situation-descriptions: temporal and aspectual semantics", in ter Meulen (ed), *Studies in modeltheoretic semantics*, Dordrecht, Foris Publications, pp.161-176.

WEINRICH, H. (1973)- *Le temps. Le récit et le commentaire*, Paris, Seuil.

WIERZBICKA, Anna (1985)- *Lexicography and conceptual analysis*, Ann Arbor, Karoma.

WILMET, Marc (1988)- "Le problème des noms abstraits", in J. David e G. Kleiber (éds.), *Termes massifs et termes comptables*, Paris, Klincksieck, pp. 93-108.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1968)- *Philosophical investigations*, Oxford, Backwell.

WOTJAK, Gerd (1986)- "Semántica léxica e semántica textual", in *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et Philologie Romaniques*, Trier, vol. 4, pp. 295-307.

WOTJAK, Gerd (1988)- "Uso y abuso de unidades fraseológicas", in *Homenaje a A. Zamora Vicente*, Madrid, Castalia, pp. 535-548.

ZAVARIN, Valentina e Mary COOTE (1979)- *Theory of the formulaic text*, Pre-publications du C.I.S.L., Università di Urbino, 88-89.

ZOLKOVSKIJ, A.K. (1978)- "At the intersection of linguistics, paremiology and poetics", in *Poetics*, Vol.7, 3, pp. 309-332.

ZULUAGA, Alberto (1980)- *Introducción al estudio de las expresiones fijas*, Frankfurt, Verlag Peter D. Lang.

ZUMTHOR, Paul (1976)- "L'épiphonème proverbial", in *Revue des Sciences Humaines*, 163, pp. 313-328.